

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2019



MAPFRE



» Conteúdo

1

3

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2019

- 1.1** Situação da entidade 4
- 1.2** Evolução e resultado dos negócios 10
- 1.3** Liquidez e recursos de capital 36
- 1.4** Principais riscos e incertezas 45
- 1.5** Circunstâncias importantes ocorridas após o fecho do exercício 46
- 1.6** Informação sobre a evolução previsível 47
- 1.7** Actividades de P+d+i 49
- 1.8** Aquisição e alienação de ações próprias 51
- 1.9** Outras informações relevantes 52
- 1.10** Relatório de governança corporativa 64

2

129

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2019

Demonstrações financeiras consolidadas 130
Anexos 246



3

266

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2019

1

Relatório de gestão consolidado 2019



O conteúdo do Relatório de Gestão Consolidado (doravante, "o Relatório"), apresentado a seguir, foi elaborado conforme as recomendações do Guia de elaboração do relatório de gestão das entidades cotadas, publicado pela Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV).

As Medidas Alternativas de Rendimento (MAR), utilizadas no relatório, que correspondem às medidas financeiras não definidas e não detalhadas no marco da informação financeira aplicável, sua definição e cálculo podem ser consultadas diretamente no link: <https://www.mapfre.com/corporativo-es/accionistas-inversores/informacion-financiera>

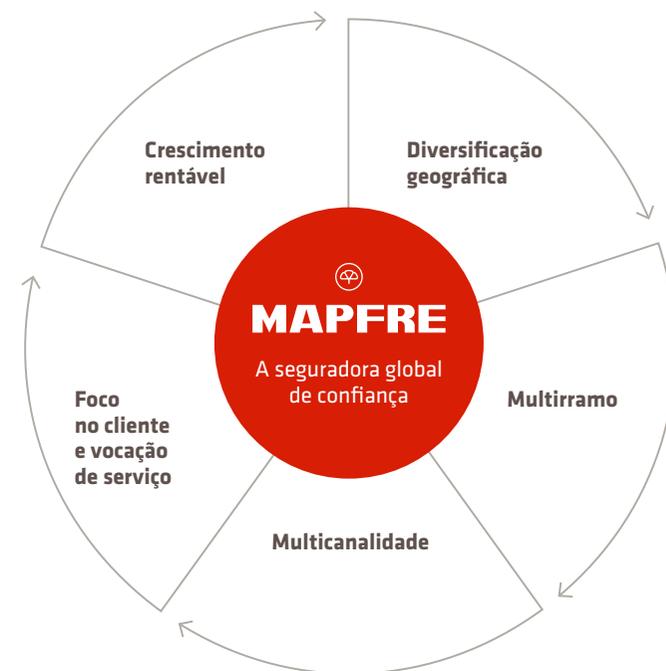
Alguns dos números incluídos neste Relatório foram arredondados. Portanto, podem surgir discrepâncias nas tabelas entre os totais e as quantidades listadas devido a esse arredondamento.

1.1. Situação da entidade

MODELO DE NEGÓCIO

A Visão da MAPFRE é ser A SEGURADORA GLOBAL DE CONFIANÇA, um conceito que diz respeito tanto à sua presença geográfica como ao vasto leque de produtos seguradores, resseguradoras e de serviços que comercializa em todo o mundo. Aspira a liderar os mercados em que opera, por meio de um modelo de gestão próprio e diferenciado, fundamentado na transformação e na inovação para alcançar um crescimento rentável, com uma orientação clara e decidida para o cliente, tanto particular como empresarial, com um foco multicanal e uma profunda vocação de serviço.

O surgimento de novos modelos de negócio de seguros – insurtech – baseados em ferramentas digitais está provocando uma verdadeira revolução no setor; diante disso, a MAPFRE tem atuado com agilidade para oferecer a todos os seus stakeholders experiências valiosas. Não modelo de negócio concebido pela MAPFRE, não se prioriza somente a obtenção de resultados econômicos, como também o âmbito social.



MAPFRE aspira a liderar os mercados em que opera, por meio de um modelo de gestão próprio fundamentado na inovação

Para isso, a MAPFRE:

- Aposta decididamente no crescimento, tanto em volume de negócios como em desenvolvimento geográfico, obtendo uma rentabilidade adequada e suficiente em seus negócios.
- Realiza sua gestão com eficiência e melhora de forma permanente a produtividade, reduzindo custos estruturais continuamente para se tornar mais competitiva.
- Gerencia profissionalmente os riscos assumidos, garantindo crescimento e resultados sustentáveis.
- Orienta seu desenvolvimento diversificando sua carteira de negócios seguradores, resseguradores e de serviços, como um método para fortalecer o crescimento e minimizar os riscos.
- Integra um gerenciamento global com uma ampla capacidade de execução local, garantindo o equilíbrio adequado entre a atuação corporativa e o desenvolvimento empresarial em cada país.
- Coloca à disposição de toda a organização os recursos existentes, aproveitando, assim, as sinergias obtidas ao compartilhar o talento, os processos e as ferramentas.
- Promove a especialização na gestão como via permanente de otimização dos resultados e da melhoria da qualidade do serviço.

A Missão é ser uma equipe multinacional que trabalha para avançar constantemente no serviço e desenvolver a melhor relação com nossos clientes, distribuidores, fornecedores, acionistas e a sociedade em geral.

Um compromisso de melhoria constante envolvendo os seguintes Valores, que nos ajudam a desenvolver a Missão e alcançar a Visão:

↻ SOLVÊNCIA	Solidez financeira com resultados sustentáveis no tempo e plena capacidade de cumprir todas as obrigações com seus grupos de interesse.
↻ INTEGRIDADE	Atuação ética como eixo do comportamento de todas as pessoas (diretores, funcionários, agentes e colaboradores), com um enfoque socialmente responsável em todas as atividades e compromissos de longo prazo.
↻ VOCAÇÃO DE SERVIÇO	Busca permanente pela excelência no desenvolvimento de suas atividades e iniciativa contínua orientada ao cuidado da relação com o cliente.
↻ INOVAÇÃO PARA A LIDERANÇA	A diferenciação como aspecto-chave para crescer e melhorar constantemente, com a tecnologia a serviço dos negócios e de seus objetivos.
↻ EQUIPE COMPROMETIDA	Envolvimento pleno dos funcionários, diretores, agentes e demais colaboradores no projeto MAPFRE e desenvolvimento constante das capacidades e habilidades da equipe.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E BOA GOVERNANÇA

A) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A MAPFRE é uma multinacional global que desenvolve, principalmente, atividades de seguro e resseguro, operando em um total de 44 países nos cinco continentes.

A matriz do Grupo é a sociedade holding MAPFRE S.A. cujas ações estão listadas nas Bolsas de Madri e Barcelona, e fazem parte do IBEX 35, IBEX Top Dividend, STOXX Europe 600 Insurance, Euro Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World, FTSE Developed Europe, FTSE4Good, FTSE4Good IBEX e Dow Jones Sustainability World e Ethibel Sustainability Index- Excellence Europe.

A MAPFRE S.A. é filial da CARTERA MAPFRE S.L. Sociedade Unipessoal controlada 100% pela Fundación MAPFRE.

As atividades empresariais do Grupo são desenvolvidas por meio da estrutura organizacional integrada por quatro Unidades de Negócio (Seguros, Assistência, Global Risks e Resseguro); três Áreas Territoriais (IBÉRIA, LATAM e INTERNACIONAL); e seis Áreas Regionais (Ibéria (Espanha e Portugal), Brasil, LATAM Norte (México e a sub-região da América Central e República Dominicana), LATAM Sul, América do Norte e EURÁSIA (Europa, Oriente Médio, e Ásia-Pacífico).

A Unidade de Negócio de Seguros está organizada de acordo com as Áreas Regionais da MAPFRE, que representam as unidades geográficas de planejamento, suporte e supervisão na região.

As unidades de Resseguro e Global Risks estão integradas à pessoa jurídica MAPFRE RE.

A atividade das diferentes Unidades de Negócio é concluída com a das Áreas Corporativas (Auditoria Interna, Estratégia e M&A, Finanças e Mídia, Investimentos, Negócios e Clientes, Operações, Pessoas e Organização, Relações Externas e Comunicação, Secretaria Geral e Assuntos Jurídicos, Suporte a Negócios, TI e Processos), que têm competências globais para todas as empresas da MAPFRE no mundo em funções de desenvolvimento, implementação e acompanhamento de políticas corporativas globais, regionais e locais.

A adesão das diferentes sociedades da MAPFRE a um grupo empresarial envolve, independentemente da autonomia jurídica delas, sua integração de fato em uma estrutura orgânica que regula sua inter-relação, a coordenação de suas atividades e a supervisão das sociedades que ocupam uma posição dependente pelas que possuem uma posição controladora e, em última instância, pela entidade matriz.

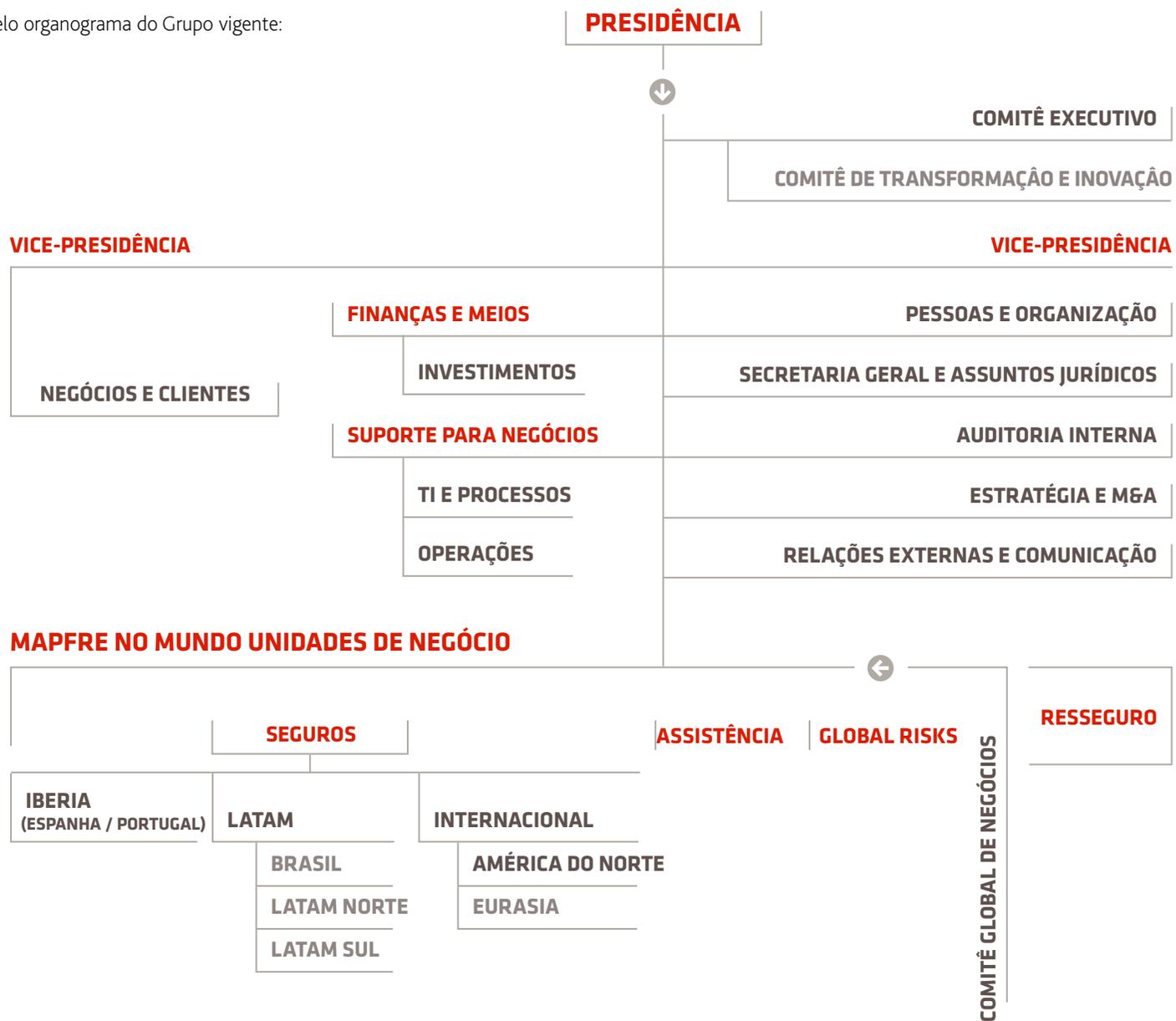
O Conselho de Administração da MAPFRE S.A. é o órgão superior de direção e supervisão do Grupo na sua totalidade. Possui uma Comissão Delegada que age com todos os seus poderes, exceto os que não são delegáveis por Lei, os Estatutos ou o Regulamento do Conselho de Administração, e três Comitês Delegados (Auditoria e Conformidade, Nomeações e Remunerações e Risco). O Comitê Executivo é o órgão que exerce a supervisão direta da administração das Unidades de Negócio e a coordenação das várias Áreas e Unidades do Grupo. O Comitê de Transformação e Inovação é o órgão que, dependendo do Comitê Executivo, tem capacidade para decidir sobre todas as iniciativas relacionadas à transformação e inovação na MAPFRE.

Além disso, o Comitê Global de Negócios é responsável por analisar o desenvolvimento dos negócios de seguro e dos serviços do Grupo em todo o mundo, cumprir os planos definidos e

propor ações corretivas ou de aprimoramento desses planos. A administração, coordenação e supervisão das atividades das Unidades e Áreas são realizadas pelos Comitês de Diretoria Locais, Regionais e das Unidades de Negócio, bem como pelo Comitê Executivo, segundo seu âmbito de atuação respectivo.

Cada Sociedade Filial possui órgãos de governança próprios, cuja estrutura e complexidade dependem da relevância das suas atividades e, se for o caso, das disposições legais aplicáveis. Normalmente contam com um Conselho de Administração e, quando a relevância das atividades desempenhadas o exigem, uma Comissão Diretora, órgãos estes que são substituídos por dois Administradores nas sociedades de propósito específico ou de pequeno porte.

Isto é acompanhado pelo organograma do Grupo vigente:



B) BOA GOVERNANÇA

A MAPFRE tem mantido, desde o seu início, uma aposta constante e decidida pela adoção das melhores práticas de governança corporativa. As práticas de boa governança da MAPFRE são orientadas para a criação de valor económico e social apoiado no longo prazo. O objetivo da empresa é assegurar a estabilidade financeira e proteger os interesses dos acionistas, maximizando o impacto positivo sobre o conjunto da sociedade.

A MAPFRE é regida pelo Texto Consolidado da Lei de Sociedades de Capital e dispõe de Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais, aprovados pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A., que junto com seus estatutos sociais e o Regulamento do Conselho de Administração, definem a estrutura, a composição e as funções que devem ter seus órgãos de governança e constituem o marco mínimo de cumprimento obrigatório para todas as entidades que integram o Grupo MAPFRE e seus respectivos órgãos de governança. A MAPFRE também conta com um conjunto de políticas corporativas que complementam seu sistema de governança¹.

Com relação ao Código de Boa Governança das sociedades cotadas da CNMV, em 31 de dezembro de 2019, a MAPFRE cumpre 93,75% das recomendações totalmente e 98,44% total ou parcialmente.

O Relatório Anual de Governança Corporativa 2019 oferece uma explicação detalhada sobre a estrutura do sistema de governança da MAPFRE e de seu funcionamento na prática², com o conteúdo mínimo previsto no artigo 540 do Texto Reformulado da Lei de Sociedades de Capital.

FUNCIONAMENTO

Durante o exercício 2019, as atividades do Grupo foram desenvolvidas por meio de suas Unidades de Negócio.

A Unidade de Negócio de Seguros é organizada seguindo a estrutura de Áreas Territoriais e Regionais.

A Área Territorial IBÉRIA coincide com a Área Regional Ibéria, composta por Portugal e Espanha. A Área Territorial LATAM está subdividida nas Áreas Regionais Brasil, LATAM Norte (Costa Rica, El Salvador; Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana) e LATAM Sul (Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). A Área Territorial INTERNACIONAL é composta pelas Áreas Regionais América do Norte (Canadá, Estados Unidos e Porto Rico), EURÁSIA (engloba as operações na Europa, exceto Espanha e Portugal, no Oriente Médio, África, Austrália, China, Filipinas, Indonésia, Japão, Malásia e Singapura).

A rede de distribuição da MAPFRE é a maior do setor de seguros da Espanha e uma das maiores de um grupo financeiro na América Latina.

A MAPFRE aposta na distribuição Multicanal, adaptando sua estrutura comercial às diferentes legislações em que opera.

O foco no cliente, a oferta global de produtos e a adaptação às particularidades jurídicas e comerciais de cada um dos mercados onde está presente são algumas das chaves do sucesso do seu modelo.

No fim de 2019, a rede mundial de distribuição da MAPFRE possuía 13.024 agências. Sua composição é detalhada a seguir:

ESCRITÓRIOS	2019	2018
IBÉRIA		
Diretas e Delegadas	3.136	3.084
Bancasseguros	2.519	2.329
Subtotal IBÉRIA	5.655	5.413
LATAM		
Diretas e Delegadas	1.419	1.629
Bancasseguros	5.354	4.941
Subtotal LATAM	6.773	6.570
INTERNACIONAL		
Diretas e Delegadas	555	543
Bancasseguros	41	--
Subtotal INTERNACIONAL	596	543
TOTAL DE ESCRITÓRIOS	13.024	12.526

Na encerramento do exercício, a presença da MAPFRE se destaca com 3.030 agências na Espanha, 647 no Brasil e 427 na Turquia.

Na decorrer de 2019, mais de 79 mil intermediário, incluindo agentes, delegados e corretores, colaboraram na distribuição de produtos. A tabela a seguir exibe o modo como esse grupo está composto:

¹ Os Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE e demais normas corporativas estão disponíveis no site da sociedade (www.mapfre.com).

² Para obter mais informações, consulte o Relatório Anual de Governança Corporativa 2019, que integra este Relatório de Gestão Consolidado.

REDE COMERCIAL	2019	2018
IBÉRIA		
Agentes	10.231	9.850
Delegados	2.791	2.753
Corretores	4.541	5.311
Subtotal IBÉRIA	17.563	17.914
LATAM		
Agentes	13.623	18.106
Delegados	3.824	3.952
Corretores	34.737	34.624
Subtotal LATAM	52.184	56.682
INTERNACIONAL		
Agentes	7.212	9.786
Delegados	198	121
Corretores	2.082	2.061
Subtotal INTERNACIONAL	9.492	11.968
TOTAL DA REDE COMERCIAL	79.239	86.564

As redes próprias da MAPFRE são complementadas pela capacidade de distribuição conferida pelos acordos fechados com várias entidades, principalmente os de banco de seguros (BANKIA, BANKINTER, CCM BANCO DO BRASIL, BHD LEON e BANK OF VALLETTA, entre outros). Ao longo do ano de 2019, a MAPFRE distribuiu seus produtos através de 7.914 agências de seguros bancários (das quais 2.519 estão situadas na Espanha, 5.140 no Brasil, 214 na República Dominicana e 41 em Malta).

Na atividade de seguros, a MAPFRE é a maior seguradora espanhola do mundo, com uma participação no mercado espanhol de 14,1% no negócio de Não Vida e de 7,9% no negócio de Vida. Além disso, é a décima primeira maior seguradora da Europa, com presença em praticamente todos os países da América Latina, região na qual é o grupo de seguros líder em seguros de Não Vida, com participação no mercado de 7,2% (de acordo com os dados do exercício de 2018, os mais recentes disponíveis). Além disso, a resseguradora do Grupo (MAPFRE RE) está no 16º lugar no ranking mundial de resseguro e, no ramo de Assistência, a MAPFRE é a quarta maior empresa do setor no mundo.

TOTAL REDE
COMERCIAL 2019
79.239

1.2. Evolução e resultado dos negócios

CONTEXTO ECONÔMICO E EVOLUÇÃO DOS MERCADOS SEGURADORES

Contexto econômico

Aspectos gerais

Em 2019, a economia mundial teve um crescimento estimado discreto de 3,0%. O grupo de economias do G7 cresceu 1,6%, com os Estados Unidos em 2,3% e a zona do euro em 1,2%. As economias emergentes, por outro lado, embora tenham crescido em outro nível, também não se livraram da desaceleração: a China cresceu 6,1% (de 6,6% no ano anterior), o grupo de emergentes e em desenvolvimento caiu de 4,5% para 3,9% e os asiáticos emergentes de 6,4% para 5,9%.

Vários fatores econômicos que influenciaram a atividade industrial e o investimento contribuíram para essa desaceleração da atividade econômica: tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China; a perspectiva de aumentar tarifas sobre outros parceiros comerciais dos EUA; a incerteza do Brexit e, de uma perspectiva estrutural, o ponto do ciclo econômico em que se encontra a economia global.

Nesse ambiente de fraca atividade econômica e deterioração das expectativas de inflação, a maioria dos bancos centrais do mundo mudou a política monetária, reduzindo as taxas de juros à taxa ao ritmo permitido pela taxa do Federal Reserve dos Estados Unidos, a inflação baixa e as taxas de câmbio em relação ao dólar.

Certamente, as quedas nas taxas de juros globais influenciarão a diminuir a desaceleração, mas não é esperado que, por si só, elas levem a uma recuperação sólida e forte. Para atingir esse objetivo, os governos também devem agir com políticas fiscais, na medida em que a política monetária está perdendo eficiência e pode estar alimentando bolhas de ativos.

Muitas incertezas deveriam desaparecer para que houvesse uma recuperação rápida, o que é improvável e, portanto, no cenário central, as perspectivas para os próximos dois anos são de menor crescimento.

Quanto à economia dos Estados Unidos, os mercados estão preocupados com a possibilidade de recessão, mas a força do mercado de trabalho e do setor de serviços não aponta para sua iminência.

Não caso da China, a economia cresceu 6,1%, demonstrando certo grau de resiliência ao ambiente global. Foi realizado um programa de medidas bem-sucedido (redução de impostos e aumento do crédito ao setor privado) para estimular a demanda doméstica e neutralizar a desaceleração no setor externo causada pela guerra comercial. Não entanto, será preciso esperar para confirmar se o acordo comercial mínimo entre os Estados Unidos e a China anunciado em outubro se concretizará.

Nesse ambiente de fraca atividade econômica, a maioria dos bancos centrais do mundo mudou a política monetária, reduzindo as taxas de juros

Na Europa, 2019 foi marcado por eleições em vários países, pela renovação de posições na Comissão Europeia e no Banco Central Europeu (BCE) e pelo Brexit. Com a economia europeia em fase de desaceleração, o BCE reduziu as taxas de depósito para -0,50% em setembro e retomou a compra de ativos.

A seguir é apresentada uma análise mais detalhada dos mercados mais relevantes nos quais a MAPFRE opera:

Zona do euro

A zona do euro está desacelerando, com crescimento do PIB em 1,2%. A inflação, por outro lado, está diminuindo, e se distancia da meta de 2% há um ano. O BCE anunciou, juntamente com a medida para reduzir as taxas de depósito, a reativação do programa de compras com 20.000 milhões mensais a partir de novembro, sem prazo definido para terminar o programa. Além disso, o BCE insistiu novamente que é necessário que os governos também ajam com estímulos fiscais, refletindo que os estímulos monetários estão atingindo os limites de sua eficácia.

O índice Euro Stoxx 50 encerrou o ano com um aumento de 24,8%, para 3.745 pontos, incentivado pelos lucros das empresas e novos estímulos monetários.

Espanha

A economia espanhola cresceu 2,0% em 2019, confirmando a desaceleração anunciada. Até 2020, a economia deverá crescer 1,7%, acentuando essa desaceleração, embora sem problemas, especialmente quando os estímulos monetários do BCE e as políticas de acomodação dos bancos centrais começarem a surtir efeito.

Por outro lado, a inflação estimada para 2019 foi reduzida para 0,8%, destacando a estabilidade dos preços de combustíveis, alimentos e bebidas não alcoólicas, em comparação com as quedas registradas em 2018.

A taxa de desemprego caiu para 13,8%, mas a taxa de criação de empregos, um fator determinante no crescimento do consumo, diminuiu.

O índice IBEX 35 teve alta de 11,8% no ano, terminando em 9.549 pontos.

Estados Unidos

A previsão média de crescimento em 2019 é de 2,3%, diminuindo de 2,9% no ano anterior. Os principais indicadores confirmam a desaceleração e como ela se move para a confiança dos agentes econômicos.

A inflação se recuperou levemente em novembro para 2,1%, com a estimativa de fechamento em 1,8%. O Federal Reserve decidiu reduzir as taxas de juros em três ocasiões, para a faixa de 1,50-1,75%, e anunciou que continuará injetando liquidez no mercado interbancário.

O dólar encerrou o ano em 1,12 USD/EUR (2,2% mais forte), diante do persistente diferencial de crescimento e de taxas entre os Estados Unidos a zona do euro.

O índice S & P500 apresentou um aumento de 29% e encerrou o ano em 3.231 pontos, incentivado pela queda nas taxas de juros e pela retomada da expansão do balance do Federal Reserve, em uma economia mais forte que a da Europa.

Brasil

Não Brasil, o crescimento esperado da economia em 2019 é de 0,8%. Com pressões inflacionárias mais baixas (3,3% estimadas em 2019) e em linha com a queda da taxa de juros global, o Banco Central em 2019 reduziu as taxas quatro vezes, de 6,50% para 4,50%.

Após a aprovação da reforma previdenciária, o real recuperou-se para um nível próximo a R\$ 4,0/USD, terminando o ano neste valor.

No mercado da bolsa de valores, o índice BOVESPA encerrou o ano nos 115.645 pontos, com uma alta de 31,6% no ano.

México

No México, a economia está estagnada e estima-se que o crescimento do PIB em 2019 possa ser próximo de zero.

Estima-se que a inflação atinja 3,2% em 2019. O Banco do México, alinhado com muitos bancos centrais globais e aproveitando a ausência de pressões inflacionárias, reduziu as taxas de juros quatro vezes em 2019, de 8,25% para 7,25%.

A taxa de câmbio terminou o ano em MXN 18,93/USD. Por outro lado, a Bolsa de Valores do México subiu 4,6% no ano, terminando em 43.541 pontos.

Turquia

A economia da Turquia teve três trimestres seguidos de contração até o segundo trimestre de 2019, crescendo 0,9% no terceiro trimestre e um crescimento de 0,2% é estimado na média do ano.

A inflação em 2019 ficou em 10,5%, caindo dos máximos de 25,2% no ano passado, o que permitiu ao Banco Central reduzir as taxas de juros de forma agressiva, de 24% em junho para 12% no final do ano.

No ano de 2019, houve uma ligeira recuperação da economia turca, facilitada pelo contexto de queda nas taxas locais e dos Estados Unidos.

A taxa de câmbio parecia ter encontrado uma estabilidade na faixa de TRY 5,60 a 5,80/USD, embora no final do ano o dólar tenha atingido os TRY 6,0.

O índice da bolsa BIST30 de Istambul aumentou 21,4% no ano, para 138.830 pontos (10,1% em euros).

Evolução dos mercados segurador

Mercado espanhol⁴

Os prêmios emitidos por seguros diretos no mercado segurador espanhol totalizaram 64.155 milhões de euros em dezembro de 2019, valor muito semelhante ao de dezembro do ano anterior, com uma ligeira queda de -0,4%. Enquanto o ramo Vida apresentou comportamento negativo de -5,1%, o ramo Não Vida aumentou 3,4%.

Conceito	dez/19	dez/18	% Var. 19/18
Vida	27.526	28.995	-5,1%
Não vidas	36.629	35.430	3,4%
TOTAL de Seguro Direto	64.155	64.425	-0,4%

Dados em milhões de euros.

Os seguros de Saúde e Multirrisco continuam a impulsionar os negócios Não Vida, com crescimento de 4,8% e 4,0%, respectivamente, enquanto os seguros de automóveis continuam apresentando aumentos moderados (1,5%). Dentro dos ramos de maior volume, devemos destacar também o crescimento de Óbitos (3,9%) e Responsabilidade civil (4,25%). Outro ramo que apresentou bom desempenho em 2019 foi o de Transporte, com um aumento de 8,3% na receita de prêmios e variações positivas em todos os ramos.

Conceito	dez/19	dez/18	% Var. 19/18
Automóveis	11.307	11.138	1,5%
Saúde	8.923	8.516	4,8%
Multirriscos	7.521	7.234	4,0%
Resto dos ramos Não Vida	8.879	8.542	3,9%
TOTAL Não Vida	36.630	35.430	3,4%

Dados em milhões de euros.

Os prêmios de seguro de vida tiveram um crescimento de 3,0% do seguro de Vida risco, muito abaixo dos 12,1% registrados em dezembro de 2018. Enquanto isso, o seguro de poupança manteve um comportamento negativo no mesmo período, com uma queda nos prêmios de -6,6% em dezembro de 2019.

Com os dados de setembro de 2019, a rentabilidade técnica dos ramos Não Vida apresentou uma melhoria de 0,6 ponto percentual (pp) em relação ao mesmo período do ano anterior, como resultado de uma queda na taxa de sinistralidade em 1 pp e um aumento da taxa de gastos em 0,3 pp. O seguro Multirrisco contribuiu especialmente para essa melhoria, cujo índice combinado diminuiu 5 pp nesse período.

Conceito	Total Não Vida		Automóveis		Multirriscos		Saúde	
	set/19	set/18	set/19	set/18	set/19	set/18	set/19	set/18
Sinistralidade	70,1%	71,1%	75,8%	75,9%	60,7%	65,6%	79,5%	79,4%
Despesas	22,1%	21,8%	18,9%	18,5%	31,2%	31,2%	12,5%	12,0%
Taxa combinada	92,3%	92,9%	94,7%	94,4%	91,9%	96,9%	92,0%	91,4%

Embora o crescimento dos prêmios de Vida tenha mostrado taxas negativas nos últimos dois anos, as provisões técnicas continuaram crescendo, atingindo 194.685 milhões de euros no final de 2019, 3,3% a mais do que no mesmo período do ano anterior. Enquanto isso, o patrimônio dos Fundos de Investimento aumentou 7,4% em 2019, atingindo 276.557 milhões de euros, principalmente devido à reavaliação das Carteiras dos Fundos por efeito de mercado. Segundo a Inverco, a evolução favorável das bolsas de valores permitiu que as carteiras dos fundos de ações apresentassem crescimento de certa magnitude. Finalmente, o volume de ativos administrados pelos planos de pensão totalizou 116.419 milhões de euros em dezembro de 2019, o que representa um aumento de 8,9% em relação a 2018. Os planos de pensão terminam 2019 com a melhor rentabilidade da série histórica no final do ano, com média de 8,8% no ano.

Conceito	dez/19	dez/18	% Var. 19/18
Seguros de Vida	194.685	188.467	3,3%
Fundos de investimentos	276.557	257.551	7,4%
Fundos de aposentadoria	116.419	106.886	8,9%
TOTAL	587.661	552.904	6,3%

Mercados latino-americanos

Segundo os últimos dados publicados pelos organismos supervisores latino-americanos referidos em 2019 (últimas informações oficiais disponíveis), a maioria dos mercados da região aumentaram seu volume de prêmios em termos nominais, com exceção da Nicarágua. Se também excluirmos este país, todos os mercados registraram crescimento nos ramos Não Vida nos últimos doze meses, muitos deles com taxas de dois dígitos, como Argentina, Colômbia e México. Em relação ao ramo Vida, o Paraguai apresentou quedas, enquanto o restante dos países teve um comportamento muito positivo, entre os quais o aumento de 17,9% registrado no Brasil, o maior mercado da região neste país. segmento.

País	Data	Não Vida	Vida	Total
Argentina	set/19	35,1%	26,2%	33,9%
Brasil	nov-19	2,3%	17,9%	11,9%
Chile	set/19	8,7%	2,6%	11,5%
Colômbia	oct-19	12,3%	9,0%	11,2%
México	set/19	11,6%	12,0%	11,9%
Peru	nov-19	7,4%	12,4%	9,6%
Porto Rico	dez/18	8,2%	17,7%	9,1%

Fonte: Serviço de Estudos da MAPFRE com dados do órgão de supervisão do país respectivo.

Os dois maiores mercados da região, Brasil e México, apresentaram variações positivas no volume de prêmios ao longo do exercício de 2019. O Brasil se recuperou do declínio registrado em 2018 devido à queda dos prêmios de Vida, enquanto os ramos Não Vida tiveram uma ligeira moderação em sua evolução, com uma variação de 2,3% em novembro de 2019 (5,4% em novembro de 2018), com queda nos prêmios do seguro de automóveis (-6,2%). As taxas de seguro obrigatórias para Danos Pessoais causados por Veículos Rodoviários (DPVAT) para 2019 diminuíram significativamente, depois que uma nova resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados foi publicada com as novas taxas para esse exercício. Além disso, em novembro de 2019, o órgão de supervisão (SUPSEP) anunciou o envio da Medida Provisória nº 904/19, que extingue o referido seguro em 1 de janeiro de 2020 devido à sua baixa eficiência. Posteriormente, em 19 de dezembro, o Plenário do Supremo Tribunal Federal suspendeu a eficácia da referida Medida Provisória.

Por outro lado, a própria SUSEP, por meio da Medida Provisória nº 905/19, emitida pela Presidência da República e publicada no Diário Oficial da União em 12 de novembro, deixa de regulamentar a figura do corretor de seguros. Justificou-se essa medida pelo entendimento de que o corretor está preparado

para operar em um ambiente mais flexível, sem a presença do regulador, e que a autorregulação trará mais eficiência e liberdade ao setor de seguros.

O México, por outro lado, apresentou um crescimento de dois dígitos nos prêmios de Vida (12%) e Não Vida (11,6%), com o último segmento afetando a renovação da apólice de seguro integral da Petróleos Mexicanos (PEMEX) em junho de 2019, com prazo plurianual (24 meses).

Outros mercados

Estados Unidos

De acordo com informações da Associação Nacional de Comissários de Seguros (NAIC) referidas no primeiro semestre de 2019, os prêmios de seguro direto de Property & Casualty tiveram um crescimento de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, com comportamento positivo em todas as linhas de negócios (pessoal, comercial e combinada). As taxas continuaram a se fortalecer em 2019 em resposta a dois anos consecutivos de perdas graves e um ambiente de baixas taxas de juros. Por outro lado, o seguro de vida aumentou 5%, com bom desempenho das rendas vitalícias, que cresceram 10%. Por fim, o seguro de Saúde, também mostrou sinais positivos em sua evolução, com um aumento de 5,8% no primeiro semestre de 2019, graças principalmente aos programas de proteção pública, Medicare e Medicaid.

Turquia

Segundo os dados da Associação de Seguros da Turquia, o mercado de seguros turco encerrou o terceiro trimestre de 2019 com um crescimento nominal de 21,8%, embora deva-se levar em conta que, em setembro de 2019, a inflação anual era de 13,5%. Os prêmios de seguro de vida tiveram um crescimento extraordinário de 35,6%, com um aumento significativo do seguro de Vida ligado ao crédito. No segmento Não Vida, o crescimento foi de 19,3%, com aumentos significativos em todos os ramos principais. O seguro de Automóveis, o maior

volume, registrou aumento de 17,3%, e os ramos de Saúde, Lar e Comercial também tiveram bom desempenho, com aumentos de 34,3% e 22,4%, respectivamente. Por fim, deve-se destacar que, em outubro de 2019, o Decreto Presidencial nº 47, que cria uma instituição independente responsável pela regulação do setor de seguros, a Agência de Supervisão e Regulação de Pensões e Seguros Privados foi publicada no Diário Oficial da União. Anteriormente, a supervisão do setor de seguros era de responsabilidade do Ministério da Fazenda e Finanças.

EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

Receita por operações

Conceito	dez/19	dez/18	Δ %
Total de prêmios emitidos e aceitos	23.043,9	22.537,1	2,2%
Receitas financeiras dos investimentos	3.287,5	2.575,2	27,7%
Receitas de entidades não seguradoras e outras receitas	2.140,8	1.477,5	44,9%
TOTAL DE RECEITAS CONSOLIDADAS	28.472,2	26.589,7	7,1%

Dados em milhões de euros.

As receitas consolidadas do Grupo alcançaram 28.472,2 milhões de euros, com um incremento de 7,1% devido, fundamentalmente, ao aumento na emissão de prêmios e às maiores receitas financeiras.

Os prêmios de seguro direto e resseguro aceito, que representam a parte fundamental da nossa receita, subiram para 23.043,9 bilhões de euros, com um crescimento de 2,2%.

As receitas brutas de investimentos aumentaram e chegaram a 3.287,5 bilhões de euros, valor superior em 27,7% ao do exercício anterior.

As outras receitas que abrangem em grande parte aquelas das atividades não seguradoras e as receitas não técnicas refletem um aumento de 44,9%, devido principalmente ao aumento das diferenças positivas de câmbio.

TOTAL DE RECEITAS
CONSOLIDADAS 2019
28.472,2 M€

Resultados

O quadro anexo apresenta um resumo da demonstração de resultados consolidada em dezembro de 2019, demonstrando os diferentes componentes dos lucros da MAPFRE e sua comparação com o mesmo período do ano anterior.

Conceito	dez/19	dez/18	Δ %
RECEITAS DO NEGÓCIO SEGURADOR	24.154,8	22.833,4	5,8%
Prêmios ganhos no exercício, líquidos	19.172,9	19.212,0	
Receitas dos investimentos	3.235,4	2.490,3	
Diferenças positivas de câmbio	1.589,2	959,4	
Outras receitas	157,3	171,7	
DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR	(22.621,1)	(21.413,4)	-5,6%
Sinistralidade do exercício, líquida	(14.699,5)	(14.010,0)	
Despesas de operacionais líquidas	(5.108,3)	(4.988,7)	
Despesas dos investimentos	(847,5)	(949,9)	
Diferenças negativas de câmbio	(1.589,5)	(946,7)	
Outras despesas	(376,3)	(518,1)	
RESULTADO DO NEGÓCIO SEGURADOR	1.533,7	1.420,0	8,0%
OUTRAS ATIVIDADES	(232,9)	(70,7)	
RESULTADO POR REEXPRESSION DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	(21,6)	(18,7)	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.279,2	1.330,5	-3,9%
IMPOSTO DE RENDA	(323,9)	(453,0)	
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	955,3	877,5	8,9%
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES INTERROMPIDAS	0,0	0,0	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	955,3	877,5	8,9%
Atribuível a participações não dominantes	346,0	348,7	
Atribuível aos acionistas controladores	609,2	528,9	15,2%

Dados em milhões de euros.

O aumento na epígrafe de Receitas dos investimentos deve-se principalmente às reavaliações de carteiras de investimentos. Estes investimentos estão vinculados a apólices de vida-economia, e o aumento de receitas tem reflexo no aumento das despesas, tal como se mostra na seção de sinistralidade do exercício.

O aumento na epígrafe das diferenças positivas de câmbio reflete simetricamente o aumento na epígrafe das diferenças negativas de câmbio.

O resultado do negócio segurador totaliza 1.533,7 milhões de euros, o que representa um montante 8,0% superior ao do exercício anterior.

O resultado derivado de outras atividades não relacionadas a seguros gera uma perda de 233 milhões de euros, e o resultado antes dos impostos é de 1.279,2 milhões de euros, 3,9% a menos que no exercício passado.

O imposto de renda chegou a 323,9 milhões de euros, com uma redução de 28,5% em relação ao final do exercício anterior. A menor despesa tributária tem sua origem principalmente no Brasil e em entidades com jurisdição fiscal na Espanha. O lucro atribuível acumulado em dezembro de 2019 subiu para 609,2 milhões de euros, com um aumento de 15,2%. Deve-se levar em consideração que o exercício de 2018 é afetado pela redução ao valor recuperável extraordinária do ágio no montante de 173,5 milhões de euros (registrado no resultado de Não Vida), enquanto em 2019 a redução ao valor recuperável extraordinária do ágio e a provisão para despesas de reestruturação nas sociedades investidas da MAPFRE ASSISTÊNCIA tiveram um impacto conjunto de 75,6 milhões de euros no resultado atribuído do Grupo (registrado no resultado de Outras atividades).

Não Vida

Os resultados de Não Vida atingiram 919,6 milhões de euros, com um aumento/redução de 24,5% em relação ao exercício anterior.

A MAPFRE ESPANHA continua sendo o maior contribuinte nos lucros do Grupo, mantendo sua posição de liderança no mercado espanhol.

Vale destacar o ritmo positivo de contribuição para o lucro do negócio Não Vida no BRASIL, LATAM NORTE e na AMÉRICA DO NORTE. A EURÁSIA apresenta um resultado do negócio Não Vida positivo e superior ao do exercício passado.

O resultado da MAPFRE RE se deteriorou devido à evolução adversa da sinistralidade não catastrófica, destacando vários sinistros de intensidade significativas durante o exercício, os danos causados pela seca no Brasil, os danos extraordinários causados pelos tufões Faxai e Hagibis e os distúrbios que ocorrerão no quarto trimestre no Chile.

Vida

Os resultados de Vida atingiram 614,1 milhões de euros, com um aumento/redução de 9,9% em relação ao exercício anterior. Na parte positiva, destaca-se a boa evolução dos negócios da Espanha, cujo resultado mantém um crescimento sustentado. O Brasil mostra uma deterioração em consequência, por um lado, do fato de que em 2018 houve um efeito positivo extraordinário de 130 milhões de euros decorrente da redução de provisões técnicas do negócio de Vida, a fim de adaptá-las a um melhor estimativa atuarial. Além disso, o negócio de Vida risco no Brasil é afetado pelo aumento das despesas de aquisição no canal de banco de seguros.

Outras atividades

O aumento na perda do resultado de Outras Atividades tem origem principalmente na MAPFRE ASSISTÊNCIA, devido à verba extraordinária de 75,6 milhões de euros já mencionada, além de gastos com inovação, digitalização e outras iniciativas estratégicas desenvolvidas pelas unidades mais relevantes.

Balanco

Conceito	dez/19	dez/18	Δ %
Ágio	1.773,2	1.689,0	5,0%
Outros ativos intangíveis	1.526,9	1.383,3	10,4%
Outras imobilizações	265,5	259,7	2,2%
Tesouraria	2.537,5	2.201,4	15,3%
Imóveis	2.435,0	2.096,2	16,2%
Aplicações financeiras	44.995,9	41.246,0	9,1%
Outros investimentos	1.044,1	1.487,4	(29,8%)
Investimentos Unit-Linked	2.510,2	2.242,5	11,9%
Participação do resseguro nas provisões técnicas	6.386,1	5.883,2	8,5%
Créditos de operações de seguro e resseguro	4.879,4	4.547,3	7,3%
Impostos diferidos	307,0	333,6	(8,0%)
Ativos mantidos para a venda	264,2	341,5	(22,6%)
Outros ativos	3.585,0	3.579,7	0,1%
TOTAL ACTIVO	72.509,9	67.290,8	7,8%
Patrimônio atribuído aos acionistas controladores	8.854,3	7.993,8	10,8%
Parceiros externos	1.251,7	1.203,8	4,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.106,0	9.197,6	9,9%
Dívida financeira	2.973,7	2.670,3	11,4%
Provisões técnicas	51.031,6	48.723,6	4,7%
Provisões para riscos e despesas	709,3	641,5	10,6%
Dívidas de operações de seguro e resseguro	2.469,1	1.947,4	26,8%
Impostos diferidos	703,1	499,3	40,8%
Passivos mantidos para a venda	135,9	194,0	(29,9%)
Outros passivos	4.381,2	3.417,1	8,2%
TOTAL PASSIVO	72.509,9	67.290,8	7,8%

Dados em milhões de euros.

Os ativos chegaram a 72.509,9 bilhões de euros em terça-feira, 31 de dezembro de 2019 e cresceram 7,8% em relação ao fechamento do ano anterior. As flutuações mais relevantes são analisadas a seguir:

1. O aumento, durante o primeiro semestre do exercício 2019, das seções de Aplicações financeiras e de Provisões técnicas engloba, além do próprio crescimento derivado da atividade seguradora, o efeito da valorização das carteiras de aplicações financeiras em decorrência da queda das taxas de juros e da melhora dos mercados das bolsas de valores. Além disso, a entrada da Caja Granada Vida e da Caja Murcia Vida no perímetro de consolidação do Grupo sugere, em dezembro de 2019, aumentar as aplicações financeiras em 324,2 milhões de euros e as provisões técnicas, em 273,8 milhões de euros. O aumento na avaliação da carteira de aplicações financeiras também reflete sua contabilização sobre o patrimônio líquido e impostos diferidos do Grupo.
2. O aumento das epígrafes de Ágio e Ativos Intangíveis tem origem na entrada no perímetro de consolidação do Grupo Caja Granada Vida e Cajamurcia Vida, bem como na entrada no Grupo da empresa adquirida do Banco Santander que, no seu conjunto, representam um aumento de 210,5 milhões de euros. Este aumento foi reduzido em 65,6 milhões de euros devido à redução ao valor recuperável extraordinária do ágio das subsidiárias da MAPFRE ASSISTÊNCIA.
3. A entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2019, da normativa IFRS-UE 16 sobre as locações sugere um aumento da seção de imóveis do ativo no montante de 285 milhões de euros e de outros passivos no montante de 310 milhões de euros. Em junho de 2019, o impacto no resultado do Grupo, pela aplicação dessa nova norma, gerou um gasto maior, no montante de 4,1 milhões de euros.

4. Em 31 de dezembro de 2019, o epígrafe de ativos mantidos para venda inclui principalmente a avaliação dos negócios da Funespaña no montante de 127,9 milhões de euros.

5. As variações nos epígrafes de Ativos e Passivos por operações de seguro e resseguro, são produzidas pelo próprio processo de gestão do negócio.

Fundos administrados

Os quadros a seguir mostram a evolução da economia administrada, que inclui tanto as provisões técnicas das empresas de seguros de Vida quanto as provisões de Vida das entidades de seguros multirramo, que estão incluídas no balanço consolidado do Grupo.

Além das operações de seguro de Vida, a MAPFRE gerencia a poupança dos seus clientes por intermédio de fundos de pensão e fundos de investimento.

Economia administrada

Os detalhes e a variação da economia administrada que engloba ambos os conceitos serão mostrados no quadro a seguir:

Conceito	dez/19	dez/18	% Var. 19/18
Provisões técnicas de Vida	30.547,8	28.536,5	7,0%
Fundos de aposentadoria	5.479,1	4.874,7	12,4%
Fundos de investimento e outros	4.636,0	4.336,4	6,9%
Subtotal	40.663,0	37.747,6	7,7%

Dados em milhões de euros.

A variação da economia administrada com relação a dezembro do exercício passado reflete o crescimento das provisões técnicas de Vida, das economias administradas em fundos de aposentadoria e em fundos de investimento.

Ativos gerenciados

A tabela a seguir reproduz a evolução dos ativos gerenciados, que incluem a carteira de investimentos do Grupo como um todo, tais como fundos de aposentadoria e de investimentos, e que aponta 8,8% de crescimento:

Conceito	dez/19	dez/18	% Var. 19/18
Carteira de investimento	53.522,7	49.273,5	8,6%
Fundos de aposentadoria	5.479,1	4.874,7	12,4%
Fundos de investimento e outros	4.636,0	4.336,4	6,9%
TOTAL	63.637,8	58.484,6	8,8%

Dados em milhões de euros.

Principais indicadores

Rentabilidade sobre fundos próprios(ROE)

O índice de rentabilidade (ROE), representado pela proporção entre o lucro líquido atribuível à matriz (deduzindo-se a participação de parceiros externos) e seus fundos próprios médios, situou-se em 7,2% (6,4% em 2018).

Índices de gestão

A taxa combinada mede a incidência dos custos de gestão e da sinistralidade de um exercício sobre os respectivos prêmios. Nos anos 2019 e 2018, essa taxa ficou situada em 97,6%.

TOTAL ATIVOS
GERENCIADOS 2019
63.637,8 M€

O seguinte quadro descreve a evolução das principais taxas de gerenciamento por unidades de negócio:

	GASTOS ⁽¹⁾		SINISTRALIDADE ⁽²⁾		COMBINADO ⁽³⁾	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
IBÉRIA	21,2%	21,0%	73,1%	72,8%	94,4%	93,8%
LATAM NORTE	31,2%	32,2%	63,5%	65,9%	94,7%	98,1%
LATAM SUL	36,8%	36,2%	63,2%	61,1%	100,0%	97,3%
BRASIL	37,0%	37,0%	55,1%	61,5%	92,2%	98,5%
AMÉRICA DO NORTE	28,5%	28,1%	71,8%	74,0%	100,4%	102,1%
EURÁSIA	26,1%	22,2%	80,0%	84,4%	106,1%	106,7%
MAPFRE RE ⁽⁴⁾	30,5%	27,8%	70,5%	67,8%	101,0%	95,6%
Resseguro	30,0%	27,2%	69,3%	68,8%	99,2%	96,1%
Global Risks	37,5%	32,8%	86,0%	59,3%	123,5%	92,1%
MAPFRE ASSISTÊNCIA	41,1%	41,1%	62,2%	62,4%	103,3%	103,5%
MAPFRE S.A.	28,6%	27,8%	69,0%	69,8%	97,6%	97,6%

(1) (Despesas de exploração líquidas de resseguro - outras receitas técnicas + outras despesas técnicas)/Prêmios líquidos de resseguro. Valores relativos ao seguro de Não Vida.

(2) (Sinistralidade do exercício, líquida de resseguro + variação de outras provisões técnicas + participação em lucros e estornos)/Prêmios líquidos de resseguro. Valores relativos ao seguro de Não Vida.

(3) Taxa combinada = Taxa de gastos + Taxa de sinistralidade. Valores relativos ao seguro de Não Vida.

(4) Os valores de 2018, para fins comparativos, incluem informações de Global Risks.

Informações por Unidade de Negócio

A MAPFRE estrutura os negócios por unidades de: Seguros, Resseguro, Global Risks e Assistência. As unidades de Resseguro e Global Risks estão integradas à pessoa jurídica MAPFRE RE.

O quadro a seguir mostra os valores referentes a prêmios, resultado atribuível e taxa combinada de Não Vida por unidade de negócio:

Principais dados econômico-financeiros

ÁREA / UNIDADE DE NEGÓCIO	Prêmios			Resultado atribuível			Taxa combinada	
	Dez. 2019	Dez. 2018	Δ %	Dez. 2019	Dez.2018	Δ %	Dez.2019	Dez. 2018
IBÉRIA	7.717,8	7.657,9	0,8%	497,8	480,6	3,6%	94,4%	93,8%
LATAM	7.547,3	6.887,3	9,6%	214,9	156,9	36,9%	94,4%	98,2%
INTERNACIONAL	4.027,3	4.191,0	(3,9%)	93,7	47,4	97,6%	102,3%	103,5%
TOTAL SEGUROS	19.292,4	18.736,2	3,0%	806,4	684,9	17,7%	96,5%	97,8%
RESSEGURO E GLOBAL RISKS (*)	5.580,5	4.960,9	12,5%	57,5	168,7	(65,9%)	101,0%	95,6%
ASSISTÊNCIA	861,0	911,0	(5,5%)	(88,0)	(10,1)	--	103,3%	103,5%
Holding, eliminações e outras	(2.690,0)	(2.071,1)	(29,9%)	(166,7)	(314,6)	47,0%	--	--
MAPFRE S.A.	23.043,9	22.537,1	2,2%	609,2	528,9	15,2%	97,6%	97,6%

Dados em milhões de euros.

(*) Os valores de 2018, para fins comparativos, incluem as informações correspondentes ao negócio Global Risks. as cifras de 2018 a efectos comparativos incluyen la información correspondiente al negocio de Global Risks.

Entidades de Seguros

IBÉRIA

Abrange as atividades da MAPFRE ESPANHA e de sua filial em Portugal, e as atividades do negócio de Vida gerenciadas pela MAPFRE VIDA e suas filiais de seguradoras bancárias.

Información por países

ÁREA / UNIDADE DE NEGÓCIO	Prêmios			Resultado atribuível			Taxa combinada	
	Dez. 2019	Dez. 2018	Δ %	Dez. 2019	Dez.2018	Δ %	Dez.2019	Dez. 2018
IBÉRIA	7.717,8	7.657,9	0,8%	497,8	480,6	3,6%	94,4%	93,8%
ESPAÑA	7.582,3	7.524,0	0,8%	488,7	466,7	4,7%	94,4%	93,7%
PORTUGAL	135,4	133,9	1,1%	9,1	13,9	(34,4%)	95,9%	96,5%

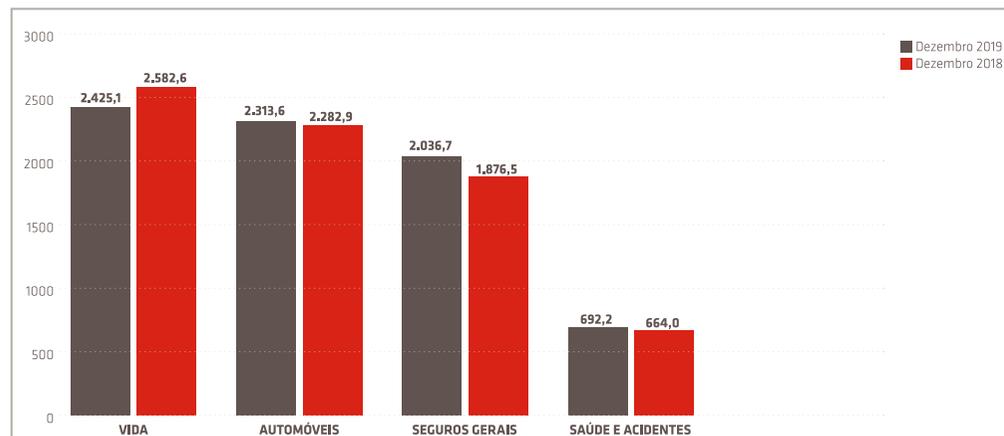
Dados em milhões de euros.

Os prémios da IBÉRIA cresceram em 0,8%. Os prémios do negócio Não Vida cresceram 4,3% e refletem a boa evolução do negócio de automóveis, saúde e lar. Os prémios de negócios de Vida foram reduzidos em 6,1% devido, principalmente, ao ambiente de baixa taxa de juros, que dificulta a contratação de seguros de poupança, e a uma emissão mais baixa dos bancos de seguros que, em 2018, assinaram certas receitas de investimentos coletivos e lançaram produtos da economia, o que não se repetiu com a mesma intensidade em 2019.

O resultado atribuído subiu para 497,8 milhões de euros, com 3,6% de crescimento em relação ao exercício anterior.

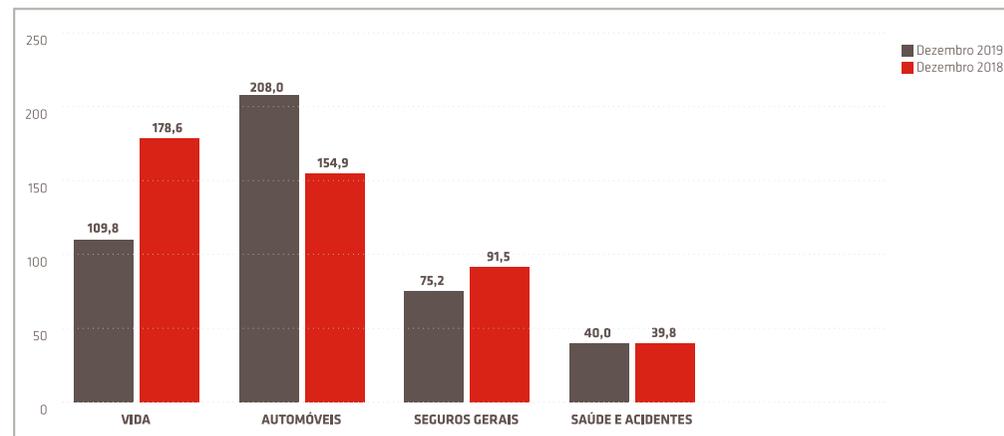
A DANA (Depressão Isolada em Altos Níveis), desenvolvida na Espanha na segunda metade do ano, custou cerca de 23 milhões de euros.

Prémios emitidos nos principais ramos



Dados em milhões de euros.

Evolução do resultado



Dados em milhões de euros.

A queda nos lucros de Automóveis mostra a grande competitividade desse ramo na Espanha, com um aumento crescente nos custos de reparo de veículos e uma grande pressão nas tarifas. Esse efeito é compensado pela melhora no resultado dos Seguros Gerais e, sobretudo, pelo crescimento dos lucros do ramo Vida, especialmente a modalidade de Previdência privada.

A seguir, são apresentadas as participações de mercado na Espanha* e em Portugal em dezembro e setembro de 2019, respectivamente:

ESPAÑA	Dez/19	Dez/18
Automóveis	20,0%	20,0%
Saúde	6,5%	6,5%
Outros Não Vida	14,2%	14,2%
Total Não Vida	14,1%	14,2%
Total Vida	7,9%	7,9%
TOTAL	11,4%	11,3%

* Participações de mercado estimadas com base em dados provisórios publicados pela ICEA, onde são considerados apenas os prêmios de seguro direto emitidos.

PORTUGAL	Dez/19	Dez/18
Automóveis	2,2%	2,4%
Total Não Vida	2,0%	2,1%
Total Vida	0,5%	0,4%
TOTAL	1,1%	1,1%

Fuente: Associação Portuguesa de Seguradores.

LATAM

Abrange as áreas regionais BRASIL, LATAM NORTE e LATAM SUL.

Informações por regiões

REGIÓN	Prêmios			Resultado atribuível			Taxa combinada	
	Dez. 2019	Dez. 2018	Δ %	Dez. 2019	Dez. 2018	Δ %	Dez. 2019	Dez. 2018
BRASIL	3.977,5	3.972,2	0,1%	97,0	54,1	79,1%	92,2%	98,5%
LATAM NORTE	1.973,1	1.309,3	50,7%	63,1	43,7	44,6%	94,7%	98,1%
LATAM SUL	1.596,7	1.605,7	(0,6%)	54,8	59,1	(7,3%)	100,0%	97,3%

Dados em milhões de euros.

No Brasil, os prêmios emitidos permanecem estáveis em euros, enquanto em reais o aumento é de 2,1%. Isso se deve à depreciação do real em 1,9% na comparação ano a ano.

A evolução do resultado atribuído do BRASIL foi bastante satisfatória e alcançou o valor de 97,0 milhões de euros, com um crescimento de 79,1%. A melhora no resultado deve-se à evolução favorável do negócio de Automóveis, melhorando a taxa combinada de 114,7% para 107,5% e de Seguros Gerais, em que a taxa combinada melhorou de 80,8% para excelentes 77,9%.

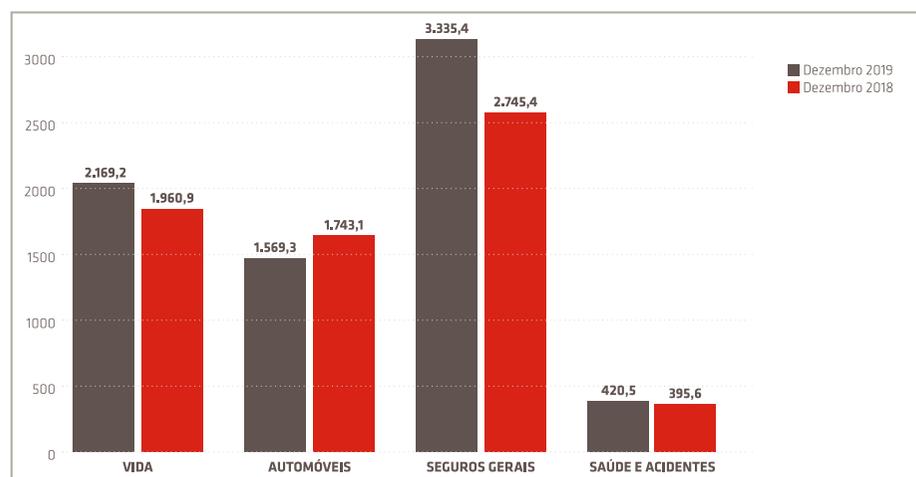
Na LATAM do Norte, o desempenho positivo de México, República Dominicana e Guatemala, juntamente com a valorização das principais moedas da região, são os principais motivos do crescimento dos prêmios. O crescimento excepcional de 50,7% se deve, em parte, ao fato de que, durante o mês de junho, foi renovada a apólice plurianual integral de danos da PEMEX (2 anos) no montante de 502,9 milhões de dólares (449,8 milhões de euros).

Houve uma melhoria significativa dos resultados na região da América Latina, sustentada pela evolução favorável dos negócios no México, que aumentou seu resultado em 38,9%, de uma proporção combinada de 101,8% para 98,1%, graças à redução da taxa combinada de Automóveis de até 94,7%.

Os prêmios na LATAM Sul foram reduzidos em 0,6%, uma queda derivada principalmente da menor emissão da Colômbia, Chile, Uruguai e Argentina, embora com uma melhora no Peru, cujos prêmios aumentaram 12,3%. A queda de 14,7% nos prêmios argentinos deve-se principalmente à forte depreciação do peso argentino.

A LATAM Sul apresenta um resultado atribuído de 54,8 milhões de euros, com queda de 7,3%, explicada principalmente pela mais-valia extraordinária de 25 milhões de euros registrada em 2018, derivada da venda de um imóvel no Chile. A taxa combinada de Não Vida é de 100% e é superior ao exercício anterior, devido a uma evolução desfavorável da sinistralidade.

Prêmios emitidos nos principais ramos



Dados em milhões de euros.

A seguir, apresentam-se as participações de mercado no seguro direto Não Vida nos principais países da região:

PAÍS	Ranking (em Dez/2018)	Participação no mercado ⁽¹⁾	Data de participação no mercado
Argentina	17	1,9%	set/19
Brasil	2	12,8%	nov-19
Chile	7	5,1%	set/19
Colômbia	7	5,3%	oct-19
Honduras	3	16,4%	set/19
México	9	8,3%	set/19
Panamá	3	16,2%	set/19
Peru	3	19,0%	nov-19
República Dominicana	4	11,5%	nov-19

(1) Valores conforme os últimos dados disponíveis para cada mercado.

Fonte: Serviço de Estudos da MAPFRE com dados do órgão de supervisão do país respectivo.

INTERNACIONAL

Engloba as áreas regionais da AMÉRICA DO NORTE e EURÁSIA.

Informações por regiões

REGIÃO	Prêmios			Resultado atribuível			Taxa combinada	
	Dez. 2019	Dez. 2018	Δ %	Dez. 2019	Dez.2018	Δ %	Dez.2019	Dez. 2018
AMÉRICA DO NORTE	2.331,7	2.425,3	(3,9%)	78,6	35,0	124,8%	100,4%	102,1%
EURÁSIA	1.695,5	1.765,8	(4,0%)	15,1	12,5	21,0%	106,1%	106,7%

Dados em milhões de euros.

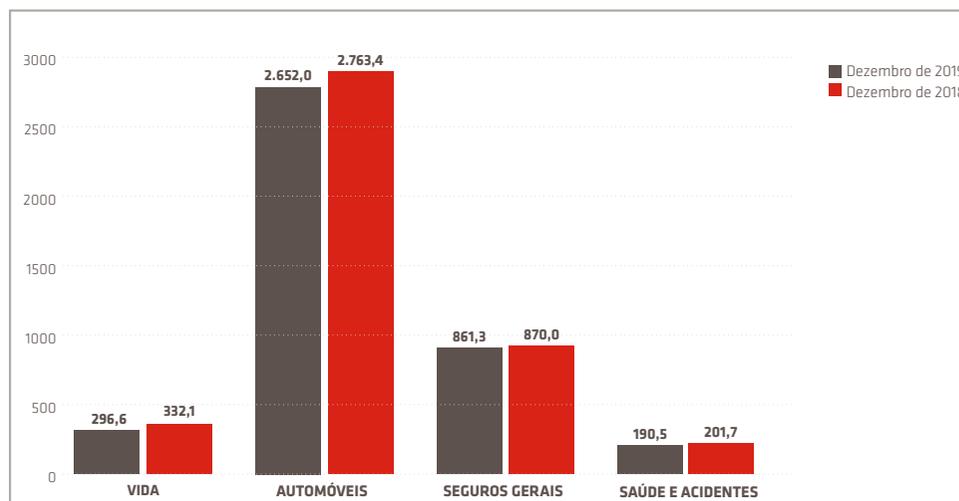
Na América do Norte, os prêmios registraram uma queda de 3,9%. A menor emissão teve origem essencialmente nas medidas técnicas adotadas na assinatura dos negócios nos estados fora da região Nordeste e na saída dos negócios em cinco estados materializada no fechamento do exercício passado.

O resultado na AMÉRICA DO NORTE apresentou evolução bastante positiva em relação à mesma data do exercício anterior, devido a uma melhora no resultado das assinaturas e à queda da sinistralidade de Automóveis, cuja taxa combinada passou de 105,3% para 104,0%, assim como à ausência de fenômenos atmosféricos adversos de proporções significativas.

Os prêmios na EURÁSIA registraram queda de 4,0% em consequência da forte desvalorização da lira turca (13,1%) e da evolução desfavorável da emissão em Malta, Indonésia e Itália. A Alemanha teve um crescimento de prêmios de 4,7%, e as Filipinas, de 0,8%.

A EURÁSIA apresentou um resultado atribuído de 15,1 milhões de euros, o que representa um crescimento de 21% em relação ao resultado do exercício anterior.

Prêmios emitidos nos principais ramos



Dados em milhões de euros.

A seguir, são apresentadas as cotas da MAPFRE na Área Territorial Internacional, segundo os últimos dados disponíveis publicados em cada país.

No estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, as participações no mercado são as seguintes::

RAMO	MASSACHUSETTS	
	dez/18	dez/17
Automóveis	22,0%	22,6%
Total Não Vida	11,5%	11,8%
Total Vida	0,0%	0,0%
TOTAL	3,3%	3,3%

Fonte: Serviço de Estudos da MAPFRE com dados do órgão de supervisão do país respectivo.

En Porto Rico:

RAMO	PORTO RICO	
	dez/18	dez/17
Automóveis	14,6%	13,9%
Não Vida (sin Saúde)	16,7%	15,2%
Total Não Vida	3,5%	3,0%
Total Vida	0,3%	0,4%
TOTAL	3,2%	2,8%

Fonte: Serviço de Estudos da MAPFRE com dados do órgão de supervisão do país respectivo.

Na região da EURÁSIA:

RAMO	ALEMANHA		ITÁLIA		MALTA		TURQUIA	
	dez/18	dez/17	set/19	set/18	dez/18	dez/17	set/19	set/18
Automóveis	1,2%	1,1%	3,0%	2,9%	36,2%	36,9%	4,7%	5,0%
Total Não Vida	0,3%	0,3%	1,5%	1,5%	33,5%	32,9%	5,2%	5,7%
Total Vida	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	77,8%	74,4%	0,4%	0,4%
TOTAL	0,2%	0,2%	0,4%	0,4%	63,3%	61,3%	4,4%	4,9%

Fonte: Serviço de Estudos da MAPFRE com dados do órgão de supervisão de seguros de cada país.

RAMO	FILIPINAS	
	dez/18	dez/17
Automóveis	3,0%	4,0%
Total Não Vida	2,0%	2,9%
Total Vida	0,0%	0,0%
TOTAL	5,0%	0,8%

Fonte: Serviço de Estudos MAPFRE com dados do órgão de fiscalização de seguros do país.

MAPFRE RE

É uma resseguradora global e empresa de resseguros profissional do Grupo MAPFRE.

A MAPFRE RE oferece serviços e capacidade de resseguro, oferecendo todos os tipos de soluções de resseguro de acordos e facultativos, em todos os ramos de Vida e Não Vida.

A MAPFRE RE também integra a Unidade de Global Risks, a especializada do Grupo MAPFRE em gerenciar programas globais de seguros de grandes multinacionais (por exemplo, apólices que cobrem riscos de aviação, nucleares, energéticos, responsabilidade civil, incêndios, engenharia e transporte).

Abaixo, estão os principais dados econômico-financeiros da MAPFRE RE. Os valores de 2018 foram atualizados em termos comparativos, incluindo informações da Unidade de Global Risks.

Principais dados econômico-financeiros

Conceito	dez/19	dez/18	Δ %
Prêmios emitidos e aceitos	5.580,5	4.960,9	12,5%
- Não Vida	4.986,8	4.360,5	14,4%
- Vida	593,7	600,5	-1,1%
Prêmios atribuídos líquidos	3.444,3	3.352,2	2,7%
Lucro bruto	76,7	230,9	-66,8%
Imposto de renda	(19,2)	(62,2)	--
Resultado líquido atribuído	57,5	168,7	-65,9%
Taxa combinada	101,0%	95,6%	5,4 p.p.
Taxa de gastos	30,5%	27,8%	2,7 p.p.
Índice de sinistralidade	70,5%	67,8%	2,7 p.p.

Dados em milhões de euros.

Conceito	dez/19	dez/18 ^(*)	Δ %
Prêmios emitidos e aceitos	5.580,5	4.960,9	12,5%
Negócio de resseguro	4.520,4	3.787,1	19,4%
Negócio de Global Risks	1.060,1	1.173,8	-9,7%
Resultado líquido atribuído	57,5	168,7	-65,9%
Negócio de resseguro	76,7	149,1	-48,5%
Negócio de Global Risks	(19,2)	19,5	-198,5%
Taxa combinada	101,0%	95,6%	5,4 p.p.
Negócio de resseguro	99,2%	96,1%	3,2 p.p.
Negócio de Global Risks	123,5%	92,1%	31,5 p.p.
Taxa de gastos	30,5%	27,8%	2,7 p.p.
Negócio de resseguro	30,0%	27,2%	2,8 p.p.
Negócio de Global Risks	37,5%	32,8%	4,8 p.p.
Índice de sinistralidade	70,5%	67,8%	2,7 p.p.
Negócio de resseguro	69,3%	68,8%	0,4 p.p.
Negócio de Global Risks	86,0%	59,3%	26,7 p.p.

Dados em milhões de euros.

(*) Datos de 2018 de Global Risks reexpresados a efectos comparativos.

A emissão total de prêmios da MAPFRE RE cresceu 12,5% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Os prêmios dos negócios de Resseguros totalizaram 4.520,4 milhões de euros, o que representa um crescimento de 19,4% em relação ao exercício anterior, devido ao aumento da participação em resseguros de clientes importantes. Além disso, a emissão deste exercício está crescendo pela nova estrutura de resseguro por meio da subsidiária MAPFRE RE, em Vermont (EUA).

Os prêmios da Unidade de Global Risks, integrados na MAPFRE RE, totalizaram 1.060,1 milhões de euros, o que representa 9,7% a menos que no exercício anterior, principalmente como

resultado da transferência do negócio opcional subscrito nas filiais europeias para a MAPFRE RE e a não renovação de alguns negócios devido à consolidação da carteira.

O resultado líquido da MAPFRE RE chegou a 57,5 milhões de euros e piorou em 65,9% em relação ao exercício anterior. Esse resultado menor atribuído se deve:

- Ao impacto catastrófico dos tufões Faxai e Hagibis no Japão por um montante líquido de 106,5 milhões de euros.
- Aos danos causados pelos distúrbios no Chile tiveram um impacto líquido de 20,1 milhões de euros.
- Aos efeitos dos sinistros atípicos no montante líquido de 56,2 milhões de euros.
- Os danos derivados da estiagem no Brasil no montante líquido de 10,4 milhões de euros.
- A um aumento nos sinistros de frequência.

A taxa combinada de Não vida encontra-se em 101,0%, 5,4 pontos percentuais acima da taxa do mesmo período, no exercício anterior.

O resultado atribuído ao negócio de Global Risks apresenta uma perda de 19,2 milhões de euros devido, por um lado, à queda da taxa de retenção dos negócios de Global Risks e ao prêmio líquido imputado e, por outro lado, à ocorrência de vários sinistros atípicos que tiveram um impacto líquido de 27,1 milhões de euros.

Composição de primas

EL detalle del peso de la distribución de las primas a diciembre de 2019 es el siguiente:

Conceito	%
Por tipo de negócio:	
Proporcional	65,5%
Não proporcional	11,2%
Facultativo	23,3%
Por região:	
IBÉRIA	1,3%
EURÁSIA	51,1%
LATAM	28,0%
AMÉRICA DO NORTE	19,6%
Por Cedente:	
MAPFRE	47,0%
Outras cedentes	53,0%
Por Ramos:	
Danos	41,4%
Vida e acidentes	13,7%
Automóveis	18,8%
Negócio de Global Risks	19,0%
Transportes	2,4%
Outros ramos	4,8%

MAPFRE ASSISTÊNCIA

Unidade especializada em assistência em viagem e na estrada, e em outros riscos especiais do Grupo.

A deterioração extraordinária do ágio e a provisão para gastos com reestruturação nas empresas investidas da MAPFRE ASSISTÊNCIA tiveram um impacto conjunto de 75,6 milhões.

Principais dados econômico-financeiros

Conceito	dez/19	dez/18	Δ %
Receitas operacionais	978,8	982,7	-0,4%
- Prêmios emitidos e aceitos	861,0	911,0	-5,5%
- Outras receitas	117,8	71,7	64,3%
Prêmios atribuídos líquidos	629,7	637,4	-1,2%
Resultado de outras atividades	(74,6)	18,2	--
Lucro bruto	(90,2)	(0,7)	--
Imposto de renda	3,9	(8,1)	--
Parceiros externos	(1,7)	(1,3)	--
Resultado líquido atribuído	(88,0)	(10,1)	--
Taxa combinada	103,3%	103,5%	-0,1 p.p.
Taxa de gastos	41,1%	41,1%	0,0 p.p.
Índice de sinistralidade	62,2%	62,4%	-0,2 p.p.

Dados em milhões de euros.

As receitas operacionais da MAPFRE ASSISTÊNCIA caíram 0,4% após a saída, no ano passado, de alguns negócios deficitários. O resultado atribuível da Unidade apresentou prejuízo de 88,0 milhões de euros no fechamento de dezembro de 2019.

O resultado da MAPFRE ASSISTÊNCIA é fortemente determinado pela deterioração do ágio de várias participações de investimentos, após uma revisão das expectativas de negócios nas operações do Reino Unido, Estados Unidos e Canadá.

FEITOS ECONÔMICOS E CORPORATIVOS RELEVANTES

Feitos econômicos relevantes

Redução ao valor recuperável do ágio em empresas investidas da MAPFRE ASSISTÊNCIA

Dentro da estrutura de planejamento estratégico, o Grupo atualizou suas projeções de negócios para assistência, seguro de viagem e riscos especiais no Reino Unido e na América do Norte. Devido à diminuição das expectativas de lucros futuros no Reino Unido, como resultado de um ambiente socioeconômico complexo e da desaceleração previsível de sua economia pelo Brexit, decidiu-se fazer uma redução ao valor recuperável total do ágio das entidades da MAPFRE ASSISTÊNCIA no país por um montante de 48,4 milhões de euros. Por outro lado, no âmbito da redução de negócios não lucrativos nos Estados Unidos e no Canadá, foi realizada uma revisão do ágio associado a esses negócios nos países mencionados, o que resultou em uma redução ao valor recuperável dos ágios no valor de 17,2 milhões de euros.

Este declínio parcial do ágio não tem efeito algum na tesouraria gerada pelo Grupo nem afeta sua solidez financeira, nem os modelos de capital que suportam os ratings atuais e o elevado nível de solvência do Grupo e suas filiais, uma vez que o ágio é excluído de seu cálculo, mantendo assim sua importante capacidade de geração de dividendos.

Eventos catastróficos extraordinários

Os tufões Faxai e Hagibis que ocorreram no Japão, nos meses de setembro e outubro, bem como os danos causados pelas recentes perturbações no Chile, significaram para a MAPFRE, principalmente por meio de resseguros, um impacto no resultado atribuível no ano fiscal de 2019 de 130,3 milhões de euros.

Fatos corporativos relevantes

• Restruturação das operações

- Reestruturação de negócios em empresas investidas da MAPFRE ASSISTÊNCIA

A MAPFRE está imersa em um processo ativo de reorganização geográfica de sua atividade em vários dos países onde a MAPFRE ASSISTÊNCIA atua. A decisão de acelerar o processo de reorganização geográfica da Unidade de Assistência significou incorporar no resultado, no final de dezembro, uma provisão para despesas de reestruturação no montante atribuído de 10,0 milhões de euros.

- Nova configuração dos negócios seguradores dos grandes riscos industriais e comerciais da MAPFRE

No mês de março de 2019, foi obtida a autorização administrativa para realizar a operação de reestruturação empresarial da MAPFRE GLOBAL RISKS, mediante a qual:

1. As atividades puramente seguradoras ou resseguradoras da MAPFRE GLOBAL RISKS, em conjunto com os ativos e passivos vinculados às mesmas, transmitidas para a MAPFRE ESPAÑA e para a MAPFRE RE, respectivamente.
2. Cria-se uma entidade que continuará a operação da MAPFRE GLOBAL RISKS no que diz respeito à análise e à assinatura dos grandes riscos industriais e comerciais, e que exercerá a função de mandatária da MAPFRE ESPAÑA e da MAPFRE RE.

A execução dessa reestruturação não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Transformação da VERTI Itália em filial

Os órgãos competentes da MAPFRE S.A. e das entidades do Grupo afetadas concordaram em implantar um processo de transformação da VERTI Itália em uma filial da VERTI Espanha. A operação será executada mediante um processo de fusão transfronteiras, segundo a qual a VERTI Espanha absorverá a VERTI Itália e criará uma filial na Itália, à qual atribuirá a carteira

de seguros procedente dessa entidade. Posteriormente, será implantada uma operação de cisão com o objetivo de que a MAPFRE INTERNACIONAL segregue a participação acionária recebida pela contribuição da VERTI Itália, de tal modo que a MAPFRE ESPAÑA volte a ser proprietária de 100% das ações da VERTI Espanha. Tanto a fusão como a posterior operação de cisão serão baseadas no regime de neutralidade fiscal vigente na Espanha.

Esta operação estava em andamento no final de 2019, no processo de obtenção das autorizações administrativas correspondentes.

- Aliança MAPFRE e SantaLucía para o desenvolvimento conjunto dos negócios na Espanha

Em 5 de junho de 2019, a MAPFRE e a SantaLucía formalizaram uma aliança estratégica para o desenvolvimento conjunto de seus respectivos negócios funerários na Espanha. O valor preliminar dos ativos agregados à aliança é de 322,5 milhões de euros, pendentes dos ajustes finais que deverão ser realizados na data de fechamento efetiva da operação. Uma vez fixadas as avaliações definitivas, acordou-se que a MAPFRE, através de sua filial FUNESPAÑA, ficará com 25% do capital social, e a SantaLucía, com os 75% restantes, para os quais será gerado um pagamento em efetivo entre as partes pela quantidade necessária para alcançar a referida troca.

A MAPFRE ESPAÑA e a SantaLucía desenvolverão o negócio funerário que possuem no país, procedente das empresas FUNESPAÑA e Albia, ambas de referência no setor. Um pedido de autorização desta aliança foi submetido à Comissão Nacional de Mercados e Concorrência (CNMC), e está previsto que essa autorização seja concedida em breve.

- Comparador de seguros Rastreator

A operação entre a MAPFRE, a Almirante e a Oackley Capital, através da qual se destinava a unificar seus negócios de comparadores de seguros espanhóis da Rastreator Spain e Acierto, foi cancelada devido ao atraso na obtenção das autorizações administrativas correspondentes.

- **Desenvolvimento de negócios. Aquisições e alienações**

- **Compra da Bankia 51% do contrato de distribuição de seguros da Caja Granada Vida y Cajamurcia Vida y Pensiones, e contrato de distribuição de seguros Não vida na rede Bankia**

Em dezembro de 2018, a MAPFRE e o Bankia chegaram a um acordo para a reestruturação da aliança de bancasseguros, por meio do qual a MAPFRE VIDA adquiriu 51% do capital social das entidades seguradoras Caja Granada Vida, Compañía de Seguros y Reaseguros S.A. e Cajamurcia Vida y Pensiones de Seguros y Reaseguros S.A. pelo valor total de 110,3 milhões de euros. No primeiro trimestre de 2019, foram obtidas as respectivas autorizações administrativas, concluindo-se, assim, as aquisições mencionadas. Como consequência, desde o mês de março procedeu-se à consolidação por integração global das demonstrações financeiras das referidas entidades nas contas consolidadas do Grupo.

Em dezembro de 2018, foi firmado com o BANKIA um contrato de renovação parcial modificadora sem extinção do contrato de agência para a distribuição exclusiva de Seguros Não Vida, que permitirá ampliar a venda exclusiva dos seguros gerais da MAPFRE para toda a rede procedente do BMN, o que torna a MAPFRE a distribuidora exclusiva dos Seguros Não Vida para toda a rede BANKIA. Esse acordo entrou em vigor em 14 de janeiro de 2019, data em que se efetivou a comissão fixa inicial estabelecida, no montante de 51,4 milhões de euros.

- **Acordo MAPFRE – Banco Santander**

Em 21 de janeiro de 2019, a MAPFRE e o Banco Santander chegaram a um acordo de associação segundo o qual a entidade financeira comercializará e distribuirá exclusivamente em sua rede na Espanha, até dezembro de 2037, os seguros de automóveis, multirrisco comércio, multirrisco PME e responsabilidade civil.

Em virtude desse acordo vinculante, durante o mês de junho de 2019, a MAPFRE S.A., por meio de sua filial MAPFRE ESPAÑA, adquiriu do Banco Santander 50,01% de uma empresa recém-constituída pelo montante de 82,3 milhões de euros. Essa empresa será encarregada de comercializar, de maneira exclusiva, os seguros anteriormente mencionados, por meio da rede do Banco Santander.

Em novembro de 2019, a autorização para operar pela Diretoria Geral de Seguros foi recebida. Espera-se que a nova entidade inicie sua atividade no primeiro trimestre de 2020.

- **Acordo de bancasseguros com a Actinver, no México**

A MAPFRE estabeleceu, no México, em março de 2019, uma aliança estratégica com a entidade financeira Actinver. O acordo prevê a exclusividade de venda no canal da Actinver, ainda de forma indefinida, de todos os produtos de seguros da MAPFRE México e inclui também um acordo de associação para dividir os resultados obtidos pela MAPFRE, como produto do negócio, no canal da Actinver. O contrato envolveu o pagamento antecipado do montante de 24,8 milhões de euros, mais um valor variável dependendo da evolução do negócio.

Este contrato passou a vigorar a partir de março, imediatamente após a assinatura deste.

- **Aquisição de 10% do capital da Abante**

A MAPFRE e a Abante assinaram uma parceria estratégica para o desenvolvimento da gestão de ativos e seguros no mercado espanhol. O grupo segurador assume uma participação de 10% da Abante mediante uma ampliação de capital que significará um desembolso de 14,4 milhões de euros, e mantém a possibilidade de aumentar mais 10%, atingindo o máximo de 20%, em três anos. O desembolso mencionado acima foi efetuado em 22 de outubro de 2019.

- **Transmissão do negócio MAPFRE INVERSIÓN para o BNP**

No exercício de 2019, foi fechado um contrato de compra e venda, mediante o qual a MAPFRE INVERSIÓN, SOCIEDAD DE VALORES, S.A. vendeu seu negócio de depositária de instituições de investimento coletivo e entidades de previdência social voluntária (EPSV), à BNP Paribas Securities Services, S. C. A., filial na Espanha, por um valor de quatro milhões de euros em dinheiro, além de uma quantia variável em função da evolução do negócio que é transmitido.

- **Venda de ações da MAPFRE RE**

Em 21 de junho de 2019, a MAPFRE procedeu a venda de ações representativas de 1,07% do capital da MAPFRE RE para parceiros externos pelo montante de 18,3 milhões de euros, dentro do marco da operação de reestruturação empresarial da MAPFRE GLOBAL RISKS.

Por outro lado, em 13 de novembro de 2019, a MAPFRE procedeu à compra de ações que representam 0,76% do capital da MAPFRE RE de parceiros externos, no montante de 13,2 milhões de euros.

Derivada dessas transações, a participação da MAPFRE S.A. MAPFRE RE atinge 93,77% no final do exercício de 2019.

- **Venda da carteira de seguros de risco do trabalho no Peru**

No quarto trimestre de 2019, a MAPFRE PERU vendeu a carteira de risco de longo prazo em vigor em 31 de janeiro de 2018, classificada no balanço patrimonial como um ativo mantido para venda, no montante de 69 milhões de euros. Esta transação gerou mais-valias de 3,8 milhões de euros, líquido de impostos.

QUESTÕES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA E AO PESSOAL

Meio Ambiente

A MAPFRE é um Grupo comprometido com o desenvolvimento sustentável do meio ambiente e, em especial, com a luta contra as mudanças climáticas. A disposição para desempenhar um papel relevante nessas questões requer uma estratégia de curto, médio e longo prazo, para a qual é realizada uma análise permanente do cenário climático e do contexto global.

O Grupo tem uma Política Ambiental aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. implementado em todas as entidades do Grupo e que está em processo de revisão com o objetivo de incorporar os novos compromissos adquiridos para uma economia circular.

Em 2019, a MAPFRE trabalhou na reformulação de seu modelo estratégico de meio ambiente para gerenciar todos os aspectos associados à sustentabilidade ambiental, energética, de emissões de gases de efeito estufa e de economia circular. Esse modelo permitirá definir planos e programas, minimizando os riscos identificados e promovendo a execução das oportunidades detectadas.

Até o momento, no quesito ambiental, as certificações já chegam a 37 sedes de entidades do Grupo na Espanha, Brasil, México, Colômbia, Porto Rico, Paraguai, Portugal, Argentina e Chile, além dos 20 edifícios-sede localizados na Espanha com certificação de gestão energética.

No que diz respeito à Pegada de Carbono, a expansão do alcance da UNE-EN-ISO 14064 continua a avançar, com a verificação dos inventários de pegada de carbono das entidades do Grupo localizadas na Espanha, Itália, Porto Rico, Colômbia, Peru, Portugal e México.

Em relação à mitigação e adaptação às Mudanças Climáticas, a execução das ações definidas no Plano Estratégico de Eficiência Energética e Mudanças Climáticas para 2020 continuou, tendo sido alcançada antecipadamente.

Além disso, e como sinal de liderança climática, a MAPFRE estabeleceu objetivos novos e ambiciosos:

- A médio prazo, a MAPFRE está comprometida em ser uma empresa neutra em carbono em 2030.
- No curto prazo, compromete-se a alcançar a neutralidade de sua atividade na Espanha e em Portugal até 2021.

Para determinar o impacto financeiro das mudanças climáticas, tanto a partir de uma abordagem de risco quanto de oportunidade, a adoção das recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD) pertencentes ao Financial Stability Board (FSB) continuou. Para esse fim, a MAPFRE, juntamente com outras 21 seguradoras e resseguradoras globais, faz parte do Grupo de Trabalho coordenado pela UNEP-FI das Nações Unidas, cujo principal objetivo é analisar cenários que permitam o desenvolvimento de métricas e modelos financeiros para estimar adequadamente as possíveis implicações das mudanças climáticas nos negócios.

Por outro lado, levando em consideração os efeitos que as mudanças climáticas causam na diversidade biológica de nosso planeta, ações específicas de preservação continuam, incluindo a continuação do projeto de reflorestamento do Parque Nacional de Doñana por meio da Iniciativa WWF Espanha “100 Empresas pelas Florestas” e a proteção anual de uma espécie em perigo de extinção e seu habitat, sendo o tigre a espécie selecionada em 2019.

No que diz respeito à promoção da responsabilidade ambiental na sociedade, continua a celebração pelo terceiro ano consecutivo do dia voluntário corporativo “Todos com o Meio Ambiente”, no qual mais de 2.300 voluntários, entre os funcionários e

suas famílias, de 25 países em 70 cidades diferentes ao redor do mundo, realizaram o reflorestamento de áreas degradadas, plantando mais de 1.800 árvores e coletando mais de 14 toneladas de lixo nas margens dos rios e praias, demonstrando novamente o comprometimento e envolvimento dos funcionários com esse tema.

Segurança

Durante 2019, deu-se continuidade ao esforço para alcançar um ambiente seguro onde a MAPFRE possa desenvolver a sua atividade em condições de normalidade, através da proteção dos ativos, tangíveis e intangíveis, incluindo os serviços prestados aos clientes, conforme estabelecido pela Política Corporativa de Segurança e Privacidade aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em 13 de dezembro de 2018. Tudo isso em um contexto cada vez mais complexo, caracterizado por ataques cibernéticos e eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, aumentando a pressão regulatória e a crescente instabilidade nos países e regiões onde o Grupo tem presença relevante, principalmente na América Latina.

Em termos de proteção contra riscos cibernéticos, a MAPFRE continuou a otimizar os mecanismos existentes de proteção, detecção e resposta. Destacar, quanto a isso, o desenvolvimento de critérios homogêneos e a aplicação de mecanismos, controles e procedimentos de resposta rigorosos às ameaças cibernéticas, com o objetivo de permitir a adoção segura de tecnologias de computação em nuvem. Na eventualidade de um possível incidente cibernético, é importante observar que a MAPFRE tem proteção de seguro específica para reduzir o impacto econômico do referido evento.

Em 2019, também foi certificada a capacidade global de monitoramento e resposta aos ataques cibernéticos fornecida pelo CCG-CERT da MAPFRE de acordo com a ISO 27001, uma referência mundial no campo de segurança cibernética e

segurança da informação. Esta certificação se junta à ISO 9001 que este Centro continua a ter.

No que diz respeito à Privacidade e Proteção de Dados, foram executados diferentes projetos destinados a automatizar e otimizar processos relacionados à conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR). Da mesma forma, foram lançadas diferentes linhas de atuação, sempre aproveitando sempre as possíveis sinergias com o GDPR, relacionadas à adaptação da MAPFRE às regulamentações locais que surgiram e onde, como projetos significativos, vale mencionar a adaptação à Lei Brasileira de Proteção de Dados (LGPD), que entrará em vigor em agosto de 2020, e regulamentos específicos sobre segurança cibernética na Colômbia.

Em relação à Sobrevivência das Operações, continua-se a trabalhar na atualização e melhoria dos procedimentos de gestão de crises e continuidade do negócio, assim como na comprovação de sua eficácia, por meio de exame das diferentes estratégias implantadas, seguindo o estabelecido na Política de Continuidade do Negócio aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A.

Nesse período, houve situações que exigiram a ativação dos planos definidos em vários países, como EUA, Brasil, Chile, Equador, Colômbia ou Espanha, alcançando uma presença próxima e dando uma resposta oportuna às necessidades de nossos clientes naqueles tempos difíceis.

Na área de Continuidade do Negócio, vale ressaltar a concessão, pela AENOR, da certificação ISO 22301 aos Sistemas de Gerenciamento de Continuidade de Negócios da MAPFRE INVERSIÓN e MAPFRE VIDA, que se juntam aos obtidos anteriormente pela MAPFRE GLOBAL RISKS, MAPFRE RE e Áreas de Benefícios e Fornecedores - cujo escopo foi ampliado neste exercício com a Área Técnica Não Vida MULTIMAP e de Operações da MAPFRE ESPAÑA.

No que diz respeito à Segurança das Pessoas, o trabalho continuou a melhorar a capacidade de obter informações confiáveis em tempo real, o que permite ações proativas diante da manifestação de riscos que podem afetar a integridade das pessoas e sua capacidade operacional. e movimentação, usando ferramentas para compartilhar informações, acesso remoto e o desenvolvimento de processos ágeis e flexíveis.

De modo a dar resposta aos desafios cada vez mais complexos e exigentes, a MAPFRE continua apostando no talento e no treinamento cada vez mais especializado do seu pessoal, o que permitiu a obtenção em 2019 de mais de 400 certificações profissionais em âmbitos relacionados a segurança e privacidade.

Pessoal

O próximo quadro reproduz a situação do quadro de funcionários no fechamento do exercício de 2019 em comparação com a do exercício anterior.

CATEGORIAS	NÚMERO TOTAL	
	2019	2018
CONSELHEIROS (*)	18	18
DIRETORES	48	40
DIRETORIA	1.627	1.508
GERENTES	4.253	4.774
TÉCNICOS	17.073	16.933
ADMINISTRATIVOS	11.305	12.117
TOTAL	34.324	35.390

(*) Conselheiros executivos de sociedades espanholas.

A Área Corporativa de Pessoas e Organização acompanha os negócios em sua transformação e é responsável por adaptar a organização a novos requisitos sociais, contando com novas tecnologias e soluções

digitais. Além disso, é responsável por identificar e reter o talento exigido pela empresa e pelo desenvolvimento dos funcionários. Tudo isso em um ambiente de trabalho flexível, inclusivo e diversificado que promove a colaboração e a inovação.

A gestão de pessoas adquire uma relevância especial em uma empresa global como a MAPFRE e baseia-se em três pilares principais: o desafio contínuo do talento, a promoção e promoção da diversidade e inclusão e a transformação e organização do ambiente de trabalho antes do desafio digital. Tudo isso enquadrado dentro de uma nova maneira de trabalhar, focada na experiência do funcionário como o centro de todos os processos.

O Grupo MAPFRE conta com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. dirigidas a todos os funcionários do Grupo.

Ao desenvolver a Política de Diversidade e Igualdade de Oportunidades, a MAPFRE adquiriu uma série de compromissos públicos sobre diversidade de gênero e diversidade funcional.

Em relação à diversidade de gênero, a MAPFRE assume o compromisso de que, em 2021, 45% das vagas de responsabilidade na empresa sejam preenchidas por mulheres. Para isso, foi estabelecida como medida, em todos os processos de seleção e mobilidade de postos de responsabilidade, que seja necessário ativar ações para promover a representação das mulheres. Em 2019, 48,3% das vagas de responsabilidade foram preenchidas por mulheres.

No que diz respeito à diversidade funcional, é promovida a integração laboral das pessoas com deficiência. Para isso, a MAPFRE compromete-se a garantir que, até 2021, haja 3% de pessoas com deficiência em seu quadro de funcionários. Desde 2015, o Grupo conta com um Programa Corporativo de Deficiência, implementado em todos os países, com medidas para potencializar a integração e a cultura de sensibilização. Em 2019, 2,9% do quadro de funcionários tem algum tipo de deficiência.

A MAPFRE está presente nos cinco continentes com funcionários de 84 nacionalidades, o que confere ao Grupo grande diversidade cultural, fornece o talento necessário para os negócios e permite que os funcionários coloquem sua inteligência cognitiva em comum com todos. Desse modo, nos últimos anos, foi desenvolvido o projeto de Gestão do Conhecimento, que terminou este ano com a criação de um repositório de conhecimento na intranet corporativa chamado Eureka, uma taxonomia própria com mais de 535 termos e a identificação de 1.572 referentes ao conhecimento do Grupo. Até o final de 2019, 510 conhecimentos haviam sido fornecidos neste repositório. Ao mesmo tempo, dentro da gestão integral do conhecimento, continuaram a ser desenvolvidos programas de mentoria, com 211 funcionários de mentoria e 247 mentes; e autoaprendizagem com 231 ações.

Na MAPFRE coexistem cinco gerações de funcionários, em 2019 foi pensado um novo projeto: que tem por objetivo consolidar um ambiente de trabalho no qual todos os talentos disponíveis na empresa sejam usados, independentemente da idade, com foco na criação de uma cultura favorável à integração geracional na organização, no desenvolvimento profissional, na flexibilidade do trabalho, previdência social, saúde e bem-estar, dos talentos sênior.

A Política de Respeito às Pessoas assegura um ambiente profissional no qual é rechaçada qualquer manifestação de assédio e comportamento violento ou ofensivo para com os direitos e a dignidade das pessoas. É expressamente contrária e não permite nenhuma situação de assédio no trabalho, independentemente de quem seja a vítima ou o indivíduo assediador. Esse compromisso deve ser cumprido tanto nas relações entre funcionários quanto nas relações entre estes e as empresas fornecedoras, os clientes, colaboradores e demais grupos de interesse; e estende-se também a todas as organizações com as quais a MAPFRE se relaciona.

A Política de Promoção, Seleção e Mobilidade fomenta as oportunidades de desenvolvimento profissional entre seus funcionários com o objetivo de melhorar sua empregabilidade, sua satisfação profissional e seu compromisso com a empresa.

Em 2019, mobilidade funcional, nossa principal ferramenta de desenvolvimento, atingiu 14,9% do quadro de funcionários, e a mobilidade internacional fez com que 129 funcionários mudassem de posto para 25 países diferentes.

A empresa implementou novos comportamentos e hábitos para promover um ambiente de colaboração, inovação, agilidade, respeito e comunicação. Ao longo do ano, foram realizadas 133.661 horas de treinamento destinadas a comunicar novos comportamentos e o programa de empreendedorismo da MAPFRE Innova foi desenvolvido com 3.300 funcionários envolvidos.

A Política de Remunerações procura estabelecer remunerações adequadas de acordo com a função e posto de trabalho e o desempenho de seus profissionais, assim como atuar como um elemento motivador e de satisfação que permita alcançar os objetivos estabelecidos e cumprir com a estratégia da MAPFRE. A política garante a igualdade e a competitividade interna e externa em cada mercado, e faz parte do desenvolvimento interno dos funcionários. Em 2019, os critérios para remuneração variável por objetivos foram atualizados e novos programas de reconhecimento foram lançados em 21 países e 16.592 funcionários.

Um novo sistema de avaliação que reforça o desenvolvimento de novos comportamentos foi definido e implementado, permitindo a definição e o monitoramento periódico de atividades que facilitam o cumprimento dos objetivos. Este sistema oferece um feedback contínuo e uma avaliação com visão em 360°. Durante o ano de 2019, foram avaliados 26.416 funcionários, 84% do quadro.

A Política de Saúde e Bem-estar e de Prevenção de Riscos no Trabalho tem como objetivo propiciar um ambiente de trabalho seguro e saudável e melhorar a saúde dos funcionários e de suas famílias, tanto dentro quanto fora do âmbito profissional.

Para facilitar o bem-estar e a conciliação da vida profissional e pessoal dos funcionários, a MAPFRE oferece uma ampla variedade de benefícios sociais, tendo destinado para este fim 178,3 milhões de euros em 2019.

Em 2019, foi implementado um novo modelo de medição que permite um aprofundamento contínuo da análise da experiência do funcionário. Esse modelo é baseado em três tipos de medidas que fornecem agilidade na implementação de ações de melhoria.

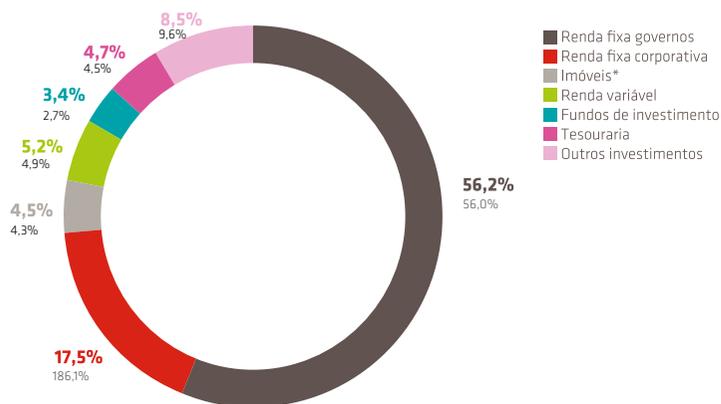
RECOMENDAÇÃO, SATISFAÇÃO E COMPROMISSO, por meio de uma pesquisa realizada duas vezes por ano, obtemos vários indicadores, como:

- O eNPS® Relacional: Employee net promoter score, mede a probabilidade de os funcionários recomendarem a MAPFRE como empresa para trabalhar. No ano de 2019, foram avaliados 11 países, e, em 86% do quadro de funcionários em que a medição foi realizada, obteve-se um resultado muito bom ou excelente.
- Pesquisa de engajamento (Employee Satisfaction Index - ESI): um novo indicador que mede a satisfação dos funcionários através da avaliação de aspectos chave: Conhecimento dos objetivos, orgulho pelo trabalho realizado, reconhecimento pelo trabalho realizado, contribuição à empresa, recepção de feedback de qualidade, oportunidades de desenvolvimento, colaboração, ferramentas de trabalho, cuidar das pessoas, orgulho pela pegada social. Em 2019, o resultado foi de 68%.

1.3. Liquidez e recursos de capital

INVESTIMENTOS E FUNDOS LÍQUIDOS

As informações da carteira de investimentos por tipo de ativo em 31 de dezembro de cada exercício são mostrados abaixo (os números do exercício anterior são apresentados em tamanho menor):



* "Imóveis" inclui tanto investimentos imobiliários quanto imóveis de uso próprio (a preço de aquisição).

Conceito	dez/19	dez/18	Δ %
Renda fixa governos	30.088,8	27.595,9	9,0%
Renda fixa - Corporativa	9.354,9	8.921,6	4,9%
Imóveis*	2.435,0	2.096,2	16,2%
Renda variável	2.761,0	2.407,1	14,7%
Fundos de investimentos	1.826,1	1.330,4	37,3%
Tesouraria	2.537,5	2.201,4	15,3%
Outros investimentos	4.519,4	4.720,8	(4,3%)
TOTAL	53.522,7	49.273,5	8,6%

Dados em milhões de euros.

* "Imóveis" inclui tanto investimentos imobiliários quanto imóveis de uso próprio (a preço de aquisição).

O detalhamento da carteira de renda fixa por área geográfica e tipo de ativo é a seguinte:

Conceito	Governanças	Total da dívida corporativa	Total
Espanha	18.181,8	2.378,6	20.560,4
Restante da Europa	5.015,8	3.802,6	8.818,4
Estados Unidos	1.588,7	2.133,3	3.721,9
Brasil	3.020,6	2,0	3.022,5
América Latina - Restante	1.828,3	778,1	2.606,3
Outros países	453,7	260,4	714,1
TOTAL	30.088,8	9.354,9	39.443,7

Dados em milhões de euros.

Na gestão das carteiras de investimento, é possível diferenciar entre quatro tipos de carteiras:

- Aquelas que buscam uma imunização estrita das obrigações derivadas dos contratos de seguros e que minimizam o risco de taxa de juros, por meio do ajuste por união, de técnicas de imunização baseadas na união de fluxos ou de durações.
- As carteiras que cobrem apólices de unit-link compostas por ativos cujo risco são assumidos pelos segurados.
- As carteiras de gestão ativa condicionada, que procuram superar a rentabilidade comprometida e obter a maior rentabilidade para os segurados dentro dos parâmetros de prudência, como as carteiras com participação em lucros.
- As carteiras com gestão ativa livre, nas quais é feita uma gestão ativa e condicionada apenas pelas normas legais e limitações internas do risco.

São apresentados a seguir os detalhes das carteiras de renda fixa de gestão ativa:

Conceito	Valor de Mercado	Rentabilidade contábil	Rentabilidade de mercado	Duração modificada (%)
Não Vida (IBÉRIA + MAPFRE RE + GLOBAL RISKS)				
31.12.2018	7.162,7	2,11%	1,42%	6,75%
31.03.2019	7.007,3	1,99%	1,09%	7,12%
30.06.2019	7.403,2	2,02%	0,74%	8,06%
30.09.2019	7.485,6	1,89%	0,50%	8,18%
31.12.2019	7.271,9	1,95%	0,78%	8,25%
Vida (IBÉRIA)				
31.12.2018	6.238,8	3,91%	1,05%	6,60%
31.03.2019	6.389,1	3,72%	0,74%	6,68%
30.06.2019	6.740,3	3,69%	0,32%	7,01%
30.09.2019	6.871,9	3,64%	0,14%	7,03%
31.12.2019	6.821,6	3,53%	0,33%	6,89%

Dados em milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2019, as carteiras de gestão ativa da IBÉRIA e MAPFRE RE contavam com mais-valias líquidas não realizadas em ações e fundos de investimento no montante de 47 milhões de euros.

Imóveis

Em 2019, a estratégia do Grupo MAPFRE em relação aos investimentos imobiliários continua com o ano anterior em termos de investimentos indiretos e diretos. Concentrados em edifícios comerciais, nas áreas centrais da zona do euro, em ativos rentáveis e inquilinos de alto nível e contratos de longo prazo. O mercado continua com uma forte compressão dos tipos de capitalização (yields), especialmente nas melhores cidades da Europa. A transferência de algumas sedes corporativas, devido ao Brexit, de Londres para Paris ou Frankfurt, entre outros, gerou uma demanda suplementar que levou a um aumento de renda em alguns centros da cidade. Adicionalmente, mudanças no mercado com a atividade de empresas de coworking gerou um aumento de preços em certas áreas e cidades, como Berlim, Paris, Barcelona ou Madri.

O cenário de baixa taxa de juros dificulta muito a busca por oportunidades de investimento direto, principalmente em Madri e Barcelona, onde as Sociedades Listadas em Investimentos Imobiliários (SOCIMIS) são muito ativas, pois podem emprestar mais (devido às vantagens fiscais) e sem limites de dedutibilidade tributária nos gastos financeiros gerados e, portanto, ser mais agressivo, oferecendo ROEs mais altos.

Quanto ao investimento direto, nossa atividade tem se concentrado na construção de melhorias e modernização de instalações em edifícios com rentabilidade e também para uso próprio. Nos prédios com rentabilidade, destacam-se as obras da Avenida General Perón 40, (Madri) e na Torre MAPFRE, em Barcelona. A MAPFRE já conta com mais de 139.000 metros quadrados de carteira imobiliária, que alcançou a classificação LEED Gold, BREEAM ou Energy Star.

Nos edifícios de uso próprio, continuam a ser realizados projetos de otimização e eficiência dos espaços na sede central, nas sedes territoriais e nos escritórios da rede comercial. Essa política é generalizada para a MAPFRE em todos os países em que atua. Em investimentos indiretos, também com o objetivo de operar na zona do euro, foi instalado em Luxemburgo um Veículo Para Fins Especiais (SPV), que será adicionado aos investimentos de 2018. Neste ano de 2019, destacam-se as aquisições em Hamburgo, Paris e Milão. Esses investimentos são feitos com parceiros administrativos locais e um baixo nível de alavancagem. O aumento do valor patrimonial líquido dos fundos (NAV) no ano de 2019 foi significativo em comparação com algumas das operações realizadas em 2018 e 2019.

Quanto aos desinvestimentos em 2019, vale destacar a venda do prédio de Bruxelas, Rue de Treves 45 (Bélgica). Quanto ao terreno, destaca-se a venda do lote residencial El Cantizal em Las Rozas (Madrid).

No final do exercício de 2019, os investimentos imobiliários da MAPFRE em valor de mercado totalizaram 3.302,5 bilhões de euros, com um valor contábil líquido equivalente a 4,6% do total de investimentos.

O índice de ocupação dos imóveis de aluguel a terceiros é de 92%, e a sua rentabilidade, com base no valor de avaliação, é superior a 4,16%.

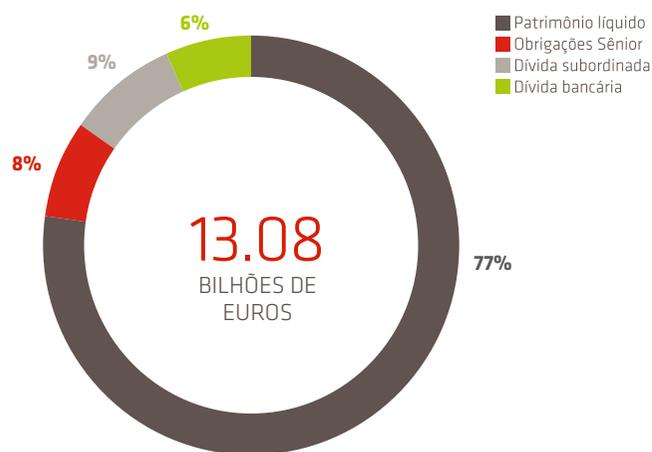
139.000

**M₂ PORTFÓLIO IMOBILIÁRIO
QUE ATINGIRAM A
CLASSIFICAÇÃO DE OURO
LEED, ESTRELA DO BREEAM
OU DA ENERGIA**

RECURSOS DE CAPITAL

Estrutura de capital

O quadro a seguir detalha a composição da estrutura de capital no encerramento do exercício de 2019:



A estrutura de capital chegou a 13,080 bilhões de euros, dos quais 77% corresponde ao patrimônio líquido. O Grupo tem um índice de alavancagem de 22,7%, com um aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao encerramento do exercício de 2018. O aumento da dívida em dezembro de 2019 decorre principalmente da aquisição dos negócios do BMN Bankia e Banco Santander.

Instrumentos de dívida e taxas de alavancagem

O quadro a seguir detalha a evolução dos montantes por instrumentos de dívida e as taxas de alavancagem do Grupo:

CONCEITO	dez/2019	dez/2018
Patrimônio total	10.106,9	9.197,6
Dívida total	2.973,7	2.670,3
- da qual: dívida sênior - 5/2026	1.004,8	1.004,0
- da qual: dívida subordinada - 3/2047 (Primeira Call 3/2027)	617,8	617,6
- da qual: dívida subordinada - 9/2048 (Primeira Call 9/2028)	503,3	503,0
- da qual: empréstimo sindicado 02/2023 (€ 1,000 M)	610,0	490,0
- da qual: dívida bancária	237,8	55,6
Lucros antes dos impostos	1.279,2	1.330,5
Despesas financeiras	78,5	76,5
Lucros antes dos impostos & gastos financeiros	1.357,7	1.407,0
Alavancagem	22,7%	22,5%
Patrimônio/Dívida	3,4	3,4
Lucros antes dos impostos & gastos financeiros/gastos financeiros (x)	17,3	18,4

Dados em milhões de euros.

Evolução do patrimônio

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido consolidado atingiu a cifra de 10,106 bilhões de euros, em comparação com 9,197 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de 1.251,7 bilhões de euros correspondia à participação dos acionistas minoritários nas empresas filiais, principalmente entidades financeiras na Espanha e no Brasil com as quais a MAPFRE mantém acordos de bancasseguros. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio atribuído aos acionistas controladores, consolidado por ação, representava 2,87 euros (2,60 euros em 31 de dezembro de 2018).

A tabela a seguir apresenta a variação do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores durante o período:

CONCEITO	dez/2019	dez/2018
SALDO EM 31/12 EXERCÍCIO ANTERIOR	7.993,8	8.611,3
Ajustes por mudanças de práticas contábeis	(8,4)	0,0
Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido:		
Por ativos financeiros disponíveis para a venda	1.435,1	(472,7)
Por diferenças de conversão	35,8	(102,8)
Por contabilidade tácita	(719,6)	143,9
Outros	(4,9)	1,4
TOTAL	737,9	(430,2)
Resultado do período	609,2	528,9
Distribuição de resultados	(446,5)	(446,5)
Outras mudanças no patrimônio líquido	(40,1)	(269,7)
SALDO AO FINAL DO PERÍODO	8.854,3	7.993,8

Dados em milhões de euros.

A evolução do patrimônio atribuído aos acionistas controladores no fechamento do exercício de 2019 abrange:

- Um aumento de 1.435,1 milhões de euros no valor de mercado da carteira dos ativos financeiros disponíveis para venda devido à queda das taxas na Europa e nos Estados Unidos, assim como à elevação dos mercados de bolsas de valores europeus e norte-americano, com reflexo correspondente na variação da contabilidade tácita.
- Um aumento líquido de 35,7 milhões de euros devido a diferenças de conversão, principalmente devido à valorização do dólar e de outras moedas latino-americanas.
- O lucro em dezembro de 2019.
- Uma redução de 446,5 milhões de euros composta pelo dividendo complementar do exercício anterior de 2018, aprovado na Assembléia Geral de Acionistas de março de 2019 e pago em junho de 2019 pelo valor de 261,7 milhões de euros e o dividendo a receber do exercício de 2019 aprovado durante o terceiro trimestre e pago durante o mês de dezembro de 2019 pelo montante de 184,8 milhões de euros.

O detalhamento do patrimônio atribuído aos acionistas controladores será apresentado a seguir:

CONCEITO	dez/2019	dez/2018
Capital, resultados retidos e reservas	8.616,7	8.482,3
Ações próprias e outros ajustes	(66,4)	(41,4)
Mais-valias líquidas	1.006,3	290,8
-Mais-valias latentes (carteira disponível para venda)	3.565,2	2.130,1
-Mais-valias imputáveis a provisões técnicas	(2.558,4)	(1.839,3)
Diferenças de conversão	(704,2)	(737,9)
Patrimônio líquido atribuído	8.854,3	7.993,8

Dados em milhões de euros.

Os estados financeiros das sociedades domiciliadas em países com alta taxa de inflação ou economias hiperinflacionárias, se ajustam ou reexpressam pelos efeitos das mudanças nos preços antes de sua conversão a euros. A política contábil do Grupo para o registro de operações em economias hiperinflacionárias consiste do registro das Reservas tanto em reavaliação de itens não monetários como nas diferenças de conversão geradas pela conversão das demonstrações financeiras atualizadas das subsidiárias nesses países em euros.

Os montantes arrecadados em Reservas, nos últimos dois exercícios, derivados de ambos os efeitos, são os seguintes:

CONCEITO	dez/2019	dez/2018	Varição
Reexpressão da inflação	564,8	542,8	22,0
Diferenças de conversão	(1.102,8)	(1.070,8)	(32,0)
TOTAL	(538,0)	(528,0)	(10,0)

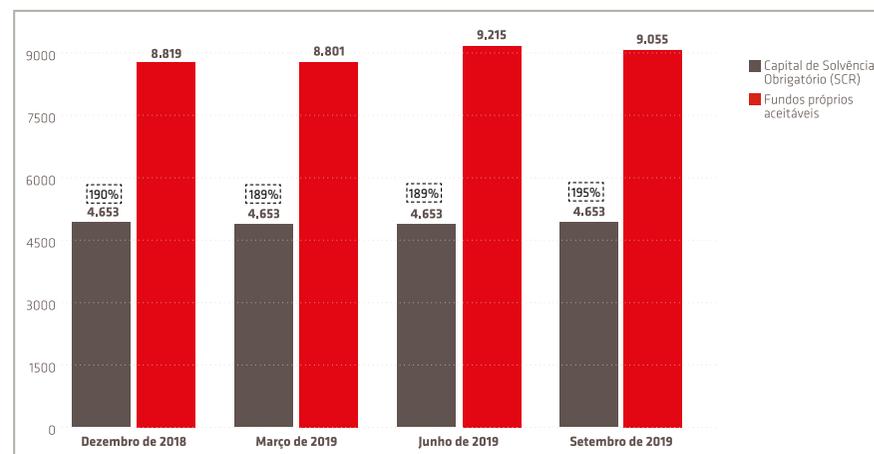
Dados em milhões de euros.

SOLVÊNCIA II

No fecho de setembro de 2019, a taxa de Solvência II do Grupo MAPFRE situou-se em 194,6%, em comparação com 198,0% no fecho de junho de 2019, incluindo as medidas transitórias. Excluindo os efeitos dessas medidas, essa taxa seria de 179,3%. Durante o mesmo período, os fundos próprios admissíveis chegaram a 9,055 bilhões de euros, dos quais, 86,7% são fundos de alta qualidade (Nível 1).

A taxa mantém uma grande solidez e estabilidade, sendo apoiada por uma alta diversificação e políticas rígidas de investimento e gestão de ativos e passivos, conforme demonstrado pelos quadros apresentados a seguir.

Evolução da margem de solvência (Solvência II)



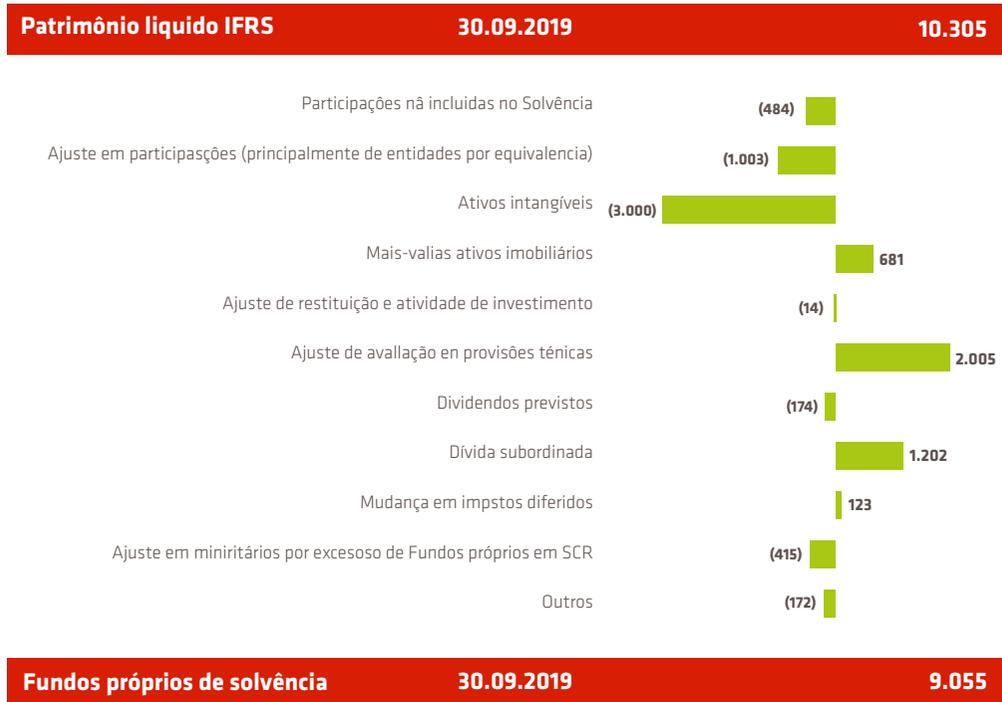
Dados em milhões de euros.

Os dados do SCR são calculados anualmente, já que não é exigido um novo cálculo ao longo do ano, a menos que se produza uma mudança significativa no perfil de risco.

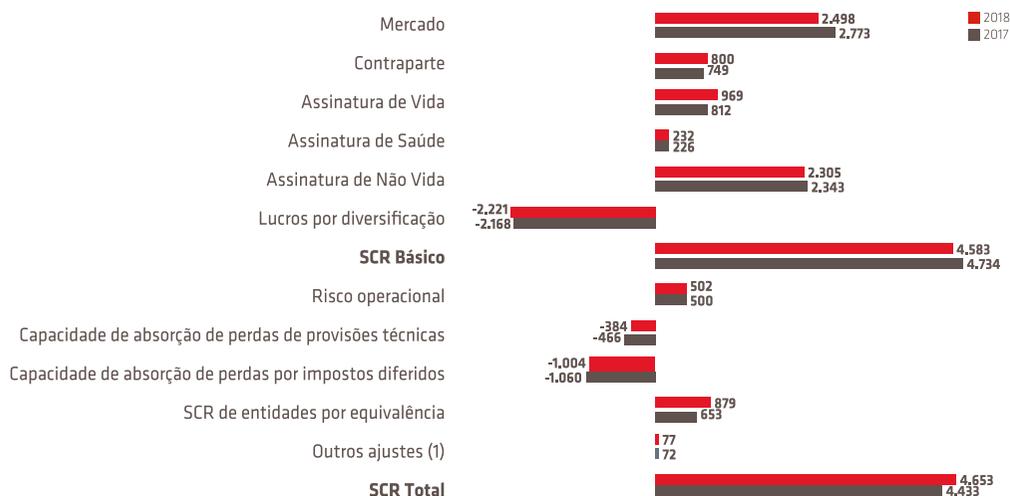
Impacto das medidas transitórias e ajustes por união e volatilidade

Conceito	%
Índice em 30/09/2019	194,6%
Impacto de transitória de provisões técnicas	-14,3%
Impacto de transitória de ações	-1,0%
Impacto de ativos em outra moeda que não seja o euro	0,0%
Taxa total sem medidas transitórias	179,3%
Índice em 30/09/2019	194,6%
Impacto de ajuste por união	1,8%
Impacto de ajuste por volatilidade	-1,4%
Taxa total sem ajustes por união e volatilidade	194,9%

Conciliação do Capital IFRS e de Solvência II



Detalhamento do Capital de Solvência Obrigatório (SCR)



Dados em milhões de euros.

(1) Inclui outros setores financeiros, participações não controladoras e outras empresas.

ANÁLISE DE OPERAÇÕES CONTRATUAIS E OPERAÇÕES FORA DE BALANÇO

No fecho do exercício, a MAPFRE formalizou os seguintes acordos para o desenvolvimento e distribuição de produtos de seguros na Espanha com diferentes entidades, algumas das quais foram sujeitas a ou estão envolvidas em processos de reestruturação bancária:

- Acordo com a BANKIA S.A. referente à aliança estratégica iniciada em 1998 com sua antecessora, a CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD DE MADRID, que foi reformulada em 2014 por meio de um novo acordo que permite distribuir, com exclusividade, seguros de Vida e de Não Vida da MAPFRE em toda a rede comercial da BANKIA (doravante, o “Acordo”) e dar seguimento à participação conjunta na BANKIA MAPFRE VIDA

(anteriormente denominada MAPFRE-CAJA MADRID VIDA), dedicada à comercialização do seguro de Vida por meio dessa rede comercial. O Acordo representa a reestruturação do negócio de bancaseguros e inclui um contrato de assurbanking, de acordo com o qual a MAPFRE distribuirá produtos financeiros da BANKIA em sua rede.

Além disso, o Acordo representou, em 2014, a aquisição de 51% das ações da ASEVAL e da LAIETANA VIDA, e de 100% das ações da LAIETANA GENERALES, por um valor total de 151,7 milhões de euros.

O valor econômico final do Acordo dependerá do grau de cumprimento futuro do Plano de Negócio estabelecido.

Adicionalmente, no mês de dezembro de 2018 foi celebrado um acordo em virtude do qual a MAPFRE VIDA irá adquirir 51% da Caja Granada Vida e da Caja Murcia Vida y Pensiones, por um valor total de 110,3 milhões de euros. O fechamento final dessa transação ocorreu em março de 2019, após a obtenção das aprovações das autoridades reguladoras e de supervisão correspondentes.

Além disso, este último acordo amplia o âmbito de atuação da aliança atual para seguros gerais no ramo de Não Vida para a rede procedente do BANCO MARE NOSTRUM.

- Acordo com o Banco Castilla-La Mancha S.A. (como sucessor do negócio bancário e parabancário da Banco Castilla-La Mancha S.A.) para a distribuição exclusiva de seguros pessoais e planos de aposentadoria da sociedade conjunta CCM Vida y Pensiones (da qual a MAPFRE é proprietária de 50%) por meio da rede dessa entidade.

O preço de aquisição das ações foi de 112 milhões de euros à vista, além de quantias adicionais a serem pagas no ano de 2012 e em 2021. Em 2012, foram pagos à Caja de Ahorros Castilla-La Mancha (atualmente Banco Castilla-La Mancha) 4,5 milhões de euros e, no fechamento do exercício, há uma provisão para possível pagamento de 24,4 milhões de euros.

- Acordo com o Bankinter S.A. para a distribuição exclusiva de seguros de Vida e acidentes e planos de aposentadoria da sociedade conjunta Bankinter Seguros de Vida (da qual a MAPFRE é proprietária de 50%) por meio da rede desse banco.

O preço de aquisição das ações foi de 197,2 milhões de euros à vista, além de dois pagamento de 20 milhões de euros, além de juros, que serão efetivados de acordo com o grau de cumprimento do Plano de Negócio combinado, no quinto e décimo ano de sua vigência. Em 2012, com o cumprimento do Plano de Negócio, foi efetuado o primeiro pagamento adicional previsto, no valor de 24,2 milhões de euros. Durante o primeiro trimestre de 2017, após não terem sido alcançados os objetivos de longo prazo, procedeu-se ao cancelamento da provisão constituída pelo montante de 29 milhões de euros.

No dia 1º de abril de 2016, a Bankinter Seguros de Vida, sociedade com participação de 50% do Bankinter e da MAPFRE, adquiriu o negócio de seguros do Barclays Vida y Pensiones, em Portugal, pelo valor de 75 milhões de euros.
- Acordo com o Bankinter S.A. para a distribuição exclusiva de seguros gerais e seguros de empresas (excluindo-se os seguros de Automóveis, Assistência em viagem e Lar) da sociedade conjunta Bankinter Seguros Generales (da qual a MAPFRE é proprietária de 50,1%) por meio da rede desse banco.

O preço de aquisição das ações foi de 12 milhões de euros (além do pagamento de três milhões de euros pela transação de compra e venda de ações em 27 de dezembro de 2011), mais um preço adicional de três milhões de euros, caso o “Plano de Negócio de Dezembro de 2012” seja cumprido a 100% no encerramento de 2015. Esse preço adicional não foi acumulado porque o Plano de Negócio mencionado não chegou a ser cumprido.

- Acordo com o Banco Santander S.A. para a distribuição exclusiva de certos produtos Não Vida. Em janeiro de 2019, foi feito um acordo pelo qual a MAPFRE ESPAÑA adquiriu 50,01% de uma empresa recém-criada do Banco Santander para comercializar seguros de automóveis, multiriscos de comércio, multiriscos de PME e seguros de responsabilidade civil exclusivamente através da rede de Banco Santander na Espanha, por prazo até 31 de dezembro de 2037. Os 49,99% restantes do capital dessa empresa continuam pertencendo ao Banco Santander, por meio de sua subsidiária Santander Seguros.

A operação, cujo preço é de 82,2 milhões de euros, foi encerrada em junho de 2019, após a aprovação das autoridades correspondentes.

Em novembro de 2019, a Ordem Ministerial foi emitida pelo Ministério da Economia e Negócios que permite a nova entidade chamada SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS S.A. operar nos ramos indicados.

Em 2018, realizou-se a reestruturação da aliança estratégica com o Banco do Brasil. Como consequência disso, a partir de 30 de novembro de 2018, a MAPFRE passou a ser titular de 100% (anteriormente, 50%) da totalidade do negócio (Vida e Não Vida) gerado pelo canal de agências, assim como dos negócios de automóveis e de grandes riscos que serão distribuídos através do canal bancário. Adicionalmente, será mantida a sua participação atual (25%) na BB MAPFRE, que permitirá a incorporação ao seu negócio dos seguros residenciais do canal bancário.

Por outro lado, a MAPFRE e a Euler Hermes também têm um acordo formalizado para a constituição de uma aliança estratégica, cujo objetivo é o desenvolvimento conjunto do negócio de seguros de Caução e Crédito na Espanha, Portugal e América Latina. Como resultado dessa aliança, ambos os grupos têm uma participação de 50% em uma joint venture denominada Solunion, que integra os negócios de ambos os grupos nos mercados mencionados. A Solunion cobre riscos em países dos cinco continentes e conta com uma rede internacional de analistas de riscos localizados em mais de 50 países que

controlam permanentemente a situação dos riscos de seus segurados, além de uma extensa rede de distribuição nos países nos quais está presente.

Por último, os acionistas minoritários da MAPFRE RE têm uma opção de venda sobre as ações nessa entidade. Em caso de exercício da opção, a MAPFRE ou uma entidade do Grupo MAPFRE deverá adquirir as ações do acionista minoritário interessado em vender. O preço de compra das ações da MAPFRE RE será o resultante da aplicação da fórmula estabelecida previamente. Em 31 de dezembro de 2019, levando em consideração as variáveis incluídas na fórmula citada, o compromisso assumido pela MAPFRE, em caso de exercício da opção mencionada, aumentaria para um montante total aproximado de 109 milhões de euros.

1.4. Principais riscos e incertezas

A MAPFRE dispõe de um Sistema de Gestão de Riscos (SGR) baseado na gestão integrada de absolutamente todos os processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

RISCOS FINANCEIROS E DE CRÉDITO

Riscos de mercado e de taxa de juros

Uma parte significativa dos resultados e ativos está sujeita a flutuações nos mercados financeiros. Tais mudanças nos preços de mercados podem diminuir o valor ou as receitas da carteira de investimentos, o que poderia gerar um efeito negativo na situação financeira e nos resultados consolidados do Grupo.

A principal medida de redução dos possíveis efeitos negativos das variações dos preços de mercado é selecionar ativos financeiros com prudência, que tenham as características adequadas para abranger as obrigações assumidas.

A MAPFRE mitiga sua exposição aos riscos do mercado e de taxa de juros por meio de uma política prudente de investimentos caracterizada por uma alta proporção de valores de renda fixa de grau de investimento. Deste modo, os valores de renda fixa representam 88,7% do total da carteira de aplicações financeiras em 2019 (88,5% em 2018). O preço de mercado desses valores pode flutuar como consequência de variações no nível das taxas de

juros (risco de taxa de juros), cuja exposição é atenuada mediante a busca por um adequado nível de união entre ativos e passivos. O preço de mercado dos valores de renda fixa também pode sofrer oscilações devido a variações da percepção do nível de solvência de seus emissores (risco de spread), cujo tratamento é explicado na seção de Risco de crédito.

Os investimentos em valores de renda variável e em fundos de investimento têm um peso limitado no balanço, representando aproximadamente 10,2% dos investimentos financeiros totais em 2019 (9,1% em 2018).

Durante o exercício de 2019, um cenário de taxas de juros historicamente baixas continuou em vários mercados com previsão de continuidade em 2020, um aspecto que influencia o comportamento do consumidor e pode afetar especialmente os negócios de poupança.

As receitas por operações de seguro de Vida e gestão de ativos da MAPFRE estão diretamente relacionadas com o valor dos ativos gerenciados (sejam de renda fixa ou renda variável), motivo pelo qual uma queda no valor dos mercados poderia afetar essas receitas negativamente.

Risco de taxa de câmbio

As oscilações do valor do euro em relação a outras moedas afetam o valor do ativo e do passivo do Grupo e, conseqüentemente, o seu patrimônio líquido, assim como os resultados operacionais e o fluxo de caixa. As diferenças de conversão registradas em fundos próprios atribuíveis aos acionistas controladores levaram ao reconhecimento positivo de 35,7 milhões de euros em 2019 (resultado negativo de 102,8 milhões de euros em 2018).

Além disso, enquanto a maioria dos governos dos países nos quais a MAPFRE opera não tiver imposto proibições à repatriação de dividendos ou aos desinvestimentos de capital, é possível que, no futuro, sejam estabelecidas políticas de controle de câmbio restritivas.

No que diz respeito às provisões técnicas originadas por operações no exterior, o Grupo geralmente aplica uma política de investimento em ativos denominados na mesma moeda na qual foram adquiridos os compromissos com os segurados, aspecto que atenua a exposição ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

Os rendimentos dos investimentos também são sensíveis às variações nas condições financeiras em geral, incluindo as variações na avaliação geral do crédito dos emissores de valores de dívida. Assim, o valor de um instrumento de renda fixa pode ser reduzido por mudanças na nota de crédito (rating) ou pela eventual insolvência de seu emissor. Nas exposições, existem riscos de natureza análoga relativamente a contrapartes de seguros, resseguros e bancárias.

A exposição ao risco de crédito diminui através de uma política baseada na seleção prudente dos emissores de valores e das contrapartes com base na sua solvência, tendo em vista: i) um elevado nível de correspondência geográfica entre os emissores dos ativos e os compromissos assumidos, ii) a manutenção de um nível adequado de diversificação e iii) a obtenção, se for o caso, de garantias, colaterais e outras coberturas adicionais.

A política de gestão do risco de crédito estabelece limites por emissor, de acordo com o perfil de risco da contraparte ou do instrumento de investimento, assim como limites de exposição em relação ao rating da contraparte.

RISCOS OPERACIONAIS

Risco regulatório

O Grupo atua em um ambiente de complexidade e crescente pressão regulatória, não apenas em questões de seguros, mas também em questões tecnológicas, de governança corporativa ou de responsabilidade criminal corporativa, entre outras.

As companhias de seguros estão sujeitas a leis e regulamentos especiais nos países onde operam, e o monitoramento da conformidade é atribuído a várias autoridades locais. Levando em consideração as condições financeiras ou econômicas, algumas dessas autoridades estão considerando o fortalecimento de requisitos regulatórios para evitar crises futuras ou garantir a estabilidade das entidades sob sua supervisão.

As mudanças na legislação podem (i) implicar no risco de que o Grupo não consiga se adaptar às mudanças ou (ii) afetar as operações do Grupo na medida em que as autoridades de fiscalização tenham amplo controle administrativo sobre vários aspectos do negócio de seguros. Este controle pode afetar o montante dos prêmios, as práticas de marketing e de venda, a distribuição de lucros entre os tomadores de seguros e os acionistas, a publicidade, os contratos de licenças, os modelos de apólice, a solvência, os requisitos de capital e os investimentos permitidos. Alterações nas normas tributárias podem afetar as vantagens de alguns dos produtos comercializados que disponham atualmente de um tratamento fiscal favorável.

Risco operacional

O risco operacional é inerente ao desenvolvimento de qualquer atividade, e sua ocorrência pode gerar uma perda e/ou uma consequência negativa sobre os resultados. Entre os principais riscos estão os de ataques cibernéticos, cujo impacto pode afetar tanto a operação do equipamento de computador quanto as informações privadas armazenadas nele.

A MAPFRE possui sistemas para monitorar e controlar o risco de possíveis perdas devido a falhas ou inadequações decorrentes de processos internos, pessoas e/ou sistemas. Embora o resultado das avaliações e análises realizadas no exercício de 2019 não mostre nenhum processo de nível crítico, a possibilidade de sofrer perdas operacionais não pode ser excluída, devido à dificuldade de prever e quantificar esse tipo de risco.

RISCOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG)

A sustentabilidade é um conceito que se baseia em três pilares fundamentais: desenvolvimento econômico, social e ambiental. Portanto, a gestão de riscos e oportunidades de negócio associadas a questões ambientais, sociais e de governança (ASG) é essencial para contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Com um acompanhamento adequado dessas questões, a organização pode obter informações adicionais sobre riscos em potencial e entender melhor os movimentos e as transformações sociais, e as expectativas dos grupos de interesse. Neste sentido, o modelo de negócio da MAPFRE e sua estratégia são um exemplo de como a empresa enfrenta os desafios globais de sustentabilidade, gerencia os riscos de ASG e inova no desenvolvimento de produtos e soluções de seguros para benefício dos clientes e da sociedade na qual opera.

A gestão de riscos ASG ajuda na tomada de decisões em áreas tão importantes quanto a assinatura, o investimento, a inovação em produtos e serviços, a sustentabilidade, o meio ambiente e a gestão da reputação, sendo esta última essencial para gerar confiança nos grupos de interesse. Portanto, os riscos ASG integram-se naturalmente aos processos de gestão e controle estabelecidos pelo Grupo.

As mudanças climáticas integram a estratégia da MAPFRE em sustentabilidade. Como seguradora global, a MAPFRE participa com o compromisso de contribuir para a definição de um padrão de desempenho técnico-financeiro, para o setor como um

todo, que permita a ajudar desde o seguro, gerenciar os riscos e as oportunidades da transição para uma economia de baixo carbono e reduzir o impacto das mudanças climáticas para a sociedade como um todo. O aumento da frequência e gravidade de desastres naturais e a presença da MAPFRE em países com alta exposição a esse risco podem ter um impacto nos resultados do Grupo. Para prever esses eventos e minimizar seu impacto econômico, as entidades da MAPFRE estão desenvolvendo ações em diferentes áreas: i) controle eficiente da exposição a riscos de catástrofes, ii) garantir uma correta valorização das perdas e iii) coordenar adequadamente resposta e atenção aos clientes afetados.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A nota 7. "Gestão de riscos" do Relatório contábil consolidado inclui informações detalhadas sobre os diversos tipos de risco que afetam o Grupo.

1.5. Circunstâncias importantes ocorridas após o fecho do exercício

Não se produziram fatos significativos posteriores ao fechamento do exercício.

1.6. Informação sobre a evolução previsível

PERSPECTIVAS DO AMBIENTE

A economia mundial em geral permanece estável, embora com um desempenho bastante modesto. Em 2020, espera-se um crescimento médio em nível global em torno de 3%, possivelmente acelerando nos trimestres subsequentes, convergindo para a média da segunda metade da última década, em torno do potencial global. A recessão está descartada no momento, a menos que riscos não vistos por enquanto surjam causando um ajuste em uma economia sistêmica.

No crescimento projetado, não se espera uma grande contribuição dos países desenvolvidos, que diminuem seu potencial, crescendo 2% ou menos em média durante o próximo biênio. Os países emergentes, por outro lado, contribuirão mais, crescendo de maneira estável, em média, próximo ou acima de 4,5% nos próximos anos, graças a condições financeiras mais benignas, uma melhoria nos termos de troca dos países produtores de matérias primas agrícolas, a saída da atonia de países relevantes como Brasil, México e Turquia e uma moderação previsível dos processos sociopolíticos que estão causando incertezas e perturbações em várias economias emergentes (países andinos, Hong Kong etc.).

O momento cíclico é a estabilização da atividade em níveis baixos, o que nos obrigou a repensar o desenho e a implementação de políticas públicas. Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB se estabiliza abaixo de 2%, com base principalmente na demanda doméstica, graças ao apoio do Federal Reserve (Fed). A União Econômica e Monetária (UEM) voltou a registrar uma atividade econômica moderada, que forçou a estender a posição monetária da frouxidão, quando também é discutida a necessidade de complementá-la com significativos impulsos fiscais.

A China mantém sua atividade com a inércia do passado e, apesar dos dados de alta frequência mostrarem alguma perda de dinamismo, o crescimento (em dados oficiais) permanece alto. Nos mercados emergentes, embora muitas das vulnerabilidades sejam atenuadas com a mudança na política monetária americana, sua dependência das poupanças externas os torna muito sensíveis às correções externas, podendo criar e espalhar para a região seus distúrbios financeiros através do canal de as expectativas. Por este motivo, acreditamos que, embora seu momento cíclico seja mais dinâmico, sua fragilidade também será mais acentuada.

Uma recessão seria o cenário alternativo que consideramos necessário valorizar, pois isso aceleraria as tendências geopolíticas (como um retrocesso na globalização e o crescente descontentamento social atual), que são novamente os sinais dos tempos da terceira década deste século. Os riscos esperados são essencialmente os mesmos do exercício anterior, embora de alguma maneira exacerbados pelos eventos mais recentes:

- A governança da zona do euro: o desafio europeu continua a depender da maior coesão interna e da busca de um amplo consenso para enfrentar a soma dos riscos geopolíticos que a zona do euro enfrenta. A nova configuração das instituições europeias (Comissão Europeia, Conselho da Europa, Banco Central Europeu etc.) elimina dúvidas sobre o futuro caminho institucional da União.

- O risco derivado da política econômica nos Estados Unidos, com a redução de 75 bps na taxa de referência, o Federal Reserve considera suficientemente afastado o risco de recessão, uma vez que o consenso entre os membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) concede previsibilidade ao câmbio pelo menos ao longo de 2020.
- O ajuste macrofinanceiro na China: o modelo econômico chinês continua avançando em direção a um equilíbrio interno que depende de fontes internas de crescimento e a um equilíbrio externo em direção à flexibilidade e abertura de sua economia. Nesse sentido, a capacidade de estimular a política econômica poderia se tornar pró-cíclica e inadequada devido aos altos níveis de dívida que acumula e sob mecanismos de transferência de liquidez ainda insuficientes.
- Dívida: a vulnerabilidade associada aos níveis globais de dívida continua avançando em mais de 250 trilhões de dólares (220% do PIB). A persistência de taxas de juros reduzidas favorece a tomada de riscos e o acúmulo de dívidas, em um ambiente em que problemas nos mercados de recompras e os sinais de falta de liquidez em certos setores e produtos começam a gerar sinais de alerta e cautela quanto a notas de crédito em baixa.
- Geopolítica: embora o resultado das eleições no Reino Unido e os avanços nas negociações comerciais entre a China e os Estados Unidos tenham reduzido as tensões geopolíticas que marcam o cenário internacional, a incerteza política, a expansão das correntes protecionistas, as divergências sociais generalizadas e, mais recentemente, a instabilidade no Golfo Pérsico aumenta os riscos para o crescimento global.

Se alguns dos riscos fossem ativados e provocassem choques de confiança e/ou oferta (relacionados a liquidez, produtividade ou matéria-prima), a recuperação previsível poderia ser transformada em recessão, embora esse não seja o cenário central.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Na MAPFRE, nos transformamos para crescer com rentabilidade. Digitalização e inovação são fundamentais nesta evolução. A transformação estará presente em tudo o que fizermos, será transversal e atuará como um autêntico acelerador em todos os âmbitos da nossa empresa. A nossa estratégia baseia-se em três pilares:

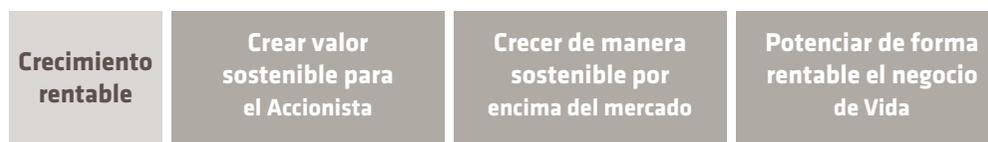


O primeiro ano do Plano Estratégico 2019-2021 “Transformando-nos para crescer e ser rentáveis”, foi marcado por desastres ambientais (tufões como Faxai e Hagibis são alguns exemplos de catástrofes que tiveram alto impacto no resultado atribuível da MAPFRE) além da volatilidade e incerteza política, econômica e social nos diferentes mercados em que a MAPFRE atua. Diante dessas circunstâncias, nós ajustamos os objetivos públicos de aspiração para o período 2019-2021, concentrando-os em seis e alinhando-os à realidade dos mercados, sem perder a ambição que sempre caracterizou a MAPFRE.

Os principais avanços nos objetivos e iniciativas que orientam cada um dos pilares do plano foram:

1. Crescimento rentável

Os objetivos da perspectiva do crescimento lucrativo:



- No fechamento de 2019, o ROE do Grupo está em 8,0% (sem ajuste por redução ao valor recuperável do ágio).
- Quanto ao objetivo de crescer de maneira sustentável, o resultado no final do ano foi de 28.472,2 milhões de euros.
- As receitas de negócio digital alcançaram 1.329,5 bilhões de euros, crescendo 16,7% em relação a 2018.
- Em relação ao objetivo de impulsionar lucrativamente os negócios de Vida, no fechamento de 2019, o crescimento dos prêmios de Vida risco em valor constante era de 9,2%.

2. Orientação ao cliente

Os objetivos neste pilar são:



- Ao medir a qualidade percebida pelo cliente, o número de mercados em que temos um NPS® superior ao da concorrência, no fechamento do ano foi de 86,3%. Neste primeiro ano, várias ações foram desenvolvidas para melhorar a experiência do cliente, que esperamos que impactem positivamente o indicador.
- No objetivo de inovar em produtos e serviços, aplicando soluções originadas em nossa plataforma de inovação aberta MAPFRE Open Innovation, no fechamento de 2019, foram desenvolvidos produtos ou serviços que atingiram pouco mais de 244.700 clientes.

3. Excelência na gestão técnica e operacional

Os objetivos neste pilar são:



- Em relação ao objetivo de gerenciar rigorosamente os riscos, no fechamento de 2019, a taxa combinada de Não Vida situava-se em 97,6%.
- Em relação à gestão operacional, continuamos realizando ações de melhoria de eficiência e automação nos principais pontos de contato com os clientes. No fechamento de 2019, o aumento nas transações automatizadas foi de 5,3 milhões, atingindo um total de 18,7 milhões de transações.

4. Cultura e talento

Os objetivos neste pilar são:



- Seguimos trabalhando para aumentar o compromisso e o desenvolvimento dos funcionários e colaboradores. No fechamento de 2019, o índice de cultura e talento estava em 80,8%.
- Em nosso empenho para impulsionar a igualdade de gênero no Grupo, a porcentagem de novos postos de responsabilidade assumidos por mulheres está, no fecho do ano, em 48,3%.
- Também como objetivo, nós nos propusemos a posicionar a MAPFRE como referência em matéria de sustentabilidade. O Conselho de Administração da MAPFRE S.A. aprovou as linhas de ação, projetos e objetivos do Plano Global de Sustentabilidade para 2019-2021.
- Em relação à diversidade, o percentual do quadro de funcionários com deficiências no fechamento de 2019 foi de 2,9%.

Perspectivas de futuro para o Plano estratégico 2019-2021

O ano de 2019 foi marcado pelo impacto de eventos catastróficos e incerteza social nos diferentes mercados em que a MAPFRE atua. Desse modo, foi necessário ajustar os objetivos públicos aspiracionais para o período 2019-2021, que são apresentados na Assembléia Geral de Acionistas.

1.7. Actividades de P+D+i

INNOVACIÓN

A MAPFRE tem uma longa história de empresa inovadora. A inovação é uma de suas principais alavancas para impulsionar o crescimento orgânico e projetar seu horizonte estratégico, gerando permanentemente propostas de valor diferencial para os clientes, a partir de uma visão transversal e integral que permite responder aos desafios dos negócios.

Em 2018, foi articulado o modelo de inovação da MAPFRE, em torno das capacidades estratégicas internas comprovadas e da digitalização de modelos e soluções para os clientes, mas também por meio da organização de um modelo de relacionamento aberto que se conecta a agentes externos e ao ecossistema de inovação (startups de base tecnológica e outros agentes do mercado capazes de oferecer soluções disruptivas em algum elo da cadeia de valor dos seguros - Insurtechs). Esse modelo é chamado MAPFRE Open Innovation.

Em 2019, foram tomadas medidas firmes para acelerar a transformação da MAPFRE e fortalecer a posição de liderança, adaptando-se mais rapidamente e caminhando para novos modelos de negócios e soluções inovadoras que surgem das mudanças digitais e tecnológicas que estão sendo experimentadas, com o objetivo final de oferecer as melhores soluções e serviços aos clientes.

Das ações relevantes realizadas durante o exercício, destacam-se:

- Lançamento de duas convocatórias de *insur_space*, com a participação de várias startups em seus dois programas: Aceleração e Adoção.
- A participação da MAPFRE como investidora-âncora no fundo de capital de risco "Alma Mundi Insurtech Fund, FCRE", focado exclusivamente no espaço de *insurtech* e que já participou de sete startups do setor.
- Consolidação do *#inova*, o programa *intraempreendedor* da MAPFRE.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Durante o ano de 2019, continuamos trabalhando na digitalização nos países em que a MAPFRE opera com um objetivo claro, responder com agilidade aos clientes (cliente consumidor, cliente distribuidor, fornecedores e cliente interno).

Foram abordados mais de 130 projetos, tendo, no fechamento de 2019, mais de 445 ativos digitais implementados e superando 80 milhões de transações digitais nos principais mercados, o que implica um crescimento anual acima da meta estabelecida.

Todo esse esforço permitiu que a empresa atingisse importantes conquistas na digitalização do relacionamento com os clientes e das operações:

- Para o cliente consumidor, a atração foi aprimorada, aumentando o número de cotações nos países (Espanha, Brasil, EUA, Peru e Turquia) em mais de 14,4%, graças à estratégia de preços inteligentes. Adicionalmente, novos processos continuaram sendo promovidos e disponibilizados aos clientes em plataformas de autoatendimento, tanto na Web quanto em dispositivos móveis, o que lhes permitiu aumentar seu uso em mais de 32,8%.
- No caso do cliente distribuidor, continuou a aposta em soluções de mobilidade para facilitar e melhorar seu relacionamento e gerenciamento integrados. Novas implementações corporativas de CRM foram implantadas, atingindo 17 implementações. Da mesma forma, e dada a importância que os intermediários têm para a MAPFRE, durante o ano de 2019, foi desenvolvido um novo modelo operacional e a plataforma de autoatendimento para intermediários, que deverá ser concluída em 2020 e começar com a implantação em diferentes países.
- Em relação aos fornecedores de serviços, graças às soluções que permitem o gerenciamento e a atribuição automática de serviços em Automóveis (Despacho Digital), mais de 80% dos serviços solicitados aos fornecedores foram gerenciados por meio desta plataforma, e no caso de residências, mais de 86% dos reparos na Espanha foram gerenciados por meio de soluções de mobilidade disponibilizadas aos reparadores, o que levou a uma economia de tempo de mais de 270.000 horas no último ano.
- Quanto aos clientes ou funcionários internos, a iniciativa estratégica corporativa de Desafio Digital continuou, o que está impulsionando o gerenciamento do conhecimento e o trabalho colaborativo, flexível e ágil, através do uso de ferramentas colaborativas e metodologias de trabalho ágeis. Este novo modelo de trabalho já foi implantado nos principais países. Esse processo de transformação implica a assimilação de novas

tecnologias, mas, acima de tudo, a compreensão de que a chave do sucesso passa pelas pessoas e sua transformação.

- Finalmente, foram feitos progressos significativos na digitalização das operações, tendo sido automatizadas, em 2019, mais de 17 milhões de transações. Além disso, a MAPFRE fez progressos significativos no fornecimento de uma solução analítica avançada que permite a geração de modelos mais sofisticados que ajudam a melhorar os processos internos da empresa e o relacionamento com os clientes. Essa solução já foi implementada na Espanha e está em processo de implantação no Brasil e nos EUA. No campo da Inteligência Artificial, modelos adicionais para a avaliação preditiva de danos ao veículo foram avaliados, e os assistentes de conversação continuaram trabalhando, a fim de melhorar a velocidade do atendimento ao cliente e avançar no caminho da excelência operacional.

A MAPFRE continua a transformar e digitalizar para fornecer uma resposta ágil às necessidades do cliente.

QUALIDADE

Com a finalidade de avaliar a qualidade percebida pelos clientes, o Observatório de Qualidade MAPFRE aplica um modelo global de mensuração da experiência do cliente por meio de pesquisas com clientes, em todos os países onde o Grupo atua, abrangendo os ramos de seguros e serviços de assistência, a cada seis meses. Para isso, através da análise do indicador Net Promoter Score (NPS®), é realizada a avaliação da satisfação e dos pontos críticos de contato com o cliente, sendo realizadas recomendações sobre as principais áreas de melhoria.

Em 2019, foram realizadas a VIII e a IX Ondas de Medição do NPS relacional, com base em uma amostra representativa das carteiras da MAPFRE. Essas ondas, com mais de 140.000 inquiridos, englobou um volume de 81,9 % do total de prêmios Não Vida particulares do Grupo.

Adicionalmente, o Observatório mede uma vez por ano o nível de experiência do cliente dos principais competidores da MAPFRE em cada país/ramo. Concretamente, foram analisadas 120 empresas de todo o mundo. Graças a isso, podemos confirmar que em 2019 o volume de prêmios medidos em que o NPS dos clientes da MAPFRE está acima da média do NPS dos concorrentes analisados foi excedido em 71%.

Para complementar essas medidas do NPS relacional, o Observatório de Qualidade definiu um Modelo Global de NPS transnacional, que permite conhecer, em tempo real, a percepção do cliente que acabou de passar por uma interação. Atualmente, esse modelo está implementado no Brasil e na Espanha. Da mesma forma, em 2019, o Observatório de Qualidade realizou a segunda medição da experiência dos clientes internos (iNPS) e dos transferentes e corretores dos serviços de resseguro fornecidos pela MAPFRE RE.

1.8. Aquisição e alienação de ações próprias

As operações de compra e venda de ações da MAPFRE S.A. cumprem as normas em vigor, os acordos adotados pela Assembleia Geral de Acionistas e a Política de Ações em Tesouraria do Grupo MAPFRE vigente em 2019, que regulamenta as medidas relativas a transações com ações da própria Sociedade.

Durante o exercício de 2019, foram compradas no mercado 7.897.336 de ações próprias, e foram entregues a diretores de filiais como parte de suas retribuições variáveis 1.839.387 ações, resultando no aumento líquido de 6.057.949 ações, que representam 0,1967% do capital, pelo montante de 15.585.821,85 de euros. No exercício anterior foram vendidas 2.079.216 ações próprias que representavam 0,0675% do capital, no montante de 4.106.350,17 euros. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o saldo total de ações próprias foi de 30.489.839 e 24.431.890, respectivamente, representando 0,9901% e 0,7934% do capital, no montante de 63.835.547,24 e 48.249.725,39 euros, respectivamente.

As operações de ações em tesouraria mencionadas têm uma finalidade legítima, respeitando, em qualquer caso, as recomendações sobre operações de ações em tesouraria discricionárias publicadas pela Comissão Nacional do Mercado de Valores, significando finalidades legítimas, entre outras, as operações destinadas a:

- Favorecer a liquidez na negociação e a regularidade na contratação das ações da MAPFRE.
- Permitir o acesso da MAPFRE aos valores necessários para cumprir eventuais obrigações de entrega de ações próprias derivadas de, entre outras situações, planos de remuneração ou fidelização de acionistas, diretores ou funcionários e de emissões de títulos ou operações corporativas.

As operações de ações em tesouraria são realizadas sempre em condições que garantam a neutralidade no processo de livre formação do preço da ação da MAPFRE no mercado e com total transparência nas relações com os supervisores e com os órgãos regentes dos mercados. Da mesma forma, as operações de ações em tesouraria nunca são realizadas empregando informações privilegiadas.

Após a publicação em 13 de janeiro de 2020 do Comunicado da Comissão Nacional do Mercado de Valores, deixando de fora os critérios para as operações discricionárias de ações em tesouraria de 2013, o Conselho de Administração da Companhia, em sua reunião de 11 de fevereiro de 2020, concordou em cancelar a política de ações em tesouraria da Companhia. Em virtude disso, as operações de compra e venda de ações da MAPFRE S.A., quando apropriadas, estarão de acordo com as disposições do Regulamento de Abuso de Mercado e Circular 1/2017 da Comissão Nacional do Mercado de Valores.

1.9. Outras informações relevantes

AÇÃO DA MAPFRE

O quadro a seguir contém informações básicas relativas à ação da MAPFRE no encerramento do exercício de 2019:

Número de ações em circulação	3.079.553.273, totalmente suscritas e integralmente desembolsadas.
Valor nominal de cada ação	0,1 euros.
Tipo de ação	Ordinária, escritural. Todas as ações em circulação têm os mesmos direitos políticos e econômicos.
Mercados nos quais está listada	Bolsas de Madri e de Barcelona (Mercado Contínuo). - IBEX 35; IBEX Top Dividend - STOXX Europe 600 Insurance; EURO STOXX Insurance - MSCI Spain;
Principais índices da bolsa nos quais a ação está incluída	- FTSE All-World; FTSE Developed Europe; - FTSE4Good ⁵ e FTSE4Good IBEX ⁵ - DJSI World - Ethibel Sustainability Index- Excellence Europe ⁵
Código ISIN	ES0124244E34

Durante o exercício de 2019, as ações da MAPFRE S.A. foram negociadas por 253 dias no Mercado Contínuo, com um índice de frequência de 100%. De acordo com os dados publicados pela Sociedade de Bolsas (BME), nesta plataforma foram transacionados diariamente, em média, 5.128.636 títulos, frente a 5.515.638 em 2018, com redução de 7,02%. A contratação efetiva média por dia foi de 12,9 milhões de euros, em relação aos 14,6 milhões de euros do ano anterior, com uma redução de 11,4%.

No fim de 2019, quatro bancos de negócios espanhóis e internacionais recomendaram a “compra” das ações da Sociedade, contra sete recomendações de “manter” e seis de “vender”.

VALOR E RENTABILIDADE

A ação teve o comportamento que pode ser visto no quadro a seguir, comparado com o dos dois principais índices de referência (o seletivo IBEX 35 e o setorial STOXX Europe 600 Insurance):

CONCEITO	1 ANO	3 ANOS	5 ANOS
MAPFRE	1,7%	-18,6%	-16,1%
STOXX Europe 600 Insurance	24,4%	19,7%	28,8%
IBEX 35	11,8%	2,1%	-7,1%

No mesmo período, o lucro por ação (BPA) da MAPFRE teve o seguinte comportamento:

CONCEITO	2019	2018	2017	2016	2015
BPA (euros)	0,20	0,17	0,23	0,25	0,23
AUMENTO	15,2%	-24,5%	-9,7%	9,4%	-16,1%

5. Índices que avaliam o comportamento das empresas em função de suas ações em favor do desenvolvimento sustentável e do respeito aos Direitos Humanos.

COMPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS E SUA RETRIBUIÇÃO

No final do exercício de 2019, a Fundación MAPFRE detinha 67,7% das ações da empresa, sem incluir ações em tesouraria, que representavam 1% dos acionistas. Os acionistas institucionais espanhóis representavam 3,8% e os acionistas institucionais de outros países 19,5%. Os 8% restantes correspondem a acionistas não institucionais.

A política de dividendos estabelece que a remuneração ao acionista deve estar vinculada ao lucro, à solvência, à liquidez e aos planos de investimento da Sociedade e também alinhada aos interesses de todos os seus acionistas. Além disso, entre os objetivos estabelecidos para o triênio 2019-2021 está a remuneração adequada de seus acionistas.

Em 23 de dezembro de 2019, o dividendo a receber foi pago por conta dos resultados do exercício de 2019 de 0,0606 euros brutos por ação, após aplicação proporcional do montante correspondente às ações em tesouraria às ações restantes. O dividendo total pago no ano atingiu 0,145 euros por ação, até alcançar um desembolso total de 446,5 milhões de euros. O dividendo proposto à Assembléa Geral como dividendo complementar do exercício de 2019 é de 0,085 euros brutos por ação. Portanto, o dividendo total relativo aos resultados do exercício de 2019 subiu para 0,145 euros brutos por ação, o que representa um índice de "pay-out" de 73,3%.

A evolução do dividendo pago no exercício e da rentabilidade por dividendo, calculada com base no preço médio da ação, foi a seguinte:

CONCEITO	2019	2018	2017	2016	2015
DIVIDENDO POR AÇÃO (euros)	0,145	0,145	0,145	0,13	0,14
RENTABILIDADE POR DIVIDENDO	5,7%	5,5%	4,9%	5,8%	4,9%

GESTÃO DA QUALIFICAÇÃO CREDITÍCIA (RATING)

Em janeiro de 2019, a Fitch confirmou a nota de crédito da MAPFRE S.A. e elevou a nota de solidez financeira de suas subsidiárias. Essas mesmas notas foram ratificadas em setembro.

Em novembro, a S&P atualizou a nota de emissor de crédito da MAPFRE S.A, de "BBB+" para "A-". Também elevou a nota de solidez financeira da MAPFRE RE, de "A" para "A +". As duas notas têm uma perspectiva "estável".

Em agosto, a Moody's ratificou a nota da MAPFRE ASSISTÊNCIA em "A2" com uma perspectiva estável, e em outubro A Best reafirmou os ratings de solidez financeira MAPFRE RE e MAPFRE ESPAÑA em "A" com perspectiva estável.

Além disso, após a cisão total dos GLOBAL RISKS como resultado da reorganização dos negócios de seguros dos grandes riscos industriais e comerciais, durante o primeiro semestre do ano, as agências S&P, Fitch, Moody's e A.M. Best retiraram o rating de crédito da MAPFRE GLOBAL RISKS.

A seguir será apresentado um detalhamento da situação atual das notas de crédito concedidas para as entidades domiciliadas na Espanha, destacando-se, em verde, as atualizações positivas durante este exercício.

	S&P	Fitch	Moody's	A.M. Best
MAPFRE S.A. - Emissor da dívida	A- (Estável)	A- (Estável)	-	-
MAPFRE S.A. dívida sênior	A-	BBB+	-	-
MAPFRE S.A. - Dívida subordinada	BBB	BBB-	-	-
Solidez financeira				
- MAPFRE RE	A+ (Estável)	A+ (Estável)	-	A (Estável)
- MAPFRE ESPAÑA	-	A+ (Estável)	-	A (Estável)
- MAPFRE VIDA	-	A+ (Estável)	-	-
- MAPFRE ASSISTÊNCIA	-	A+ (Estável)	A2 (Estável)	-

Em maio de 2019, a AM Best confirmou a nota de solidez financeira dos principais membros do Grupo MAPFRE USA em "A", com uma perspectiva estável.

Em agosto de 2019, a Fitch elevou a nota de solidez financeira da MAPFRE SIGORTA para "AA + (tur)" de "AA (tur)", com perspectiva estável.

Em dezembro de 2019 a A.M. Best confirmou a nota da MAPFRE MÉXICO em "A" com perspectiva estável.

A situação atual das notas de crédito das principais entidades do Grupo domiciliadas fora da Espanha é a seguinte, destacando em verde as atualizações positivas durante este exercício.

Compañía	País	Tipo de rating	Rating	Perspectiva
Fitch				
MAPFRE SIGORTA A.S.	Turquia	Solidez financeira	AA+ (tur)	Estável
MAPFRE SEGUROS GENERALES DE COLOMBIA	Colômbia	Solidez financeira	AA (col)	Estável
A.M. Best				
MAPFRE U.S.A. Group	Estados Unidos	Solidez financeira	A	Estável
MAPFRE PRAICO	Porto Rico	Solidez financeira	A	Estável
MAPFRE MÉXICO	México	Solidez financeira	A	Estável

PLANO DE TRANSPARÊNCIA

Em 2019, começaram os trabalhos para criar um novo design do site corporativo, simplificando sua estrutura, combinando informações corporativas com outros conteúdos de divulgação, o que permite aproximar ainda mais todos os grupos de interesse das ações, estratégias e atributos pelos quais a MAPFRE deseja ser reconhecida.

Da mesma forma, a transmissão ao vivo de reuniões, palestras e intervenções de gerentes nos diferentes canais e redes sociais (Twitter, Facebook, YouTube, entre outros) continua sendo promovida para difundir a atividade da empresa em diferentes áreas e aumentar seu conhecimento.

Todos os documentos pré-contratuais (Notas informativas prévias e Documentos de informações do produto (DIP) para seguros Não Vida), bem como as condições gerais dos produtos, já são gerenciados pelo Gerenciador de documentos, que atualiza automaticamente a página web.mapfre.es, mantendo as versões anteriores, embora não visíveis.

O site “mapfre.es” tem a seção Informações de interesse que foram reprojatadas para que a apresentação da documentação pré-contratual seja por produto, o que facilita a localização da documentação pelos clientes e, em breve, procederemos à notificação eletrônica personalizada ao cliente com um link para a web.

Além disso, o Gerenciador de documentos também está operacional para grandes acordos, operadores de bancasseguros e corretores, para que eles possam se conectar via Web e ter seus sistemas de informação sempre atualizados.

No ramo Vida, iniciou-se a tarefa de substituir a entrega em papel da Nota informativa prévia e dos Documentos de dados fundamentais (KID) por notificações eletrônicas ou menção expressa no teste de adequação. A MAPFRE VIDA também adotou o uso do Gerenciador de documentos para gerenciamento de documentos em suas diferentes versões e atualização na web.

A Intranet Corporativa é o canal de comunicação interno dos funcionários, com novos espaços disponíveis para cada uma das entidades do Grupo. Há um espaço chamado “Organograma e Nomeações”, em que o funcionário pode aprender sobre a organização da MAPFRE e seus representantes máximos, os órgãos de governança e estar atualizado sobre as nomeações que ocorrem em entidades e países.

Durante 2019, o espaço de Pessoas evoluiu. Esse espaço incorpora conteúdo e notícias sobre gestão de pessoas e de interesse dos funcionários, tanto no aspecto global quanto local, e o novo design implicou uma mudança completa: na estrutura, no conteúdo e na forma como são apresentados ao funcionário, bem como na navegação, que é mais simples.

A Intranet também tem espaços específicos para cada uma das entidades e áreas da empresa, que permitem o compartilhamento de conhecimentos – notícias, documentação, boas práticas, material audiovisual, links etc.

Este ano, foi ampliado o número de canais pelos quais as informações são trazidas aos funcionários, como o App Pessoas, uma ferramenta já acessada por 5.000 funcionários que foi feita para facilitar a vida das pessoas que trabalham na MAPFRE através de uma série de funcionalidades.

Ao longo do ano, o desenvolvimento de comunidades de colaboração na Intranet continuou, com um total de 452 comunidades ativas, das quais 6.310 funcionários participam. No final do ano, um repositório de conhecimento, Eureka, foi disponibilizado a todos os funcionários nos três idiomas corporativos, e já contém 510 conhecimentos. Os funcionários podem pesquisar documentos, notas e práticas recomendadas por meio do mecanismo de pesquisa e contribuir com tudo o que consideram importante para compartilhar.

Um espaço sobre Estratégia também foi incorporado e uma campanha muito completa foi lançada para que todos os funcionários saibam os objetivos, metas globais, a agenda de mudanças e iniciativas estratégicas.

Existe também uma revista corporativa (El Mundo de MAPFRE), publicada em formato impresso e digital, na qual, trimestralmente e disseminação global, são informadas as notícias e o status da entidade.

Por perfis nas redes sociais, Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn e YouTube, a MAPFRE se comunica e interage com seus funcionários.

Em termos de captação e gerenciamento de Talentos, durante 2019, o novo sistema de seleção e mobilidade foi implantado globalmente, através da SuccessFactors, na maioria das empresas do grupo. Esse sistema inclui um site mobilidade, em que os funcionários têm acesso a mobilidades locais e globais e podem encaminhar pessoas de contato que acreditam que podem se encaixar na MAPFRE através de um processo de referals. O processo é automático, e todos os participantes são devidamente

informados de seu progresso. Pela qualidade e inovação do design e implantação desta ferramenta, a MAPFRE recebeu um prêmio no SAP Quality Awards.

Essa ferramenta é complementada pela abertura do perfil profissional do funcionário, um espaço em que todos os funcionários podem incluir sua experiência, treinamento, motivações e conhecimentos e que permitirá que as áreas de recursos humanos tenham mais informações para obter maior personalização no relacionamento com o funcionário e forneça processos de gerenciamento de talentos mais rigorosos e ricos.

Os funcionários têm planos de carreira de acordo com o posto, planos de desenvolvimento individual e itinerários de treinamento, que são comunicados individualmente e nos quais são feitos participantes do processo.

Dentro da iniciativa estratégica Desafio Digital, estão sendo promovidas novas formas de trabalhar, com ferramentas tecnológicas que permitem trabalhar abertamente, sem opacidade e em colaboração.

Um novo modelo de avaliação abrangente foi implantado globalmente e para todos os funcionários, com um feedback contínuo sobre os objetivos, atividades e comportamentos, não apenas entre responsáveis e colaboradores, mas entre pares e clientes internos.

Foram desenvolvidos planos de reconhecimento para funcionários em que a apreciação do público é expressa pelo trabalho e mérito em relação aos novos comportamentos e hábitos da Organização (agiliza, colabora e inova) e outros planos específicos.

A ferramenta de gerenciamento de aprendizado foi definida e implementada em nível global, o que permite gerenciar o treinamento presencial e on-line de todos os funcionários globalmente. Além disso, permite, entre outros, a funcionalidade de “autoaprendizagem”, um espaço pelo qual cada funcionário acessa o catálogo de conteúdos de treinamento da MAPFRE.

Para manter um acompanhamento integrado dos processos que afetam o comprometimento e o desenvolvimento dos funcionários, em 2019 foi definido e implementado um indicador interno chamado Indicador de Cultura e Talento, que mede a satisfação dos funcionários por meio de uma pesquisa do índice de satisfação dos funcionários (ESI) avaliando dez aspectos específicos, rotatividade de funcionários e antiguidade, além da mobilidade funcional, o percentual de funcionários com planos de desenvolvimento atribuídos e o índice de promoção interna dos cargos de responsabilidade.

Em 2019, foi implementado um novo modelo de medição que permite um aprofundamento contínuo da análise da experiência do funcionário. Este modelo se baseia em três tipos de medições:

En el año 2019 se ha implantado un nuevo modelo de medición que permite profundizar de manera continua en el análisis de la experiencia del empleado. Este modelo se basa en tres tipos de mediciones:

- eNPS® Relacional: que mede a probabilidade de os funcionários recomendarem a MAPFRE como empresa para trabalhar.
- Ciclo de vida do funcionário: foi elaborado um modelo de análise dos diferentes momentos do ciclo de vida do funcionário que será implementado em 2020. Esse modelo contempla a realização de focus groups e questionários através dos quais é medida a experiência dos funcionários em sua interação em cada um dos diferentes momentos do ciclo de vida: seleção, acolhida, avaliação de desempenho, reconhecimento, mobilidade, mudanças, entre outros.

- Índice de Qualidade Percebida de Recursos Humanos: Pesquisa de Qualidade Percebida que analisa como os funcionários percebem a qualidade do serviço prestado pelas áreas de Recursos Humanos. O resultado foi de 7,2 pontos, em uma escala de 10.

CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA PARA A SOCIEDADE

O exercício da atividade de seguros gera um valor econômico direto por meio do fluxo constante de transações realizadas (cobrança de prêmios, pagamento de prestações, gerenciamento de investimentos etc.), que recai em vários aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico e social do ambiente no qual a entidade opera.

Da receita consolidada, com cobranças no exercício pelo valor de 28.472,2 bilhões de euros (26.589,7 bilhões de euros em 2018), a MAPFRE contribuiu economicamente para a sociedade através de pagamentos realizados conforme detalhado a seguir.

CONCEITO	2019	2018	%19/18
Prestações pagas ⁽¹⁾	16.120,2	17.083,6	(5,6%)
Pagamento a fornecedores ⁽²⁾	7.761,6	5.588,5	38,9%
Ordenados e salários, e outros. ⁽³⁾	1.504,4	1.491,9	0,8%
Subtotal atividade	25.386,2	24.164,0	5,1%
Dividendos ⁽⁴⁾	844,1	863,1	(2,2%)
Subtotal acionistas	844,1	863,1	-2,2%
Pagamentos líquidos por impostos de renda	430,8	529,3	(18,6%)
Previdência Social	257,0	237,2	8,3%
Subtotal AP	687,8	766,5	(10,3%)
Juros pagos	69,8	57,3	21,8%
Subtotal de financiamento	69,8	57,3	21,8%
Total	26.987,8	25.850,9	4,4%

Dados em milhões de euros.

(1) Prestações pagas e gastos relacionados do seguro direto e resseguro aceito.

(2) Inclui o pagamento de comissões e de outros serviços da atividade.

(3) O montante de ordenados e salários chegou a 1,251 bilhão de euros em 2019 (1,257 bilhão de euros em 2018).

(4) Pagamentos por dividendos realizados no exercício.

Por outro lado, no exercício da atividade seguradora, a entidade adquire compromissos com os segurados em troca da gestão de recursos que são investidos em ativos, fundamentalmente financeiros.

No quadro a seguir, são mostrados dados relativos à entidade como investidora institucional no fecho dos últimos exercícios.

CONCEITO	2019	2018	%19/18
FUNDOS ADMINISTRADOS DE TERCEIROS⁽⁵⁾	40.663,0	37.747,6	7,7
TOTAL DE INVESTIMENTOS	47.363,4	43.977,0	7,7
Aplicações financeiras	44.995,9	41.246,0	9,1
Renda fixa	39.443,7	36.517,5	8,0
- Emitida por governos	30.088,8	27.595,9	9,0
- Outros títulos de renda fixa	9.354,9	8.921,6	4,9
Outros investimentos financeiros	5.552,2	4.728,5	17,4
Investimentos imobiliários⁽⁶⁾	1.323,4	1.243,6	6,4
Outros investimentos	1.044,1	1.487,4	(29,8)

Dados em milhões de euros.

(5) Provisões técnicas de Vida, fundos de aposentadoria, fundos de investimento e carteiras administradas antes dos ajustes por contabilidade tácita.

(6) Exceto imóveis de uso próprio.

PRAZO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

As características dos pagamentos realizados pelas sociedades espanholas do Grupo, consolidadas pela integração mundial aos fornecedores nos exercícios 2019 e 2018, são detalhadas a seguir.

Conceito	Dias	
	2019	2018
Período médio de pagamento a fornecedores	5,44	6,66
Proporção de operações pagas	5,24	6,49
Proporção de operações pendentes de pagamento	24,76	19,43

Conceito	Milhões de euros	
	2019	2018
Total pagamentos realizados	1.989,00	1.693,75
Total pagamentos pendentes que ultrapassam o prazo máximo legal	20,43	21,60

OUTRAS INFORMAÇÕES

O conteúdo correspondente à Declaração de Informações Não Financeiras, refletido no Relatório Integrado da MAPFRE, faz parte deste Relatório Consolidado de Gestão e cumpre as informações exigidas pela Lei 11/2018, de 28 de dezembro.

Na tabela a seguir, são mostrados os conteúdos da Demonstração de Informações Não Financeiras:

ESTADO DE INFORMAÇÕES NÃO FINANCEIRAS CONSOLIDADO

Índice de conteúdo da Lei 11/2018	Critério do relatório GRI (Consultar o Índice de Conteúdo do GRI, seção 7 do Relatório Integrado da MAPFRE 2019)
-----------------------------------	---

Assuntos gerais

Modelo de negócio	Breve descrição do modelo de negócios do grupo.	GRI 102-2 GRI 102-7
	Mercados nos quais opera.	GRI 102-3 GRI 102-4 GRI 102-6
	Objetivos e estratégias da organização.	GRI 102-14
	Principais fatores e tendências que podem afetar a evolução futura do grupo.	GRI 102-14 GRI 102-15
Geral	Marco para relatório.	GRI 102-54
Foco de gestão	Descrição das políticas aplicáveis.	GRI 103-2
	Os resultados dessas políticas.	GRI 103-2
	Os principais riscos relacionados a essas questões ligados às atividades do grupo.	GRI 102-15

Questões ambientais

Gestão ambiental	Efeitos atuais e previstos decorrentes das atividades da empresa no meio ambiente e, conforme o caso, na saúde e na segurança.	GRI 102-15 GRI 103-2
	Procedimentos para avaliação ou certificação ambiental.	GRI 103-2
	Recursos dedicados à prevenção de riscos ambientais.	GRI 103-2
	Aplicação do princípio de prevenção.	GRI 102-11
Contaminação	Número de provisões e garantias para riscos ambientais.	GRI 103-2
	Medidas para prevenir, reduzir ou reparar emissões de carbono (inclui também ruído e poluição luminosa).	GRI 103-2

Economia circular e prevenção e gerenciamento de resíduos	Medidas de prevenção, reciclagem, reutilização, outras formas de valorização e disposição de resíduos.	GRI 103-2 GRI 306-1 GRI 306-2
	Ações de combate ao desperdício de alimentos.	GRI 103-2 GRI 306-2
Uso sustentável de recursos	Consumo e abastecimento de água de acordo com as limitações locais.	GRI 303-5 (versão 2018)
	Consumo de matérias-primas e medidas adotadas para melhorar a eficiência no uso da água.	GRI 301-1 GRI 301-2 GRI 301-3
	Consumo de energia, direto e indireto.	GRI 302-1 GRI 302-3
	Medidas adotadas para melhorar a eficiência energética.	GRI 302-4
	Uso de energias renováveis.	GRI 302-1
Mudanças climáticas	Elementos importantes das emissões de gases de efeito estufa gerados como resultado das atividades da empresa.	GRI 305-1 GRI 305-2 GRI 305-3 GRI 305-4
	Medidas adotadas para se adaptar às consequências das mudanças climáticas.	GRI 201-2
	Metas de redução estabelecidas voluntariamente, a médio e longo prazo, para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e os meios implementados para esse fim.	GRI 305-5
Protección de la biodiversidad	Medidas adotadas para preservar ou restaurar a biodiversidade.	GRI 304-3
	Impactos causados pelas atividades ou operações em áreas protegidas.	GRI 304-1 GRI 304-2

Questões Sociais e relacionadas ao pessoal

Emprego	Número total e distribuição de empregados por país, sexo, idade e categoria profissional.	GRI 102-8 GRI 405-1
	Número total e distribuição de modalidades de contrato de trabalho.	GRI 102-8
	Média anual por modalidade de contrato (indefinido, temporário e parcial) por sexo, idade e classificação profissional.	GRI 102-9
	Número de demissões por sexo, idade e categorias profissionais.	GRI 103-2
	Diferença salarial.	GRI 103-2 GRI 405-2
	Remunerações médias e sua evolução, desagregados por sexo, idade e classificação profissional ou valor igual.	GRI 103-2 GRI 405-2
	Remuneração média de conselheiros e diretores, incluindo retribuição variável, dietas, indenizações, pagamento a sistemas de previsão de poupança de longo prazo e qualquer outra percepção desagregada por sexo.	GRI 103-2 GRI 405-2
	Implantação de políticas de desligamento do trabalho.	GRI 103-2
	Funcionários com deficiência.	GRI 405-1
Organização do trabalho	Organização do horário de trabalho.	GRI 103-2
	Número de horas de absenteísmo.	GRI 403-9 (versão GRI 2018)
	Medidas destinadas a facilitar o gozo da conciliação e incentivar o exercício corresponsável de ambos progenitores.	GRI 401-3
Saúde e segurança	Condições de saúde e segurança no trabalho.	GRI 403-1 GRI 403-2 GRI 403-3 GRI 403-7 (versão GRI 2018)
	Acidentes de trabalho, em particular, a frequência e gravidade, desagregados por sexo.	GRI 403-9 GRI 403-10 (versão GRI 2018)
	Doenças ocupacionais desagregadas por sexo.	GRI 403-9 GRI 403-10 (versão GRI 2018)

Cuestiones sociales y relativas al personal

Relações sociais	Organização do diálogo social, incluindo procedimentos para informar e consultar os funcionários e negociar com eles.	GRI 103-2
	Percentual de empregados cobertos por acordo coletivo por país.	GRI 102-41
	Balance de acordos coletivos, especificamente no campo da saúde e segurança no trabalho.	GRI 403-4 (versão GRI 2018)
Treinamento	Políticas implementadas no campo de treinamento.	GRI 103-2 GRI 404-2
	Número total de horas de treinamento por categorias profissionais.	GRI 404-1
Acessibilidade	Acessibilidade universal para pessoas com deficiência.	GRI 103-2
Igualdade	Medidas adotadas para promover igualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres.	GRI 103-2
	Planos de igualdade (Capítulo III da Lei Orgânica 3/2007, de 22 de março, para a efetiva igualdade entre mulheres e homens).	GRI 103-2
	Medidas adotadas para promover o emprego, protocolos contra assédio sexual, integração e acessibilidade universal de pessoas com deficiência.	GRI 103-2
	Política contra todos os tipos de discriminação e, conforme o caso, gestão voltada à diversidade.	GRI 103-2

Informações sobre o respeito aos direitos humanos

Direitos humanos	Aplicação de procedimentos de devida diligência no campo dos direitos humanos, prevenção de riscos de violação dos direitos humanos e, quando apropriado, medidas para mitigar, gerenciar e reparar possíveis abusos cometidos.	GRI 102-16 GRI 102-17 GRI 410-1 GRI 412-1 GRI 412-2; 412-3
	Reclamações por casos de violação dos direitos humanos.	GRI 103-2 GRI 406-1
	Promoção e cumprimento das disposições das principais convenções da Organização Internacional do Trabalho relacionadas ao respeito à liberdade de associação e ao direito à negociação coletiva, eliminação da discriminação no emprego e ocupação, eliminação do trabalho forçado ou escravo, abolição efetiva do trabalho infantil.	GRI 103-2 GRI 407-1 GRI 408-1 GRI 409-1

Informação relativa à luta contra a corrupção e o suborno

Corrupção e suborno	Medidas adotadas para prevenir corrupção e suborno.	GRI 103-2 GRI 102-16 GRI 102-17 GRI 205-2 GRI 205-3
	Medidas para combater a lavagem de dinheiro.	GRI 103-2 GRI 102-16 GRI 102-17 GRI 205-2 GRI 205-3
	Contribuições para fundações e entidades sem fins lucrativos.	GRI 102-13 GRI 201-1 GRI 415-1

Informação sobre a sociedade

Compromissos da empresa com o desenvolvimento sustentável	Impacto da atividade da sociedade no emprego e desenvolvimento local.	GRI 103-2 GRI 203-2 GRI 204-1
	Impacto da atividade da sociedade nas populações locais e no território.	GRI 411-1 GRI 413-1 GRI 413-2
	Os relacionamentos mantidos com os atores das comunidades locais e as modalidades de diálogo com esses.	GRI 102-43 GRI 413-1
	Ações de parceria ou patrocínio.	GRI 103-2 GRI 201-1
Subcontratação e fornecedores	Inclusão, na política de compras, de questões sociais, de gênero e ambientais.	GRI 103-2
	Consideração, nas relações com fornecedores e subcontratados, da responsabilidade socioambiental destes.	GRI 102-9 GRI 308-1 GRI 414-1
	Sistemas de supervisão e auditorias e seus resultados.	GRI 102-9 GRI 308-2 GRI 414-1
Consumidores	Medidas para a saúde e a segurança dos consumidores.	GRI 103-2 GRI 416-1 GRI 417-1
	Sistemas para recebimento de reclamações e queixas e sua resolução.	GRI 103-2 GRI 418-1
Informação fiscal	Lucros obtidos país por país.	GRI 207-4 (2019)
	Imposto de renda pago.	GRI 207-4 (2019)
	Subsídios públicos pagos.	GRI 201-4

1.10. Relatório anual de governança corporativa

A. ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

A.1. Preencha o seguinte campo relativo ao capital social da sociedade:

Data da última modificação	Capital social (€)	Número de ações	Número de direitos de voto
01/07/2011	307.955.327,30	3.079.553.273	3.079.553.273

Observações

Indique se existem diferentes classes de ações com diferentes direitos associados:

Sim Não

A.2. Indique os titulares diretos e indiretos de participações significativas à data de encerramento do exercício, excluindo os conselheiros:

Nome ou razão social do acionista	% de direitos de voto atribuídos às ações		% de direitos de voto por meio de instrumentos financeiros		% total de direitos de voto
	Direto	Indireto	Direto	Indireto	
FUNDACIÓN MAPFRE	0,00	67,71	0,00	0,00	67,71

Detalhe da participação indireta:

Nome ou razão social do titular indireto	Nome ou razão social do titular direto	% de direitos de voto atribuídos às ações	% de direitos de voto por meio de instrumentos financeiros	% total de direitos de voto
FUNDACIÓN MAPFRE	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	67,70	0,00	67,70
FUNDACIÓN MAPFRE	FUNDACIÓN CANARIA MAPFRE GUANARTEME	0,11	0,00	0,11

Indique os movimentos na estrutura acionária mais significativos ocorridos durante o exercício:

Observações

A.3. Preencha os seguintes quadros relativos aos membros do Conselho de Administração da sociedade que possuam direitos de voto sobre ações da sociedade:

Nome ou razão social do conselheiro	% de direitos de voto atribuídos às ações		% de direitos de voto por meio de instrumentos financeiros		% total de direitos de voto	% de direitos de voto que podem ser transmitidos por meio de instrumentos financeiros		
	Direto	Indireto	Direto	Indireto		Direto	Indireto	
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	0,00	0,03	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FERNANDO MATA VERDEJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALFONSO REBUELTA BADÍAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
% total de direitos de voto em poder do Conselho de Administração						0,05		

Detalhe da participação indireta:

Nome ou razão social do conselheiro	Nome ou razão social do titular direto	% de direitos de voto atribuídos às ações	% de direitos de voto por meio de instrumentos financeiros	% total de direitos de voto	% de direitos de voto que podem ser transmitidos por meio de instrumentos financeiros
Sem dados					

A.4. Indique, se for o caso, as relações de índole familiar, comercial, contratual ou societária existentes entre os titulares de participações significativas, na medida em que sejam conhecidas pela sociedade, exceto as que não tenham importância considerável ou que provenham de transferências ou tráfego comercial ordinário, com exceção das indicadas na seção A.6:

Nome ou razão social relacionados	Tipo de relação	Breve descrição
Sem dados		

A.5. Indique, se for o caso, as relações de índole comercial, contratual ou societária existentes entre os titulares de participações significativas e a sociedade e/ou seu grupo, exceto as que não tenham importância considerável ou provenham de transferência ou tráfego comercial ordinário:

Nome ou razão social relacionados	Tipo de relação	Breve descrição
Sem dados		

A.6. Descreva as relações, exceto as que não tenham importância considerável para as duas partes, que existam entre os acionistas significativos ou representados no conselho e os conselheiros, ou seus representantes, no caso de administradores pessoa jurídica.

Explique, se for o caso, como estão representados os acionistas significativos. Concretamente, serão indicados aqueles conselheiros que tiverem sido nomeados em representação de acionistas significativos, aqueles cuja nomeação tiver sido promovida por acionistas significativos, ou que estiveram vinculados a acionistas significativos e/ou entidades do seu grupo, com especificação da natureza de tais relações de vínculo. Em específico, serão mencionados, se houver, a existência, a identidade e o cargo dos membros do conselho ou representantes de conselheiros da sociedade listada que, por sua vez, sejam membros do órgão de administração, ou seus representantes, em sociedades que detenham ações significativas da sociedade listada ou em entidades do grupo dos referidos acionistas significativos:

Nome ou razão social do conselheiro ou representante vinculado	Nome ou razão social do acionista significativo vinculado	Razão social da sociedade do grupo do acionista significativo	Descrição relação/cargo
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Consejero designado a propuesta del accionista significativo
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Consejero designado a propuesta del accionista significativo
ALFONSO REBUelta BADÍAS	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Consejero designado a propuesta del accionista significativo
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Presidente del Consejo de Administración de CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Consejero de CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Consejero de CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL
FERNANDO MATA VERDEJO	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Consejero de CARTERA MAPFRE, S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL

A.7. Indique se foram comunicados à comunidade pactos parassociais que a afetem, conforme estabelecido nos artigos 530 e 531 da Lei de Sociedades de Capital. Se for o caso, descreva-os brevemente e relacione os acionistas vinculados pelo pacto:

Sim Não

Indique se a sociedade sabe da existência de ações combinadas entre seus acionistas. Se for o caso, descreva-as brevemente:

Sim Não

Se, durante o exercício, tiver ocorrido alguma modificação ou ruptura desses pactos, acordos ou ações combinadas, indique-a expressamente:

Observações

A.8. Indique se existe alguma pessoa física ou jurídica que exerça ou possa exercer o controle sobre a sociedade, de acordo com o artigo 5 da Lei do Mercado de Valores. Se for o caso, identifique-a:

Sim Não

Nome ou razão social

FUNDACIÓN MAPFRE

A.9. Preencha os seguintes campos relativos à tesouraria da sociedade:

Na data de fechamento do exercício:

Número de ações diretas	Número de ações indiretas (*)	% total sobre o capital social
30.489.839		0,99

(*) Por meio de:

Nome ou razão social do titular direto da participação	Número de ações diretas
Sem dados	

Explique as variações significativas ocorridas durante o exercício:

Explique as variações significativas

Durante o exercício de 2019, foram aumentadas as ações em tesouraria em um total de 6.057.949 ações próprias que representam 0,20% do capital, pelo montante de 15.585.821,85 euros.

A.10. Descrição das condições e o prazo do mandato vigente da assembleia de acionistas ao Conselho de Administração para emitir, recomprar ou transmitir ações próprias:

Explique as variações significativas

O Conselho de Administração conta com a autorização vigente da Assembleia Geral para que a Sociedade possa aumentar o capital social, uma ou várias vezes, até o valor máximo de 153.977.663,65 euros, equivalente a 50% do capital social. A duração dessa autorização é de cinco anos a partir da data do acordo, firmado no dia 9 de março de 2018.

O Conselho de Administração conta com autorização vigente da Assembleia Geral para que a Sociedade possa realizar, diretamente ou por intermédio de sociedades filiais, a aquisição derivativa de ações próprias, subordinando-se aos limites e requisitos a seguir:

- a) Modalidades: aquisição por título de compra e venda, ou por qualquer outro ato inter vivos a título oneroso, de ações livres de qualquer carga e avaliação.
- b) Número máximo de ações a serem adquiridas: ações cujo valor nominal, somado ao das que a Sociedade e suas filiais já possuem, não exceda 10% do capital social da MAPFRE S.A.
- c) Preço mínimo e máximo de aquisição: 90% e 110%, respectivamente, do seu valor de cotação na data de aquisição.
- d) Duração da autorização: cinco anos a partir da data do acordo, firmado no dia 11 de março de 2016. As ações adquiridas poderão ser destinadas como um todo ou em parte: (i) à sua alienação ou amortização, (ii) à sua entrega a colaboradores, funcionários ou administradores da Sociedade ou do seu grupo, na presença de direito reconhecido, seja diretamente ou em consequência do exercício dos direitos de opção dos quais esses sejam os titulares, para os fins previstos no último parágrafo do artigo 146, seção 1ª, letra a), do Texto Reformulado da Lei de Sociedades de Capital, e (iii) com planos de reinvestimento de dividendos ou instrumentos análogos.

A.11. Capital fluante estimado:

Capital fluante estimado 31,25%

A.12. Indique se houver alguma restrição (estatutária, legislativa ou de qualquer natureza) à transmissibilidade de valores e/ou qualquer restrição ao direito de voto. Particularmente, será comunicada a existência de qualquer tipo de restrição que possa dificultar a tomada de controle da sociedade por meio da aquisição de suas ações no mercado, assim como aqueles regimes de autorização ou comunicação prévia que, sobre as aquisições ou transmissões de instrumentos financeiros da empresa, lhe sejam aplicáveis por legislação setorial.

Sim Não

A.13. Indique se a assembleia geral concordou em adotar medidas de neutralização diante de uma oferta pública de aquisição, em virtude do disposto na Lei 6/2007.

Sim Não

Se for o caso, explique as medidas aprovadas e os termos conforme os quais se produzirá a ineficiência das restrições:

Observações

A.14. Indique se a sociedade emitiu valores que não são negociados em um mercado regulamentado da União Europeia

Sim Não

Se for o caso, indique os diferentes tipos de ação e, para cada tipo de ação, os direitos e obrigações correspondentes:

Observações

B. ASSEMBLÉIA GERAL

B.1. Indique e, se for o caso, informe se existem diferenças no regime de mínimos previsto na Lei de Sociedades de Capital (LSC) em relação ao quórum de constituição da assembleia geral:

Sim Não

B.2. Indique e, se for o caso, descreva as diferenças existentes em relação ao regime previsto na Lei de Sociedades de Capital (LSC) para a adoção de acordos sociais:

Sim Não

	Majoria reforçada diferente da estabelecida no artigo 201.2 LSC para os casos do 194.1 LSC	Outras hipóteses de maioria reforçada
% estabelecido pela entidade para a adoção de acordos	0,00	50,01

A Lei de Sociedades de Capital, em seu artigo 201, estabelece que, para a adoção dos acordos especificados no artigo 194, se o capital presente ou representado for superior a 50%, a maioria absoluta é suficiente para que o acordo seja adotado. Entretanto, será necessário o voto favorável de dois terços do capital presente ou representado na assembleia quando, na segunda convocação, houver acionistas que representem 25% ou mais do capital subscrito com direito a voto sem atingir 50%. Na segunda convocatória, será suficiente a presença de 25% desse capital.

Em conformidade com o previsto no artigo 26º dos Estatutos Sociais, para a modificação dos preceitos estatutários contidos no Título IV “Proteção do Interesse Geral da Sociedade” (artigos 26º a 29º), é necessário o acordo adotado com o voto favorável de mais de 50% do capital social na Assembleia Geral Ordinária, convocada especialmente para esse fim.

B.3. Indique as normas aplicáveis à modificação dos estatutos da sociedade. Particularmente, serão comunicadas as maiorias previstas para a modificação dos estatutos, bem como, se for o caso, as normas previstas para a tutela dos direitos dos sócios na modificação dos estatutos.

Não existem especialidades diferentes das estabelecidas pela legislação vigente para a modificação de estatutos da sociedade, exceto para a modificação dos artigos 26º a 29º (Título IV – Proteção do Interesse Geral da Sociedade). Como consta na seção B.2, é necessário que o acordo seja firmado com o voto favorável de mais de 50% do capital social em Assembleia Geral Extraordinária convocada para essa finalidade.

B.4. Indique os dados de participação nas assembleias gerais realizadas no exercício ao qual se refere este relatório, bem como os dos dois exercícios anteriores:

Data da assembleia geral	Dados de participação				Total
	% de presença física	% em representação	% voto a distância		
			Voto eletrônico	Outros	
10/03/2017	68,88	13,42	0,00	0,90	83,20
Dos quais, Capital flutuante	1,15	13,42	0,00	0,90	15,47
09/03/2018	68,73	13,10	0,00	0,24	82,07
Dos quais, Capital flutuante	1,26	13,10	0,00	0,24	14,60
08/03/2019	68,64	12,69	0,00	1,05	82,38
Dos quais, Capital flutuante	0,12	12,69	0,00	1,05	13,86

B.5. Indique se nas assembleias gerais realizadas no exercício houve algum ponto da ordem do dia que, por qualquer motivo, não tenha sido aprovado pelos acionistas:

Sim Não

B.6. Indique se existe alguma restrição estatutária que estabeleça um número mínimo de ações necessárias para participar na assembleia geral ou para votar a distância:

Sim Não

Número de ações necessárias para participar da assembleia geral	1.000
Número de ações necessárias para votar a distância	1

B.7. Indique se foi estabelecido que determinadas decisões, diferentes das estabelecidas por Lei, que implicam uma aquisição, alienação, a transferência para outra sociedade de ativos essenciais ou outras operações corporativas similares, devem ser submetidas à aprovação da assembleia geral de acionistas:

Sim Não

B.8. Indique o endereço e o modo de acesso ao site da sociedade para obter informações sobre governança corporativa e outras informações sobre as assembleias gerais a serem disponibilizadas para os acionistas por meio do site da Sociedade:

O acesso é o seguinte: www.mapfre.com
Seção Acionistas e Investidores.

C. ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

C.1. Conselho de Administração

C.1.1. Número máximo e mínimo de conselheiros previstos nos estatutos sociais e o número estabelecido pela assembleia geral:

Número máximo de conselheiros	20
Número mínimo de conselheiros	5
Número de conselheiros estabelecido pela assembleia	15

C.1.2. Preencha o seguinte campo com os membros do conselho:

Nome ou razão social do conselheiro	Representante	Categoria do conselheiro	Cargo no conselho	Data da primeira nomeação	Data da última nomeação	Processo de eleição
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS		Executivo	Presidente	29/12/2006	09/03/2018	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
IGNACIO BAEZA GÓMEZ		Executivo	Vicepresidente 1º	08/03/2008	11/03/2016	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS		Independente	Vicepresidente 2º	30/10/2013	09/03/2018	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ		Executivo	Vicepresidente 3º	18/07/2018	08/03/2019	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU		Independente	Conselheiro	09/02/2016	11/03/2016	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ		Independente	Conselheiro	26/07/2016	10/03/2017	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA		Independente	Conselheiro	23/07/2015	11/03/2016	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA		Independente	Conselheiro	26/09/2019	26/09/2019	COOPTAÇÃO
ANTONIO GÓMEZ CIRIA		Independente	Conselheiro	01/01/2019	08/03/2019	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ		Proprietário	Conselheiro	17/04/1999	08/03/2019	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES		Executivo	Conselheiro	10/03/2017	10/03/2017	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
FERNANDO MATA VERDEJO		Executivo	Conselheiro	01/01/2017	10/03/2017	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO		Proprietário	Conselheiro	17/04/1999	08/03/2019	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS		Independente	Conselheiro	01/01/2018	09/03/2018	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
ALFONSO REBUELTA BADÍAS		Proprietário	Conselheiro	17/04/1999	08/03/2019	ACORDO ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS
Número total de conselheiros						15

Indique as saídas que, seja por demissão, destituição ou por qualquer outra causa, tenham ocorrido no Conselho de Administração durante o período sujeito a informação:

Nome ou razão social do conselheiro	Categoria do conselheiro no momento da destituição	Data da última nomeação	Data da última nomeação	Data de saída	Indique se a saída se deu antes do fim do mandato
GEORG DASCHNER	Independente	08/03/2019	18/08/2019	Comissão Delegada (vocal) Comitê de Riscos (Presidente)	Sim

Causas da saída e outras Observações

D. Georg Daschner renuncia a seus cargos ao término do mandato por atingir a idade máxima prevista no estatuto da Sociedade. O Sr. Daschner explicou os motivos de sua renúncia por meio de carta dirigida a todos os membros do Conselho de Administração.

C.1.3. Preencha os seguintes campos relativos aos membros do conselho e sua diferente categoria:

CONSELHEIROS EXECUTIVOS

Nome ou razão social do conselheiro	Cargo no organograma da sociedade	Perfil
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	PRESIDENTE	Formado em direito pela Universidade de Salamanca. Ocupou, entre outros, os cargos de presidente e CEO da MAPFRE FLORIDA e MAPFRE PORTO RICO, diretor Geral da MAPFRE MUTUALIDAD, presidente da MAPFRE ESPAÑA e terceiro Vicepresidente da MAPFRE. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções A.6, C.1.10 e C.2.1.
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	PRIMEIRO VICEPRESIDENTE	Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Complutense de Madri. Grande parte da sua carreira profissional foi realizada na MAPFRE, tendo ocupado diferentes cargos executivos de alto escalão desde a sua entrada. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções A.6, C.1.10 e C.2.1.
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	TERCEIRO VICEPRESIDENTE	Formado em Direito pela Universidade Complutense de Madri e com especialização em Diretoria Executiva pelo IESE. Grande parte da sua carreira profissional foi realizada na MAPFRE, tendo ocupado diferentes cargos executivos de alto escalão desde a sua entrada. CEO da Área Territorial IBÉRIA desde 2015. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções A.6 e C.1.10.
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	DIRETOR GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE SUPORTE PARA NEGÓCIOS	Licenciado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Múrcia, com especialização em Geriatria por essa universidade e em Nutrição pela Universidade de Granada, além de Mestrado em Administração de Empresas pela IDAE. Ocupou diversos cargos na diretoria executiva da MAPFRE desde seu ingresso. É Diretor Geral da Área Corporativa de Suporte para Negócios desde 2015. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver a seção C.1.10.
FERNANDO MATA VERDEJO	DIRETOR GERAL FINANCEIRO	Licenciado em Administração de Empresas pela Universidade Autônoma de Madri. Desenvolveu grande parte de sua carreira profissional na MAPFRE, ocupando diversos cargos na diretoria executiva desde seu ingresso. É Diretor Geral da Área Corporativa de Finanças e Meios desde 2017. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções A.6 e C.1.10.
Número total de conselheiros executivos	5	
% sobre o total do conselho	33,33	

CONSELHEIROS EXTERNOS DOMÍNICOS

Nome ou razão social do conselheiro	Nome ou denominação do acionista significativo a quem representa ou de quem propôs sua nomeação	Perfil
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	CARTERA MAPFRE S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Formado em Direito pela Universidade Complutense de Madri, representante oficial para propriedade industrial e intelectual na Espanha e Representante Europeu de Patentes. Foi sócio e membro do Conselho de Administração da Elzaburu, S.L.P. até 2016 e é membro da Associação Internacional de Proteção à Propriedade Industrial. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções A.6, C.1.10 e C.2.1.
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	CARTERA MAPFRE S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Politécnica de Madri e MBA pelo Instituto de Empresa de Madri. Deputy Risk Manager na Fiat Financiera de 1986 a 2005. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções A.6, C.1.10 e C.2.1.
ALFONSO REBUELTA BADÍAS	CARTERA MAPFRE S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade de Comillas e MBA pela Columbia University (Nova York). Foi Vicepresidente da JP Morgan, Vicepresidente do Citibank até 1991, sócio da Heidrick & Struggles e consultor da Asset Executive. Desde 2004, é sócio da Signium International. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções A.6, C.1.10 e C.2.1.
Número total de conselheiros dominicais	3	
% sobre o total do conselho	20,00	

CONSELHEIROS EXTERNOS INDEPENDENTES

Nome ou razão social do conselheiro	Perfil
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	Formada em Direito. Advogada do Estado em licença. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções C.1.10 e C.2.1.
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	Formado em Administração de Empresas pela Escola Superior de Administração e Direção de Empresas de Barcelona. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções C.1.10 e C.2.1.
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	Licenciada e doutora em Ciências Econômicas e Empresariais pela universidade de Oviedo. Vogal do Conselho de Administração da BME Bolsas y Mercados Españoles, S.A., membro do Comitê Consultivo para Relatórios Corporativos da Autoridade Europeia de Valores Mobiliários, diretora geral da CUNEF e vogal do Conselho de Administração da Fundación Princesa de Asturias e da Fundación Banco de Sabadell. Também é professora titular de Economia Financeira na Universidade de Oviedo e professora de Finanças na CUNEF. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções C.1.10 e C.2.1.
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	Formada em Engenharia de Produto e MBA em administração de empresas. É diretora do Centro de Pesquisa Estratégica da INSPER e sócia da Prada Assessoria. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver a seção C.1.10.
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	Formada em Matemática pela Universidade Autônoma de Madri. Foi presidente não executiva do Conselho de Administração da SIEMENS GAMESA, presidente e CEO da SIEMENS ESPANHA. É vogal dos Conselhos de Administração da Tubacex, S.A. e Sener Grupo de Engenharia, S.A. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver a seção C.1.10.
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	Formado em Ciências Econômicas e Empresariais e Ciências Matemáticas pela Universidade Complutense de Madri e MBA Executivo pelo IESE. Também é vogal do Conselho de Administração da Red Eléctrica Corporación, S.A. e presidente do Comitê de Auditoria e membro do Conselho Consultivo de Peritos em Contabilidade e Informação Financeira do Conselho Geral do Colégio de Economistas. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções C.1.10 e C.2.1.
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	Formada em Direito pela Universidade Autônoma de Madri e doutora em Direito pela Universidade Carlos III de Madri. É professora titular de Direito Comercial na Universidade Carlos III de Madri. Para mais informações sobre os cargos que ocupa atualmente, ver as seções C.1.10 e C.2.1.
Número total de conselheiros independentes	7
% sobre o total do conselho	46,67

Indique se algum conselheiro qualificado como independente recebe da sociedade, ou de seu mesmo grupo, qualquer quantia ou benefício relativo a um conceito diferente da remuneração de conselheiro, ou se mantém ou manteve, durante o último exercício, uma relação comercial com a sociedade ou com qualquer sociedade do seu grupo, seja em nome próprio ou como acionista significativo, conselheiro ou diretor executivo de uma entidade que mantenha ou tenha mantido essa relação.

Se for o caso, deve-se incluir uma declaração motivada do conselho sobre as razões pelas quais considera que esse conselheiro é capaz de desempenhar suas funções como conselheiro independente.

Nome ou razão social do conselheiro	Descrição da relação	Declaração fundamentada
Sem dados		

Nenhum conselheiro qualificado como independente recebe da Sociedade, ou do Grupo, nenhum valor ou benefício por um conceito diferente da remuneração de conselheiro.

OUTROS CONSELHEIROS EXTERNOS

Os outros conselheiros externos serão identificados e serão detalhados os motivos pelos quais não podem ser considerados proprietários ou independentes e seus vínculos, sejam eles com a sociedade, seus diretores ou seus acionistas:

Nome ou razão social do conselheiro	Motivos	Sociedade, diretor ou acionista com o qual mantém o vínculo	Perfil
Sem dados			
Número total de outros conselheiros externos		N.A.	
% sobre o total do conselho		N.A.	

Indique as variações, dependendo do caso, produzidas durante o período na categoria de cada conselheiro:

Nome ou razão social do conselheiro	Data da alteração	Categoria anterior	Categoria atual
Sem dados			

C.1.4. Preencha a tabela a seguir com as informações relativas ao número de conselheiras ao fechamento dos últimos quatro exercícios, e também seu nível hierárquico:

	Número de conselheiras				% sobre o total de conselheiros de cada nível hierárquico			
	Exercício 2019	Exercício 2018	Exercício 2017	Exercício 2016	Exercício 2019	Exercício 2018	Exercício 2017	Exercício 2016
Executivas					0,00	0,00	0,00	0,00
Proprietárias					0,00	0,00	0,00	0,00
Independentes	5	4	4	4	71,43	66,67	66,67	57,14
Outras Externas					0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5	4	4	4	33,33	28,57	26,67	23,53

C.1.5. Indique se a sociedade possui políticas de diversidade em relação ao Conselho de Administração da empresa quanto a questões como idade, gênero, deficiência ou treinamento e experiência profissional. As entidades pequenas e médias, de acordo com a definição contida na Lei de Auditoria de Contas, deverão informar, no mínimo, a política que estabeleceram em relação à diversidade de gênero.

Sim Não Políticas parciais

Em caso afirmativo, descreva essas políticas de diversidade, os objetivos, as medidas e a maneira como foram aplicadas e seus resultados no exercício. Também devem ser indicadas as medidas específicas adotadas pelo Conselho de Administração e pelo comitê de nomeações e retribuições para obter uma presença equilibrada e diversificada de conselheiros.

Caso a sociedade não aplique uma política de diversidade, explique as razões pelas quais ela não aplica.

Descrição das políticas, objetivos, medidas e maneira em que foram aplicadas, bem como os resultados obtidos

Os Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE, aprovados pelo Conselho de Administração da MAPFRE em 24 de junho de 2015, afirmam expressamente que o Conselho de Administração da MAPFRE desenvolverá um plano de cobertura de vagas para garantir a idoneidade dos candidatos às vagas, com base em suas competências e origens profissionais e geográficas, bem como uma presença suficiente de membros de ambos os sexos.

Da mesma forma, a MAPFRE estabeleceu uma Política de Seleção de Conselheiros que estabelece que, no processo de seleção, seja evitado qualquer tipo de viés implícito que possa envolver discriminação e, em particular, qualquer viés que dificulte a seleção de pessoas com base no gênero, e que, em 2020, o número de conselheiras representará pelo menos 30% do total de membros do Conselho de Administração. Em 26 de setembro de 2019, Rosa María García García foi nomeada conselheira independente, alcançando-se um percentual de representação de mulheres no Conselho de Administração de 33%.

Além disso, estabelece que os órgãos competentes das sociedades do Grupo procurarão garantir a igualdade de oportunidade dos candidatos para as vagas que surgirem, independentemente do seu sexo, procurando obter uma presença efetiva de conselheiros de ambos os sexos.

O Conselho de Administração é composto por 15 membros que, em seu conjunto, têm conhecimentos, qualificação e experiência em relação aos seguintes campos: mercado de seguros e financeiros, estratégia empresarial e modelo de empresa, sistema de governança, análise financeira e atuarial e marco regulamentar. Atualmente, 5 dos 15 membros do Conselho de Administração são mulheres, e a maioria participa de comitês específicos do Conselho e/ou tem um papel de destaque: i) Catalina Miñarro Brugarolas é a 2ª Vicepresidente do Conselho de Administração e da Comissão Delegada, presidente do Comitê de Nomeações e Retribuições e conselheira coordenadora independente; ii) Ana Isabel Fernández Álvarez é presidente do Comitê de Auditoria e Conformidade e vogal do Comitê de Risco; e iii) María del Pilar Perales Viscasillas é vogal do Comitê de Auditoria e Conformidade.

Por outro lado, a diversidade geográfica e a cultural também estão presentes no Conselho, uma vez que nele estão representadas duas nacionalidades: Espanhola e brasileira.

C.1.6. Explique as medidas que, conforme o caso, seriam aprovadas pela comissão de nomeações para que os procedimentos de seleção não contenham distorções implícitas que impeçam a seleção de conselheiras e para que a empresa busque deliberadamente e inclua entre os candidatos em potencial mulheres com o perfil profissional buscado e que permitam alcançar uma presença equilibrada de mulheres e homens:

Explicação das medidas

O Comitê de Nomeações e Retribuições deve procurar garantir que, no processo de seleção de candidato, seja evitado, em todos os casos, qualquer tipo de viés implícito que possa implicar discriminações e, especialmente, que impeça a seleção de pessoas de um ou outro sexo.

No exercício de 2015, o Comitê de Nomeações e Retribuições aprovou um plano de renovação do Conselho de Administração, no qual foram estabelecidos os passos a serem seguidos no período de 2015 a 2020, com o objetivo de adaptar a estrutura do Conselho de Administração aos novos requisitos legais e às recomendações presentes no novo Código Unificado de Boa Governança da Comissão Nacional do Mercado de Valores (Espanha).

Se, apesar das medidas adotadas em cada caso, o número de conselheiras for escasso ou nulo, explique o motivo:

Explicação dos motivos

Não aplicável

C.1.7. Explique as conclusões da comissão de nomeações sobre a verificação do cumprimento da política de seleção de conselheiros. E, particularmente, sobre como esta política está promovendo o objetivo de que no ano de 2020 o número de conselheiras represente, no mínimo, 30% do total de membros do Conselho de Administração.

A Política de Seleção de Conselheiros da MAPFRE tem como objetivo garantir que as propostas de nomeação e reeleição de conselheiros sejam baseadas em uma análise prévia das necessidades do Conselho de Administração e no favorecimento da diversidade de conhecimentos, experiências e gêneros em seu interior. Inclui expressamente o compromisso de tentar fazer com que, no ano de 2020, o número de conselheiras represente, no mínimo, trinta por cento do total de membros do Conselho de Administração.

Conforme indicado na seção C.1.6, com a nomeação de Rosa María García García como conselheira independente, foi alcançado o objetivo estabelecido na política mencionada de promover que, em 2020, o número de mulheres conselheiras represente pelo menos 30% do total dos membros do Conselho de Administração. De acordo com as disposições do plano de renovação do Conselho de Administração, essa participação será mantida ou aumentada, dependendo da adequação dos candidatos propostos.

O Comitê de Nomeações e Retribuições realizou, ao longo do exercício, uma análise constante da estrutura, tamanho e composição do Conselho e dos princípios e objetivos estabelecidos na Política de Seleção de Conselheiros e no plano de renovação, descritos nas seções C.1.5 e C.1.6, com base nas necessidades da sociedade, nos requisitos regulatórios e nas melhores práticas de governança corporativa.

Em particular, o Comitê de Nomeações e Retribuições verificou o cumprimento da Política de Seleção dos Conselheiros durante o exercício de 2019, por ocasião da preparação das propostas para a nomeação de Rosa María García García e da reeleição de José Manuel Inchausti Pérez, Antonio Gómez Ciria, Georg Daschner (desligou-se como conselheiro em 18 de agosto de 2019), Luis Hernando de Larramendi Martínez, Antonio Miguel-Romero de Olano e Alfonso Rebuelta Badías.

C.1.8. Explique, se for o caso, as razões pelas quais foram nomeados conselheiros dominicais a pedido de acionistas com participação acionária inferior a 3% do capital:

Nome ou razão social do acionista	Justificativa
Sem dados	

Indique se não foram atendidas solicitações formais de presença no conselho procedentes de acionistas cuja participação acionária é igual ou superior à de outros a cuja instância tenham sido designados conselheiros dominicais. Se for o caso, explique as razões pelas quais não foram atendidas:

Sim Não

C.1.9. Indique, se houver, os poderes e as atribuições delegadas pelo Conselho de Administração aos diretores ou comissões do conselho:

Nome ou razão social do conselheiro ou comissão	Breve descrição
COMISSÃO DELEGADA	A Comissão Delegada é o órgão delegado do Conselho de Administração para a diretoria Executiva e supervisão permanente da administração ordinária da Sociedade e suas subsidiárias em seus aspectos estratégicos e operacionais e para a adoção das decisões necessárias ao seu bom funcionamento. Essa Comissão tem a capacidade de tomar decisões de âmbito geral, com delegação expressa em seu favor de todos os poderes que correspondem ao Conselho de Administração, exceto aquelas que não são delegáveis por lei, estatuto ou regulamento do Conselho de Administração. A Comissão também pode delegar a qualquer um de seus membros os poderes necessários para a adoção final de decisões discutidas anteriormente pela Comissão e para a execução dos acordos que adotar.

C.1.10. Identifique, se for o caso, os membros do Conselho que assumem cargos de administradores, representantes de administradores ou diretores em outras empresas do grupo da sociedade cotada:

Nome ou razão social do conselheiro	Razão social da entidade do grupo	Cargo	Tem funções executivas?
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	PRESIDENTE	Não
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	PRESIDENTE	Não
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	MAPFRE PARTICIPACIONES, S.A.U.	ADMINISTRADOR	Não
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	Não
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRA	Não
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y RESASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRA	Não
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRA	Não
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	PRIMEIRO VICEPRESIDENTE E DIRETOR EXECUTIVO	Sim
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y RESASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRO	Não
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	Não
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	MAPFRE GLOBAL RISKS, AGENCIA DE SUSCRIPCIÓN, S.A.	CONSELHEIRO	Não
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	MAPFRE SEGUROS GERAIS	PRESIDENTE	Não
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	VERTI ASEGURADORA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	ADMINISTRADOR	Não
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	PRESIDENTE	Não
JOSÉ MANUEL INCHAUSTI PÉREZ	MAPFRE RE, COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	Não
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	Não
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y RESASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRO	Não
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	MAPFRE GLOBAL RISKS, AGENCIA DE SUSCRIPCIÓN, S.A.	CONSELHEIRA	Não
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	MAPFRE RE, COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRA	Não
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	CONSELHEIRA	Não
MARÍA LETICIA DE FREITAS COSTA	MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	VICEPRESIDENTA	Não

Nome ou razão social do conselheiro	Razão social da entidade do grupo	Cargo	Tem funções executivas?
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRA	Não
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	Não
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	MAPFRE RE, COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	Não
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y RESASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRO	Não
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	Não
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	SEGUNDO VICEPRESIDENTE	Não
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y RESASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	SEGUNDO VICEPRESIDENTE	Não
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	Não
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	MAPFRE GLOBAL RISKS, AGENCIA DE SUSCRIPCIÓN, S.A.	PRESIDENTE	Não
FRANCISCO JOSÉ MARCO ORENES	FUNESPAÑA, S.A.	PRESIDENTE	Não
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	Não
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	Não
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y RESASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRO	Não
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE INMUEBLES, S.G.A., S.A.	ADMINISTRADOR	Não
FERNANDO MATA VERDEJO	MAPFRE PARTICIPACIONES, S.A.U.	ADMINISTRADOR	Não
ANTONIO MIGUEL- ROMERO DE OLANO	MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	Não
ANTONIO MIGUEL- ROMERO DE OLANO	MAPFRE ESPAÑA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	CONSELHEIRO	Não
ANTONIO MIGUEL- ROMERO DE OLANO	MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y RESASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	CONSELHEIRO	Não
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	VICEPRESIDENTA	Não
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	MAPFRE GLOBAL RISKS, AGENCIA DE SUSCRIPCIÓN, S.A.	CONSELHEIRO	Não
ALFONSO REBUELTA BADÍAS	MAPFRE GLOBAL RISKS, AGENCIA DE SUSCRIPCIÓN, S.A.	VICEPRESIDENTE	Não
ALFONSO REBUELTA BADÍAS	MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	CONSELHEIRO	Não

C.1.11. Indique, se for o caso, os conselheiros ou representantes de conselheiros pessoas jurídicas de sua sociedade, que sejam membros do Conselho de Administração ou representantes de conselheiros pessoas jurídicas de outras entidades listadas nos mercados oficiais de valores mobiliários que não sejam de seu grupo e que tenham sido comunicadas para a sociedade:

Nome ou razão social do conselheiro	Denominação social da entidade cotada	Cargo
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	ACS, ACTIVIDADES DE CONSTRUCCIÓN Y SERVICIOS, S.A.	CONSELHEIRO
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	BOLSAS Y MERCADOS ESPAÑOLES, SOCIEDAD HOLDING DE MERCADOS Y SISTEMAS FINANCIEROS, S.A.	CONSELHEIRO
ROSA MARÍA GARCÍA GARCÍA	TUBACEX, S.A.	CONSELHEIRO
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	RED ELÉCTRICA CORPORACIÓN, S.A.	CONSELHEIRO

C.1.12. Indique e, se for o caso, explique se a sociedade estabeleceu regras sobre o número máximo de conselhos da sociedade dos quais seus conselheiros podem fazer parte, identificando, quando apropriado, onde é regulamentado:

Sim Não

Explicação das regras e identificação do documento que as regulamentam

De acordo com o artigo 4º do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, nenhum conselheiro poderá ser membro, ao mesmo tempo, de mais de cinco Conselhos de Administração de entidades não pertencentes ao Grupo, exceto das sociedades pessoais ou familiares.

C.1.13. Indique os montantes dos conceitos relacionados à remuneração global do Conselho de Administração a seguir:

Remuneração acumulada no exercício a favor do Conselho de Administração (milhares de euros)	10.252
Montante dos direitos acumulados pelos atuais conselheiros em matéria de aposentadoria (milhares de euros)	26.809
Montante dos direitos acumulados pelos atuais conselheiros antigos em matéria de aposentadoria (milhares de euros)	

C.1.14. Identifique os membros da diretoria executiva que não forem conselheiros executivos e indique a remuneração total paga a eles durante o exercício:

Nome ou razão social	Cargo(s)
ÁNGEL LUIS DÁVILA BERMEJO	SECRETÁRIO GERAL - DIRETOR GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
JOSÉ LUIS JIMÉNEZ GUAJARDO- FAJARDO	DIRETOR GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE INVESTIMENTOS
EVA PIERA ROJO	DIRETORA GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE RELAÇÕES EXTERNAS E COMUNICAÇÃO
MARÍA ELENA SANZ ISLA	DIRETORA GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO
JOSÉ MANUEL CORRAL VÁZQUEZ	DIRETOR GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE NEGÓCIOS E CLIENTES
JOSÉ LUIS GURTUBAY FRANCIA	DIRETOR GERAL ADJUNTO DA ÁREA CORPORATIVA DE ESTRATÉGIA E M&A
MARÍA LUISA GORDILLO GUTIÉRREZ	DIRETOR GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE AUDITORIA INTERNA
JOSÉ ANTONIO ARIAS BERMÚDEZ	DIRETOR GERAL ADJUNTO DA ÁREA DE OPERAÇÕES
Remuneração total da diretoria executiva (em milhares de euros)	4.391

C.1.15. Indique se houve alguma mudança no regulamento do conselho durante o exercício:

Sim Não

Descrição das modificações

O Conselho de Administração, em reunião em 13 de dezembro de 2019, aprovou as seguintes alterações ao Regulamento do Conselho de Administração:

- Alteração do artigo 2º, a fim de incluir a nova jurisdição não delegável do Conselho de Administração introduzida pela Lei 11/2018, de 28 de dezembro, que modifica o Código Comercial, o texto consolidado da Lei das Sociedades por Capital aprovada pelo Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julho, e Lei 22/2015, de 20 de julho, sobre Auditoria de Contas, referente a informações não financeiras e diversidade.
- Alteração da seção 3ª do artigo 9º para eliminar um número anual mínimo de reuniões a serem realizadas pelo Comissão Delegada.
- Alteração das seções 1ª e 3ª do artigo 12º para eliminar referências às funções anteriores do Comitê de Riscos quanto à conformidade.

C.1.16. Indique os procedimentos de seleção, nomeação, reeleição e remoção dos conselheiros. Detalhe os órgãos competentes, os trâmites a serem seguidos e os critérios a serem empregados em cada procedimento.

As pessoas às quais for oferecido o cargo de conselheiro da MAPFRE S.A. ou de uma sociedade filial deverão fazer uma Declaração Prévia, veraz e completa de suas circunstâncias pessoais, familiares, profissionais ou empresariais pertinentes, indicando, principalmente: (i) as pessoas ou entidades que tiverem, em relação a si, a condição de pessoas vinculadas, conforme previsto na legislação vigente; (ii) circunstâncias que puderem implicar causa de incompatibilidade conforme as leis, os Estatutos Sociais e o Regulamento do Conselho de Administração, ou uma situação de conflito de interesses; (iii) suas demais obrigações profissionais, caso possa interferir na dedicação exigida pelo cargo; (iv) causas penais nas quais aparecer como réu ou processado; e (v) qualquer outro fato ou situação que lhe afete e que possa ser relevante para sua atuação como Conselheiro. Essa declaração será efetuada de acordo com os modelos estabelecidos pela MAPFRE para esse efeito e incluirá uma aceitação expressa das normas contidas nos Estatutos Sociais e demais regulamentação interna, bem como na legislação vigente.

As pessoas que desempenharem o cargo de conselheiro devem ter integridade reconhecida em sua atividade profissional e comercial, bem como a qualificação ou experiências profissionais necessárias, nos termos exigidos pelas leis para instituições financeiras ou seguradoras, sujeitas à supervisão pela Administração Pública.

Especialmente, não pode ser membro do Conselho de Administração quem tiver participações acionárias significativas ou prestar serviços profissionais a empresas concorrentes da Sociedade ou de qualquer entidade do Grupo, nem for funcionário, executivo ou administrador destas, a menos que obtenha autorização expressa do Conselho de Administração.

- A formulação das propostas de nomeação ou reeleição de Conselheiros Independentes deverá ser precedida de uma proposta correspondente do Comitê de Nomeações e Retribuições. As propostas de reeleição dos referidos conselheiros deverão incluir uma avaliação do desempenho dos cargos pelos conselheiros durante o mandato precedente e, se for o caso, dos cargos que os candidatos tenham desempenhado no seio do Conselho, levando em consideração ou avaliando a quantidade e a qualidade do trabalho realizado por eles, além da sua dedicação ao cargo.
- A formulação das propostas de nomeação ou reeleição pelo Conselho de Administração deverá ser precedida:
 - a) No caso dos Conselheiros Dominicais, da oportuna proposta do acionista que respalde sua designação ou reeleição.
 - b) No caso de Conselheiros Executivos, bem como do Secretário, seja ou não Conselheiro, da oportuna proposta do Presidente do Conselho de Administração.

Além disso, ambos os tipos de propostas deverão ser precedidas do relatório correspondente do Comitê de Nomeações e Retribuições.

- As propostas de reeleição dos Conselheiros Dominicais e Executivos deverão ser precedidas de um relatório emitido pelo Comitê de Nomeações e Retribuições, que deverá incluir uma avaliação do desempenho dos cargos pelos conselheiros durante o mandato precedente e, se for o caso, dos cargos que os candidatos tiverem desempenhado dentro do Conselho, levando em consideração ou avaliando a quantidade e a qualidade do trabalho realizado por eles, além da sua dedicação ao cargo.

De qualquer forma, a formulação de candidaturas para a nomeação e a reeleição de Conselheiros deverá estar acompanhada de um relatório justificativo do Conselho no qual a competência, experiência e méritos do candidato sejam avaliados.

O Conselho de Administração não proporá à Assembléia Geral a destituição de nenhum conselheiro independente antes do cumprimento do prazo para o qual houver sido escolhido, a menos que exista uma causa que justifique isso aprovada pelo Conselho de Administração com relatório prévio do Comitê de Nomeações e Retribuições. Particularmente, a rescisão proposta será considerada justificada quando o Conselheiro tiver violado os deveres inerentes ao cargo, deixado de cumprir qualquer um dos requisitos estabelecidos para os Conselheiros Independentes ou tiver incorrido em um conflito insuperável de interesse conforme o estabelecido na legislação vigente.

C.1.17. Explique em que medida a avaliação anual do conselho levou a grandes mudanças na sua organização interna e nos procedimentos aplicáveis às suas atividades:

Descrição das modificações

Em conformidade com as melhores práticas internacionais, o Conselho de Administração, no exercício de 2019, concordou em contratar a Deloitte Legal S.L.P. como consultor externo para o processo de avaliação do funcionamento do Conselho e de suas comissões, bem como do Presidente do Conselho. De acordo com o resultado da autoavaliação anual, o Conselho de Administração acordou as seguintes medidas para o exercício de 2020:

- Apresentar resumos executivos que acompanham a documentação apresentada para facilitar o entendimento, quando apropriado.
- Publicar a documentação das reuniões com mais antecedência.
- Avaliar a possibilidade de incorporar novos perfis, quando houver vagas futuras, com conhecimento do setor e experiência em outras empresas ou negócios de natureza internacional.
- Desenvolver uma terminologia básica da MAPFRE (siglas, abreviaturas etc.) que também facilite a integração dos novos conselheiros.
- Avaliar a incorporação de um terceiro conselheiro independente ao Comitê de Nomeações e Retribuições, para os fins da recomendação 47, da maioria dos conselheiros independentes, do Código de Boa Governança da CNMV.
- Desenvolver o programa de treinamento de conselheiros e fechar seu calendário a médio prazo (um ano), enfrentando um planejamento adequado em sua agenda pelos conselheiros.
- Continuar desenvolvendo programas para atualização do conhecimento dos conselheiros sobre assuntos relacionados às suas necessidades específicas.
- Elaborar uma matriz de competências que defina as habilidades e conhecimentos que os membros do Conselho de Administração devem cobrir com base nas características do Grupo MAPFRE, a efeitos de facilitar ao Comitê a definição dos perfis adequados para as futuras incorporações ao Conselho.
- Impulsionar um protocolo de sucessão do Presidente, que contemple um plano de sucessão, que permita ao Grupo estar preparado para afrontar situações não previstas e garantir a liderança estável do projeto em longo prazo.

Descreva o processo de avaliação e as áreas avaliadas pelo Conselho de Administração com a ajuda, quando for o caso, de um consultor externo, sobre a operação e composição do conselho e de suas comissões e qualquer outra área ou aspecto que tenham passado por avaliação.

Descrição do processo de avaliação e áreas avaliadas

De acordo com o estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, o Conselho realiza, a cada ano, uma avaliação da qualidade do seu trabalho, da atuação do Presidente, baseada no relatório formulado pelo Comitê de Nomeações e Retribuições para este fim, e do funcionamento da sua Comissão e dos Comitês Delegados e propõe, se for o caso, um plano de ação para a correção das falhas detectadas.

Para este exercício, houve a colaboração da Deloitte Legal, S.L.P., e o relatório foi baseado em um questionário e entrevistas pessoais com os conselheiros, incluindo o Presidente, e nas melhores práticas de governança corporativa em nível nacional e internacional. O processo se concentrou nos seguintes temas: estrutura, composição e funcionamento do Conselho e de suas Comissões durante o exercício de 2019.

O relatório com as conclusões foi apresentado ao Conselho em 13 de dezembro de 2019. Com base neste relatório, o Conselho avaliou sua composição e funcionamento durante o exercício de 2019, bem como sua Comissão e Comitês Delegados.

C.1.18. Faça um análise detalhada, nos exercícios em que a avaliação teve o auxílio de um consultor externo, das relações comerciais que o consultor ou qualquer sociedade em seu grupo mantém com a empresa ou qualquer empresa em seu grupo.

Descrição do processo de avaliação e áreas avaliadas

O Deloitte, grupo do qual faz parte a Deloitte Legal S.L.P., interveio ao longo do exercício na prestação de outros serviços de consultoria para a Sociedade. O Comitê de Nomeações e Retribuições relatou favoravelmente a independência da Deloitte Legal S.L.P. como consultor externo no processo de avaliação do Conselho de Administração da MAPFRE S.A. e seus órgãos delegados em 2019, considerando que as relações entre a Sociedade e a Deloitte não são significativas.

C.1.19. Indique as circunstâncias nas quais os conselheiros devem ser demitidos.

Conforme estabelecido nos Estatutos Sociais, no Regulamento do Conselho de Administração e nos Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE, todos os membros do Conselho de Administração cessarão aos 70 anos, sendo que, para isso, deverão apresentar o pedido de demissão correspondente. O Presidente, os Vicepresidentes e os Conselheiros que exercerem funções executivas e o Secretário do Conselho deverão aposentar-se desses cargos aos 65 anos de idade, ou na data anterior prevista em seus respectivos contratos, devendo ser tramitadas as renúncias correspondentes, mas poderão continuar a ser membros do Conselho sem funções executivas por um máximo de cinco anos, sob as mesmas condições que os conselheiros externos dominicais.

Os Conselheiros deverão colocar à disposição do Conselho de Administração todos os seus cargos, incluindo os que desempenharem na Comissão e nos Comitês Delegados, e formalizar as demissões correspondentes se o Conselho de Administração julgar conveniente, nos seguintes casos:

- a) Quando forem removidos dos cargos executivos aos quais estiverem associadas suas nomeações como membros desses órgãos de governança.
- b) Quando se estiverem envolvidos em alguma das causas de incompatibilidade ou proibição legalmente previstos.
- c) Quando se forem processados ou levados à justiça por um fato supostamente delitivo, ou se forem objeto de um processo disciplinar por falta grave ou muito grave instruído pelas autoridades supervisoras.
- d) Quando forem seriamente repreendidos pelo Comitê de Auditoria e Conformidade por terem infringido suas obrigações como conselheiros.
- e) Quando se forem afetados por eventos ou circunstâncias devido aos quais sua permanência nesses órgãos de governança possa prejudicar a credibilidade e a reputação da Entidade ou ameaçar seus interesses. Quando tais fatos ou circunstâncias forem conhecidos ou públicos, o Comitê de Nomeações e Retribuições, com a aprovação da maioria dos seus membros, poderá solicitar a renúncia do Conselheiro envolvido.
- f) Quando se desaparecerem as razões, caso existam expressamente, pelas quais foram nomeados.

A disponibilização desses cargos será formalizada por meio de carta dirigida a todos os membros do Conselho de Administração.

Os Conselheiros que, no momento de sua nomeação, não desempenharem cargos ou funções executivas na Sociedade, ou em outra entidade do Grupo, não poderão desempenhá-las, a não ser que renunciem previamente ao seu cargo de Conselheiro, sem prejuízo de que, posteriormente, continuem sendo elegíveis para esse cargo.

Os Conselheiros Dominicais também deverão apresentar sua dimensão quando o acionista que os tiver designado vender sua participação acionária. Se um acionista reduzir sua participação acionária, os Conselheiros Dominicais designados por ele deverão resignar em número proporcional.

Os Conselheiros Independentes da MAPFRE também deverão apresentar sua renúncia quando cumprirem doze anos de permanência ininterrupta no cargo.

C.1.20. São necessárias maiorias qualificadas, diferentes das legais, para qualquer tipo de decisão?:

Sim Não

Se for o caso, descreva as diferenças.

C.1.21. Explique se existem requisitos específicos, diferentes dos referentes aos conselheiros, para ser nomeado presidente do Conselho de Administração:

Sim Não

Descrição dos requisitos

Conforme o estabelecido no artigo 5 do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, o cargo de Presidente deve ser assumido por um Conselheiro Executivo, que terá a condição de máximo responsável executivo, sendo necessário para a sua designação o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho de Administração.

C.1.22. Indique se os estatutos ou os regulamentos do conselho estabelecem algum limite quanto à idade dos conselheiros:

Sim Não

	Idade limite
Presidente	65
Diretor Executivo	65
Conselheiro	70

C.1.23. Indique se os estatutos ou regulamentos do conselho estabelecem um mandato limitado ou outros requisitos mais rigorosos, além dos legalmente previstos para conselheiros independentes, além dos estabelecidos no regulamento:

Sim Não

C.1.24. Indique se os estatutos ou o regulamento do Conselho de Administração estabelecem normas específicas para a delegação do voto no Conselho de Administração em favor de outros conselheiros, como fazê-lo e, em particular, o número máximo de delegações que um conselheiro pode ter, bem como se foi estabelecida alguma limitação em relação às categorias nas quais é possível delegar, independentemente das limitações impostas pela legislação. Se for o caso, descreva brevemente essas normas.

Não existem regras específicas para a delegação de votos no Conselho de Administração.

C.1.25. Indique o número de reuniões que o Conselho de Administração realizou durante o exercício. Indique, também, todas as vezes que o conselho se reuniu sem a participação do seu presidente. No cálculo, serão consideradas como assistências as representações realizadas com instruções específicas.

Número de reuniões do conselho	10
Número de reuniões do conselho sem a presença do presidente	0

Indique o número de reuniões realizadas pelo conselheiro coordenador com os demais conselheiros, sem assistência ou representação de qualquer conselheiro executivo:

Número de reuniões	0
---------------------------	---

Indique o número de reuniões que as diferentes comissões do conselho realizaram durante o exercício:

Número de reuniões da COMISSÃO DELEGADA	5
Número de reuniões do COMITÊ DE AUDITORIA E CONFORMIDADE	10
Número de reuniões do COMITÊ DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES	6
Número de reuniões do COMITÊ DE RISCOS	6

C.1.26. Indique o número de reuniões que o Conselho de Administração realizou durante o exercício com os dados sobre a assistência de seus membros:

Número de reuniões com a presença de, pelo Menos, 80% dos conselheiros	10
% de presença sobre o total de votos durante o exercício	100,00
Número de reuniões com a presença, ou representações realizadas com instruções específicas de todos os conselheiros	10
% de votos emitidos com assistência presencial e representações realizadas com instruções específicas, sobre o total de Votos durante o exercício	100,00

C.1.27. Indique se as contas anuais individuais e consolidadas apresentadas ao conselho para aprovação foram previamente certificadas:

Sim Não

Identifique, se for o caso, quem certificou as contas anuais individuais e consolidadas da sociedade para aprovação por parte do conselho:

Nome	Cargo
FERNANDO MATA VERDEJO	DIRETOR GERAL FINANCEIRO
MARÍA LUISA GORDILLO GUTIÉRREZ	DIRETOR GERAL DA ÁREA CORPORATIVA DE AUDITORIA INTERNA
CARLOS BARAHONA TORRIJOS	SUBDIRETOR GERAL DE CONTROLE E INFORMAÇÃO ECONÔMICA

C.1.28. Explique, se houver, os mecanismos estabelecidos pelo Conselho de Administração para evitar que as contas individuais e consolidadas por ele formuladas sejam apresentadas à assembléia geral com ressalvas no relatório de auditoria.

A entidade nunca apresentou as contas com ressalvas no relatório de auditoria.

A entidade conta com as Áreas Corporativas de Finanças e Mídia, de Secretaria Geral e de Auditoria Interna, que supervisionam os vários aspectos das contas anuais, e com o Comitê de Auditoria e Conformidade da MAPFRE, constituído para esse fim como órgão delegado do Conselho e com poderes de supervisão da matéria em questão desde o exercício de 2000.

Conforme o disposto no artigo 25 do Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, O Conselho de Administração sempre buscará formular as contas anuais de modo que não originem ressalvas ou reservas por parte do Auditor Externo. Não obstante, se o Conselho considerar que deve manter seus critérios, o Presidente do Comitê de Auditoria e Conformidade explicará publicamente o conteúdo e o alcance das discrepâncias que tiverem originado essas ressalvas ou reservas.

C.1.29. O secretário do conselho tem a condição de conselheiro?

Sim Não

Caso o secretário não tenha a condição de conselheiro, preencha o seguinte campo:

Nome ou denominação social do secretário	Representante
ÁNGEL LUIS DÁVILA BERMEJO	

C.1.30. Indique os mecanismos concretos estabelecidos pela sociedade para preservar a independência dos auditores externos, bem como, se houver, os mecanismos para preservar a independência dos analistas financeiros, dos bancos de investimento e das agências de classificação, incluindo o modo de implementação das disposições legais na prática.

Além do estabelecido nas disposições legais, a Sociedade decidiu propor voluntariamente o cumprimento de uma série de diretrizes gerais que, de forma clara e precisa, zelem pela execução e manutenção da independência necessária dos auditores externos em relação a ela, como proposto no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE, que estabelece os seguintes critérios nas relações com os auditores externos:

- As relações do Conselho de Administração com o Auditor Externo da Sociedade são conduzidas por meio do Comitê de Auditoria e Conformidade.
- O Conselho de Administração abster-se-á de contratar aquelas empresas de auditoria que receberem ou vierem a receber anualmente honorários do Grupo cujo valor por todos os conceitos seja também superior a 5% da sua receita total anual; também informará na documentação pública anual os honorários globais que o Grupo tiver pago ao Auditor Externo pelos diferentes serviços prestados.

Sem prejuízo das faculdades e funções do Comitê de Auditoria e Conformidade especificados nos estatutos e no Regulamento do Conselho de Administração da entidade, este será informado, no mínimo semestralmente, sobre todos os serviços prestados pelo auditor externo e sobre seus correspondentes honorários.

Da mesma maneira, o Comitê de Auditoria e Conformidade avaliará anualmente o Auditor de Contas, o alcance da auditoria, assim como a independência do auditor externo, considerando se a qualidade dos controles de auditoria são adequados e os serviços prestados diferentes ao da Auditoria de Contas são compatíveis com a manutenção da independência do auditor.

Além disso, o Comitê de Auditoria e Conformidade verifica a independência do auditor externo em relação à Sociedade e suas sociedades independentes, recebendo dela a declaração de independência e emitindo o correspondente relatório sobre a independência do auditor.

De acordo com as disposições do Regulamento Interno de Conduta sobre os valores cotados emitidos pela MAPFRE, em que são detalhados os procedimentos para a divulgação de informações relevantes, não são fornecidas informações relevantes aos analistas financeiros que não sejam públicas.

C.1.31. Indique se, durante o exercício, a sociedade mudou de auditor externo. Se for o caso, identifique o auditor de entrada e saída:

Sim Não

Caso tenha havido discordâncias com o auditor de saída, explique seu conteúdo:

Sim Não

C.1.32. Indique se a empresa de auditoria realiza outros trabalhos para a sociedade e/ou seu grupo diferentes dos de auditoria e, nesse caso, declare o montante dos honorários recebidos por esses trabalhos e a porcentagem sobre os honorários cobrada da sociedade e/ou seu grupo:

Sim Não

	Sociedade	Sociedades do grupo	Total
Montante de outros trabalhos diferentes dos de auditoria (milhares de euros)	173	1.438	1.611
Montante de trabalhos diversos dos de auditoria / Montante de trabalhos de auditoria (em %)	35,03	19,94	20,91

C.1.33. Indique se o relatório de auditoria das contas anuais do exercício anterior apresenta reservas ou ressalvas. Se houver, indique os motivos apresentados aos acionistas na Assembléia Geral pelo presidente da comissão de auditoria para explicar o conteúdo e o escopo dessas reservas ou qualificações.

Sim Não

C.1.34. Indique o número de anos em que a empresa de auditoria atual realiza continuamente a auditoria das contas anuais individuais e/ou consolidadas da sociedade. Indique, também, a porcentagem que representa o número de exercícios auditados pela empresa de auditoria atual sobre o número total de exercícios nos quais as contas anuais foram auditadas:

	Individuais	Consolidadas
Número de exercícios ininterruptos	5	5
Número de exercícios auditados pela empresa de auditoria atual / Número de exercícios que a sociedade ou seu grupo foram auditados (em%)	16,66	16,66

C.1.35. Indique e, se for o caso, detalhe se existe um procedimento para que os conselheiros possam contar com as informações necessárias para preparar as reuniões dos órgãos de administração com tempo suficiente:

Sim Não

Detalhe do procedimento

Em conformidade com o estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração, a convocação incluirá sempre a ordem do dia, que será definida pelo Presidente, e será acompanhada das informações relativas aos assuntos a serem tratados, devidamente preparados.

A Ordem do Dia será divulgada com uma antecedência mínima de cinco dias para todos os membros e estipulará especificamente que pontos são informativos e quais requerem concordância do Conselho. A documentação será distribuída entre os membros com uma antecedência não inferior a três dias da data da realização da reunião, para sua devida análise e estudo pelos conselheiros.

O Presidente do Conselho de Administração, como responsável pela operação efetiva do mesmo, tomará as medidas apropriadas para garantir que os Conselheiros recebam informações suficientes sobre os itens da ordem do dia antes da reunião.

Além disso, os conselheiros são investidos dos mais amplos poderes para obter informações sobre qualquer aspecto da Sociedade, examinar seus livros, registros, documentos e outros antecedentes das operações da sociedade. O referido direito de informação é estendido às entidades do Grupo na medida do necessário para permitir o desempenho efetivo de suas funções pelos conselheiros.

Este aspecto é objeto de análise específico por parte do Conselho de Administração da Sociedade na sua sessão anual de autoavaliação.

C.1.36. Indique e, se for o caso, explique se a sociedade estabeleceu regras que obrigam diretores a informar e, se necessário, demitir aqueles que possam prejudicar a credibilidade e a reputação da Sociedade:

Sim Não

Explique as regras

Os Conselheiros devem colocar à disposição do Conselho de Administração todos os seus cargos, tanto o de conselheiro quanto os que desempenham na Comissão e nos Comitês Delegados, e formalizar as demissões correspondentes, se o Conselho julgar conveniente, nos seguintes casos:

- Quando removidos dos cargos executivos aos quais estiverem associadas suas nomeações como membros desses órgãos de governança.
- Quando se estiverem envolvidos em alguma das causas de incompatibilidade ou proibição legalmente previstos.
- Quando se forem processados ou levados à justiça por um fato supostamente delitivo, ou se forem objeto de um processo disciplinar por falta grave ou muito grave instruído pelas autoridades supervisoras.
- Quando forem seriamente repreendidos pelo Comitê de Auditoria e Conformidade por terem infringido suas obrigações como conselheiros.
- Quando forem afetados por eventos ou circunstâncias devido aos quais sua permanência nesses órgãos de governança possa prejudicar a credibilidade e a reputação da Sociedade ou ameaçar seus interesses. Quando tais fatos ou circunstâncias forem conhecidos ou públicos, o Comitê de Nomeações e Retribuições, com a aprovação da maioria dos seus membros, poderá solicitar a renúncia do Conselheiro envolvido.
- Quando se desaparecerem as razões, caso existam expressamente, pelas quais foram nomeados.

C.1.38. Descreva os acordos significativos celebrados pela sociedade e que entrem em vigor, sejam alterados ou terminem em caso de mudança de controle da sociedade devido a uma oferta pública de aquisição, bem como seus efeitos.

Não existem acordos significativos que a sociedade tenha assinado e que entrem em vigor, sejam alterados ou terminem em caso de mudança de controle da sociedade devido a uma oferta pública de aquisição.

C.1.39. Identifique, individualmente, quando se referir aos conselheiros, e de forma agregada em todos os outros casos, e indique detalhadamente os acordos entre a sociedade e seus cargos de administração e direção ou os funcionários que dispõem sobre remuneração, cláusulas de garantia ou blindagem quando estes renunciarem ou são demitidos indevidamente ou se a relação contratual for rescindida por ocasião de uma oferta pública de aquisição de ações ou outras operações.

Número de beneficiários 0

Tipo de beneficiário

Descrição do contrato

N.A.

A duração dos contratos dos conselheiros executivos está vinculada à sua permanência no cargo de conselheiro, sendo destituído da função e o levantamento da suspensão da relação prévia à nomeação como tal. A dedicação dos conselheiros executivos deverá ser exclusiva, e não existem condições contratuais relativas a pactos ou acordos de não ocorrência pós-contratual e permanência. A resolução antecipada do relacionamento anterior implica remuneração nos termos estabelecidos pelo Estatuto dos Trabalhadores em relação à demissão sem justa causa, a menos que exista causa justificada para a demissão. No caso de uma resolução antecipada por decisão da Sociedade, esta deverá notificar ao conselheiro a rescisão com uma data de antecedência de três (3) meses com relação à data da rescisão. Os contratos que regulam a relação prévia estabelecem a sua finalização no primeiro dia de janeiro do ano seguinte àquele que o conselheiro completar 60 anos, exceto se houver prorrogações anuais por iniciativa da empresa até, no máximo, a data em que o executivo completar 65 anos. Não existem cláusulas relativas a prêmios de contratação.

C.1.37. Indique se algum membro do Conselho de Administração informou à sociedade que foi processado ou levado à justiça por algum dos delitos indicados no artigo 213 da Lei de Sociedades de Capital:

Sim Não

Indique se, além das premissas previstas na regulamentação, esses contratos devem ser comunicados e/ou aprovados pelos órgãos da sociedade ou de seu grupo. Caso devam ser comunicados, especifique os procedimentos, casos esperados e a natureza dos órgãos responsáveis por sua aprovação ou comunicação:

	Conselho de Administração	Assembleia geral
Órgão que autoriza as cláusulas	X	
	Sim	Não
A Assembleia Geral é informada sobre as cláusulas?		X

C.2. Comissões do Conselho de Administração

C.2.1. Descreva todas as comissões do Conselho de Administração, seus membros e a proporção de conselheiros executivos, dominicais, independentes e outros internos que façam parte dele:

COMISSÃO DELEGADA

Nome	Cargo	Categoria
ANTONIO HUERTAS MEJÍAS	PRESIDENTE	Executivo
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	VICEPRESIDENTE	Executivo
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	VICEPRESIDENTE	Independente
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	VOGAL	Independente
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	VOGAL	Proprietário
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	VOGAL	Proprietário

% de conselheiros executivos	33,33
% de conselheiros dominicais	33,33
% de conselheiros independentes	33,33
% de outros conselheiros externos	0,00

Explique as funções atribuídas a essa comissão e descreva os procedimentos e regras para sua organização e operação. Para cada uma dessas funções, indique suas ações mais importantes durante o ano e como você exerceu na prática cada uma das funções atribuídas a você por lei, estatuto ou outros acordos sociais.

É o órgão delegado pelo Conselho de Administração para exercer a diretoria executiva e o monitoramento permanente da gestão ordinária da Sociedade e de suas filiais em seus aspectos estratégicos e operacionais, e também para tomar as decisões necessárias para o seu bom funcionamento. É capaz de tomar decisões de âmbito geral, com delegação expressa a seu favor de todas as competências atribuídas ao Conselho de Administração, exceto aquelas que forem indelegáveis por força de lei ou por disposição expressa nos Estatutos Sociais ou no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE S.A.

Será composta por até dez membros, todos eles integrantes do Conselho de Administração. Seus Presidente, Primeiro e Segundo Vicepresidentes e Secretário serão, com caráter nato, os do referido Conselho. A designação dos seus membros requererá o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2019, a Comissão Delegada foi responsável, entre outros, por conhecer as informações econômicas da Companhia e de seu Grupo, pela aprovação de nomeações e destituições da Sociedade e seu Grupo, pela autorização das operações das sociedades filiais e participativas, pela aprovação das retribuições de operações imobiliárias do Grupo, por conhecer as relações com os órgãos oficiais e os principais assuntos contenciosos das entidades do Grupo e por conhecer as compra e vendas de ações da MAPFRE por membros de órgãos de governança e executivos.

COMITÊ DE AUDITORIA E CONFORMIDADE

Nome	Cargo	Categoria
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	PRESIDENTE	Independente
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	VOGAL	Independente
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	VOGAL	Proprietário
MARÍA DEL PILAR PERALES VISCASILLAS	VOGAL	Independente
% de conselheiros executivos		0,00
% de conselheiros dominicais		25,00
% de conselheiros independentes		75,00
% de outros conselheiros externos		0,00

Explique as funções, incluindo, quando apropriado, aquelas adicionais às previstas em lei, atribuídas a esta comissão, e descreva os procedimentos e regras para a organização e operação das mesmas. Para cada uma dessas funções, indique suas ações mais importantes durante o ano e como você exerceu na prática cada uma das funções atribuídas a você por lei, estatuto ou outros acordos sociais.

O Comitê de Auditoria e Conformidade tem as seguintes competências:

- a) Informar a Assembléia Geral sobre as questões que se apresentarem relativas a assuntos sob sua incumbência e, especificamente, sobre o resultado da auditoria, explicando como esta contribuiu para a integridade das informações financeiras e as funções desempenhadas pelo Comitê nesse processo.
- b) Supervisionar a eficácia dos controles internos da Sociedade, da auditoria interna e dos sistemas de gestão de risco, bem como discutir com o Auditor Externo os pontos fracos significantes do sistema de controle interno detectados durante a auditoria.
- c) Monitorar o processo de elaboração e apresentação das informações financeiras necessárias e encaminhar ao Conselho de Administração recomendações ou propostas voltadas a proteger sua integridade.
- d) Encaminhar ao Conselho de Administração as propostas de seleção, nomeação, reeleição e substituição do Auditor Externo, responsabilizando-se pelo processo de seleção, em conformidade com o previsto na legislação em vigor, bem como as condições de sua contratação, e obter regularmente dele as informações sobre o plano de auditoria e sua execução, além de preservar sua independência no exercício de suas funções.
- e) Estabelecer relações apropriadas com o Auditor Externo para receber informações sobre questões que possam comprometer sua independência, seu exame pelo Comitê e quaisquer outras informações relativas ao procedimento de realização da auditoria de contas, bem como, se for o caso, a autorização de serviços diferentes daqueles proibidos de acordo com os termos previstos na legislação em vigor sobre a auditoria de contas, sobre o regime de independência e outras comunicações previstas na legislação de auditoria de contas e nas normas de auditoria.
- f) Emitir anualmente, antes da emissão do relatório de auditoria de contas, um relatório para expressar opinião sobre o eventual comprometimento da independência do Auditor Externo.
- g) Garantir que, na medida do possível, o Auditor Externo do Grupo assuma a responsabilidade das auditorias de todas as empresas que o compõem.
- h) Zelar pela independência e pela eficácia da função da Auditoria Interna, propor seleção, nomeação, reeleição e demissão do seu máximo responsável, bem como seu orçamento anual, receber informações periódicas sobre as suas atividades e verificar que a Diretoria Executiva leve em conta as conclusões e recomendações dos seus relatórios.
- i) Informar, em caráter prévio, o Conselho de Administração sobre todas as matérias previstas na lei, nos Estatutos Sociais e no Regulamento do Conselho de Administração.

j) Estabelecer e supervisionar um mecanismo que permita que os funcionários comuniquem, de forma confidencial, e, se necessário, de forma anônima, as irregularidades de potencial importância, principalmente financeiras e contábeis, que encontrarem dentro da empresa.

k) Vigiar a aplicação das normas de boa governança estabelecidas em cada momento.

l) Supervisionar o cumprimento das normas internas e externas e, em particular, dos códigos internos de conduta, das normas e procedimentos de prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, bem como formular propostas para sua melhoria.

m) Supervisionar a adoção de ações e medidas decorrente de relatórios ou de atuações de inspeção das autoridades administrativas de supervisão e controle.

n) Outras competências que lhe sejam solicitadas pelo Conselho de Administração ou atribuídas pelo Regulamento desse órgão.

É formado por no mínimo três e no máximo cinco membros, todos eles não executivos, a maioria dos quais, pelo menos, deverá ser de Conselheiros Independentes, e um deles será designado de acordo com seus conhecimentos e experiência em matéria de contabilidade, auditoria ou ambas. Os membros do Comitê terão, em conjunto, os conhecimentos técnicos adequados em relação ao setor de operações da Sociedade. Seu Presidente será um Conselheiro Independente e deverá ser substituído no cargo a cada quatro anos, podendo ser reeleito para esse cargo após ano contado a partir de sua destituição. O Secretário desse Comitê será o Secretário do Conselho de Administração. O Diretor Geral de Auditoria do Grupo comparecerá às reuniões na qualidade de convidado.

Durante o exercício de 2019, o Comitê de Auditoria e Conformidade foi responsável, entre outros, por informar de forma favorável as Contas Anuais correspondentes ao exercício de 2018, por supervisionar a eficácia do controle interno da Sociedade, por supervisionar as informações da Sociedade e de seu Grupo no âmbito da Solvência II, pela auditoria interna e os sistemas de gestão de riscos da Sociedade e de seu Grupo, por informar operações vinculadas a acionistas significativos e altos cargos de representação, por aprovar honorários extraordinários do Auditor Externo, por informar as relações com o Auditor Externo, por conhecer as nomeações na Auditoria Interna, por conhecer as informações financeiras trimestrais a serem apresentadas à Comissão Nacional do Mercado de Valores (Espanha), assim como por supervisionar a correta aplicação na sociedade e no Grupo das normas de boa governança e da normativa externa e interna.

Para mais informações, consulte o Relatório sobre a Composição e Funcionamento do Comitê no exercício de 2019, disponível no site da Sociedade, disponibilizado aos acionistas por ocasião da Assembléia Geral.

Identifique os conselheiros membros da comissão de auditoria que foram nomeados, levando em consideração seu conhecimento e experiência em contabilidade, auditoria ou ambos, e informe sobre a data de nomeação do presidente dessa comissão no cargo.

Nomes dos conselheiros com experiência	ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ / JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU
Data de nomeação do presidente em cargo	18/08/2019

COMITÊ DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES

Nome	Cargo	Categoria
CATALINA MIÑARRO BRUGAROLAS	PRESIDENTE	Independente
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	VOGAL	Independente
LUIS HERNANDO DE LARRAMENDI MARTÍNEZ	VOGAL	Proprietário
ALFONSO REBUelta BADÍAS	VOGAL	Proprietário

% de conselheiros executivos	0,00
% de conselheiros dominicais	50,00
% de conselheiros independentes	50,00
% de outros conselheiros externos	0,00

Explique as funções, incluindo, quando apropriado, aquelas adicionais às previstas em lei, atribuídas a esta comissão, e descreva os procedimentos e regras para a organização e operação das mesmas. Para cada uma dessas funções, indique suas ações mais importantes durante o ano e como você exerceu na prática cada uma das funções atribuídas a você por lei, estatuto ou outros acordos sociais.

O Comitê de Nomeações e Remunerações é o órgão do Conselho de Administração para o desenvolvimento coordenado da política de designação e retribuição dos Conselheiros e Altos Executivos do Grupo.

Tem as seguintes competências:

- a) Avaliar as competências, conhecimentos e experiência necessários no Conselho de Administração, definindo as funções e aptidões essenciais dos candidatos que preencherão cada vaga, avaliando o tempo e a dedicação indispensáveis para que possam realizar com eficácia suas tarefas.
- b) Estabelecer um objetivo de representação para o sexo menos representado no Conselho de Administração e elaborar pautas sobre como atingir esse objetivo.
- c) Encaminhar ao Conselho de Administração as propostas de nomeação de Conselheiros Independentes para que forem designadas por cooptação ou apresentadas para decisão da Assembléia Geral, bem como as propostas para a sua reeleição ou separação pela Assembléia e, informar, em tais casos, sobre as propostas que afetarem os demais Conselheiros.
- d) Informar as propostas de nomeação e separação de diretores executivos e as condições básicas de seus contratos.
- e) Examinar e organizar a sucessão do Presidente do Conselho de Administração e, se for o caso, formular propostas ao Conselho para que essa sucessão ocorra de maneira ordenada e planejada.
- f) Propor ao Conselho de Administração a política de retribuições dos Conselheiros e dos diretores gerais ou de quem desenvolver suas funções de diretoria executiva, dependendo diretamente do Conselho, da Comissão Delegada ou dos Conselheiros Delegados, bem como a retribuição individual e as demais condições dos contratos dos Conselheiros Executivos, zelando pela sua observância.
- g) Propor ao Conselho de Administração os candidatos para a nomeação dos Patronos da FUNDACIÓN MAPFRE cuja designação cabe à Sociedade.
- h) Autorizar a nomeação dos Conselheiros Externos das demais sociedades do Grupo.

É composto por um mínimo de três e um máximo de cinco Conselheiros, todos eles não executivos e dois dos quais, no mínimo, deverão ser Conselheiros Independentes. Seu Presidente será um Conselheiro Independente. O Secretário será o do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2019, o Comitê de Nomeações e Retribuições foi responsável, entre outros, por informar as nomeações e destituições de conselheiros e executivos, por informar o desempenho do Presidente durante o exercício de 2018, por encaminhar propostas de reeleição ao Conselho de Administração de conselheiros independentes, propor ao Conselho de Administração a Política de Remuneração dos Conselheiros e do Plano de Incentivo de Médio Prazo 2019-2021, por aprovar a remuneração salarial dos Cargos Executivos da Administração para o exercício de 2019, autorizar a concessão de compromissos de pensão, aprovar a concessão de contratos de administração e propor Candidatos ao Conselho de Administração a nomeação de Patronos da FUNDACIÓN MAPFRE.

Para mais informações, consulte o Relatório sobre a Composição e Funcionamento do Comitê no exercício de 2019, disponível no site da Sociedade, disponibilizado aos acionistas por ocasião da Assembléia Geral.

COMITÊ DE RISCOS

Nome	Cargo	Categoria
JOSÉ ANTONIO COLOMER GUIU	PRESIDENTE	Independente
ANA ISABEL FERNÁNDEZ ÁLVAREZ	VOGAL	Independente
ANTONIO MIGUEL-ROMERO DE OLANO	VOGAL	Proprietário
ANTONIO GÓMEZ CIRIA	VOGAL	Independente
<hr/>		
% de conselheiros executivos	0,00	
% de conselheiros dominicais	25,00	
% de conselheiros independentes	75,00	
% de outros conselheiros externos	0,00	

Explique as funções atribuídas a essa comissão e descreva os procedimentos e regras para sua organização e operação. Para cada uma dessas funções, indique suas ações mais importantes durante o ano e como você exerceu na prática cada uma das funções atribuídas a você por lei, estatuto ou outros acordos sociais.

É o órgão delegado do Conselho de Administração para apoiar e assessorar o Conselho de Administração na definição e na avaliação das políticas de gestão de riscos e na determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos.

Tem as seguintes funções:

- a) Apoiar e assessorar o Conselho de Administração na definição e avaliação das políticas de riscos do Grupo e na determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos.
- b) Assessorar o Conselho de Administração na vigilância da aplicação da estratégia de riscos.
- c) Conhecer e avaliar os métodos e ferramentas de gestão de riscos, fazendo o acompanhamento dos modelos aplicados quanto aos seus resultados e validação.

Será composto por um mínimo de três e um máximo de cinco Conselheiros, todos eles não executivos e dois dos quais, no mínimo, deverão ser Conselheiros Independentes. Seu presidente será um Conselheiro Independente. O Conselho de Administração designará um Secretário, cargo para o qual não será necessária a condição de Conselheiro. Auxiliará o Comitê, como convidado, o diretor executivo responsável pela supervisão da área de riscos do Grupo.

Durante o exercício de 2019, o Comitê de Risco foi responsável, entre outros, pela revisão da posição de solvência da Sociedade e de suas filiais, pela revisão das políticas aprovadas pela Sociedade no âmbito da Solvência II e pela determinação da propensão ao risco e da estratégia de risco.

C.2.2. Complete o seguinte quadro com as informações relativas ao número de conselheiras que integraram as comissões do Conselho de Administração ao fechamento dos últimos quatro exercícios:

	Número de conselheiras							
	Exercício 2019		Exercício 2018		Exercício 2017		Exercício 2016	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
COMISSÃO DELEGADA	1	16,67	1	16,67	1	12,50	1	10,00
COMITÊ DE AUDITORIA E CONFORMIDADE	2	50,00	2	50,00	2	40,00	2	40,00
COMITÊ DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES	1	25,00	1	25,00	2	50,00	2	50,00
COMITÊ DE RISCOS	1	25,00	1	25,00	1	20,00	0	0,00

C.2.3. Indique, se for o caso, a existência de regulamentação das comissões do conselho, o lugar em que estão disponíveis para consulta e as modificações que feitas durante o exercício. Por sua vez, será indicado se foi elaborado voluntariamente algum relatório anual sobre as atividades de cada comissão.

COMISSÃO DELEGADA

O regulamento da Comissão Delegada está incluído no estatuto (artigo 21) e no Regulamento do Conselho (artigos 9 e 13). Os documentos referidos, bem como a composição da Comissão, estão permanentemente disponíveis para consulta no site da entidade, www.mapfre.com.

No exercício de 2019, o artigo 9º do Regulamento do Conselho de Administração foi alterado para eliminar o número mínimo de reuniões anuais a serem realizadas pela Comissão Delegada.

A Comissão Delegada apresentou ao Conselho de Administração um relatório sobre sua operação no exercício de 2019. **COMITÊ DE AUDITORIA E CONFORMIDADE**
O regulamento do Comitê de Auditoria e Conformidade está incluído no estatuto (artigo 22) e no Regulamento do Conselho (artigos 10 e 13). Os documentos referidos, bem como a composição do Comitê, estão permanentemente disponíveis para consulta no site da entidade, www.mapfre.com.

No exercício de 2019, o artigo 2º do Regulamento do Conselho de Administração foi alterado para incluir a nova competência não delegável do Conselho de Administração introduzida pela Lei 11/2018, de 28 de dezembro, que modifica o Código de Comércio, o texto consolidado da Lei das Sociedades por Capital aprovada pelo Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julho, e Lei 22/2015, de 20 de julho, sobre Auditoria de Contas, referente a informações não financeiras e diversidade.

O Comitê de Auditoria e Conformidade apresentou ao Conselho de Administração um relatório sobre sua operação no exercício de 2019.

COMITÊ DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES

O regulamento do Comitê de Nomeações e Retribuições está incluído no estatuto (artigo 23) e no Regulamento do Conselho (artigos 11 e 13). Os documentos referidos, bem como a composição do Comitê, estão permanentemente disponíveis para consulta no site da entidade, www.mapfre.com.

Não foram feitas alterações no regime operacional do Comitê de Nomeações e Retribuições.

O Comitê de Nomeações e Retribuições apresentou ao Conselho de Administração um relatório sobre sua operação no exercício de 2019.

COMITÊ DE RISCOS

O regulamento do Comitê de Riscos está incluído no estatuto (artigo 24) e no Regulamento do Conselho (artigos 12 e 13). Os documentos referidos, bem como a composição do Comitê, estão permanentemente disponíveis para consulta no site da entidade, www.mapfre.com.

No exercício de 2019, o artigo 12º do Regulamento do Conselho de Administração foi alterado para eliminar referências às antigas funções do Comitê quanto à conformidade.

O Comitê de Riscos apresentou ao Conselho de Administração um relatório sobre sua operação no exercício de 2019.

D. OPERAÇÕES VINCULADAS E OPERAÇÕES INTRAGRUPU

D.1. Explique, se necessário, o procedimento e os órgãos para a aprovação de operações com partes vinculadas e intragrupo..

A MAPFRE conta com uma Política de Gestão de Conflitos de Interesse e Operações Vinculadas com Acionistas Significativos e Altos Cargos de Representação ou Diretoria que rege o procedimento a seguir com relação às operações vinculadas.

O Conselho de Administração conhecerá as operações que a Sociedade realizar, direta ou indiretamente, com Conselheiros, com acionistas significativos ou representados no Conselho de Administração, ou com pessoas vinculadas a eles, e sua realização exigirá sua autorização, prévio relatório do Comitê de Auditoria e Conformidade, a menos que se trate de operações ou transações que façam parte da atividade habitual ou ordinária das partes envolvidas, que sejam realizadas em condições habituais de mercado e por montantes não significativos ou relevantes para a Sociedade.

Os acionistas significativos, os conselheiros e altos cargos de diretoria deverão informar, por escrito, ao Secretário do Conselho de Administração da MAPFRE qualquer transação que eles ou suas pessoas vinculadas (neste último caso, sempre que a pessoa afetada tiver conhecimento disso) tenham intenção de realizar com a MAPFRE, ou com outra sociedade do seu Grupo e que constitua uma operação vinculada sujeita à autorização pelo Conselho de Administração.

A comunicação deverá incluir aspectos suficientes da operação que permitam que a MAPFRE faça uma identificação adequada da mesma..

D.2. Descreva as operações significativas por sua quantia ou relevantes por sua matéria realizadas entre a sociedade ou as entidades do seu grupo e os acionistas significativos da sociedade:

Nome ou razão social do acionista significativo	Nome ou denominação social da sociedade ou entidade de seu grupo	Natureza da relação	Tipo da operação	Quantia (milhares de euros)
CARTERA MAPFRE,S.L. SOCIEDAD UNIPERSONAL	MAPFRE, S.A.	Societária	Dividendos e outros benefícios distribuídos	304.568

D.3. Descreva as operações significativas por sua quantia ou relevantes por sua matéria realizadas entre a sociedade ou as entidades do seu grupo e os administradores ou diretores da sociedade:

Nome ou razão social dos administradores ou diretores	Nome ou razão social da parte vinculada	Vínculo	Natureza da operação	Quantia (milhares de euros)
Sem dados				N.A.

D.4. Indique as operações significativas realizadas pela sociedade com outras entidades pertencentes ao mesmo grupo, desde que não se eliminem no processo de elaboração de estados financeiros consolidados e não façam parte do tráfego habitual da sociedade quanto a seu objeto e suas condições.

Em todo caso, qualquer operação intragrupo realizada com entidades estabelecidas em países ou territórios considerados como paraísos fiscais será informada:

Razão social da entidade do grupo	Breve descrição da operação	Quantia (milhares de euros)
Sem dados		N.A.

D.5. Descreva as operações significativas realizadas entre a sociedade ou entidades do grupo e com outras parte vinculadas, que não foram informadas nas seções anteriores:

Razão social da parte vinculada	Breve descrição da operação	Quantia (milhares de euros)
Sem dados		N.A.

D.6. Descreva os mecanismos estabelecidos para detectar, determinar e resolver os possíveis conflitos de interesses entre a sociedade e/ou seu grupo e seus conselheiros, diretores ou acionistas significativos.

Todos os conselheiros e diretores devem fazer uma Declaração Prévia no momento de sua nomeação sobre esses assuntos. Além disso, devem atualizá-la periodicamente e sempre que surgir uma potencial situação de conflito.

Além disso, o Regulamento Interno de Conduta e a Política de Gestão de Conflitos de Interesse e Operações Relacionadas a Acionistas Significativos e Altos Cargos de Representação ou Diretoria regulamentam as obrigações especiais no âmbito de situações de conflitos de interesses em potencial.

O Conselho de Administração tem a decisão sobre estas questões reservada. Existe um procedimento especial para a adoção de acordos sobre matérias nas quais haja um conflito de interesses em potencial com algum conselheiro. O conselheiro afetado deve abster-se de assessorar e intervir nessas decisões.

D.7. Mais de uma sociedade do Grupo está cotada na Espanha?

Sim Não

E. SISTEMAS DE CONTROLE E GESTÃO DE RISCOS

E.1. Explique o alcance do Sistema de Controle de Gestão de Riscos da sociedade, incluídos os de natureza fiscal:

O Grupo MAPFRE dispõe de um Sistema de Gestão de Riscos (SGR), baseado no gerenciamento contínuo e integrado de todos os processos de negócios individualmente e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos, consolidando a gestão por área, unidade de negócios, atividades, subsidiárias, áreas geográficas e áreas de suporte no âmbito corporativo.

Os diferentes tipos de risco foram agrupados em quatro áreas ou categorias como detalhado a seguir:

- Riscos da Atividade Seguradora: agrupa, separadamente, como de Vida e Não vida, os riscos de sua suficiência de prêmios, suas provisões técnicas e catastrófico.
- Riscos Financeiros e de Crédito: inclui os riscos de taxa de juros, liquidez, taxa de câmbio e crédito.
- Riscos Estratégicos e de Governança Corporativa: inclui os riscos de ética empresarial e de boa governança corporativa, de estrutura organizacional e de alianças, fusões e aquisições derivados do ambiente regulador, incluindo os fiscais e, finalmente, os de concorrência.
- Riscos Operacionais: reúne possíveis perdas derivadas da inadequação ou da disfunção de processos internos, do pessoal ou dos sistemas, ou mesmo de eventos externos (não inclui os riscos derivados de decisões estratégicas e tampouco os riscos para a reputação).

Entre os Riscos Operacionais, encontra-se o risco de não conformidade, que inclui o risco de sanções e perdas financeiras relevantes como resultado da não conformidade com leis, diretivas e regulamentos internos e externos, bem como os riscos de não conformidade tributária (riscos de divergências na interpretação das leis tributárias e determinação de preços de mercado entre entidades vinculadas).

E.2. Identifique os órgãos da sociedade responsáveis pela elaboração e pela execução do Sistema de Controle de Gestão de Riscos, inclusive o fiscal:

Os sistemas de controle interno e de gestão de riscos são integrados à estrutura organizacional do Grupo, de acordo com o modelo de três linhas de defesa, para que todo o pessoal da organização tenha responsabilidades atribuídas quanto ao cumprimento dos objetivos de controle e gestão de riscos.

O Conselho de Administração é o responsável final por garantir a eficácia dos sistemas de controle interno e de gestão de riscos, tem a competência não delegável de determinar as políticas e estratégias gerais, em particular a política de identificação, gerenciamento e controle de riscos, incluindo os riscos fiscais, e de supervisionar os sistemas internos de informação e controle.

O Comissão Delegada é o órgão delegado do Conselho de Administração para administração e supervisão permanente, pela diretoria executiva, da administração ordinária da empresa e de suas subsidiárias em seus aspectos estratégicos e operacionais, e atua com todos os seus poderes, exceto aqueles que não são delegáveis por imperativo legal ou, quando aplicável, por disposição expressa no estatuto ou no Regulamento do Conselho de Administração da MAPFRE S.A.

O Comitê de Risco tem as seguintes funções:

- Apoiar e assessorar o Conselho de Administração na definição e avaliação das políticas de riscos do Grupo e na determinação da propensão ao risco e da estratégia de riscos.
- Auxilia o Conselho de Administração no monitoramento da aplicação da estratégia de riscos.
- Conhece e avalia os métodos e as ferramentas de gestão de riscos, realizando o acompanhamento dos modelos aplicados em relação aos seus resultados e validação.

O Comitê de Auditoria e Conformidade é o órgão delegado do Conselho de Administração ao qual são atribuídos as competências de supervisionar a eficácia dos sistemas de controle interno, auditoria interna e de gestão de riscos; supervisionar a elaboração e apresentação das informações financeiras, estabelecer as relações apropriadas com o Auditor Externo; monitorar a aplicação de padrões de boa governança; e supervisionar o cumprimento de regulamentos internos e externos, em particular códigos de conduta internos e normas e procedimentos para a prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

E.3. Indique os principais riscos, incluindo os riscos fiscais, e na medida em que os derivados de corrupção sejam significativos (entendidos como os últimos com o escopo do Real Decreto-Lei 18/2017), que podem afetar a consecução dos objetivos de negócios:

1. Riscos da Atividade Seguradora

A organização da MAPFRE, especializada nos diferentes tipos de negócio, requer a concessão de um grau de autonomia na gestão de seu negócio e, particularmente, a assinatura de riscos e a determinação das tarifas, bem como a indenização ou prestação de serviço em caso de sinistro.

A suficiência dos prêmios é um elemento de especial importância e sua determinação é sustentada por aplicativos de informática específicos. A suficiência de prêmios e das provisões é um elemento de importância especial e princípios básicos da gestão de seguros. As provisões técnicas são estimadas pelas equipes atuariais das diferentes sociedades e seu montante é validado por uma parte independente que não tenha participado no cálculo. A importância do negócio de danos pessoais na MAPFRE, com uma rápida solução de sinistros, bem como a baixa importância dos riscos segurados de longo prazo (como amianto ou responsabilidade profissional) são elementos atenuantes do risco de inadequação das provisões técnicas.

A presença da MAPFRE em países com elevada possibilidade de ocorrência de catástrofes (terremotos, furacões etc.) exige um tratamento especial deste tipo de riscos. As entidades dispõem de análises especializadas sobre exposição catastrófica, geralmente realizadas por especialistas independentes, que estimam a extensão das perdas no caso de um evento catastrófico. A subscrição para riscos catastróficos é realizada com base nessas informações e considerando o capital econômico disponível para a entidade que os subscreve. Se for o caso, a exposição patrimonial a este tipo de riscos mitiga-se mediante a contratação de coberturas resseguradoras específicas.

Nesse sentido, é importante destacar a contribuição da MAPFRE RE, que traz sua longa experiência no mercado de riscos catastróficos para a administração do Grupo, determinando anualmente a capacidade catastrófica global por território e estabelecendo os recursos máximos de assinatura por risco e evento. Além disso, a MAPFRE RE conta com proteções de programas de retrocessão de riscos para a cobertura de desvios ou aumentos da sinistralidade de catástrofes nos diferentes territórios.

A política da MAPFRE em relação ao risco de ressegurador é transferir negócios a resseguradoras de capacidade financeira comprovada que atendam às condições de qualidade de crédito estabelecidas na Política de Resseguro do Grupo MAPFRE. Excepcionalmente, cede-se negócio a outras resseguradoras após uma análise interna que demonstre a disposição de um nível de solvência equivalente à classificação anteriormente indicada, ou que apresentem garantias adequadas.

1. Riscos Financeiros e de Crédito

A MAPFRE mitiga sua exposição a esse tipo de risco por meio de uma política prudente de investimentos caracterizada por uma alta proporção de valores de renda fixa de grau de investimento.

Na gestão das carteiras de investimento, é possível diferenciar entre quatro tipos de carteiras:

- As que procuram uma imunização estrita das obrigações derivadas dos contratos de seguros.
- As carteiras que cobrem apólices de unit-link compostas por ativos cujo risco são assumidos pelos segurados.
- Aquelas que procuram superar a rentabilidade comprometida e obter a maior rentabilidade para os segurados dentro dos parâmetros de prudência, como as carteiras com participação em lucros.
- As carteiras com gestão livre, com gestão ativa e condicionada apenas pelas normas legais e pelas limitações internas do risco.

No primeiro caso, as carteiras imunizadas minimizam o risco da taxa de juros por meio de técnicas de imunização baseadas na união de fluxos ou de durações.

No segundo, as carteiras que cobrem as apólices de unit-link são integradas pelos instrumentos financeiros cujo risco são assumidos pelos segurados.

No restante, assume-se um certo grau de risco de mercado de acordo com o exposto a seguir:

- A variável de gestão de risco de taxa de juros é a duração modificada, condicionada aos limites estabelecidos no Plano de Investimentos.
- A exposição ao risco de taxa de câmbio é minimizada no caso de passivos de seguros. O Plano de Investimento Móvel e Imobiliário estabelece o limite máximo de posição líquida em moedas que podem ser adotadas na gestão de ativos.
- Os investimentos de capital estão sujeitos a um limite máximo da carteira de investimentos.
- As limitações de risco são estabelecidas em termos quantitativos medidos com base em variáveis facilmente observáveis. Não obstante, também se realiza uma análise do risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

Com relação ao risco de crédito, a política baseia-se na aplicação de critérios de prudência com base na solvência do emissor e busca um elevado grau de correspondência geográfica entre os emissores dos ativos e dos compromissos.

Assim, os limites são estabelecidos de acordo com o perfil de risco da contraparte ou o instrumento de investimento e em relação à solvência da contraparte, e existe um sistema de monitoramento e notificação para exposição ao risco de crédito.

Adicionalmente, o Comitê de Security revisa as principais exposições diante de contrapartes seguradoras e resseguradoras. [A INFORMAÇÃO DESTE PARÁGRAFO CONTINUA NO PARÁGRAFO H.1 DESTE RELATÓRIO]

E.4. Identifique se a entidade possui níveis de tolerância ao risco, incluindo o imposto:

A Política de Apetite ao Risco do Grupo MAPFRE, aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A., estabelece o nível de risco que o Grupo está disposto a assumir para poder alcançar seus objetivos de negócio sem desvios relevantes, inclusive em situações adversas. Este nível, articulado em seus limites e sublimites por tipo de risco, configura o Apetite ao Risco do Grupo MAPFRE.

O Grupo MAPFRE tem como objetivo, em sua gestão de riscos, a manutenção de uma quantia de fundos próprios admissíveis no âmbito consolidado que implique um índice de solvência objetivo de 200% do capital de solvência obrigatório de Solvência II, com uma tolerância de 25 pontos percentuais. Como objetivo secundário de gestão de riscos, é estabelecida a manutenção de um nível de capital econômico em nível consolidado para atender ao cumprimento de suas obrigações compatível com um rating “A” ou superior, ou seu equivalente.

O capital prospectivo exigido às filiais seguradoras e resseguradoras é fixado com caráter geral de modo estimado, em função dos orçamentos do exercício seguinte, e é revisado periodicamente ao longo do ano em função da evolução dos riscos.

Para métricas que quantificam os riscos agregados do Grupo MAPFRE, os níveis de tolerância são estabelecidos e a exposição ao risco é acompanhada com uma escala de medição baseada na distância do nível de risco ao seu limite máximo: i) zona verde: risco que pode ser assumido e mantido sem restrições; ii) zona amarela: risco que atingiu um nível suficiente de exposição e requer medidas de vigilância e controle; e iii) zona vermelha: risco que excede a tolerância máxima e requer a adoção imediata de medidas de controle e mitigação.

Os Órgãos de Governança recebem com periodicidade semestral informações relativas à quantificação dos principais riscos aos quais o Grupo está exposto e dos recursos de capital disponíveis para enfrentá-los, bem como informações relativas ao cumprimento dos limites estabelecidos no apetite aos riscos e demais políticas específicas de riscos.

E.5. Indique quais riscos, inclusive fiscais, materializaram-se durante o exercício:

Durante o exercício de 2019, um grande sinistro industrial foi registrado na MAPFRE RE (19,6 milhões de euros líquidos de resseguro) e os riscos da atividade de seguros se materializaram como resultado de eventos catastróficos, entre os quais, e com destaque, os tufões no Japão e fortes chuvas na costa leste da Espanha. Embora esses eventos tenham tido um efeito significativo no resultado atribuível do exercício (147,5 milhões de euros), deve-se observar que a proteção de resseguro para esse tipo de evento mostrou-se eficaz, de modo que o Grupo mantém o cumprimento dos requisitos legais de solvência e permanece dentro dos limites de tolerância previstos no apetite aos riscos.

Por outro lado, com relação aos Riscos Financeiros e de Crédito, no exercício 2019 foi produzida uma apreciação do euro em comparação com as moedas de algumas de suas principais filiais, como o real brasileiro e a lira turca, com o consequente efeito negativo nos fundos próprios do Grupo (por meio das diferenças negativas de conversão) e nos resultados operacionais e fluxos de caixa em euros procedentes dessas filiais.

E.6. Explique os planos de resposta e supervisão para os principais riscos da entidade, incluindo riscos fiscais, bem como os procedimentos seguidos pela empresa para garantir que o Conselho de Administração responda aos novos desafios que surgem:

A integração dos sistemas de controle interno e o gerenciamento de riscos na estrutura organizacional é realizada sob o modelo de três linhas de defesa, atribuindo responsabilidades quanto ao cumprimento dos objetivos de controle interno e gerenciamento de riscos, de acordo com o referido modelo:

- 1) Uma primeira linha de defesa, composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para evitar os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos.
- 2) Uma segunda linha de defesa integrada pelas funções chave de gestão de riscos, atuarial e conformidade, e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento dos sistemas de controle interno e gerenciamento de riscos.
- 3) Uma terceira linha de defesa, composta por Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia dos sistemas de controle interno e gerenciamento de riscos, comunicando eventuais deficiências de maneira adequada às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança conforme o caso.

Para garantir o controle e o gerenciamento eficazes dos riscos, a MAPFRE possui uma política escrita de Controle Interno e desenvolveu um conjunto de políticas de gerenciamento de riscos nas quais (i) os diferentes tipos de risco enfrentados são identificados e (ii) são estabelecidos o apetite ao risco considerado aceitável, as medidas previstas para mitigar o impacto dos riscos identificados e os sistemas de informação e controle interno a serem utilizados em relação a eles.

As Diretorias de Risco das entidades coordenam o conjunto de estratégias, processos e procedimentos necessários para identificar, medir, monitorar, gerenciar e notificar continuamente os riscos aos quais a entidade está ou pode estar exposta, bem como suas interdependências.

A Área Corporativa da Secretaria Geral e Assuntos Jurídicos oferece aos Órgãos de governança e às diferentes Áreas Corporativas e Unidades de Negócio a assessoria jurídica, fiscal e de governança corporativa, e defende ativamente os interesses do Grupo por esses assuntos, tanto nos processos de aplicação dos regulamentos atuais quanto na elaboração e processamento de novas disposições. Da mesma forma, por meio da Diretoria Corporativa de Assessoria Fiscal, essa área corporativa possui informações sobre os riscos tributários detectados em cada país.

Em todo caso, as ações a serem adotadas diante dos riscos identificados são decididas pelo Conselho de Administração, que é informado imediatamente sobre qualquer risco que:

- Devido à sua evolução, ultrapasse os limites de risco estabelecidos.
- Possa dar lugar a perdas iguais ou superiores aos limites de risco estabelecidos.
- Possa ameaçar o cumprimento das exigências de solvência ou a continuidade de funcionamento do Grupo.

A Diretoria Corporativa de Riscos auxilia e assessora os Órgãos de Governança, a Presidência Executiva e a Diretoria Executiva do Grupo no âmbito de suas competências e informa os Órgãos de Governança sobre o nível de exposição aos diferentes riscos, levando em consideração suas interdependências e o cumprimento dos limites estabelecidos..

O acima exposto inclui a avaliação interna de riscos e solvência do Grupo, bem como os relatórios solicitados pelos Órgãos de Governança sobre determinadas áreas de risco.

Além disso, o Grupo promove diferentes procedimentos para identificar e avaliar riscos e controles que envolvem as principais áreas e departamentos, mostrando uma visão abrangente e completa de todos os riscos inerentes ao negócio e identificando os riscos que a entidade pode enfrentar durante todo o período contemplado em seu plano de negócios.

Da mesma forma, as entidades do Grupo realizam a preparação e o relatório aos respectivos Órgãos de Governança dos relatórios periódicos de acompanhamento de riscos operacionais, que incluem, entre outros, relatórios de controle de riscos e relatórios periódicos de acompanhamento de incidentes e eventos de risco operacional.

No nível operacional, o Grupo MAPFRE também dispõe das seguintes medidas principais:

- O Modelo Corporativo de Continuidade do Negócio, desenvolvido pela Diretoria de Segurança Corporativa, cujo objetivo é permitir uma resposta oportuna e eficaz à ocorrência de um incidente de alto impacto para minimizar os danos causados. O modelo é concretizado em planos de contingência que englobam, para cada processo, as estratégias de recuperação de acordo com sua criticidade e em função dos elementos não disponíveis (pessoas, edifícios, tecnologia e fornecedores).

O Plano Corporativo de Luta contra fraudes, também coordenado pela Diretoria de Segurança Corporativa, que estabelece a resposta e as linhas de ação do Grupo no combate às fraudes em todos os seus aspectos (prevenção, detecção, investigação e ação penal), bem como as medidas para minimizar seus efeitos da maneira mais eficiente possível.

F. SISTEMAS INTERNOS DE CONTROLE E GESTÃO DE RISCOS EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE EMISSÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA (SCIIF)

Descreva os mecanismos que compõem os sistemas de controle e gestão de riscos em relação ao processo de emissão de informações financeiras (SCIIF) de sua entidade.

F.1. Meio de controle da entidade.

Relatório, assinalando suas principais características, de, pelo menos:

F.1.1. Que órgãos e/ou funções são os responsáveis: (i) pela existência e manutenção de um SCIIF adequado e efetivo; (ii) por sua implementação; e (iii) por sua supervisão.

O Sistema de Controle Interno da MAPFRE é um conjunto de processos, contínuos de forma temporal, cujo responsável máximo é o Conselho de Administração da MAPFRE S.A., que se apoia no Comitê Executivo e nas equipes executivas das diferentes unidades, sociedades, áreas corporativas e outros departamentos, para a implantação, atualização e monitoramento das tarefas e processos relacionados ao cumprimento dos objetivos do Sistema de Controle Interno. Para seu desenvolvimento na organização, o Sistema de Controle Interno da MAPFRE baseia-se no modelo das três linhas de defesa. Tudo isso foi reunido na última atualização realizada na Política de Controle Interno do Grupo, aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2019.

O Regulamento do Conselho de Administração, modificado e aprovado em 13 de dezembro de 2019, inclui as funções e competências do Conselho de Administração, da Comissão Delegada e de outros Comitês Delegados (Comitê de Auditoria e Conformidade, Comitê de Nomeações e Retribuições e Comitê de Riscos).

O Conselho de Administração delega a gestão ordinária na Comissão Delegada e na Diretoria Executiva, além de reservar-se a autoridade de aprovar as políticas de controle e gestão de riscos, bem como a autoridade de aprovar tanto o acompanhamento periódico dos sistemas internos de informação e controle quanto das informações financeiras que devem ser publicadas por sua condição de entidade cotada.

O Comitê Executivo é o órgão que, encarregado pelo Conselho de Administração, exerce a supervisão direta da gestão das Unidades de Negócio e Áreas Corporativas e garante a ação coordenada delas.

Por outro lado, o Comitê de Auditoria e Conformidade, na qualidade de Órgão Delegado do Conselho de Administração, tem em relação aos sistemas de informação e controle interno como competências, entre outros, supervisionar o processo de preparação e apresentação das informações financeiras obrigatórias e apresentação de recomendações ou propostas ao Conselho de Administração visando proteger sua integridade; supervisionar a eficácia dos sistemas de controle interno, auditoria interna e gerenciamento de riscos; e informar antecipadamente o Conselho de Administração, em particular, sobre as informações financeiras que a Sociedade deve publicar periodicamente.

O documento “Estatuto e Política de Auditoria Interna”, vigente no exercício de 2019, foi atualizado e aprovado pelo Comitê de Auditoria e Conformidade em 11 de dezembro de 2018 e pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2019, inclui as principais atividades de supervisão do Sistema de Controle Interno, bem como as relativas à Diretiva de Solvência II, que o Comitê de Auditoria e Conformidade realiza por intermédio da Área Corporativa de Auditoria Interna e que são definidas na seção F.5.1 deste documento.

F.1.2. Se existem, especialmente quanto ao processo de elaboração das informações financeiras, os elementos a seguir:

- Departamentos e/ou mecanismos responsáveis: (i) pela concepção e revisão da estrutura organizacional; (ii) por definir claramente as linhas de responsabilidade e autoridade, com uma distribuição adequada de tarefas e funções; e (iii) pela existência de procedimentos suficientes para sua correta difusão na entidade:

A norma relativa aos Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE, aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em sua reunião de 24 de junho de 2015 e modificada em 7 de fevereiro de 2017, em vigor a partir de 10 de março de 2017, constitui o quadro mínimo de cumprimento obrigatório para todas as entidades que integram a MAPFRE e seus respectivos órgãos de governança.

O Conselho de Administração revisa e autoriza a estrutura organizacional do Grupo e aprova as linhas de responsabilidade e autoridade em função da estrutura organizacional definida. Durante o exercício de 2019, houve apenas mudanças na denominação de algumas áreas corporativas aprovadas no Comitê Executivo de 22 de julho de 2019, a partir de 1º de setembro de 2019. O novo organograma da diretoria entrou em vigor nessa data.

A distribuição de funções e a definição de âmbitos de atividade/ autoridade e de níveis hierárquicos são realizadas de acordo com o Manual de Estrutura Organizacional aprovado pela Área Corporativa de Recursos Humanos.

A concordância entre a organização de postos e a estrutura é necessária, já que relaciona as funções, papéis e responsabilidades para o desenvolvimento adequado do negócio.

As políticas e normas contábeis aplicáveis ao Grupo são estabelecidas pela Área Corporativa Financeira e de Meios, que é responsável pela coordenação entre as diversas Unidades de Negócio e Áreas Corporativas no que se refere ao processo de elaboração das informações financeiras consolidadas.

- Código de conduta, órgão de aprovação, grau de difusão e instrução, princípios e valores incluídos (indicando se há menções específicas ao registro de operações e elaboração de informações financeiras), órgão responsável por analisar incumprimentos e propor ações corretivas e sanções:

O Código de Ética e Conduta foi aprovado em 25 de julho de 2019 pelo Conselho de Administração, substituindo aquele aprovado previamente em 2017.

Seu objeto é refletir os valores corporativos e os princípios básicos que devem guiar a atuação da MAPFRE e das pessoas que a integram.

Até 31 de dezembro de 2019, 20.875 funcionários em todo o mundo concluíram o curso de e-learning sobre o Código de Ética e Conduta de uma hora.

Atualmente, o conteúdo do curso on-line sobre o Código de Ética e Conduta está em processo de atualização e será finalizado em 2020. No entanto, o Código é público, está disponível tanto na intranet quanto no site do Grupo e pode ser consultado por quem desejar.

O Código estabelece princípios concretos de cumprimento obrigatório para todos os funcionários, aplicáveis ao tratamento das informações financeiras do Grupo, a fim de preservar sua confidencialidade, integridade e disponibilidade de acordo com a política de segurança da informação da MAPFRE. Além disso, estabelece a responsabilidade para todos os funcionários de que as informações proporcionadas sejam precisas, claras e verídicas.

Para garantir a aplicação do Código, bem como a supervisão e o controle do seu cumprimento, conta com o Comitê de Ética como órgão encarregado de zelar pelo seu cumprimento e analisar e resolver as denúncias oriundas de seu descumprimento. Qualquer funcionário que tenha dúvidas sobre a aplicação do Código ou que presencie uma situação que possa implicar descumprimento ou vulnerabilidade de qualquer um dos princípios e normas éticas ou de conduta deve comunicar sua consulta ou denúncia ao Comitê de Ética, que atua no âmbito de suas funções de consultoria ou resolvendo as denúncias que possam ser apresentadas por descumprimento do Código. Dúvidas e reclamações ao Comitê de Ética podem ser comunicadas por correio, e-mail ou pelo Canal de Consultas e Reclamações, com acesso direto pelo portal interno do Grupo. Seu regime de funcionamento está incluído no próprio Código Ético e de Conduta.

Anualmente, o Comitê de Ética informa à Comissão Delegada as atividades realizadas no exercício, se for o caso.

- Canal de denúncias que permita a comunicação, ao comitê de auditoria, de irregularidades de natureza financeira e contábil, além de eventuais descumprimentos do código de conduta e atividades irregulares na organização, informando, se for o caso, se estas são de natureza confidencial:

Além do Canal de Consultas e Denúncias ao Comitê de Ética mencionado na seção anterior, existe o Canal de Denúncias Financeiras e Contábeis, que permite aos funcionários do Grupo comunicar ao Comitê de Auditoria e Conformidade, de modo confidencial, as irregularidades com potenciais transcendências financeiras ou contábeis detectadas por meio de correio eletrônico e, de modo alternativo, de correspondência escrita a um endereço predeterminado.

As normas de funcionamento do Canal de Denúncias Financeiras e Contábeis do GRUPO MAPFRE, aprovadas pelo Comitê de Auditoria no ano de 2016, encontram-se publicadas na intranet ou no portal interno do Grupo.

O Comitê de Auditoria e Conformidade, como destinatário das denúncias, fica sabendo delas e resolve-as, dando-lhes, em cada caso, o tratamento que julgar oportuno. Para o cumprimento adequado da sua função, conta com a assistência da Secretaria Geral e da Área Corporativa de Auditoria Interna.

Nos casos de denúncias relativas a filiais do Grupo, que obrigatoriamente dispõem de um canal de denúncias próprio, o Comitê de Auditoria e Conformidade e o órgão competente da filial atuam em coordenação na tramitação e resolução das denúncias recebidas.

As partes intervenientes no Canal têm controle de acesso restrito à informação, e a confidencialidade e a identidade do denunciante são garantidas pela coleta dos dados pessoais fornecidos segundo os requisitos definidos pela legislação vigente em matéria de proteção de dados.

Com periodicidade anual, a Secretaria Geral elabora um relatório cujo destinatário é o Comitê de Auditoria e Conformidade, no qual são refletidos a atividade do Canal e o resultado final das denúncias realizadas.

- Programas de treinamento e atualização periódica para os funcionários envolvidos na preparação e revisão das informações financeiras, bem como na avaliação do SCIIF, que abarquem pelo menos normas contábeis, auditoria, controle interno e gestão de riscos:

A MAPFRE possui um Modelo Global de Treinamento e uma estratégia de aprendizado implementada globalmente. Todo o nosso conhecimento e ações de treinamento projetadas e implantadas estão associadas a objetivos específicos do BSC (mapa estratégico da MAPFRE). Cada conhecimento, de acordo com a sua natureza, é canalizado através das Escolas no âmbito da Universidade Corporativa MAPFRE.

A MAPFRE estabeleceu um objetivo para que, em 2019, 77% do esforço de treinamento em todo o mundo seja com conteúdo e programas técnicos e comerciais. Nessa área de conhecimento técnico, está o treinamento financeiro, canalizado através da Escola de Finanças, cujo objetivo é fornecer, a todos os profissionais em todas as áreas do conhecimento financeiro da MAPFRE em gestão de riscos, o controle de gestão e contabilidade, para se tornarem mais eficazes e competitivos nessa função.

Durante o ano de 2019, foram desenvolvidos na Espanha diversos programas de treinamento nas áreas de finanças, riscos e controle interno, que contaram com um total de 3.314,8 horas de formação para 1.239 participantes.

Além disso, a Área Regional Ibérica continuou a desenvolver o plano de treinamento em certificação financeira para a Rede Comercial da MAPFRE, ministrado pela Escola FEF (Fundación Estudios Financieros).

O acordo firmado entre a MAPFRE e a FEF permite que um amplo coletivo de profissionais da Organização Comercial em toda a Espanha tenha acesso a um programa de alto nível, que os capacita como Assessores Financeiros homologados pela Comissão Nacional do Mercado de Valores (Espanha), conforme exigido pela norma MiFID II. Esse treinamento proporcionará um grande valor à nossa Rede, dotando-a de conhecimentos atualizados, bastante completos e práticos que ajudarão nas gestões de vendas relacionadas à poupança e aos investimentos.

Até o fechamento de 2019 já foram certificados oficialmente 512 funcionários e 677 intermediários.

O programa tem uma duração de 280 horas e utiliza um sistema blended: presencial, treinamento em vídeo, web e fóruns. Na modalidade de treinamento e-learning, vale mencionar

o curso “Normas de Controle Interno”, que durante o ano de 2019 foi renovado nos três idiomas corporativos. Na MAPFRE, o modelo de controle interno é representado com uma matriz tridimensional em forma de cubo, em que cada face representa uma dimensão. Nesse programa on-line, são detalhadas essas dimensões, bem como as linhas de defesa e quem supervisiona o controle interno. Em 31 de dezembro de 2019, 3.887 funcionários concluíram o referido programa no nível GLOBAL.

A MAPFRE também possui um curso de e-learning sobre a função de conformidade regulatória, cujo objetivo é divulgar essa função, objetivos e responsabilidades, bem como a importância de implementá-lo nas organizações para minimizar o risco de violação legal e regulamentar a que estão expostos. No fechamento de 2019, 1.039 funcionários concluíram esse programa desde o lançamento em 2015.

Em 2017, foi desenvolvido um programa on-line sobre os regulamentos Solvência II, destinado a todos os funcionários em todo o mundo que trabalham nas áreas de Risco, Financeira, Atuaria, Conformidade e Auditoria, com duração de 45 minutos. O referido programa está disponível em espanhol e em inglês. No fechamento de 2019, 738 funcionários concluíram esse programa desde o lançamento em 2017.

Em 2019, houve a continuação do programa global de treinamento on-line “GREA: Gerenciamento de Riscos em Seguros”, com uma duração de 280 horas, que, ao final, tem uma certificação nessa área, destinada a 28 funcionários de seis países.

Também em 2019, continuaram sendo desenvolvidas ações de formação em Auditoria Interna, cujo objetivo é proporcionar a todos os profissionais das áreas de auditoria da MAPFRE no mundo os conhecimentos necessários para o desenvolvimento da função de auditoria interna, além de compartilhar ferramentas de gestão estabelecidas e boas práticas.

Em dezembro de 2019, foi realizado um seminário de

treinamento para os auditores da Espanha e de Portugal com uma duração aproximada de 12 horas, no qual participaram 65 funcionários e cujo conteúdo se concentrou em aprofundar o conhecimento dos negócios e áreas diretamente relacionadas à Auditoria Interna, além de conhecer a evolução e a situação da implementação do IFRS 17 na MAPFRE, a nova versão do Auditmap, o Mapa de seguros na MAPFRE e a atual situação de TI e posicionamento tecnológico da MAPFRE, entre outros.

F.2. Avaliação de riscos das informações financeiras.

Relatório de, pelo menos:

F.2.1. Quais são as principais características do processo de identificação de riscos, incluindo os de erro ou fraude, quanto a:

- Se o processo existe e foi documentado

A MAPFRE conta com um Sistema de Gestão de Riscos (doravante SGR) que se aplica às entidades do Grupo conforme a normativa interna de cada uma das categorias de risco incluídas.

A descrição do SGR está incluída na seção E. Sistemas de Controle e Gestão de Riscos do presente relatório de Governança Corporativa.

Com relação ao Sistema de Controle de Riscos, foram identificados fatores de riscos para cada um dos processos que o Grupo considerou fundamentais, os quais estão agrupados em 24 tipos de riscos. Entre os fatores de risco contemplados para cada processo, um é sempre incluído no registro e contabilização de operações com impacto econômico ou contábil. Esses fatores de risco estão associados a grandezas significativas

das principais seções dos estados financeiros. Neste processo de identificação das grandezas significativas, foram considerados fatores quantitativos e qualitativos (complexidade das operações, risco de fraude e outros).

Esses fatores de risco são avaliados pelas áreas e departamentos das entidades durante o desenvolvimento das atividades de controle de riscos que, entre outros aspectos, permitem: i) a identificação de riscos por meio de questionários específicos de controles e riscos; ii) o conhecimento dos fatores de risco relevantes e iii) a adoção de medidas corretivas quando necessário.

Se o processo cobre a totalidade dos objetivos da informação financeira (existência e ocorrência, integridade, avaliação, apresentação, divulgação e comparabilidade, direitos e obrigações), se ele é atualizado e com que frequência:

A identificação dos riscos que cobrem os objetivos de inventário e ocorrência; integridade; avaliação; apresentação; detalhamento e comparabilidade; e direitos e obrigações das informações financeiras é concretizada por meio do processo de elaboração do questionário trimestral de controles internos sobre as informações financeiras.

Esse procedimento tem como objetivo identificar e garantir que sejam executados controles durante a elaboração das informações financeiras; registrar uma evidência documental dos controles realizados pela entidade nos processos de Tesouraria e Investimentos, Consolidação, Contabilidade e Impostos, bem como do resultado de sua aplicação; e atuar como canal de comunicação interno para compartilhar as informações relevantes relativas à emissão das informações financeiras.

O procedimento foi revisado no primeiro trimestre de 2018, e a principal alteração foi o aumento do número de controles em cada um dos quatro processos mencionados: de um total de 105 no último trimestre de 2017 para 234 controles no questionário

do primeiro trimestre de 2018. Este procedimento permaneceu operacional durante 2019.

- A existência de um processo de identificação do perímetro de consolidação, levando-se em conta, entre outros aspectos, a possível existência de estruturas societárias complexas, entidades instrumentais ou de propósito especial:

O Manual de Consolidação da MAPFRE elaborado pela Área Corporativa Financeira e de Meios descreve o processo de identificação do perímetro de consolidação, que inclui todas as sociedades do Grupo e é atualizado mensalmente.

O Responsável pela Consolidação de cada Subgrupo recebe da Diretoria de Consolidação o detalhamento das sociedades incluídas no perímetro de consolidação com as porcentagens de participação direta e indireta e o método de consolidação aplicado. Qualquer modificação sobre as informações entregues deve ser comunicada à Diretoria de Consolidação, e esta decide sobre sua modificação uma vez analisados os motivos expostos.

A estrutura funcional e as tarefas designadas aos representantes do processo mencionado estão presentes no próprio Manual de Consolidação.

- Se o processo tem em conta os efeitos de outros tipos de riscos (operacionais, tecnológicos, financeiros, legais, de reputação, ambientais etc.) na medida em que afetem os estados financeiros:

O controle de risco leva em consideração os tipos de riscos operacionais, tecnológicos, financeiros, legais, de reputação e ambientais, bem como os riscos próprios da atividade seguradora e resseguradora.

Neste processo, cada fator de risco está vinculado, se for o caso, ao título das demonstrações financeiras que seria afetado se o risco potencial se materializasse, sendo os principais títulos:

prêmios, provisões, rendimentos financeiros, despesas de aquisição, despesas de administração e despesas de sinistros.

O controle dos riscos é feito em Grupo, tanto na Espanha como no exterior, por meio do aplicativo informático Riskm@p, desenvolvido internamente na MAPFRE, através do qual são confeccionados Mapas de Risco das entidades nos quais são analisadas a importância e a probabilidade de ocorrência dos diversos riscos. O modelo de gerenciamento baseia-se em uma análise dinâmica por processos, que consiste em que os administradores da cada área ou departamento, entre outros aspectos, identificam e avaliam os riscos potenciais que afetam os processos de negócio e de suporte, bem como as principais magnitudes econômicas mediante o preenchimento de questionários de autoavaliação de riscos.

- Qual órgão de governança da entidade supervisiona o processo:

O Comitê de Auditoria e Conformidade, em relação aos sistemas de informação e controle interno, tem como responsabilidades, entre outras, revisar periodicamente os sistemas de controle interno e os sistemas de identificação e gerenciamento de riscos, trabalho que é realizado continuamente para durante todo o ano, através do trabalho realizado pela Auditoria Interna.

Com relação ao relatório do SCIF, elaborado pelo Departamento Financeiro, a Auditoria Externa revisa e analisa o conteúdo emitindo seu próprio relatório sobre a consistência ou incidentes das informações que possam afetá-lo.

O relatório do SCIF, juntamente com o relatório preparado pela Auditoria Externa, é supervisionado pelo Comitê de Auditoria e Conformidade antes de sua aprovação pelo Conselho de Administração.

F.3. Atividades de controle.

Relatório, assinalando suas principais características, se dispõe de, pelo menos:

F.3.1. Procedimentos para revisão e autorização das informações financeiras e da descrição do SCIF, a serem publicados nos mercados de valores mobiliários, indicando seus administradores, bem como documentação descritiva dos fluxos de atividades e controles (incluindo aqueles relacionados ao risco de fraude) dos tipos diferentes de transações que podem afetar materialmente as demonstrações financeiras, incluindo o procedimento de fechamento contábil e a revisão específica dos julgamentos, estimativas, avaliações e projeções relevantes

Os relatórios financeiros relativos às contas anuais e às informações semestrais e trimestrais, elaborados pela Área Corporativa de Finanças e Meios, são apresentados ao Comitê de Auditoria e Conformidade e, posteriormente, são apresentados ao Conselho de Administração.

No caso das contas anuais individuais e consolidadas, o Diretor Geral Financeiro, o Diretor Geral de Auditoria Interna e o diretor responsável pela elaboração dessas contas atestam sua exatidão e integridade diante do Conselho de Administração.

O calendário de fechamento, elaborado pela Subdireção de Procedimentos e Supervisão, detalha as principais atividades do processo de consolidação e elaboração das contas anuais e semestrais, bem como seus controles, marcando as datas limite de cumprimento.

As diferentes entidades do Grupo informam, por meio dos responsáveis atribuídos, as informações financeiras que a Área Corporativa de Finanças e Meios consolida para elaborar os relatórios. No processo de consolidação, existem controles que permitem detectar erros que podem afetar materialmente os

demonstrativos financeiros.

Por outro lado, o Comitê de Auditoria e Conformidade supervisiona as seguintes informações:

- O relatório de gerenciamento e contas anuais individuais e consolidadas da MAPFRE S.A. e suas empresas dependentes.
- O relatório da revisão limitada sobre os estados financeiros intermediários resumidos consolidados da MAPFRE S.A., correspondentes ao período intermediário finalizado a 30 de junho de cada ano.
- A informação que trimestralmente, a MAPFRE S.A. envia à Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV).
- A informação elaborada pela MAPFRE S.A. para investidores e analistas, que é revisada e analisada pelo Comitê de Auditoria e Conformidade antes da sua publicação.
- Documentos relacionados aos Pilar II e III da Solvência II: ORSA (Own Risk and Solvency Assessment) e SFCR (Solvency and Financial Condition Report).

Além disso, como indicado na seção anterior, as entidades preenchem trimestralmente o questionário de controles internos sobre as informações financeiras, no qual são reunidos indícios documentais das atividades e controles executados a respeito dos principais processos de emissão de informações financeiras.

As atividades de controle são executadas por meio do processo de controle de riscos. Os responsáveis pelas áreas e departamentos elaboram manuais de controles internos e outros documentos descritivos, nos quais são agrupados os procedimentos, as atividades e seus participantes, e identificados os riscos associados e os controles que os atenuam, incluindo aqueles relativos a riscos de fraude e do processo de fechamento contábil. O conhecimento e a documentação dos controles permitem que os responsáveis pelas várias áreas e departamentos das entidades da MAPFRE avaliem a eficácia dos controles estabelecidos, saibam se os riscos relevantes identificados estão suficientemente controlados e tomem as medidas corretivas

necessárias.

O Conselho de Administração baseia seus julgamentos e estimativas em hipóteses sobre o futuro e sobre incertezas que se referem basicamente às provisões técnicas; às perdas por redução ao valor recuperável de determinados ativos; no cálculo de provisões para riscos e despesas; no cálculo atuarial dos passivos e compromissos por retribuições depois do emprego; na vida útil dos ativos intangíveis e dos elementos do imobilizado material; e no valor razoável de determinados ativos não cotados.

As estimativas e hipóteses usadas são reunidas nas instruções de fechamento contábil, são revisadas periodicamente e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados mais razoáveis em cada caso. Se a revisão resultar em mudanças de estimativa em um determinado período, seu efeito aplicar-se-á a esse período e, se for o caso, aos períodos sucessivos.

F.3.2. Políticas e procedimentos de controle interno sobre os sistemas de informação (entre outros, sobre segurança de acesso, controle de mudanças, sua operação, continuidade operacional e segregação de funções) que suportem os processos relevantes da entidade em relação à elaboração e publicação das informações financeiras.

A Diretoria Corporativa de Segurança e Meio Ambiente (DISMA), que até 18 de julho de 2018 era dependente da Área Corporativa de Meios e Coordenação Institucional passa a depender da referida data da Área Corporativa de Suporte para Negócios, que o Conselheiro-Diretor Geral de Suporte para Negócios dirige as alterações aprovadas pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em 18 de junho de 2018. A DISMA atua diretamente nos regulamentos relacionados à segurança da informação.

Em particular, as medidas estabelecidas são especificadas em um Sistema Documental de Segurança da Informação (SDSI) ou Corpo Normativo de Segurança da Informação (CNSI), que deriva do Plano Diretor de Segurança e Meio Ambiente e da Política Corporativa de Segurança e Privacidade. A última atualização de ambos os documentos foi aprovada pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. em sua reunião realizada em 13 de dezembro de 2018. Nesta versão, esses documentos foram adaptados aos novos requisitos regulamentares, fundamentalmente no que diz respeito ao Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), e à criação do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados como um órgão delegado do Comitê de Segurança e Meio Ambiente, e como órgão de suporte do Comitê de Crise e Continuidade do Negócio.

“Esses controles e procedimentos de segurança estabelecidos nos sistemas de informação podem ser classificados como: preventivo, detector e corretivo, e resultam no desenvolvimento e disseminação de normas, no estabelecimento da segurança do projeto, no monitoramento de redes e sistemas, a revisão das medidas e controles implementados e a capacidade de responder a possíveis incidentes de segurança que possam ocorrer.”

Desse modo, o Corpo Normativo de Segurança da Informação (CNSI) estabelece, entre outros aspectos: a manutenção de um controle dos sistemas de informação por meio de procedimentos de inventariado que permitam identificar os recursos e as informações neles contidos, a verificação da identidade de seus usuários e a utilização de senhas, segundo os critérios de robustez indicados no próprio corpo normativo, que contribui, entre outros, para a manutenção da segregação de funções adequada.

Da mesma forma, a MAPFRE também possui um curso de segurança de e-learning, desenvolvido e integrado à plataforma eCampus, cujo objetivo é conscientizar e treinar seus funcionários nessa área, seus objetivos e responsabilidades e a importância que adquire nas organizações para minimizar riscos e cumprem suas responsabilidades nesse sentido. Durante 2019, uma nova versão

atualizada e aprimorada desse curso foi distribuída, o que também permite um processo recorrente de atualização de conscientização nessa área.

Por sua vez, para possibilitar o desenvolvimento das obrigações estabelecidas no CNSI, há um Centro de Controle Geral (habilitado como CERT, Computer Emergency Response Team, e pertencente à rede internacional FIRST, Forum of Incident Response and Security Teams) que monitora a atividade nas redes e nos Sistemas de Informação do Grupo e é o órgão responsável por responder aos eventuais incidentes de segurança que possam surgir.

Igualmente, a Diretoria Corporativa de Segurança e Meio Ambiente estabelece anualmente um plano de revisões de segurança para verificar os controles de segurança implantados e a descoberta de vulnerabilidades nos sistemas de informação.

Tanto a Política Corporativa de Segurança e Privacidade, quanto o Modelo de Governança de Segurança e Meio Ambiente, e as normas e padrões do Órgão Regulador de Segurança da Informação, são publicadas na Intranet Global a fim de facilitar o acesso a todos os funcionários.

Além disso, o Grupo conta com um Modelo Corporativo de Continuidade do Negócio, composto por uma Política, um Quadro de Governança e uma Metodologia de Continuidade do Negócio que definem o âmbito e as ações necessárias para garantir o correto funcionamento das operações diante da materialização de um incidente de alto impacto, a fim de minimizar o dano produzido.

A Área Corporativa de Auditoria Interna verifica a cada dois anos o funcionamento adequado do Sistema de Controle Interno dos principais Sistemas Informáticos cujo alcance são os controles gerais de tecnologia da informação (TI), o ambiente de controle de TI e os controles aplicáveis. Nos anos em que nenhuma revisão específica é realizada, os planos de ação identificados são monitorados e seu status é revisado.

F.3.3. Políticas e procedimentos de controle interno destinados a supervisionar a gestão das atividades terceirizadas, bem como dos aspectos de avaliação, cálculo ou valorização encomendados a especialistas independentes, que possam afetar materialmente os demonstrativos financeiros.

Todos os serviços terceirizados se materializam por meio de contratos específicos, sendo a supervisão direta dos fornecedores exercida pelas unidades ou áreas contratantes, exceto aqueles serviços pontuais (não recorrentes no tempo) que devido ao seu reduzido montante, sua duração e sua escassa importância são tramitados a partir da oferta do fornecedor pelo sistema.

A seleção dos fornecedores é feita com critérios objetivos que avaliam fatores como a qualidade, o preço, a infraestrutura disponível, o reconhecimento no mercado, bem como se pertencem ao grupo de colaboradores de alguma das entidades do Grupo e sua história na qualidade do serviço prestado a elas.

O cumprimento das normas vigentes nos diferentes países e a implementação de medidas de segurança, quando aplicável, são requisitos indispensáveis para sua escolha. Outros fatores avaliados positivamente são o tempo de resposta, o serviço pós-venda, a cobertura geográfica e o valor agregado que possa ser dado.

Atualmente, está em desenvolvimento pela Diretoria de Compras e Mídia, um projeto a ser implantado nos países do Modelo Global Compras e Contratação de Serviços (presente em 15 países), que inclui diferentes categorias entre as quais se encontra a correspondente a serviços de profissionais independentes que incluem aqueles com possível impacto financeiro derivado da avaliação, cálculo ou valorização encomendada.

No desenvolvimento desse Modelo, a Comissão Delegada aprovou em 2013 a Norma de Compras, que contém os princípios e critérios básicos para a contratação de bens e serviços de todas as empresas do Grupo, independentemente de sua localização

geográfica e do tipo de negócio. Também existe um Procedimento de Compras definido e aprovado internamente que completa a Norma de Compras, que foi atualizada durante 2017 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018. Ambos os documentos foram revisados e atualizados em janeiro de 2019, de acordo com as recomendações fornecidas pela Auditoria Interna e com base na experiência acumulada nesses anos desde a sua aprovação.

Além disso, cada organização ou país que tenha a capacidade de contratar, por ter uma entidade suficiente, deve desenvolver um procedimento específico que regule sua contratação, sempre respeitando e consistente com os critérios mínimos estabelecidos na Norma de Compras e no Procedimento Geral.

A aprovação e contratação dos fornecedores é realizada, com caráter geral pela Área de Compras e, uma vez realizada a contratação, é o solicitante que supervisiona que o serviço seja prestado de modo adequado e conforme à normativa vigente.

Não obstante o exposto anteriormente, nos casos em que os serviços de profissionais independentes terceirizados devem ser tratados com confidencialidade especial (M&A), é a própria área que contrata e supervisiona diretamente o serviço, embora haja informações mínimas para documentar a contratação, conforme estabelecido no Procedimento de Contratações Sensíveis, deve ser registrado no sistema.

Atualmente, estão homologados os principais fornecedores contratados com frequência (de um faturamento anual superior a trinta mil euros), com o objetivo de que a totalidade dos fornecedores mais frequentes, ou que representem uma especial relevância para o Grupo MAPFRE, estejam homologados conforme estabelecido no Procedimento de Compras.

F.4. Informação e comunicação.

Relatório, assinalando suas principais características, se dispõe de, pelo menos:

F.4.1. Uma função específica encarregada de definir, manter atualizadas as políticas contábeis (área ou departamento de políticas contábeis) e resolver dúvidas ou conflitos derivados da sua interpretação, mantendo uma comunicação fluída com os responsáveis pelas operações na organização, bem como um manual de políticas contábeis atualizado e comunicado às unidades através do qual opera a entidade.

A Subdiretoria de Normativa Contábil, que depende da Área Corporativa Financeiras e de Meios, inclui, entre outras, a função de manter atualizadas as políticas e normas contábeis aplicáveis que afetem as informações financeiras do Grupo, assim como a de resolver consultas e conflitos derivados de sua interpretação.

Além disso, mantém uma relação estreita e fluída com as diretorias financeiras das diversas entidades e com as Áreas Corporativas, a quem comunica os procedimentos e as normas contábeis estabelecidas formalmente.

Em relação à elaboração das informações financeiras, a Secretaria Geral e a Área Corporativa Financeira e de Meios, emitiram circulares de instruções referentes à atualização das normas aplicáveis. Da mesma forma, os responsáveis pela gestão financeira possuem modelos e instruções específicas para preparar as informações financeiras, por meio dos Modelos de Contas e do Manual de Consolidação (que inclui normas e políticas contábeis aplicáveis), que são atualizados anualmente.

As filiais do Grupo recebem a comunicação dos procedimentos e normas aplicáveis por meio das entidades principais dos Subgrupos, que são as que recebem diretamente as instruções da Subdireção de Normativa Contábil e da Subdireção de Procedimentos e Supervisão.

A Subdireção de Procedimentos e Supervisão mantém atualizados os Modelos de Contas Anuais individuais e consolidadas aplicáveis às diferentes entidades do Grupo, que incluem as políticas contábeis e o detalhamento das informações a serem apresentadas.

A Subdireção de Consolidação da Área Corporativa Financeira e de Meios especifica as instruções sobre as políticas contábeis e as divulgações para a elaboração da informação consolidada do Grupo por meio do Manual de Consolidação.

Pelo menos uma vez por ano e durante o último trimestre do exercício, revisam-se os Modelos de Contas Anuais e o Manual de Consolidação, sendo que as modificações pertinentes são notificadas às partes afetadas. Não obstante, quando há variações cujo efeito afeta intervalos inferiores ao período anual, essas modificações são transmitidas de forma imediata.

F.4.2. Mecanismos de captura e preparação das informações financeiras com formatos homogêneos, de aplicação e utilização por todas as unidades da entidade ou do grupo, que suportem os principais demonstrativos financeiros e as notas, bem como as informações detalhadas sobre o SCIIF.

O gerenciamento das informações financeiras das entidades do Grupo MAPFRE é realizado por meio do aplicativo de consolidação corporativa, uma ferramenta que constitui um banco de dados centralizado (repositório de dados comum e exclusivo). Essa aplicação foi programada para a execução automática de lançamentos de consolidação e de controles do processo, o que assegura, para todos os lançamentos automáticos, a aplicação homogênea dos critérios inclusos no Manual de Consolidação, além de minimizar a probabilidade de erros.

Dentro do processo de elaboração das informações financeiras, as células de consolidação constituem o meio de comunicação das informações necessárias no processo de consolidação ou na elaboração dos demonstrativos financeiros consolidados. Pelo menos uma vez por ano, elas são revisadas e atualizadas.

Com base nas informações contidas nas células de consolidação e seguindo o Modelo de Contas elaborado pela Subdireção de Procedimentos e Supervisão, a Subdireção de Consolidação prepara as contas anuais consolidadas e o resto dos demonstrativos financeiros.

A Subdireção de Controle Interno Contábil é responsável pela preparação do relatório relativo ao SCIIF. Para isso, identifica as áreas envolvidas no processo de elaboração das informações financeiras, às quais transmite as instruções para preencher esse relatório e solicita, pelo menos com periodicidade anual, a atualização da documentação de suporte que corrobore as ações realizadas.

F.5. Supervisão do funcionamento do sistema.

Relatório, assinalando as características principais, com pelo menos:

F.5.1. As atividades de supervisão do SCIIF realizadas pelo comitê de auditoria, bem como se a entidade conta com uma função de auditoria interna que tenha, entre suas competências, a de apoiar o comitê no seu trabalho de supervisão do sistema de controle interno, incluindo o SCIIF. Além disso, será informado o escopo da avaliação do SCIIF realizada durante o ano e o procedimento pelo qual a pessoa encarregada de realizar a avaliação comunica seus resultados serão informados se a entidade tiver um plano de ação que detalha possíveis medidas corretivas e se o seu impacto nas informações financeiras foi considerado.

A MAPFRE S.A. conta com uma Área Corporativa de Auditoria Interna, composta por seis Serviços de Auditoria Interna situados na Espanha (Seguros Ibérica; Seguros Latam; Seguros Internacional; Resseguro, Assistência e Global Risks; e Tecnologias da Informação), uma Unidade de Auditoria Interna Contínua na Espanha e 27 unidades e departamentos de auditoria interna no exterior, completamente independentes e que revisam e avaliam a adequação e o funcionamento correto dos processos do Grupo, bem como do Sistema de Controle Interno.

A estrutura da Área Corporativa de Auditoria Interna da MAPFRE depende funcionalmente do Conselho de Administração da MAPFRE S.A., por meio do Comitê de Auditoria e Conformidade (Órgão Delegado do Conselho) e, particularmente, de sua Presidenta.

Os diretores dos serviços e das unidades de auditoria dependem (funcional e hierarquicamente) do Diretor Geral de Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria e Conformidade supervisiona as informações financeiras refletidas no parágrafo F.3.1. do presente relatório, além de aprovar o Plano de Auditoria Interna, fazendo seu acompanhamento trimestralmente.

O Plano de Auditoria abrange os trabalhos de supervisão que a Área Corporativa de Auditoria Interna realizará durante o próximo exercício, cuja elaboração e suficiência são estabelecidas em função dos riscos identificados, das solicitações recebidas e por experiência própria. A gestão do Plano é feita de maneira homogênea por meio de uma plataforma tecnológica única para o Grupo que permite o tratamento das informações de acordo com os níveis de acesso e conforme as responsabilidades estabelecidas. O Plano de Auditoria Interna de 2019 foi aprovado pelo Comitê de Auditoria e Conformidade na sessão realizada em 5 de fevereiro de 2019.

No Estatuto e Política de Auditoria Interna do Grupo MAPFRE em vigor no exercício de 2019, aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2019, fica estabelecido que a Área Corporativa de Auditoria Interna possui, entre outras, as funções a seguir:

-Supervisionar a adequação e eficácia do Sistema de Controle Interno e de outros elementos do Sistema de Governança, trabalho que se concentra em:

- Avaliar a adequação, a suficiência e a eficácia dos elementos do Sistema de Controle Interno.
- Avaliar o Sistema de Gestão de Riscos (SGR) com base na gestão integrada de todos e de cada um dos processos comerciais e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos da MAPFRE, por meio da revisão, no mínimo, dos processos de qualificação e quantificação dos tipos de risco previstos na Diretriz de Solvência II.
- Avaliar a adequação e o desempenho das Funções-chave incluídas no Sistema de Governança previstas na Diretriz de Solvência II.

-Contribuir para a boa Governança Corporativa por meio da verificação do cumprimento das normas estabelecidas nos "Princípios Institucionais, Empresariais e Organizacionais do Grupo MAPFRE" e na Diretriz de Solvência II.

-Revisar, de acordo com o Plano Anual de Auditoria ou conforme determinado, a confiabilidade e a integridade das informações financeiras e contábeis individuais e consolidadas e outras informações econômicas preparadas pela MAPFRE, S.A., suas Empresas Dependentes, Unidades de Negócios, Áreas Territoriais, Áreas Regionais e Áreas Corporativas; bem como a validade, suficiência e aplicação dos princípios e regulamentos contábeis e legais.

A avaliação do Sistema de Controle Interno da MAPFRE por parte da Área Corporativa de Auditoria Interna segue uma metodologia baseada em variáveis, como a revisão do controle interno de TI, as avaliações de auditorias realizadas no ano e o cumprimento de recomendações, cuja aprovação anteriormente cabia ao Comitê de Auditoria e Conformidade, e cujo resultado é resumido em um relatório sobre a eficácia dos procedimentos de Controle Interno. Quando cabível, realizam-se recomendações individualizadas à entidade com o objetivo de melhorar o Sistema de Controle Interno, em relação às quais o Comitê de Auditoria e Conformidade realiza um acompanhamento de seu cumprimento.

Anualmente, o Comitê de Auditoria e Conformidade analisa as avaliações e recomendações que a Área de Auditoria Interna Corporativa emitiu no Sistema de Controle Interno (incluindo as do SCIIF).

A Área Corporativa de Auditoria Interna verifica o funcionamento do Sistema de Controle Interno dos principais sistemas informáticos, conforme indicado na seção F.3.2 anterior.

Além disso, a partir da Área Corporativa de Auditoria Interna, é realizado o controle dos trabalhos realizados ao longo do ano

relacionados ao SCIIF.

Também o auditor externo, como parte de seus procedimentos de auditoria realizados para validar as contas anuais, emite um memorando de recomendações em sua visita interina, que se apresenta ao Comitê de Auditoria e Conformidade.

F.5.2. Se você tiver um procedimento de discussão pelo qual o auditor da conta (de acordo com as disposições da NTA), a função de auditoria interna e outros especialistas poderão se comunicar com a diretoria executiva e a comissão de auditoria ou administradores da entidade, as deficiências significativas de controle interno identificadas durante os processos anuais de revisão de contas ou outros que tiverem sido encomendados. Além disso, informará se há um plano de ação disponível que trate de corrigir ou mitigar os pontos fracos observados.

Na seção F.5.1 anterior, é indicado o procedimento utilizado pela Área Corporativa de Auditoria para comunicar a avaliação de aspectos relacionados com o controle interno.

A comunicação com o auditor externo é muito frequente e fluida no Grupo MAPFRE. Tanto no começo, quanto no meio, e após o término do trabalho de revisão das contas da entidade por parte dos auditores externos, realizam-se reuniões de planejamento, acompanhamento e coordenação, das quais participam os auditores externos, os auditores internos, a Secretaria Geral e a Área Corporativa Financeira e de Meios. Além disso, no fechamento do trabalho, ocorre uma reunião com a Diretoria Geral de Auditoria Interna para revelar os resultados e conclusões detectados durante esse trabalho. O auditor externo participa do Comitê de Auditoria e Conformidade quando forem tratados temas relacionados com a revisão das contas anuais e semestrais, sua revisão preliminar, assim como outros temas relacionados a cada caso.

F.6. Outra informação relevante.

Não existe outra informação relevante com relação ao SCIIF que não tenha sido incluída no presente relatório.

F.7. Relatório do auditor externo.

Relatório de:

F.7.1. Se as informações do SCIIF enviadas aos mercados tiverem sido submetidas a revisão pelo auditor externo, a entidade deve incluir o relatório correspondente como anexo. Caso contrário, deve informar os motivos disso.

A informação correspondente ao SCIIF foi submetida a revisão pelo auditor externo, cujo relatório é anexado.

G. GRAU DE ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Indique o grau de acompanhamento da sociedade com respeito às recomendações do Código de boa governança das sociedades cotadas.

Caso alguma recomendação não seja total ou parcialmente seguida, deve-se incluir uma explicação detalhada dos motivos, para que os acionistas, investidores e o mercado em geral disponham de informações suficientes para avaliar o comportamento da sociedade. Não serão aceitas explicações de caráter geral.

1. Que os Estatutos das empresas cotadas não limitem o número máximo de votos que possa emitir um mesmo acionista, nem contenham outras restrições que dificultem a tomada de controle da empresa mediante a aquisição de suas ações no mercado.

Cumpre Explique

2. Que, quando a sociedade matriz e uma sociedade dependente são cotadas, ambas definem publicamente com exatidão:

- a). As respectivas áreas de atividade e eventuais relações de negócio entre elas, bem como as da empresa dependente cotada com as demais empresas do grupo.
- b). Os mecanismos previstos para resolver os eventuais conflitos de interesses que possam surgir.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

3. Que durante a realização da assembléia geral ordinária, como complemento da difusão, por escrito, do relatório anual de governança corporativa, o presidente do Conselho de Administração informe, verbalmente, os acionistas, com detalhes suficientes, sobre os aspectos mais relevantes da governança corporativa da sociedade e, particularmente:

- a). Sobre as mudanças ocorridas desde a assembléia geral ordinária anterior.
- b). Sobre os motivos concretos pelos quais a companhia não segue alguma das recomendações do Código de Governança Corporativa e, se existirem, sobre as regras alternativas aplicáveis nessa matéria.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

4. Que a sociedade defina e promova uma política de comunicação e contratos com acionistas, investidores institucionais e assessores de voto que seja plenamente respeitosa com relação as normas contra o abuso de mercado e dê um tratamento semelhante aos acionistas que estiverem na mesma posição.

E que a sociedade torne tal política pública por meio de seu site, incluindo informação referente à forma na qual a mesma foi colocada em prática e identificando os interlocutores ou responsáveis por realizá-la.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

5. Que o Conselho de Administração não eleve à assembléia geral uma proposta de delegação de faculdades, para emitir ações ou valores convertíveis com exclusão do direito de inscrição preferencial, por um montante superior a 20% do capital no momento da delegação.

E que quando o Conselho de Administração aprovar qualquer emissão de ações ou de valores convertíveis com exclusão do direito de inscrição preferente, a sociedade publique imediatamente em seu site os relatórios sobre tal exclusão aos quais a legislação mercantil faz referência.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

6. Que as sociedades cotadas que elaborarem os relatórios citados a seguir, seja de forma perceptiva ou voluntária, publique-os em seu site em antecedência suficiente à realização da assembléia geral ordinária, embora a sua difusão não seja obrigatória:

- a). Relatório sobre a independência do auditor.
- b). Relatórios de funcionamento das comissões de auditorias e de nomeações e retribuições.
- c). Relatório da comissão de auditoria sobre operações vinculadas.
- d). Relatório sobre a política de responsabilidade social corporativa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

7. Que a sociedade transmita ao vivo, por meio do site, a realização das assembléias gerais de acionistas.

Cumpre Explique

8. Que a comissão de auditoria zele para que o Conselho de Administração procure apresentar as contas à assembléia geral de acionistas sem reservas nem ressalvas no relatório de auditoria e que, em circunstâncias excepcionais nas quais existirem ressalvas, tanto o presidente da comissão de auditoria como os auditores expliquem claramente aos acionistas o conteúdo e o alcance de tais reservas ou ressalvas.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

9. Que a sociedade torne público em seu site, de forma permanente, os requisitos e os procedimentos que aceitará para comprovar a titularidade de ações, o direito de assistência à assembléia geral de acionistas e o exercício ou delegação do direito de voto.

E que tais requisitos e procedimentos favoreçam a assistência e o exercício dos seus direitos aos acionistas e sejam aplicados de forma não discriminatória.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

10. Que quando algum acionista legitimado tiver exercitado o direito de completar a ordem do dia ou de apresentar novas propostas de acordo antes da realização da assembléia geral de acionistas, a sociedade:

- a). Difunda imediatamente tais pontos complementares e novas propostas de acordo.
- b). Publique o modelo de cartão de assistência ou formulário de delegação de voto ou voto à distância com as modificações precisas, para que possam ser votados os novos itens da ordem do dia e propostas alternativas, de acordo com os mesmos termos propostos pelo Conselho de Administração.

c). Submeta todos esses itens ou propostas alternativas à votação e aplique a eles as mesmas regras de voto que as formuladas pelo Conselho de Administração, incluídas, particularmente, as presunções ou as deduções sobre o sentido do voto.

d). Após a assembléia geral de acionistas, comunique o detalhamento do voto sobre tais itens complementares ou propostas alternativas.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

11. Que, caso a sociedade tenha previsto pagar prêmios de assistência à assembléia geral de acionistas, estabeleça antes uma política geral sobre tais prêmios e que tal política seja estável.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

12. Que o Conselho de Administração desempenhe suas funções com unidade de propósito e independência de critério, ofereça o mesmo tratamento a todos os acionistas que se encontrarem na mesma posição e se guie pelo interesse social, entendido como a consequência de um negócio rentável e sustentável a longo prazo, que promova a sua continuidade e a maximização do valor econômico da empresa.

E que na busca pelo interesse social, além do respeito às leis e aos regulamentos e de um comportamento baseado na boa-fé, na ética e no respeito aos usos e às boas práticas normalmente aceitas, procure conciliar o próprio interesse social com, conforme corresponda, os legítimos interesses dos seus funcionários, seus fornecedores, seus clientes e os dos restantes grupos de interesse que possam se ver afetados, assim como o impacto das atividades da companhia na comunidade em seu conjunto e no meio ambiente.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

13. Que o Conselho de Administração possua a dimensão necessária para obter um funcionamento eficaz e participativo, o qual torna aconselhável que possua entre cinco e quinze membros.

Cumpre Explique

14. Que o Conselho de Administração aprove uma política de seleção de conselheiros que:

- a). Seja concreta e verificável.
- b). Garanta que as propostas de nomeação ou reeleição sejam fundamentadas em uma análise prévia das necessidades do Conselho de Administração.
- c). Favoreça a diversidade de conhecimentos, experiências e gênero.

Que o resultado da análise prévia das necessidades do Conselho de Administração conste no relatório justificativo da comissão de nomeações que for publicado ao convocar a assembléia geral de acionistas à qual for submetida a homologação, a nomeação ou reeleição de cada conselheiro.

E que a política de seleção de conselheiros promova o objetivo de que no ano de 2020 o número de conselheiros representante seja de, pelo menos, 30% do total de membros do Conselho de Administração.

A comissão de nomeação verificará anualmente o cumprimento da política de seleção de conselheiros e será informada sobre o mesmo no relatório anual de governança corporativa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

15. Que os conselheiros externos dominicais e independentes constituam uma ampla maioria do Conselho de Administração e que o número de conselheiros executivos seja o mínimo necessário, levando em conta a complexidade do grupo societário e a porcentagem de participação dos conselheiros executivos no capital da empresa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

16. Que a porcentagem de conselheiros dominicais sobre o total de conselheiros não executivos não seja maior que a proporção existente entre o capital da empresa, representado por tais conselheiros e o restante do capital.

Este critério poderá ser atenuado:

- a). Em sociedades de capitalização elevada onde as participações acionárias com consideração de significativas legalmente forem escassas.
- b). Quando se tratar de sociedades nas quais exista uma pluralidade de acionistas representados no Conselho de Administração e não existirem vínculos entre si.

Cumpre Explique

17. Que o número de conselheiros independentes represente, ao menos, metade do total de conselheiros.

Que, no entanto, quando a sociedade não for de capitalização elevada ou quando, mesmo sendo, contar com um acionista ou vários atuando concertadamente, controlem mais de 30% do capital social, o número de conselheiros independentes represente, pelo menos, um terço do total de conselheiros.

Cumpre Explique

18. Que as sociedades tornem pública, por meio do site, e mantenham atualizada, a seguinte informação sobre seus conselheiros:

- a). Perfil profissional e biográfico.
- b). Outros conselheiros de administração aos quais pertencerem, tratando-se ou não de sociedades cotadas, assim como sobre as demais atividades retribuídas que realizarem independente da sua natureza.
- c). Indicação da categoria de conselheiro à qual pertencerem, indicando, no caso de conselheiros dominicais, o acionista ao qual representam ou com quem tiverem vínculos.
- d). Data de sua primeira nomeação como conselheiro na sociedade, assim como das reeleições posteriores.
- e). Ações da companhia e opções sobre elas das quais forem titulares.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

19. Que no relatório anual de governança corporativa, com a verificação prévia pela comissão de nomeações, sejam explicadas as razões pelas quais tenham sido nomeados conselheiros em vez de acionistas com participação inferior a 3% do capital; e que sejam expostas as razões pelas quais não foram atendidas, se for o caso, petições formais de presença no conselho procedentes de acionistas com participação igual ou superior à de outros, em vez dos quais tiverem sido designados conselheiros proprietários.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

20. Que os conselheiros dominicais apresentem sua demissão quando o acionista a quem representarem transmitir integralmente sua participação acionista. E que também o façam, em número correspondente, quando esse acionista reduzir sua participação acionária a um nível que exija a redução do número de conselheiros dominicais.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

21. Que o Conselho de Administração não proponha a separação de nenhum conselheiro independente, antes do cumprimento do período estatutário, para o qual tiver sido nomeado, exceto quando coincidir justa causa, avaliada pelo Conselho de Administração antes do relatório da comissão de nomeações. Em particular, será entendido que existe justa causa quando o conselheiro passar a ocupar novos cargos ou contrair novas obrigações que lhe impedirem de dedicar o tempo necessário ao desempenho das funções próprias do cargo de conselheiro, descumprir os deveres inerentes ao seu cargo ou incorrer em algumas das circunstâncias que lhe fizerem perder sua condição de independente, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável.

Também poderá ser proposta a separação de conselheiros independentes como consequência de ofertas públicas de aquisição, fusões ou outras operações corporativas similares que representem uma mudança na estrutura de capital da sociedade, quando tais mudanças na estrutura do Conselho de Administração forem causadas pelo critério de proporcionalidade indicado na recomendação 16.

Cumpre Explique

22. As sociedades devem estabelecer regras que obriguem diretores a informar e, se necessário, demitir aqueles que puderem prejudicar a credibilidade e a reputação da sociedade e, particularmente, a obrigação de informar ao Conselho de Administração as causas penais nas quais estiverem envolvidos, bem como quaisquer ocorrências processuais posteriores.

E que se um conselheiro for processado ou julgado por qualquer das infrações previstas na legislação societária, o Conselho de Administração examine o caso o mais breve possível e, tendo em vista suas circunstâncias específicas, decida se procede ou não que o conselheiro permaneça em seu cargo. E que o Conselho de Administração preste contas, de forma racionada, no relatório anual de governança corporativa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

23. Que todos os conselheiros expressem claramente sua oposição quando considerarem que alguma proposta de decisão submetida ao Conselho de Administração possa ser contrária ao interesse social. E que outros o façam, especialmente os independentes e os outros diretores não afetados pelo conflito de interesse, quando se tratar de decisões que possam prejudicar os acionistas não representados no Conselho de Administração.

E quando o Conselho de Administração adotar decisões significativas ou reiteradas sobre as quais o conselheiro tenha formulado sérias reservas, este tire as conclusões que procederem e, se optar por demitir, que explique as razões na carta a que se refere a recomendação seguinte.

Esta Recomendação atinge também o secretário do Conselho de Administração, ainda que não tenha a condição de conselheiro.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

24. Que quando, seja por demissão ou por outro motivo, um conselheiro deixar o cargo antes do fim de seu mandato, explique as razões em uma carta que remeterá a todos os membros do Conselho de Administração. E que, sem prejuízo de que tal demissão seja comunicada como fato relevante, o motivo do término conste no relatório anual de governança corporativa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

25. Que a comissão de nomeações se certifique de que os conselheiros não executivos tenham suficiente disponibilidade de tempo para o correto desempenho das suas funções.

E que o regulamento do conselho estabeleça o número máximo de conselhos de sociedade dos quais seus conselheiros podem participar.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

26. Que o Conselho de Administração se reúna com a frequência precisa para desempenhar com eficácia suas funções e, ao menos, oito vezes por ano, seguindo o programa de datas e assuntos que estabelecer no início do exercício, podendo cada conselheiro, individualmente, propor outros itens da ordem do dia inicialmente previstos.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

27. Que as faltas dos conselheiros se reduzam a casos indispensáveis e sejam quantificadas no relatório anual de governança corporativa. E que, quando deverem ocorrer, seja outorgada representação com instruções.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

28. Que, quando os conselheiros ou o secretário manifestarem preocupações sobre alguma proposta ou, no caso dos conselheiros, sobre o desempenho da sociedade, e essas preocupações não forem resolvidas no Conselho de Administração, a pedido da pessoa que as manifestou, as mesmas sejam expressadas na ata.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

29. Que a sociedade estabeleça os canais adequados para que os conselheiros possam obter a assessoria precisa para o cumprimento das suas funções incluindo, se as consequências exigirem, assessoria externa paga pela empresa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

30. Que, independente dos conhecimentos exigidos aos conselheiro para o exercício das suas funções, as sociedades ofereçam, também, aos conselheiros programas de atualização de conhecimentos quando as circunstâncias o sugerirem.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

31. Que a ordem do dia das sessões indique com clareza os itens sobre os quais o conselheiro de administração deverá adotar uma decisão ou acordo para que os conselheiros possam estudar ou solicitar antes a informação precisa para a sua adoção.

Quando, excepcionalmente, por razões de urgência, o presidente quiser submeter à aprovação do Conselho de Administração decisões ou acordos que não constarem na ordem do dia, será preciso o consentimento prévio e expresso da maioria dos conselheiros presentes, que será devidamente expressado na ata.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

32. Que os conselheiros sejam periodicamente informados sobre os movimentos no grupo de acionários e sobre a opinião que os acionistas significativos, os investidores e as agências de qualificação tiverem sobre a sociedade e o seu grupo.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

33. Que o presidente, como responsável pelo funcionamento eficaz do Conselho de Administração, além de exercer as funções que ele designou legal e estatutariamente, prepare e submeta ao Conselho de Administração um programa de datas e assuntos a serem discutidos; organize e coordene a avaliação periódica do conselho, bem como, quando apropriado, a do diretor executivo da empresa; seja responsável pela direção do conselho e pela eficácia de sua operação; garanta que o tempo de discussão seja dedicado a questões estratégicas, e concorde e revise os programas de atualização de conhecimento para cada diretor, quando as circunstâncias o aconselharem.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

34. Que, quando houver um conselheiro coordenador, os estatutos ou o regulamento do Conselho de Administração, além das faculdades que lhes corresponderem legalmente, atribua-lhe as seguintes: presidir o Conselho de Administração na ausência do presidente e dos Vicepresidentes, caso haja, transmitir as preocupações dos conselheiros não executivos; manter contatos com investidores e acionistas para conhecer seus pontos de vista a fim de formar uma opinião sobre suas preocupações, particularmente, em relação com a governança corporativa da sociedade; e coordenar o plano de sucessão do presidente.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

Todas as recomendações são cumpridas, exceto no que diz respeito à atribuição ao Conselheiro Coordenador das faculdades de presidir o Conselho de Administração na ausência do Presidente, de manter contatos com investidores e acionistas, e de coordenar a sucessão do Presidente. O Regulamento do Conselho de Administração atribuiu ao Conselheiro Coordenador as faculdades de solicitar a convocatória do Conselho de Administração ou a inclusão de novos itens na ordem do dia de um Conselho já convocado, coordenar e reunir os Conselheiros não executivos e dirigir, se for o caso, a avaliação periódica do Presidente do Conselho de Administração.

Em conformidade com o estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração, em caso de ausência do Presidente e dos Vicepresidentes, cabe ao conselheiro de maior idade presidir a reunião. Não obstante, a Conselheira Coordenadora também é a segunda Vicepresidente do Conselho e, por isso, preside as reuniões na ausência do Presidente e do Primeiro Vicepresidente.

Quanto às relações com os acionistas e investidores, em conformidade com o estabelecido no artigo 21º do Regulamento do Conselho de Administração, o órgão responsável por estabelecer e supervisionar mecanismos adequados de comunicação e relações com os acionistas e investidores é o próprio Conselho de Administração, estabelecendo na Política de Comunicação com Acionistas, Investidores e Assessores de Voto os canais de comunicação com estes. A Companhia considera que essa configuração garante uma coordenação melhor e mais eficaz das relações da Companhia com seus investidores e acionistas.

Por último, o Regulamento do Conselho de Administração atribuiu ao Comitê de Nomeações e Retribuições a faculdade de avaliar e organizar a sucessão do Presidente do Conselho de Administração, como estabelecido no artigo 529 da Lei de Sociedades de Capital.

35. Que o secretário do Conselho de Administração zele, especialmente, para que em suas ações e decisões o Conselho de Administração leve em consideração as recomendações sobre boa governança contidas neste Código de boa governança que foram aplicáveis à sociedade.

Cumpre Explique

36. Que o Conselho de Administração completo avalie uma vez por ano e adote, se for o caso, um plano de ação que corrija as deficiências detectadas com relação:

- a). À qualidade e à eficiência do funcionamento do Conselho de Administração.
- b). Ao funcionamento e à composição das suas comissões.
- c). À diversidade na composição e a competências do Conselho de Administração.
- d). Ao desempenho do presidente do Conselho de Administração e do primeiro executivo da sociedade.
- e). Ao desempenho e à contribuição de cada conselheiro, prestando especial atenção aos responsáveis das diferentes comissões do conselho.

Para a realização da avaliação das diferentes comissões partir-se-á do relatório que estas levarem ao Conselho de Administração, e para a deste último, do que for levado à comissão de nomeações.

A cada três anos, o Conselho de Administração será auxiliado para a realização da avaliação por um consultor externo, cuja independência será verificada pela comissão de nomeações.

As relações de negócio que o consultor ou qualquer sociedade do seu grupo mantiverem com a sociedade ou qualquer sociedade do seu grupo, deverão ser detalhadas no relatório anual de governança corporativa.

O processo e as áreas avaliadas serão descritos no relatório anual de governança corporativa.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

37. Que, quando existir uma comissão executiva, a estrutura de participação das diferentes categorias de conselheiros seja similar à do próprio Conselho de Administração e seu secretário seja o deste último.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

38. Que o Conselho de Administração tenha sempre conhecimento dos assuntos tratados e das decisões adotadas pela comissão executiva e que todos os membros do conselho recebam cópia das atas das sessões da comissão executiva.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

39. Que os membros da comissão de auditoria, e em especial seu presidente, sejam designados levando em consideração seus conhecimentos e sua experiência em matéria de contabilidade, auditoria ou gerenciamento de riscos, e que a maioria de tais membros sejam conselheiros independentes.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

40. Que sob a supervisão da comissão de auditoria, conte com uma unidade que assuma a função de auditoria interna que zele pelo bom funcionamento dos sistemas de informação e controle interno e que funcionalmente dependa do presidente não executivo do conselho ou do da comissão de auditoria.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

41. Que o responsável pela unidade que assumir a função de auditoria interna presente à comissão de auditoria seu plano anual de trabalho, informe diretamente sobre as incidências que se apresentarem em seu desenvolvimento e submeta, ao final de cada exercício, um relatório de atividades.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

42. Que, além das previstas na lei, correspondam à comissão de auditoria as seguintes funções:

1. Em relação aos sistemas de informação e controle interno:

a). Supervisionar o processo de elaboração e a integridade das informações financeiras sobre a empresa e, se for o caso, do grupo, verificando o cumprimento das disposições legais, a demarcação precisa do perímetro de consolidação e a aplicação correta das práticas contábeis.

b). Garantir a independência da unidade que assume a função de auditoria interna; propor seleção, nomeação, reeleição e destituição do responsável pelo serviço de auditoria interna; propor o orçamento para esse serviço; aprovar a orientação e os seus planos de trabalho, certificando-se de que sua atividade está focada principalmente nos riscos relevantes da sociedade, receber informações periódicas sobre suas atividades e verificar se diretoria executiva leva em consideração as conclusões e as recomendações dos seus relatórios.

c). Estabelecer e supervisionar um mecanismo que permita aos empregados comunicar, de forma confidencial e, se for possível e considerado apropriado, anônima, as irregularidades de potencial transcendência, especialmente financeiras e contábeis, que advirtam no seio da empresa.

2. Em relação com o auditor externo:

a). Em caso de renúncia do auditor externo, examinar as circunstâncias que o motivaram a isso.

b). Zelar para que a retribuição do auditor externo pelo seu trabalho não comprometa a sua qualidade nem a sua independência.

c). Supervisionar que a sociedade comunique, como fato relevante à CNMV, a mudança de auditor e acompanhe o comunicado com uma declaração sobre a eventual existência de desacordos com o auditor que estiver saindo e, se houver, o seu conteúdo.

d). Garantir que o auditor externo realize anualmente uma reunião com o Conselho de Administração para lhe informar sobre o trabalho realizado e sobre a avaliação da situação contábil e de riscos da sociedade.

e). Garantir que a sociedade e o auditor externo respeitem as normas vigentes sobre prestação de serviços diferentes dos de auditoria, os limites para a concentração do negócio do auditor e, em geral, as demais normas sobre independência dos auditores.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

43. Que a comissão de auditoria possa convocar qualquer funcionário ou diretor da empresa, e, inclusive, dispor que compareçam sem a presença de nenhum outro diretor.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

44. Que a comissão de auditoria seja informada sobre as operações de modificações estruturais e corporativas que a sociedade projetar realizar para sua análise e seu relatório prévio ao Conselho de Administração sobre as suas condições econômicas e seu impacto contábil e, especialmente, se for o caso, sobre a equação de troca proposta.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

45. Que a política de controle e gerenciamento de riscos identifique ao menos:

- a). Os diferentes tipos de risco financeiros e não financeiros (entre outros operativos, tecnológicos, jurídicos, sociais, ambientais, políticos e de reputação) que a sociedade enfrenta, incluindo, entre os financeiros ou econômicos, os passivos contingentes e outros riscos fora de balanço.
- b). O estabelecimento do nível de risco que a sociedade considerar aceitável.
- c). As medidas previstas para mitigar o impacto dos riscos identificados, em caso de que se materializem.
- d). Os sistemas de informação e controle interno que serão utilizados para controlar e administrar os riscos citados, incluindo os passivos contingentes ou riscos fora de balanço.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

46. Sob a supervisão direta da comissão de auditoria ou, se for o caso, de uma comissão especializada do Conselho de Administração, exista uma função interna de controle e gestão de riscos exercida por uma unidade ou departamento interno da sociedade que tiver as seguintes funções expressamente atribuídas:

- a). Garantir o bom funcionamento dos sistemas de controle e gestão de riscos e, particularmente, que todos os riscos importantes que afetarem a sociedade sejam identificados, gerenciados e quantificados adequadamente.
- b). Participar ativamente da elaboração da estratégia de riscos e das decisões importantes sobre a sua gestão.
- c). Zelar para que os sistemas de controle e gestão de riscos reduzam os riscos adequadamente no marco da política definida pelo Conselho de Administração.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

47. Que os membros da comissão de nomeações e de retribuições -ou da comissão de nomeações e da comissão de retribuições, se estiverem separadas- sejam designados procurando fazer com que tenham conhecimentos, aptidões e experiência adequados para as funções que forem chamados a desempenhar e que a maioria de tais membros sejam conselheiros independentes.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

48. Que as sociedades de capitalização elevada contem com um comissão de nomeações e com uma comissão de remunerações separadas.

Cumpre Explique Não aplicável

A entidade considera que as questões relacionadas a nomeações e retribuições estão estreitamente vinculadas e, por isso, julga conveniente que sejam analisadas pelo mesmo comitê.

49. Que a comissão de nomeações consulte o presidente do Conselho de Administração e o diretor executivo da empresa, especialmente quando se tratar de matérias relativas aos conselheiros executivos.

E que qualquer conselheiro possa solicitar à comissão de nomeações que leve em consideração, caso os considere idôneos, potenciais candidatos para cobrir vagas de conselheiro.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

50. Que a comissão de retribuições exerça suas funções com independência e que, além das funções que a lei lhe atribuir, correspondam-lhe as seguintes:

- a). Propor ao Conselho de Administração as condições básicas dos contratos dos diretores executivos.
- b). Verificar a observância da política retributiva estabelecida pela sociedade.
- c). Revisar periodicamente a política das remunerações aplicada aos conselheiros e diretores executivos, incluindo os sistemas retributivos com ações e sua aplicação, assim como garantir que a sua remuneração individual seja proporcional à que for paga aos demais conselheiros e diretores executivos da sociedade.
- d). Zelar para que os eventuais conflitos de interesses não prejudiquem a independência do assessoramento externo prestado à comissão.
- e). Verificar a informação sobre remunerações dos conselheiros e diretores executivos contida nos diferentes documentos corporativos, incluindo o relatório anual sobre remunerações dos conselheiros.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

51. Que a comissão de retribuições consulte o presidente e o diretor executivo da sociedade, especialmente quando se tratar de assuntos referentes aos conselheiros executivos e diretores executivos.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

52. Que as regras de composição e funcionamento das comissões de supervisão e controle constem no regulamento do Conselho de Administração e que sejam consistentes com as aplicáveis às comissões legalmente obrigatórias conforme as recomendações anteriores, incluindo:

- a). Que estejam compostas exclusivamente por conselheiros não executivos, com maioria de conselheiros independentes.
- b). Que seus presidentes sejam conselheiros independentes.
- c). Que o Conselho de Administração designe os membros dessas comissões, com base nos conhecimentos, aptidões e experiência dos conselheiros e os deveres de cada comissão, delibere sobre suas propostas e relatórios e que preste contas, no primeiro Conselho de Administração posterior a suas reuniões, da sua atividade e que respondam pelo trabalho realizado.
- d). Que as comissões possam obter assessoramento externo, quando o considerarem necessário para o desempenho de suas funções.
- e). Que façam ata das suas reuniões, que será colocada à disposição de todos os conselheiros.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

53. Que a supervisão do cumprimento das regras de governança corporativa, códigos de conduta internos e política de responsabilidade social corporativa seja atribuída a um ou distribuída entre vários comitês do Conselho de Administração que possam ser a comissão de auditoria, compromissos, a comissão de responsabilidade social corporativa, se houver, ou uma comissão especializada que o Conselho de Administração, no exercício de seus poderes de auto-organização, decide criar para esse fim, ao qual as funções mínimas a seguir são especificamente atribuídas:

- a). A supervisão do cumprimento dos códigos internos de conduta e das regras de governança corporativa da sociedade.
- b). A supervisão da estratégia de comunicação e relação com acionistas e investidores, incluindo os pequenos e médios acionistas.
- c). A avaliação periódica da adequação do sistema de governança corporativa da sociedade, com o objetivo de cumprir sua missão de promover o interesse social e levar em consideração, conforme corresponder, os legítimos interesses dos restantes grupos de interesse.
- d). A revisão da política de responsabilidade corporativa da sociedade, zelando para que esteja orientada à criação de valor.
- e). O seguimento da estratégia e práticas de responsabilidade social corporativa e a avaliação do seu grau de cumprimento.
- f). A supervisão e a avaliação dos processos de relação com os diferentes grupos de interesse.
- g). A avaliação de tudo que for referente aos riscos não financeiros da empresa - incluindo os operacionais, tecnológicos, jurídicos, sociais, ambientais, políticos e de reputação.
- h). A coordenação do processo de relatório da informação não financeira e sobre diversidade, conforme à normativa aplicável e aos padrões internacionais de referência.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

Correspondem expressamente ao Comitê de Auditoria e Conformidade as funções a) e c), e ao Comitê de Riscos a função g).

Como indicado na recomendação 34), o Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer e supervisionar mecanismos adequados de comunicação e relações com os acionistas e investidores.

Quanto às competências em matéria de responsabilidade social corporativa, a entidade conta com um Comitê Corporativo de Responsabilidade Social, órgão interno permanente com funções executivas e responsável, entre outras funções, por aprovar a estratégia de Responsabilidade Social, propondo ações concretas de atuação, objetivos e prazos de cumprimento. Em conformidade com o estabelecido na Política de Responsabilidade Social Corporativa, esse Comitê relata anualmente ao Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., e/ou ao órgão por ele delegado com competência no assunto relacionado, o grau de avanço do cumprimento da Política e da estratégia de Responsabilidade Social Corporativa.

54. Que a política de responsabilidade social corporativa inclua os princípios ou os compromissos que a empresa assumir voluntariamente em sua relação com os diferentes grupos de interesse e identifique, pelo menos:

- a). Os objetivos da política de responsabilidade social corporativa e o desenvolvimento de instrumentos de apoio.
- b). A estratégia corporativa relacionada à sustentabilidade, ao meio ambiente e às questões sociais.
- c). As práticas concretas em questões relacionadas a: acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, questões sociais, meio ambiente, diversidade, responsabilidade fiscal, respeito dos direitos humanos e prevenção de condutas ilegais.
- d). Os métodos ou sistemas de acompanhamento dos resultados da aplicação das práticas concretas indicadas na letra anterior, os riscos associados e a sua gestão.

- e). Os mecanismos de supervisão do risco não financeiro, a ética e a conduta empresarial.
- f). Os canais de comunicação, participação e diálogo com os grupos de interesse.
- g). As práticas de comunicação responsável que evitem a manipulação informativa e protejam a integridade e a honra.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

55. Que a sociedade informe, em um documento separado ou no relatório de gestão, sobre os assuntos relacionados com a responsabilidade social corporativa, utilizando para isso alguma das metodologias aceitas internacionalmente.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

56. Que a remuneração dos conselheiros seja a necessária para atrair e reter os conselheiros do perfil desejado e para retribuir a dedicação, a qualificação e a responsabilidade que o cargo exigir, mas não tão elevada a ponto de comprometer a independência de critério dos conselheiros não executivos.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

57. Que sejam circunscritas aos conselheiros executivos as remunerações variáveis ligadas ao rendimento da sociedade e ao desempenho pessoal, assim como a remuneração mediante entrega de ações, opções ou direito sobre ações ou instrumentos referentes ao valor da ação e os sistemas de economia a longo prazo, tais como planos de pensões, sistemas de aposentadoria ou outros sistemas de previdência social..

A entrega de ações poderá ser contemplada como remuneração aos conselheiros não executivos quando for condição que as mantenham até sua destituição como conselheiros. O anterior não será aplicado às ações que o conselheiro precisar alienar, em seu caso, para satisfazer os custos relacionados à sua aquisição.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique

58. Que, em caso de remunerações variáveis, as políticas retributivas incorporem limites e as cautelas técnicas precisas para garantir que tais remunerações tenham relação com o desempenho profissional de seus beneficiários e não derivem apenas da evolução geral dos mercados ou do setor de atividade da companhia ou de outras circunstâncias similares.

E, particularmente, que os componentes variáveis das remunerações:

- a). Estejam vinculados a critérios de rendimento que sejam predeterminados e medíveis e que tais critérios considerem o risco assumido para a obtenção de um resultado.
- b). Promovam a sustentabilidade da empresa e incluam critérios não financeiros que sejam adequados para a criação de valor a longo prazo, como o cumprimento das regras e dos procedimentos internos da sociedade e das suas políticas para o controle e a gestão de riscos.
- c). São estabelecidos com base no equilíbrio entre o cumprimento dos objetivos de curto, médio e longo prazo, que permitem que o desempenho seja remunerado pelo desempenho continuado durante um período de tempo suficiente para apreciar sua contribuição para a criação sustentável de valor, para que os elementos de medição desse desempenho não girem apenas em torno de eventos específicos, ocasionais ou extraordinários.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

59. Que o pagamento de uma parte relevante dos componentes variáveis da remuneração seja deferido por um período de tempo suficiente para verificar que as condições de rendimento previamente estabelecidas tenham sido cumpridas

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

60. Que as remunerações relacionadas aos resultados da sociedade levem em conta as eventuais ressalvas apresentadas no relatório do auditor externo e minimizem esses resultados.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

61. Que uma porcentagem relevante da remuneração variável dos conselheiros executivos esteja vinculada à entrega de ações ou de instrumentos financeiros referentes ao seu valor.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

62. Que, uma vez atribuídas as ações ou as opções ou direitos sobre ações correspondentes aos sistemas retributivos, os conselheiros não possam transferir a propriedade de um número de ações equivalente a duas vezes a sua remuneração fixa anual, nem possam exercer as opções ou direitos até passado o prazo de, pelo menos, três anos desde a sua atribuição.

O anterior não será aplicado às ações que o conselheiro precisar alienar, em seu caso, para satisfazer os custos relacionados à sua aquisição.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

63. Que os acordos contratuais incluam uma cláusula que permita à sociedade pedir o reembolso dos componentes variáveis da remuneração quando o pagamento não tiver estado ajustado às condições de rendimento ou quando tiverem sido pagos atendendo a dados cuja imprecisão seja comprovada posteriormente.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

64. Que os pagamentos por resolução do contrato não ultrapassem um montante estabelecido equivalente a dois anos da retribuição total anual e que não sejam pagos até a sociedade ter podido verificar que o conselheiro cumpriu com os critérios de rendimento previamente estabelecidos.

Cumpre Cumpre parcialmente Explique Não aplicável

No caso dos conselheiros externos, não existem indenizações por destituição no cargo.

Quanto aos conselheiros executivos, sua destituição do cargo acarreta o levantamento da suspensão da relação prévia à nomeação como tal.

A resolução antecipada da relação prévia (preexistente, em todos os casos, à aprovação do Código de boa governança das sociedades cotadas) implica, a menos que exista causa justificada de demissão procedente, uma indenização nos termos estabelecidos pelo Estatuto dos Trabalhadores em relação à demissão improcedente..

H. OUTRAS INFORMAÇÕES ÚTEIS

- 1. Se existir algum aspecto relevante em matéria de governança corporativa na sociedade ou nas entidades do grupo que não esteja contemplado nas demais seções do presente relatório, mas que seja necessário incluir para reunir informações mais completas e fundamentadas sobre a estrutura e as práticas de governança na entidade ou seu grupo, detalhe-o resumidamente.**
- 2. Dentro desta seção, você também pode incluir qualquer outra informação, esclarecimento ou relativos às seções anteriores do relatório, na medida em que são relevantes e não repetitivos.
Especificamente, indicar-se-á se a sociedade está submetida à legislação diferente da espanhola em matéria de governança corporativa e, se for o caso, incluir as informações que estão obrigadas a serem fornecidas e que são diferentes das exigidas no presente relatório.**

3. A sociedade também poderá indicar sua aderência voluntária a outros códigos de princípios éticos ou de boas práticas internacionais, setoriais ou de outro âmbito. Se aplicável, o código será identificado em relação à data de adesão. Em particular, mencionará se aderiu ao Código de Boas Práticas Tributárias de 20 de julho de 2010:

CONTINUAÇÃO SEÇÃO E.3.

3. Riscos Estratégicos e de Governança Corporativa

Os princípios éticos aplicados à gestão de negócios, cuja aplicação estrita é considerada a ação mais eficaz para mitigar esse tipo de risco, têm sido constantes na MAPFRE e fazem parte de seu estatuto e trabalho diário.

A dimensão global da MAPFRE e sua presença em mercados que tenham normas de governança corporativa muito diferentes aconselham contar com certas normas básicas que descrevam os princípios institucionais e de governança aplicáveis de forma geral em todos eles. Para normalizar a cultura empresarial, o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. aprovou em 24 de junho de 2015 os “Princípios Institucionais, Empresariais e

Organizacional do Grupo MAPFRE” que, juntamente com o Código de Ética e Conduta, e a Política de Governança Corporativa, constituem a estrutura mínima obrigatória para todas as entidades que compõem a MAPFRE e seus respectivos órgãos de governança.

Juntamente com o exposto anteriormente, a Política Fiscal Corporativa, a Política de Responsabilidade Social Corporativa, o Regulamento Interno de Conduta relativo aos valores mobiliários cotados emitidos pela MAPFRE e a Política de Conflitos de Interesse e Operações Vinculada a Acionistas Significativos e Altos Cargos de Representação e Direção.

Para reforçar a aplicação estrita dos princípios éticos de gestão de negócios e valores corporativos estabelecidos nessas normas, a MAPFRE possui uma estrutura corporativa e organização executiva determinada por um alto e rigoroso controle e pela supervisão em todos os níveis: local, regional e global.

Para garantir o cumprimento e a vigilância de eventuais irregularidades, a MAPFRE estabeleceu dois canais para consulta e comunicação de reclamações acessíveis aos funcionários:

- O Canal de Ética, que permite que qualquer funcionário do Grupo que tenha dúvidas sobre a aplicação do código de ética e conduta ou que observe uma situação que possa levar a uma violação ou violação das regras de conduta estabelecidas, possa comunicá-lo de maneira confidencial ao Comitê de Ética.

- O Canal de Reclamações, que permite que os funcionários do Grupo se comuniquem com o Comitê de Auditoria e Conformidade da MAPFRE S.A. de maneira confidencial as irregularidades financeiras e contábeis de significância potencial que são notadas.

Adicionalmente, o Modelo de Prevenção de Riscos Penais, aprovado em abril de 2017 pelo Conselho de Administração da MAPFRE S.A. estabelece as bases do Sistema de Prevenção de Riscos Criminais adotado pela MAPFRE, fornecendo à organização um modelo de supervisão para evitar a prática de crimes que possam ser atribuídos às entidades. Por meio desse modelo, é realizado um trabalho de conscientização sobre a tipologia dos riscos criminais aos quais as entidades estão expostas e a metodologia para o gerenciamento e avaliação dos controles implementados para prevenir ou mitigar crimes em potencial é estabelecida. O Modelo de Prevenção de Riscos Criminais é aplicável aos representantes legais da MAPFRE, seus administradores sociais, gerentes, funcionários e outras pessoas sujeitas à autoridade ou instruções das pessoas mencionadas ou que operam em sua área de gestão, supervisão, vigilância ou controle.

Por sua vez, e em relação com outros riscos não financeiros, em outubro de 2019 foram publicados, em alguns meios digitais, notícias a respeito de uma denúncia de supostas atuações irregulares da MAPFRE no Brasil nos anos de 2009 e 2010 em sua parceria com o Banco do Brasil. Apesar dos meses transcorridos desde a publicação, a Entidade não teve conhecimento de mais nenhuma notícia, nem recebeu nenhuma notificação ou solicitação por parte das autoridades administrativas ou judiciais competentes em relação às supostas atuações referidas. Apesar disso, demos início a um exaustivo processo de investigação interna, que ainda se encontra em andamento, sem que identificássemos nenhuma manifestação de irregularidade até a presente data.

4. Riscos Operacionais

A identificação e a avaliação de riscos operacionais é realizada por meio do modelo de controle de riscos, o qual se baseia em uma análise dinâmica por processos de cada entidade, no qual os gestores de cada área ou departamento avaliam os riscos potenciais que afetam suas atividades e a efetividade dos controles vinculados a cada processo. Para realizar este controle, são gerenciados os questionários de autoavaliação de riscos, os manuais de controles internos, o inventário de controles associados a riscos e a avaliação de sua efetividade, assim como as medidas corretoras estabelecidas para reduzir os riscos e/ou melhorar o ambiente de controle.

Em relação aos riscos fiscais, a atuação do Grupo no âmbito fiscal sempre foi presidida pelo cumprimento da normativa tributária vigente nos territórios nos quais opera, de forma que constitui uma aplicação prática do princípio institucional de atuação ética e socialmente responsável em matéria tributária. Esses riscos são gerenciados internamente em cada jurisdição pelos departamentos de Administração e Assessoria Fiscal, subcontratando os serviços de consultoria tributária exigidos o tempo todo com assinaturas relevantes do setor.

A entidade aderiu (em 22 de julho de 2010) e cumpre o conteúdo do Código de Boas Práticas Tributárias, aprovado e promovido pelo Fórum de Grandes Empresas e pela Agência Tributária Espanhola.

Este relatório anual de governança corporativa foi aprovado pelo Conselho de Administração da empresa, em sua sessão do dia:

11/02/2020

Indique se houve conselheiros que votaram contra ou que se abstiveram em relação à aprovação deste Relatório.

Sim Não



KPMG Auditores, S.L.
Paseo de la Castellana, 259 C
28046 Madrid

Relatório do auditor sobre as "Informações relativas ao Sistema de Controle Interno sobre as Informações Financeiras (SCIIF)" de Mapfre, S.A. correspondente ao exercício de 2019

(Tradução do original em espanhol. Em caso de divergências, a versão no idioma espanhola prevalece).

Aos Administradores
Mapfre, S.A.

De acordo com a solicitação do Conselho de Administração de Mapfre S.A. (em diante, a Sociedade) e com nossa carta proposta datada de 9 de janeiro de 2020, aplicamos determinados procedimentos sobre as "Informações relativas ao SCIIF" anexado no seção F do Relatório Anual de Governo Corporativo de Mapfre, S.A. correspondente ao exercício de 2019, no qual se resume os procedimentos de controle interno da Sociedade em relação às informações financeiras anuais.

O Conselho de Administração é responsável por adotar as medidas oportunas para garantir razoavelmente a implantação, manutenção e supervisão de um adequado sistema de controle interno assim como pelo desenvolvimento de melhoras deste sistema e pela preparação e estabelecimento do conteúdo das Informações relativas ao SCIIF anexo.

Neste sentido, deve-se considerar que, com independência da qualidade do desenho e efetividade operacional do sistema de controle interno adotado pela Sociedade em relação às informações financeiras anuais, este somente pode permitir uma segurança razoável, mas não absoluta, em relação aos objetivos que se perseguem, devido a limitações inerentes a todo sistema de controle interno.

Durante o curso de nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras e conforme Normas Técnicas de Auditoria, nossa avaliação do controle interno da Sociedade teve como único propósito nos permitir estabelecer o escopo, a natureza e o momento da realização dos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras anuais da Sociedade. Por conseguinte, nossa avaliação do controle interno, realizada a efeitos da referida auditoria de demonstrações financeiras, não teve a extensão suficiente para nos permitir emitir uma opinião específica sobre a eficácia do referido controle interno sobre as informações financeiras anuais reguladas.

Para efeitos de emissão deste relatório, aplicamos exclusivamente os procedimentos específicos descritos a seguir e indicados na *Guia de Atuação sobre o Relatório de auditoria sobre as Informações relativas ao Sistema de Controle Interno sobre as Informações Financeiras das entidades cotizadas*, publicada pela Comissão Nacional de Mercado de Valores em sua página web, que estabelece o trabalho a realizar, o escopo mínimo do mesmo, assim como o conteúdo deste Relatório. Como o trabalho resultante desses procedimentos tem, em qualquer caso, um escopo reduzido e substancialmente menor que o de uma auditoria ou uma revisão sobre o sistema de controle interno, não expressamos uma opinião sobre a efetividade do mesmo, nem sobre seu desenho e sua eficiência operacional, em relação às informações financeiras anuais da Sociedade correspondente ao exercício de 2019 que se descreve nas Informações relativas ao SCIIF em anexo. Em consequência, se tivéssemos aplicado procedimentos adicionais aos determinados pela citada Guia ou realizado uma auditoria ou uma revisão sobre o sistema de controle interno em relação às informações financeiras anuais reguladas, outros fatos ou aspectos poderiam ter sido revelados e informados.

2

Além disso, dado que este trabalho especial não constitui uma auditoria de demonstrações financeiras nem se encontra submetido à norma reguladora da atividade de auditoria de demonstrações financeiras vigente na Espanha, não expressamos uma opinião de auditoria nos termos previstos em referida norma.

Relacionamos a seguir os procedimentos aplicados:

1. Leitura e entendimento da informação preparada pela Sociedade em relação com o SCIIF – informação de divulgação incluída no Relatório da Administração – e a avaliação desta informação abrange a totalidade da informação requerida que segue o conteúdo mínimo descrito no seção F, relativo à descrição do SCIIF, do modelo do IAGC segundo estabelecido na Circular nº 5/2013 de 12 de junho da Comissão Nacional de Mercado de Valores (CNMV), posteriormente modificada pela Circular nº 7/2015 de 22 de dezembro de 2015 da CNMV y a Circular 2/2018 de 12 de junho da CNMV (doravante, das Circulares da CNMV).
2. Perguntas ao pessoal encarregado da elaboração da informação detalhada no ponto 1 anterior com fim de: (i) obter un entendimento do processo seguido em sua elaboração; (ii) obter informação que permita avaliar se a terminologia utilizada se ajusta às definições do marco de referência; (iii) obter informação sobre se os procedimentos de controle descritos estão implantados e em funcionamento na Sociedade.
3. Revisão da documentação explicativa suporte da informação detalhada no ponto 1 anterior, e que compreendera, principalmente, aquela diretamente posta a disposição dos responsáveis de formular a informação descritiva do SCIIF. Neste sentido, esta documentação inclui relatórios preparados pela função de auditoria interna, alta administração e outros especialistas internos ou externos em suas funções de suporte ao Comitê de Auditoria.
4. Comparação da informação detalhada no ponto 1 anterior com o conhecimento do SCIIF da Sociedade obtendo como resultado da aplicação dos procedimentos realizados no marco dos trabalhos da auditoria das demonstrações financeiras.
5. Leitura da atas de reunião do conselho de administração, comissão de auditoria e outras comissões da Sociedade para efeitos de avaliar a consistência entre os assuntos nelas abordados em relação ao SCIIF e à informação detalhada no ponto 1 anterior.
6. Obtenção da carta de representação relativa ao trabalho realizado adequadamente assianada pelos responsáveis pela preparação e formulação da informação detalhada no ponto 1 anterior.

Como resultado dos procedimentos aplicados sobre as Informações relativas ao SCIIF não identificamos inconsistências ou deficiências que possam afetar as mesmas.

Este relatório foi preparado exclusivamente no contexto dos requerimentos estabelecidos pelo artigo 540 do texto consolidado da Lei de Sociedades de Capital e pelas Circulares da CNMV, para efeitos da descrição do SCIIF nos Relatórios Anuais de Governo Corporativo.

KPMG Auditores, S.L.
(Assinado no original em espanhol)

Jorge Segovia Delgado

12 de fevereiro de 2020

2

Demonstrações financeiras consolidadas 2019



A) BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

ATIVO	Notas	2019	2018
ATIVOS INTANGÍVEIS	6.1	3.300,10	3.072,36
Ágio	6.1	1.773,21	1.689,03
Outros ativos intangíveis	6.1	1.526,89	1.383,33
IMOBILIZADO MATERIAL	6.2	1.377,14	1.112,34
Imóveis de uso próprio	6.2	1.111,63	852,66
Outras imobilizações	6.2	265,51	259,68
INVESTIMENTOS		47.363,30	43.976,95
Investimentos imobiliários	6.2	1.323,35	1.243,60
Aplicações financeiras			
1. Carteira mantida até o vencimento	6.4	1.973,39	1.951,47
2. Carteira disponível para venda	6.4	37.085,21	33.753,73
3. Carteira de negociação	6.4	5.937,27	5.540,77
Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial		207,83	193,68
Depósitos constituídos por resseguro aceito		543,72	806,11
Outros investimentos		292,53	487,59
APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS A SEGUROS DE VIDA CUJO RISCO DO INVESTIMENTO É ASSUMIDO PELO SEGURADO	6.5	2.510,24	2.242,49
INVENTÁRIOS		60,48	60,87
PARTICIPAÇÃO DO RESSEGURO NAS PROVISÕES TÉCNICAS	6.13	6.386,05	5.883,18
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	6.20	306,97	333,58
CRÉDITOS	6.6	6.069,39	5.761,20
Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	6.6	3.945,09	3.644,21
Créditos por operações de resseguro	6.6	934,33	903,08
Créditos tributários			
1. Imposto de renda a recuperar	6.20	245,53	192,05
2. Outros créditos tributários		163,67	144,65
Créditos previdenciários e outros	6.6	780,77	877,21
Acionistas por desembolsos exigidos		--	--
TESOURARIA		2.537,50	2.201,41
AJUSTES POR PERIODIZAÇÃO	5.11	2.217,33	2.168,79
OUTROS ATIVOS		117,18	136,17
ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA A VENDA E DE ATIVIDADES INTERROMPIDAS	6.9	264,24	341,48
TOTAL ATIVO		72.509,92	67.290,82

Dados em milhões de euros.

**Total
investimentos**
47.363,30 M€

A) BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	Notas	2019	2018
PATRIMONIO NETO Y PASIVO			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.10	10.106,02	9.197,58
Capital desembolsado	6.10	307,95	307,95
Prêmio de emissão		1.506,74	1.506,74
Reservas		6.377,57	6.323,63
Dividendo a receber	4.2	(184,77)	(184,83)
Ações próprias	6.10	(63,84)	(48,25)
Resultado do exercício atribuível à Sociedade controladora	4.1	609,24	528,86
Outros instrumentos do patrimônio líquido	6.21	--	4,49
Ajustes por mudanças de valor	6.10	1.003,68	293,12
Diferenças de conversão	6.22	(702,21)	(737,90)
Patrimônio atribuído aos acionistas da Sociedade controladora		8.854,36	7.993,81
Participações não dominantes		1.251,66	1.203,77
PASSIVOS SUBORDINADOS	6.11	1.121,07	1.120,54
PROVISÕES TÉCNICAS	6.13	48.521,39	46.481,15
Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados	6.13	8.243,33	7.951,40
Provisão de seguros de vida	6.13	26.584,08	24.838,47
Provisão de sinistros	6.13	12.624,05	12.714,15
Outras provisões técnicas	6.13	1.069,93	977,13
PROVISÕES TÉCNICAS RELATIVAS AO SEGURO DE VIDA QUANDO O RISCO DO INVESTIMENTO É ASSUMIDO PELOS TOMADORES	6.13	2.510,24	2.242,49
PROVISÕES PARA RISCOS E DESPESAS	6.14	709,28	641,49
DEPÓSITOS RECEBIDOS POR RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO	6.15	68,13	79,50
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	6.20	703,11	499,32
DÍVIDAS	6.16	8.318,94	6.596,44
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	6.12	1.004,82	1.004,05
Dívidas com entidades de crédito	6.12	847,81	545,69
Outros passivos financeiros	6.12	1.913,08	1.262,80
Dívidas por operações de seguro direto e cosseguro		928,06	1.094,78
Dívidas por operações de resseguro	6.16	1.541,08	852,64
Dívidas tributárias			
1. Imposto de renda a pagar	6.20	101,19	130,14
2. Outras dívidas tributárias	6.16	358,18	320,57
Outras dívidas	6.16	1.624,72	1.385,77
AJUSTES POR PERIODIZAÇÃO	5.11	315,90	238,35
PASSIVOS ASSOCIADOS A ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA A VENDA E DE ATIVIDADES INTERROMPIDAS	6.9	135,84	193,96
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		72.509,92	67.290,82

Dados em milhões de euros.

Provisões técnicas
48.521,39 M€

B) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
B.1) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CONCEITO	Notas	2019	2018
I. RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR			
1. Prêmios ganhos no exercício, líquidos			
a) Prêmios emitidos de seguro direto	7.A.2	19.538,76	19.102,23
b) Prêmios resseguro aceito	7.A.2	3.505,16	3.434,87
c) Prêmios resseguro cedido	6.19	(4.137,35)	(3.374,34)
d) Variação das provisões de prêmios e de riscos não expirados, líquidas			
Seguro direto	6.13	(402,49)	35,43
Resseguro aceito	6.13	281,94	172,54
Resseguro cedido	6.19	386,90	(158,71)
2. Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência		8,03	12,08
3. Receitas dos investimentos			
Operacionais	6.17	2.763,20	2.176,09
Patrimoniais	6.17	231,12	214,03
4. Mais-valias nas aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	6.5	233,04	88,09
6. Outras receitas técnicas	6.18	68,57	61,01
7. Outras receitas não técnicas	6.18	60,45	69,53
8. Diferenças positivas de câmbio	6.22	1.589,20	959,39
9. Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	6.7	28,25	41,11
TOTAL RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR		24.154,78	22.833,35

CONCEITO	Notas	2019	2018
II. DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR			
1. Sinistralidade do exercício, líquida			
a) Prestações pagas e variação da provisão para prestações, líquidas			
Seguro direto	5.15	(12.584,12)	(13.802,19)
Resseguro aceito	5.15	(2.721,53)	(2.465,61)
Resseguro cedido	6.19	2.475,59	3.677,06
b) Gastos imputáveis às prestações	6.18	(814,51)	(815,84)
3. Variação de outras provisões técnicas, líquidas		(1.009,09)	(564,75)
4. Participação em lucros e estornos		(45,88)	(38,70)
5. Despesas operacionais líquidas			
a) Despesas de aquisição	6.18	(5.020,14)	(4.810,80)
b) Despesas administrativas	6.18	(723,89)	(745,58)
c) Comissões e participação em resseguro	6.19	635,79	567,66
5. Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência		--	--
6. Despesas dos investimentos			
a) Operacionais	6.17	(711,41)	(710,82)
b) Patrimoniais	6.17	(81,16)	(92,91)
7. Menos-valias nas aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	6.5	(54,91)	(146,16)
8. Outras despesas técnicas	6.18	(155,11)	(139,13)
9. Outras despesas não técnicas	6.18	(165,24)	(149,69)
10. Diferenças negativas de câmbio	6.22	(1.589,46)	(946,70)
11. Constituição de provisão para prever a deterioração dos ativos	6.7	(55,94)	(229,26)
TOTAL DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR		(22.621,01)	(21.413,42)
RESULTADO DO NEGÓCIO SEGURADOR		1.533,77	1.419,93

CONCEITO	Notas	2019	2018
III) OUTRAS ATIVIDADES			
1. Receitas operacionais		385,33	321,00
2. Despesas operacionais	6.18	(515,72)	(401,62)
3. Receitas financeiras líquidas			
a) Receitas financeiras	6.17	47,65	82,58
b) Gastos financeiros	6.17	(88,19)	(85,29)
4. Resultados de participações não dominantes			
a) Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência		4,45	2,29
b) Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência		(0,02)	(0,03)
5. Reversão provisão de redução ao valor recuperável de ativos	6.7	9,04	25,41
6. Constituição de provisão de redução ao valor recuperável de ativos	6.7	(75,38)	(15,09)
7. Resultado de alienação de ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não incluídos nas atividades interrompidas		--	--
RESULTADO DE OUTRAS ATIVIDADES		(232,84)	(70,75)
IV) RESULTADO POR REEXPRESSION DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3.3	(21,64)	(18,72)
V) RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		1.279,29	1.330,46
VI) IMPOSTO DE RENDA DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	6.20	(324,03)	(452,94)
VII) RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		955,26	877,52
VIII) RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES INTERROMPIDAS		--	--
IX) RESULTADO DO EXERCÍCIO		955,26	877,52
Atribuível a participações não controladoras		346,02	348,66
Atribuível aos acionistas controladores	4.1	609,24	528,86
Dados em milhões de euros			
Benefício por acción (euros)			
Básico	4.1	0,20	0,17
Diluído	4.1	0,20	0,17

B.2) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

CONCEITO	Notas	VALOR BRUTO		IMPOSTO DE RENDA		ATRIBUÍVEL A PARTICIPAÇÕES NÃO CONTROLADORAS		ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
A) RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		1.279,29	1.330,46	(324,03)	(452,94)	346,02	348,66	609,24	528,86
B) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) ABRANGENTES		1.009,82	(677,52)	(231,93)	122,72	31,64	(124,44)	746,25	(430,36)
1. Ativos financeiros disponíveis para venda	6.4	2.079,77	(708,57)	(500,41)	185,97	144,27	(49,81)	1.435,09	(472,79)
a) Ganhos (Perdas) por valoração		2.519,91	(564,26)	(609,18)	150,17				
b) Valores transferidos à conta de resultados		(440,24)	(144,29)	108,77	35,80				
c) Outras reclassificações		0,10	(0,02)	--	--				
2. Diferenças de conversão	6.22	29,78	(202,50)	(0,36)	(0,41)	(6,27)	(100,11)	35,69	(102,80)
a) Ganhos (Perdas) por valoração		28,38	(215,62)	(0,36)	(0,41)				
b) Valores transferidos à conta de resultados		0,35	0,25	--	--				
c) Outras reclassificações		1,05	12,87	--	--				
3. Contabilidade tácita		(1.094,73)	232,47	268,72	(63,34)	(106,41)	25,28	(719,60)	143,85
a) Ganhos (Perdas) por valoração	6.13	(1.353,06)	211,95	333,30	(58,21)				
b) Valores transferidos à conta de resultados		258,33	20,52	(64,58)	(5,13)				
c) Outras reclassificações		--	--	--	--				
4. Entidades valoradas por equivalência patrimonial		0,09	(1,64)	0,12	0,50	0,05	0,03	0,16	(1,17)
a) Ganhos (Perdas) por valoração		(0,01)	(1,33)	0,12	0,50				
b) Valores transferidos à conta de resultados		0,10	0,06	--	--				
c) Outras reclassificações		--	(0,37)	--	--				
5. Outras receitas e despesas abrangentes		(5,09)	2,72	--	--	--	0,17	(5,09)	2,55
TOTAIS		2.289,11	652,94	(555,96)	(330,22)	377,66	224,22	1.355,49	98,50

Dados em milhões de euros.

Todas as parcelas incluídas na demonstração do resultado abrangente são suscetíveis de serem reclassificados na demonstração de resultados consolidados de acordo com as IFRS-EU.

C) DEMONSTRAÇÃO DAS MUDANÇAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Notas	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES										PARTICIPAÇÕES NÃO DOMINANTES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	FUNDOS PRÓPRIOS											
	CAPITAL SOCIAL	PRÊMIO DE EMISSÃO	RESERVAS	DIVIDENDO A RECEBER	AÇÕES PRÓPRIAS	RESULTADO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	OUTROS INSTRUMENTOS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	AJUSTES POR MUDANÇAS DE VALOR	DIFERENÇAS DE CONVERSÃO			
CONCEITO												
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2018	307,95	1.506,74	6.433,14	(184,77)	(52,36)	700,51	10,08	620,69	(730,70)	1.901,38	10.512,66	
1. Ajustes por mudanças de práticas contábeis	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
2. Ajustes por correção de erros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
SALDO AJUSTADO EM 1 DE JANEIRO DE 2018	307,95	1.506,74	6.433,14	(184,77)	(52,36)	700,51	10,08	620,69	(730,70)	1.901,38	10.512,66	
I. TOTAL RECEITAS (DESPESAS) ABRANGENTES	--	--	--	--	--	528,86	--	(327,57)	(102,80)	224,22	322,71	
II. OPERAÇÕES COM ACIONISTAS DOMINANTES E MINORITÁRIOS	--	--	(455,44)	(184,83)	4,11	--	--	--	--	(879,87)	(1.516,03)	
1. Aumentos (Reduções) de Capital	6.25	--	--	--	--	--	--	--	--	(71,39)	(71,39)	
2. Distribuição de dividendos	4.2 e 6.25	--	--	(261,82)	(184,83)	--	--	--	--	(416,43)	(863,08)	
3. Incrementos (Reduções) por combinações de negócios		--	--	0,79	--	--	--	--	--	7,99	8,78	
4. Outras operações com acionistas dominantes e minoritários	6.8 e 6.25	--	--	(196,34)	--	--	--	--	--	(400,04)	(596,38)	
5. Operações com ações e participações próprias	6.10	--	--	1,93	--	4,11	--	--	--	--	6,04	
III. OUTRAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	--	--	345,93	184,77	--	(700,51)	(5,59)	--	95,60	(41,96)	(121,76)	
1. Transferências entre parcelas de patrimônio líquido		--	--	515,74	184,77	(700,51)	--	--	--	--	--	
2. Outras variações	3.3 e 6.6	--	--	(169,81)	--	--	(5,59)	--	95,60	(41,96)	(121,76)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	307,95	1.506,74	6.323,63	(184,83)	(48,25)	528,86	4,49	293,12	(737,90)	1.203,77	9.197,58	

Dados em milhões de euros.

CONCEITO	Notas	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES									PARTICIPAÇÕES NÃO DOMINANTES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		FUNDOS PRÓPRIOS										
		CAPITAL SOCIAL	PRÊMIO DE EMISSÃO	RESERVAS	DIVIDENDO A RECEBER	AÇÕES PRÓPRIAS	RESULTADO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	OUTROS INSTRUMENTOS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	AJUSTES POR MUDANÇAS DE VALOR	DIFERENÇAS DE CONVERSÃO		
SALDO INICIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2019		307,95	1.506,74	6.323,63	(184,83)	(48,25)	528,86	4,49	293,12	(737,90)	1.203,77	9.197,58
1. Ajustes por mudanças de práticas contábeis	2.4	--	--	(8,36)	--	--	--	--	--	--	(4,73)	(13,09)
2. Ajustes por correção de erros		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
SALDO INICIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2019		307,95	1.506,74	6.315,27	(184,83)	(48,25)	528,86	4,49	293,12	(737,90)	1.199,04	9.184,49
I. TOTAL RECEITAS (DESPESAS) ABRANGENTES		--	--	--	--	--	609,24	--	710,56	35,69	377,66	1.733,15
II. OPERAÇÕES COM ACIONISTAS DOMINANTES E MINORITÁRIOS		--	--	(260,85)	(184,77)	(15,59)	--	--	--	--	(332,91)	(794,12)
1. Aumentos (Reduções) de Capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	2,13	2,13
2. Distribuição de dividendos	4.2 e 6.25	--	--	(261,64)	(184,77)	--	--	--	--	--	(401,26)	(847,67)
3. Incrementos (Reduções) por combinações de negócios		--	--	--	--	--	--	--	--	--	61,78	61,78
4. Outras operações com acionistas dominantes e minoritários		--	--	(0,12)	--	--	--	--	--	--	4,44	4,32
5. Operações com ações e participações próprias	6.10	--	--	0,91	--	(15,59)	--	--	--	--	--	(14,68)
III. OUTRAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		--	--	323,15	184,83	--	(528,86)	(4,49)	--	--	7,87	(17,50)
1. Transferências entre parcelas de patrimônio líquido		--	--	344,03	184,83	--	(528,86)	--	--	--	--	--
2. Outras variações	3.3	--	--	(20,88)	--	--	--	(4,49)	--	--	7,87	(17,50)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		307,95	1.506,74	6.377,57	(184,77)	(63,84)	609,24	--	1.003,68	(702,21)	1.251,66	10.106,02

Dados em milhões de euros.

D) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

CONCEITO	Notas	2019	2018
1. Atividade seguradora:		642,16	1.304,56
Recebimentos em efetivo da atividade seguradora		25.380,35	24.550,51
Pagamentos em efetivo da atividade seguradora		(24.738,19)	(23.245,95)
2. Outras atividades operacionais:		(247,97)	(343,66)
Recebimentos em efetivo de outras atividades operacionais		400,02	574,38
Pagamentos em efetivo de outras atividades operacionais		(647,99)	(918,04)
Recuperação (pagamento) de impostos de renda		(430,84)	(529,32)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(36,65)	431,58
Recebimentos de atividades de investimento:		23.985,20	20.544,37
Imobilizado material		8,34	27,29
Investimentos imobiliários		35,51	107,76
Imobilizado intangível		1,21	3,17
Instrumentos financeiros		20.038,10	17.395,36
Participações		2.659,82	1.695,10
Entidades dependentes e outras unidades de negócio		17,40	135,32
Juros recebidos		1.071,09	1.067,08
Dividendos recebidos		120,87	71,00
Outros recebimentos relacionados com atividades de investimento		32,86	42,29
Pagamentos de atividades de investimento:		(22.918,17)	(19.674,60)
Imobilizado material	6.2	(69,49)	(65,69)
Investimentos imobiliários	6.2	(12,79)	(10,52)
Imobilizado intangível		(202,13)	(82,52)
Instrumentos financeiros		(19.303,55)	(17.275,56)
Participações		(3.131,24)	(2.214,38)
Entidades dependentes e outras unidades de negócio	6.8 e 6.24	(175,79)	--
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento		(23,18)	(25,93)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		1.067,03	869,77

CONCEITO	Notas	2019	2018
Recebimentos de atividades de financiamento		819,29	1.515,92
Passivos subordinados		--	496,95
Recebimento por emissão de instrumentos de patrimônio e ampliação de capital		2,13	--
Alienação de valores próprios	6.10	4,24	6,05
Outros recebimentos relacionados com atividades de financiamento		812,92	1.012,92
Pagamentos de atividades de financiamento		(1.511,66)	(2.455,46)
DIVIDENDOS PAGOS		(844,06)	(863,09)
Juros pagos		(69,79)	(57,34)
Passivos subordinados		--	--
Pagamentos de devolução de contribuições aos acionistas		--	(123,38)
Aquisição de valores próprios	6.10	(18,93)	--
Outros pagamentos relacionados com atividades de financiamento	6.8	(578,88)	(1.411,65)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(692,37)	(939,54)
Diferenças de conversão nos fluxos e saldos em efetivo		(1,92)	(24,41)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA		336,09	337,40
SALDO INICIAL DE CAIXA		2.201,41	1.864,01
SALDO FINAL DE CAIXA		2.537,50	2.201,41

Dados em milhões de euros.

E) INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR SEGMENTOS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	IBERIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURASIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
I) RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR											
1. Prêmios ganhos no exercício, líquidos											
a) Prêmios emitidos seguro direto	7.709,22	1.945,79	1.591,72	3.977,51	2.307,16	1.666,85	333,72	--	--	6,79	19.538,76
b) Prêmios resseguro aceito	8,54	27,31	4,99	--	24,58	28,69	527,31	1.060,12	4.520,37	(2.696,75)	3.505,16
c) Prêmios resseguro cedido	(969,84)	(989,08)	(663,87)	(616,55)	(629,03)	(458,57)	(240,87)	(883,80)	(1.379,51)	2.693,77	(4.137,35)
d) Variação das provisões de prêmios e de riscos não expirados, líquidas											
Seguro direto	(8,49)	(263,76)	(0,85)	(138,37)	77,59	(43,43)	(21,11)	--	--	(4,07)	(402,49)
Resseguro aceito	1,81	(0,58)	(1,72)	--	(1,04)	0,17	17,24	59,09	(109,96)	316,93	281,94
Resseguro cedido	131,14	254,98	(1,28)	(4,86)	71,38	58,08	13,38	(43,05)	221,02	(313,89)	386,90
2. Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	12,95	--	--	--	--	0,36	--	--	--	(5,28)	8,03
3. Receitas dos investimentos											
Operacionais	1.606,70	78,39	195,48	240,07	98,27	335,27	6,78	23,14	184,30	(5,20)	2.763,20
Patrimoniais	93,46	11,63	10,05	7,93	58,33	36,55	--	--	15,87	(2,70)	231,12
4. Mais-valias nas aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	166,86	6,34	0,07	53,39	--	7,95	--	--	--	(1,57)	233,04
5. Outras receitas técnicas	24,68	0,09	23,28	--	12,76	8,01	--	--	--	(0,25)	68,57
6. Outras receitas não técnicas	55,52	0,51	1,87	0,06	0,01	0,53	--	0,01	1,12	0,82	60,45
7. Diferenças positivas de câmbio	11,56	12,10	16,37	--	--	14,15	0,24	1.014,10	505,20	15,48	1.589,20
8. Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	11,29	--	16,95	--	--	--	--	--	0,01	--	28,25
TOTAL RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR	8.855,40	1.083,72	1.193,06	3.519,18	2.020,01	1.654,61	636,69	1.229,61	3.958,42	4,08	24.154,78

	IBERIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURASIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
II. DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR											
1. Sinistralidade do exercício, líquida											
a) Prestações pagas e variação da provisão para prestações, líquida											
***Seguro direto	(6.031,93)	(651,55)	(1.260,29)	(1.963,40)	(1.451,16)	(1.070,47)	(135,94)	--	--	(19,38)	(12.584,12)
***Resseguro aceito	(13,64)	(13,48)	(0,44)	--	(19,73)	(36,31)	(243,37)	(782,50)	(3.194,80)	1.582,74	(2.721,53)
***Resseguro cedido	687,21	107,34	733,35	577,74	313,25	171,61	83,81	617,01	749,75	(1.565,48)	2.475,59
b) Gastos imputáveis às prestações	(392,39)	(15,45)	(34,59)	(60,47)	(169,08)	(45,69)	(96,10)	--	(0,11)	(0,63)	(814,51)
2. Variação de outras provisões técnicas, líquidas											
	(415,88)	(75,16)	(88,80)	(158,23)	(0,32)	(273,58)	--	--	1,34	1,54	(1.009,09)
3. Participação em lucros e estornos											
	(27,42)	(11,94)	(0,04)	(2,50)	--	(3,98)	--	--	--	--	(45,88)
4. Despesas operacionais líquidas											
a) Despesas de aquisição	(1.155,83)	(283,07)	(385,16)	(1.253,32)	(578,65)	(326,46)	(302,21)	(130,06)	(1.086,44)	481,06	(5.020,14)
b) Despesas administrativas	(152,69)	(63,45)	(59,83)	(180,54)	(115,91)	(116,53)	(23,64)	(1,89)	(14,35)	4,94	(723,89)
c) Comissões e participação em resseguro	132,32	69,10	81,33	97,83	152,40	169,40	88,20	59,79	265,16	(479,74)	635,79
5. Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência											
	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
6. Despesas dos investimentos											
a) Operacionais	(454,81)	(17,09)	(23,81)	(83,07)	(13,51)	(67,02)	(1,31)	(5,69)	(47,58)	2,48	(711,41)
b) Patrimoniais e de contas financeiras	(71,84)	(1,04)	(0,82)	--	(3,64)	(0,17)	--	--	(3,56)	(0,09)	(81,16)
7. Menos-valias nas aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado											
	(54,65)	(0,26)	--	--	--	--	--	--	--	--	(54,91)
8. Outras despesas técnicas											
	(84,62)	(15,01)	(22,70)	(1,72)	--	(6,54)	(21,34)	--	(2,78)	(0,40)	(155,11)
9. Outras despesas não técnicas											
	(131,53)	(0,60)	(2,10)	(1,92)	(8,55)	(3,96)	--	--	(9,31)	(7,27)	(165,24)
10. Diferenças negativas de câmbio											
	(9,77)	(12,33)	(23,48)	(5,58)	--	(9,53)	0,41	(1.012,14)	(512,96)	(4,08)	(1.589,46)
11. Constituição de provisão para prever a deterioração dos ativos											
	(17,72)	--	(17,55)	--	(15,93)	(4,31)	--	0,24	(0,42)	(0,25)	(55,94)
TOTAL DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR	(8.195,19)	(983,99)	(1.104,93)	(3.035,18)	(1.910,83)	(1.623,54)	(651,49)	(1.255,24)	(3.856,06)	(4,56)	(22.621,01)
RESULTADO DO NEGÓCIO SEGURADOR	660,21	99,73	88,13	484,00	109,18	31,07	(14,80)	(25,63)	102,36	(0,48)	1.533,77

	IBERIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURASIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
III. OUTRAS ATIVIDADES											
1. Receitas operacionais	297,94	10,15	12,70	9,64	1,29	3,00	117,79	--	--	(67,18)	385,33
2. Despesas operacionais	(265,53)	(9,73)	(9,48)	(23,89)	(3,59)	(2,79)	(128,95)	--	--	(71,76)	(515,72)
3. Receitas financeiras líquidas											
a) Receitas financeiras	11,74	0,36	1,61	8,14	0,06	0,40	4,88	--	--	20,46	47,65
b) Gastos financeiros	(2,53)	--	(1,35)	(1,54)	(0,07)	(0,29)	(2,74)	--	--	(79,67)	(88,19)
4. Resultados de participações não dominantes											
a) Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	0,14	--	--	--	--	--	--	--	--	4,31	4,45
b) Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(0,02)	(0,02)
5. Reversão provisão de redução ao valor recuperável de ativos	2,28	--	--	--	--	--	(0,03)	--	--	6,79	9,04
6. Constituição de provisão de redução ao valor recuperável de ativos	(2,38)	--	--	--	--	--	(65,59)	--	--	(7,41)	(75,38)
7. Resultado de alienação de ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não incluídos nas atividades interrompidas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
RESULTADO DE OUTRAS ATIVIDADES	41,66	0,78	3,48	(7,65)	(2,31)	0,32	(74,64)	--	--	(194,48)	(232,84)
IV. RESULTADO POR REEXPRESSION DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS											
	--	--	(10,88)	--	--	--	(0,69)	--	--	(10,07)	(21,64)
V. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS											
	701,87	100,51	80,73	476,35	106,87	31,39	(90,13)	(25,63)	102,36	(205,03)	1.279,29
VI. IMPOSTO DE RENDA DE OPERAÇÕES CONTINUADAS											
	(121,57)	(24,90)	(18,76)	(149,67)	(28,23)	(6,57)	3,87	6,40	(25,63)	41,03	(324,03)
VII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS											
	580,30	75,61	61,97	326,68	78,64	24,82	(86,26)	(19,23)	76,73	(164,00)	955,26
VIII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE ATIVIDADES INTERROMPIDAS											
	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
IX. RESULTADO DO EXERCÍCIO											
	580,30	75,61	61,97	326,68	78,64	24,82	(86,26)	(19,23)	76,73	(164,00)	955,26
1. Atribuível a participações não controladoras	82,54	12,48	7,18	229,69	--	9,75	1,73	--	--	2,65	346,02
2. Atribuível aos acionistas controladores	497,76	63,13	54,79	96,99	78,64	15,07	(87,99)	(19,23)	76,73	(166,65)	609,24

Dados em milhões de euros.

E) INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR SEGMENTOS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	IBERIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURASIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
I) RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR											
1. Prêmios ganhos no exercício, líquidos											
a) Prêmios emitidos seguro direto	7.645,30	1.292,55	1.605,75	3.972,20	2.402,41	1.732,74	327,23	117,23	--	6,82	19.102,23
b) Prêmios resseguro aceito	12,61	16,80	--	--	22,87	33,02	583,79	1.056,68	3.787,13	(2.078,03)	3.434,87
c) Prêmios resseguro cedido	(719,72)	(457,71)	(624,54)	(624,48)	(382,37)	(491,02)	(223,89)	(899,84)	(1.027,98)	2.077,21	(3.374,34)
d) Variação das provisões de prêmios e de riscos não expirados, líquidas											
Seguro direto	(131,05)	186,23	(34,52)	(0,99)	17,89	(70,94)	(20,92)	94,78	--	(5,05)	35,43
Resseguro aceito	(4,20)	1,58	1,41	--	(1,97)	(3,41)	(42,03)	(103,85)	404,35	(79,34)	172,54
Resseguro cedido	77,30	(190,93)	6,52	(7,54)	(87,46)	25,46	13,18	36,12	(112,31)	80,95	(158,71)
2. Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	20,58	--	--	--	--	0,19	--	3,90	--	(12,59)	12,08
3. Receitas dos investimentos											
Operacionais	1.286,58	68,04	175,75	234,23	76,70	132,76	5,66	28,85	172,61	(5,09)	2.176,09
Patrimoniais	101,66	10,48	12,30	10,16	40,82	33,47	--	--	7,65	(2,51)	214,03
4. Mais-valias nas aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado	49,46	0,44	0,01	50,02	--	--	--	--	--	(11,84)	88,09
5. Outras receitas técnicas	21,90	0,29	19,84	0,39	13,50	5,03	--	0,54	--	(0,48)	61,01
6. Outras receitas não técnicas	58,84	0,38	3,85	3,83	0,29	0,47	--	--	1,98	(0,11)	69,53
7. Diferenças positivas de câmbio	16,08	11,68	13,14	--	--	33,89	0,34	88,24	790,95	5,07	959,39
8. Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	22,81	--	18,18	--	--	(0,06)	--	--	0,18	--	41,11
TOTAL RECEITAS NEGÓCIO SEGURADOR	8.458,15	939,83	1.197,69	3.637,82	2.102,68	1.431,60	643,36	422,65	4.024,56	(24,99)	22.833,35

	IBERIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURASIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
II. DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR											
1. Sinistralidade do exercício, líquida											
a) Prestações pagas e variação da provisão para prestações, líquida											
Seguro direto	(5.628,17)	(724,62)	(2.016,56)	(2.038,82)	(1.928,05)	(1.043,25)	(138,12)	(264,53)	--	(20,07)	(13.802,19)
Resseguro aceito	(1,89)	(8,04)	(3,17)	--	(22,75)	(33,44)	(235,86)	(566,09)	(3.285,61)	1.691,24	(2.465,61)
Resseguro cedido	440,28	202,88	1.489,31	502,33	670,31	212,87	79,33	656,76	1.096,04	(1.673,05)	3.677,06
b) Gastos imputáveis às prestações	(358,45)	(12,87)	(35,54)	(84,12)	(174,85)	(42,56)	(102,84)	(4,44)	(0,11)	(0,06)	(815,84)
2. Variação de outras provisões técnicas, líquidas											
	(248,99)	(18,22)	(66,47)	(149,93)	(0,16)	(95,05)	--	--	2,26	11,81	(564,75)
3. Participação em lucros e estornos											
	(25,06)	(7,97)	0,05	(1,57)	--	(3,97)	--	(0,18)	--	--	(38,70)
4. Despesas operacionais líquidas											
a) Despesas de aquisição	(1.102,56)	(260,56)	(395,46)	(1.183,88)	(571,40)	(292,09)	(285,34)	(136,43)	(1.014,76)	431,68	(4.810,80)
b) Despesas administrativas	(143,09)	(56,28)	(60,91)	(189,78)	(113,29)	(122,62)	(42,73)	(6,81)	(14,66)	4,59	(745,58)
c) Comissões e participação em resseguro	121,29	61,16	82,00	74,48	114,45	195,31	83,89	51,91	214,88	(431,71)	567,66
5. Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência											
	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
6. Despesas dos investimentos											
a) Operacionais	(398,73)	(17,68)	(13,39)	(86,17)	(8,96)	(147,28)	(1,12)	(15,57)	(22,65)	0,73	(710,82)
b) Patrimoniais e de contas financeiras	(86,17)	(1,06)	(0,70)	--	(3,24)	(0,14)	--	--	(1,55)	(0,05)	(92,91)
7. Menos-valias nas aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado											
	(142,60)	(1,30)	--	--	--	(2,26)	--	--	--	--	(146,16)
8. Outras despesas técnicas											
	(68,84)	(13,84)	(20,10)	(2,32)	--	(7,05)	(17,74)	(7,43)	(2,28)	0,47	(139,13)
9. Outras despesas não técnicas											
	(129,76)	(0,78)	(2,94)	(3,47)	(0,90)	(2,40)	--	(0,73)	(8,68)	(0,03)	(149,69)
10. Diferenças negativas de câmbio											
	(14,74)	(11,55)	(21,98)	--	--	(14,30)	(1,12)	(87,06)	(794,57)	(1,38)	(946,70)
11. Constituição de provisão para prever a deterioração dos ativos											
	(18,34)	--	(23,26)	--	(8,29)	(5,56)	--	--	--	(173,81)	(229,26)
TOTAL DESPESAS NEGÓCIO SEGURADOR	(7.805,82)	(870,73)	(1.089,12)	(3.163,25)	(2.047,13)	(1.403,79)	(661,65)	(380,60)	(3.831,69)	(159,64)	(21.413,42)
RESULTADO DO NEGÓCIO SEGURADOR	652,33	69,10	108,57	474,57	55,55	27,81	(18,29)	42,05	192,87	(184,63)	1.419,93

	IBERIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURASIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISKS	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	TOTAL
III. OUTRAS ATIVIDADES											
1. Receitas operacionais	261,25	9,83	13,96	17,45	1,48	2,96	71,67	0,37	--	(57,97)	321,00
2. Despesas operacionais	(213,16)	(12,42)	(14,18)	(31,50)	(3,26)	(6,08)	(62,45)	(0,01)	--	(58,56)	(401,62)
3. Receitas financeiras líquidas											
a) Receitas financeiras	9,89	0,24	6,32	28,70	0,06	0,41	11,83	0,02	--	25,11	82,58
b) Gastos financeiros	(2,56)	--	(0,25)	(1,59)	0,25	(0,21)	(2,89)	--	--	(78,04)	(85,29)
4. Resultados de participações não dominantes											
a) Participação em lucros de sociedades colocadas em equivalência	2,29	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2,29
b) Participação em perdas de sociedades colocadas em equivalência	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(0,03)	(0,03)
5. Reversão provisão de redução ao valor recuperável de ativos	2,25	--	--	--	--	--	--	--	--	23,16	25,41
6. Constituição de provisão de redução ao valor recuperável de ativos	(3,72)	--	--	--	--	--	--	--	--	(11,37)	(15,09)
7. Resultado de alienação de ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não incluídos nas atividades interrompidas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
RESULTADO DE OUTRAS ATIVIDADES	56,24	(2,35)	5,85	13,06	(1,47)	(2,92)	18,16	0,38	--	(157,70)	(70,75)
IV. RESULTADO POR REEXPRESSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	--	--	(16,89)	--	--	--	(0,52)	--	--	(1,31)	(18,72)
V. RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	708,57	66,75	97,53	487,63	54,08	24,89	(0,65)	42,43	192,87	(343,64)	1.330,46
VI. IMPOSTO DE RENDA DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	(154,51)	(13,31)	(29,90)	(197,28)	(19,18)	(4,49)	(8,13)	(18,66)	(43,73)	36,25	(452,94)
VII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	554,06	53,44	67,63	290,35	34,90	20,40	(8,78)	23,77	149,14	(307,39)	877,52
VIII. RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE ATIVIDADES INTERROMPIDAS	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
IX. RESULTADO DO EXERCÍCIO	554,06	53,44	67,63	290,35	34,90	20,40	(8,78)	23,77	149,14	(307,39)	877,52
1. Atribuível a participações não controladoras	73,48	9,77	8,51	236,21	(0,08)	7,95	1,33	--	--	11,49	348,66
2. Atribuível aos acionistas controladores	480,58	43,67	59,12	54,14	34,98	12,45	(10,11)	23,77	149,14	(318,88)	528,86

Dados em milhões de euros.

1. RECEITAS ORDINÁRIAS CONSOLIDADAS DE CLIENTES EXTERNOS DOS EXERCÍCIOS FINALIZADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

A seguir, é apresentado o detalhamento das receitas ordinárias consolidadas por produtos e países, conforme os segmentos descritos na Nota 2.2:

1.a) Informação por produtos

Produtos	2019	2018
Vida	4.891,08	4.875,70
Automóveis	6.639,14	6.881,59
Lar e outros riscos simples	2.467,37	2.413,30
Saúde	1.069,55	1.032,42
Acidentes	235,35	232,42
Outros Não Vida	4.904,79	3.795,47
Resseguro	5.581,59	5.429,72
Outras atividades	899,94	882,22
Ajustes de consolidação	(3.259,55)	(2.684,75)
TOTAL	23.429,25	22.858,10

Dados em milhões de euros.

1.b) Informação por países

Áreas Geográficas / Países	2019	2018
IBÉRIA		
Espanha	7.880,28	7.785,21
Portugal	135,42	133,95
LATAM NORTE		
México	1.334,37	728,51
Panamá	223,03	204,03
Restante	425,85	386,64
LATAM SUL		
Argentina	179,92	209,96
Chile	276,01	289,41
Colômbia	383,46	395,16
Peru	551,68	491,55
Restante	218,35	233,63
BRASIL	3.987,15	3.989,65
AMÉRICA DO NORTE		
Estados Unidos da América	1.950,01	2.038,34
Porto Rico	383,03	388,43
EURÁSIA		
Itália	470,91	474,15
Malta	358,53	391,05
Turquia	450,09	487,13
Restante	419,01	416,39
ASSISTÊNCIA	978,82	982,69
GLOBAL RISKS	1.060,12	1.174,28
RESSEGURO	4.520,37	3.787,13
ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	(2.757,16)	(2.129,19)
TOTAL	23.429,25	22.858,10

Consideram-se receitas ordinárias os prêmios de seguro direto e resseguro aceito, bem como as receitas operacionais das atividades não seguradoras.

2. ATIVOS NÃO CIRCULANTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

A seguir, é apresentado o detalhe dos ativos não circulantes, conforme os segmentos descritos na Nota 2.2:

Áreas Geográficas / Países	2019	2018
IBÉRIA		
Espanha	1.941,25	1.710,42
Portugal	22,64	14,03
LATAM NORTE		
México	150,34	88,88
Panamá	57,11	56,46
Restante	44,44	37,27
LATAM SUL		
Argentina	32,81	35,75
Chile	24,38	22,26
Colômbia	41,90	21,93
Peru	187,68	162,72
Restante	20,18	23,38
BRASIL	748,51	677,63
AMÉRICA DO NORTE		
Estados Unidos da América	380,29	501,69
Porto Rico	58,89	56,82
EURÁSIA		
Itália	57,00	51,55
Malta	208,78	184,40
Turquia	45,86	45,08
Restante	44,59	39,98
ASSISTÊNCIA	102,60	121,19
GLOBAL RISKS	--	9,49
RESSEGURO	103,08	72,12
ÁREAS CORPORATIVAS E	749,67	710,30
AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	5.022,00	4.643,35

Dados em milhões de euros.

Em ativos não circulantes estão incluídos os ativos intangíveis diferentes de ágio e despesas de aquisição de carteira, imobilizado material, investimentos imobiliários, inventários, créditos tributários, créditos sociais e outros, outros ativos e ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda e de atividades interrompidas, sobre esses últimos constam informações na Nota 6.9.

Nenhum cliente apresenta individualmente mais de 10% das receitas ordinárias do Grupo.

G) NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A ENTIDADE E SUA ATIVIDADE

A MAPFRE S.A. (doravante "a Sociedade dominante") é uma sociedade anônima cujas ações são listadas na Bolsa, que é matriz de um conjunto de sociedades dependentes dedicadas às atividades de seguros em seus diferentes ramos tanto de Vida quanto de Não-Vida, finanças, investimentos imobiliários e de serviços.

A MAPFRE, S.A. é filial da CARTERA MAPFRE S.L. Sociedade Unipessoal (doravante CARTERA MAPFRE) controlada 100% pela Fundación MAPFRE.

O âmbito de atuação da Sociedade controladora e suas filiais (doravante, "MAPFRE", "Grupo" ou "Grupo MAPFRE") compreende o território espanhol, países do Espaço Econômico Europeu e outros países.

A Sociedade dominante foi constituída na Espanha e seu domicílio social encontra-se em Majadahonda (Madri), Carretera de Pozuelo 52.

As atividades do Grupo MAPFRE são estruturadas por meio de quatro Unidades de Negócio: Seguros, Assistência, Global Risks e Resseguro; três Áreas Territoriais: IBÉRIA (Espanha e Portugal),

BRASIL, LATAM NORTE (México, República Dominicana, Panamá, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Honduras e Guatemala), LATAM SUL (Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai), AMÉRICA DO NORTE (Estados Unidos, Porto Rico e Canadá) e EURÁSIA (Europa, Oriente Médio, África e Ásia-Pacífico).

A Unidade de Negócio de Seguros é organizada segundo as Áreas Regionais da MAPFRE, que constituem as unidades geográficas de planejamento, suporte e supervisão na região.

As unidades de Resseguro e Global Risks estão integradas à entidade jurídica MAPFRE RE.

A atividade das diferentes Unidades de Negócio é concluída com a das Áreas Corporativas (Auditoria Interna, Estratégia e M&A, Finanças e Mídia, Investimentos, Negócios e Clientes, Operações, Pessoas e Organização, Relações Externas e Comunicação, Secretaria Geral e Assuntos Jurídicos, Suporte a Negócios, TI e Processos), que têm competências globais para todas as empresas do Grupo no mundo em funções de desenvolvimento, implementação e acompanhamento de políticas corporativas globais, regionais e locais.

A MAPFRE aposta na distribuição multicanal, adaptando sua estrutura comercial às diferentes legislações onde opera.

O foco no cliente, a oferta global de produtos e a adaptação às particularidades jurídicas e comerciais de cada um dos mercados onde está presente são algumas das chaves do sucesso do seu modelo.

As contas anuais individuais e consolidadas foram formuladas pelo Conselho de Administração no dia 11 de fevereiro de 2020. Está previsto que tais contas sejam aprovadas pela Assembléia Geral de Acionistas. A normativa espanhola contempla a possibilidade de modificar as contas anuais consolidadas no caso de essas não serem aprovadas por tal órgão de caráter soberano.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS

2.1. FUNDAMENTOS DA APRESENTAÇÃO

As contas anuais consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas pela União Europeia (IFRS-EU), tendo sido efetuados por todas as entidades os ajustes de homogeneização necessários para esses fins.

As contas anuais consolidadas foram preparadas com base no modelo de custo, exceto os ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos financeiros de negociação e instrumentos derivados, que foram registrados por seu valor justo.

Não foram aplicadas de forma antecipada normas e interpretações que sendo aprovadas pela Comissão Europeia não entraram em vigor na data de fechamento do exercício 2019, embora sua adoção antecipada não tenha afetado a situação financeira e os resultados do Grupo, com exceção do mencionado na seção 2.5 seguinte.

2.2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR SEGMENTOS

A seção E) das contas anuais consolidadas reúne a informação financeira por segmentos operacionais, que se alinham com a estrutura organizacional do Grupo e com as informações fornecidas à Diretoria e aos mercados.

A estrutura organizacional identifica os seguintes segmentos operacionais segundo as atividades das Unidades de Negócio:

- ➔ SEGUROS
 - IBERIA
 - BRASIL
 - LATAM NORTE
 - LATAM SUL

- AMÉRICA DO NORTE
- EURÁSIA
- ➔ ASSISTÊNCIA
- ➔ GLOBAL RISKS
- ➔ RESSEGURO

As receitas e despesas dos negócios de Seguros também incluem as de outras atividades complementares derivadas da gestão de ativos mobiliários e imobiliários, e de serviços médicos, de assistência, funerários, tecnológicos, etc. O segmento operacional correspondente à Unidade de Seguros apresenta suas informações segundo a estrutura das áreas regionais do Grupo, atendendo dessa forma aos limites quantitativos estabelecidos na normativa.

Os segmentos operacionais correspondentes às Unidades de Negócio de Assistência, Global Risks e Resseguro incluem sua atividade seguradora e resseguradora, independentemente de sua localização geográfica.

As transferências realizadas entre os segmentos foram realizadas a valor justo e são eliminadas no processo de consolidação.

Por outro lado, os montantes exibidos em "Áreas Corporativas e Ajustes de Consolidação" abrangem as despesas dos serviços prestados pelas Áreas Corporativas Globais e pelos ajustes derivados do processo de consolidação.

No Relatório Consolidado de Gestão detalha-se informação adicional sobre a evolução e características do negócio.

2.3 INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR PRODUTO E ÁREAS GEOGRÁFICAS

A seção F) das contas anuais consolidadas reúne a informação financeira complementar por produtos e áreas geográficas.

A informação exibida por produtos é apresentada agrupada pelos principais ramos de atividade, sendo estes os seguintes:

- Vida
- Automóveis
- Lar e outros riscos simples
- Saúde
- Acidentes
- Outros Não Vida
- Resseguro
- Outras atividades

A informação oferecida por áreas geográficas é detalhada de acordo com os principais países que compõem as áreas regionais do Grupo, conforme indicado na Nota 1 do presente relatório.

2.4. MUDANÇAS EM POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇAS EM ESTIMATIVAS E ERROS

Como consequência da entrada em vigor da IFRS 16-UE "Locações" no dia 1 de janeiro de 2019, norma que anula a anterior IAS 17-UE "Locações", ocorreu uma mudança na política contábil do Grupo com efeito no exercício atual e futuros. As principais implicações afetam os contratos de locação nos quais o Grupo é locatário.

De acordo com a disposição transitória da norma, o Grupo acolheu o enfoque retrospectivo modificado, reconhecendo o efeito acumulado líquido de impostos como um ajuste negativo do saldo de reservas e de participações não controladoras, no montante de 8,36 e 4,73 milhões de euros, respectivamente, não sendo expressa novamente a informação comparativa correspondente a 2018.

Além disso, no fechamento do exercício foram produzidos os seguintes efeitos:

- Aumento de ativos e passivos em 286,53 e 315,39 milhões de euros, respectivamente.
- Queda de despesas operacionais e aumento de gastos financeiros em 13,52 e 17,24 milhões de euros, respectivamente. O montante de gastos financeiros irá sendo reduzido progressivamente, com critério financeiro, ao longo da vida estimada dos contratos.
- Queda do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores em 2,42 milhões de euros. Esse montante será compensado integralmente ao término estimado dos contratos.

A adoção da IFRIC 23 "Incertezas fiscais", com entrada em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2019, não teve efeitos significativos sobre a situação financeira e os resultados do Grupo.

Não foram detectados erros significativos nas contas consolidadas de exercícios anteriores.

2.5. COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Exceto pela mudança de política contábil descrita na Nota 2.4 anterior, por meio da qual as informações relativas às locações do exercício 2018 refletidas no presente relatório contábil consolidado não são comparativas com as do exercício 2019, não existem outras causas que impedem a comparação das contas anuais consolidadas do exercício com as do precedente, tendo sido aplicadas para sua elaboração as normas internacionais aprovadas pela Comissão Europeia que estavam em vigor na data de fechamento do exercício.

Na data de reformulação das contas anuais do exercício, cabe indicar o seguinte:

- O Grupo está analisando o impacto que possa supor a IFRS 17 "Contratos de Seguro", de aplicação previsivelmente aos exercícios que forem iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, que foi aprovada pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e ainda não foi adotada pela União Europeia, que se prevê que será significativo.
- Com relação à IFRS-EU 9 "Instrumentos Financeiros", cujo impacto se prevê que também seja significativo e a modificação da IFRS-EU 4 "Contratos de Seguros", de aplicação aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo, em virtude do indicado nessa última norma, se acolheu a isenção temporária facultativa de aplicar a IFRS 9 para as entidades com atividades predominantemente seguradoras (mais do 90% dos passivos estão vinculados com a atividade seguradora). Essa isenção temporária poderá ser aplicada até os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022, data em que se estima que entrará em vigor a nova IFRS 17 "Contratos de Seguro".

Com o objeto de analisar potenciais impactos da aplicação efetiva da IFRS-EU 9 "Instrumentos Financeiros" e melhorar a comparabilidade das informações entre as entidades que estão aplicando essa norma e as que optaram pelo diferimento de sua aplicação, a modificação da IFRS-EU 4 "Contratos de Seguros" exige determinadas informações relacionadas com os fluxos procedentes de ativos financeiros registrados com custo de amortizado ou como ativos disponíveis para a venda. Considerando o anterior, o Grupo analisou os títulos de renda fixa classificados nas parcelas "Carteira mantida até o vencimento" e "Carteira disponível para venda", detalhando na Nota 6.4. "Aplicações financeiras" as informações exigidas pela norma.

O Grupo adotará, a partir de sua entrada em vigor, aquelas outras normas, modificações e interpretações que forem de aplicação. Estima-se que sua aplicação inicial não terá

um impacto significativo sobre a situação financeira ou os resultados do Grupo.

2.6. MUDANÇAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No Anexo 1 constam identificadas as sociedades que foram incorporadas ao perímetro de consolidação e as mudanças produzidas nesse perímetro.

No Anexo 2 estão incluídas as principais entidades do Grupo refletindo seus dados patrimoniais e resultados.

O resultado produzido no exercício derivado da perda de controle em sociedades dependentes não é relevante (no Anexo 1 as perdas de controle citadas são detalhadas).

No efeito global sobre o patrimônio, a situação financeira e os resultados do grupo consolidável nos exercícios 2019 e 2018 de outras mudanças no perímetro de consolidação com respeito ao precedente descreve-se nas notas correspondentes do relatório contábil consolidado.

2.7. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na preparação das contas anuais consolidadas sob IFRS-EU, o Conselho de Administração da Sociedade dominante realizou julgamentos e estimativas baseadas na hipótese sobre o futuro e sobre incertezas que basicamente se referem:

- Às provisões técnicas (Nota 6.13).
- Às perdas por redução de determinados ativos (Notas 6.1, 6.2 e 6.4).
- Ao cálculo de provisões para riscos e despesas (Nota 6.14).
- Ao cálculo atuarial dos passivos e compromissos por retribuições depois do emprego (Nota 6.21).
- À vida útil dos ativos intangíveis e dos elementos do imobilizado material (Notas 5.3 e 6.1).
- Ao valor justo de determinados ativos não cotados (Nota 6.4).

• Ao valor justo de ativos e passivos derivados de contratos de locação (Nota 6.3).

As estimativas e hipóteses usadas são revisadas periodicamente e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados mais cabíveis, conforme o caso. Se, como consequência dessas revisões, se produzisse uma mudança de estimativa em determinado período, seu efeito se aplicaria nesse período e, assim sendo, nos sucessivos.

3. CONSOLIDAÇÃO

3.1. SOCIEDADES DEPENDENTES, ASSOCIADAS E ACORDOS CONJUNTOS

A identificação das sociedades dependentes, associadas e acordos em conjuntos incluídos na consolidação, com indicação do método de integração, é descrito no quadro de participações que faz parte do relatório contábil consolidado como Anexo 1.

A configuração das sociedades como dependentes é determinada pelo fato de a Sociedade dominante ter poder sobre a entidade participada, estar exposta ou ter direito a alguns rendimentos variáveis e ter a capacidade de influenciar em tais rendimentos através do poder que exerce sobre elas. As sociedades dependentes são consolidadas a partir da data na qual o Grupo obtém o controle e são excluídas da consolidação na data em que esse termina.

Nas Sociedades dependentes em que se dispõem de 50% ou menos dos direitos econômicos, a consideração como entidade dependente é baseada no que foi estabelecido nos acordos de acionistas, que podem apresentar a seguinte causa:

• A administração das sociedades é realizada por um Conselho de Administração responsável pela sua estratégia operacional e financeira, bem como da sua administração e de sua gestão, protegendo, entre outras, as políticas financeiras e operacionais.

Nestes casos, o Conselho de Administração está integrado por um número par de membros sendo, em todos os casos, o Presidente nomeado sob recomendação da MAPFRE e tendo voto decisivo, contando desta forma com o controle da sociedade.

- É outorgado à MAPFRE o poder de nomear e revogar o CEO, Diretor Financeiro, Diretor Atuarial e outro profissional chave para a diretoria e controle da sociedade.
- São estabelecidos direitos políticos não coincidentes com os direitos econômicos, que supõem para a MAPFRE a maioria dos direitos de voto da Assembléia Geral. Além disso, nesses casos, o Conselho de Administração é composto por uma forma conjunta e, em caso de empate, um dos Conselheiros designados por indicação da MAPFRE tem voto decisivo.

As participações não dominantes nas entidades dependentes adquiridas a partir de 1º de janeiro de 2004 foram registradas na data de aquisição pela porcentagem de participação no valor justo dos ativos líquidos identificáveis. E as adquiridas antes da data mencionada foram reconhecidas pela porcentagem de participação no seu patrimônio líquido na data da primeira consolidação.

As participações não dominantes são apresentadas no patrimônio líquido consolidado de forma separada do patrimônio atribuído aos acionistas da controladora. As participações não dominantes nos resultados consolidados do exercício (e no resultado global total consolidado do exercício) são apresentadas igualmente de forma separada na Demonstração de Resultados Consolidada (estado do resultado global consolidado).

Entidades associadas são aquelas sobre as quais a Sociedade dominante exerce influência significativa e que não são nem dependentes, nem têm acordos em conjunto.

Entende-se por influência significativa o poder de intervir nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais da empresa participada, mas sem chegar a ter o controle conjunto sobre essas políticas, presumindo-se que exerce influência significativa quando possui, seja direta ou indiretamente através de seus dependentes, pelo menos 20% dos direitos de voto da empresa participada.

As participações em entidades associadas são consolidadas pelo método da participação, incluindo-se no valor das participações o ágio líquido identificado na data de aquisição.

Quando a participação do Grupo nas perdas de uma associada é igual ou superior ao valor contábil da sua participação, incluída qualquer conta a cobrar não assegurada, o Grupo não registra perdas adicionais, a não ser que tenham sido geradas obrigações ou realizados pagamentos em nome da associada.

Para determinar se uma sociedade participada é dependente ou associada foram levados em conta a finalidade e o projeto da participada com o objetivo de determinar as atividades relevantes, o modo como são tomadas as decisões sobre essas atividades, quem tem a capacidade atual de conduzir essas atividades e quem recebe seus rendimentos. Também foram levados em consideração os direitos potenciais de votos detidos e que sejam exercíveis como as opções de compra sobre ações, instrumentos de dívida conversíveis em ações ou outros instrumentos que deem à Sociedade dominante a possibilidade de aumentar seus direitos de voto.

Existe um acordo conjunto quando dois ou mais participantes empreendem uma atividade econômica sujeita a um controle compartilhado e regulamentado mediante um acordo contratual.

O acordo conjunto é classificado como negócio conjunto quando as partes ostentam direitos sobre os ativos líquidos do acordo, reconhecendo-se sua participação nas contas anuais consolidadas

mediante o método da participação.

Quando o acordo conjunto outorga às partes direitos sobre os ativos e tem obrigações por seus passivos, classifica-se como operação conjunta, e sua participação é reconhecida nas contas anuais consolidadas utilizando-se o método de integração proporcional.

As demonstrações financeiras das sociedades dependentes, associadas e acordos conjuntos utilizados para a consolidação correspondem ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

3.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO

São consolidados por integração global os fundos de investimento administrados por sociedades do Grupo nos quais a participação desse é superior a 20% (30% até o exercício 2018, não sendo significativo o montante dos fundos nos quais, no fechamento desse exercício, a participação do Grupo se encontrava entre ambas as porcentagens)

3.3. CONVERSÃO DE CONTAS ANUAIS DE SOCIEDADES ESTRANGEIRAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

A moeda funcional e de apresentação do Grupo MAPFRE é o euro, logo os saldos e operações das sociedades do grupo cuja moeda funcional é diferente do euro são convertidos a tal moeda utilizando a taxa de câmbio de fechamento para saldos de balanço e a média ponderada por volume de operações para transações.

As diferenças de câmbio resultantes da aplicação do procedimento anterior, assim como aquelas surgidas da conversão de empréstimos e outros instrumentos em moeda estrangeira de cobertura dos investimentos em negócios estrangeiros, apresentam-se como um componente separado na "Demonstração do Resultado Abrangente" e são reunidos no patrimônio na conta

"Diferenças de conversão", deduzida a parte dessa diferença que corresponde às Participações não dominantes.

O ágio e os ajustes ao justo valor dos ativos e passivos que surgiram na aquisição das sociedades do Grupo cuja moeda de apresentação é diferente do euro são considerados como ativos e passivos do negócio no exterior, expressando-se na moeda funcional do negócio no exterior e convertendo-se à taxa de câmbio de fechamento.

Economias hiperinflacionárias

As demonstrações financeiras das sociedades domiciliadas em países com alta taxa de inflação ou economias hiperinflacionárias são ajustadas ou expressas pelos efeitos das mudanças nos preços antes de sua conversão a euros. Os ajustes por inflação efetuam-se seguindo o estabelecido na norma internacional 29 "Informação financeira em economias hiperinflacionárias".

A política contábil do Grupo para o registro das operações em economias hiperinflacionárias consiste em registrar em Reservas tanto a revalorização das parcelas não monetárias quanto as diferenças de conversão geradas ao converter a euros as demonstrações financeiras expressas das filiais nesses países. Embora essas práticas contábeis sejam aceitas pelos reguladores de mercados em anos anteriores, em resposta a uma consulta apresentada no exercício 2019, o IFRIC considerou temporariamente que a política descrita não é aceitável. O Grupo e outros atores de mercado solicitaram ao IFRIC uma análise mais profunda, contribuindo com sólidos argumentos que atestam a política contábil do Grupo. Na data de formulação das contas anuais não há conclusão por parte do IFRIC, de modo que foi mantido o critério indicado; a adoção do tratamento alternativo implicaria na reclassificação do montante líquido dos efeitos da reexpressão e da conversão à seção "Diferenças de conversão".

Os montantes reunidos em Reservas nos dois últimos exercícios derivados de ambos os efeitos são os seguintes:

CONCEITO	Saldo em 31/12/2017	Varição exercício 2018	Saldo em 31/12/2018	Varição exercício 2019	Saldo em 31/12/2019
Reexpressão pela inflação	517,30	25,51	542,81	21,99	564,80
Diferenças de conversão	(889,90)	(180,90)	(1.070,80)	(31,99)	(1.102,79)
Líquido	(372,60)	(155,39)	(527,99)	(10,00)	(537,99)

Dados em milhões de euros.

Na variação do exercício 2018 de Diferenças de Conversão estão reunidos 95,60 milhões de euros de filiais na Argentina originadas em exercícios anteriores que foram reclassificadas em Reservas em 2018, exercício no qual esse país passou a ser considerado hiperinflacionário.

A seguir são detalhados outros dados relacionados com a conversão de contas anuais de sociedades que operam em economias hiperinflacionárias:

	Inflação		Taxa de câmbio (unidades da dívida por euro)		Resultados por reexpressão		Patrimônio líquido atribuído	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Argentina	54	48	67	43	(11,57)	(17,41)	49,12	47,03
Venezuela	5.790	702.404	150.636	4.699	(10,07)	(1,31)	6,34	3,54
Totais (milhões de euros)					(21,64)	(18,72)	55,46	50,57

Em relação com a taxa de câmbio refletida para a Venezuela (Bolívar Soberano), uma vez que não existem dados oficiais confiáveis, no final dos exercícios de 2019 e 2018, uma taxa de câmbio baseada na inflação estimada do país foi considerada com o objetivo de consolidar as demonstrações financeiras.

Os resultados por reexpressão estão reunidos na Demonstração de Resultados Consolidada e representam a perda de poder aquisitivo dos ativos monetários líquidos derivada da inflação.

Ajustes ao saldo inicial

As colunas de ajustes ao saldo inicial que constam nos diferentes quadros do relatório contábil consolidado recolhem as variações que existiram como consequência da aplicação de diferente taxa de câmbio de conversão para o caso de dados de filiais no exterior.

As variações nas provisões técnicas que constam na Demonstração de Resultados Consolidada diferem das que se obtém por diferença dos saldos de balanço consolidado do exercício atual e precedente, como consequência da aplicação de diferente taxa de câmbio de conversão para o caso de filiais no exterior.

4. GANHOS POR AÇÃO E DIVIDENDOS

4.1. LUCROS POR AÇÃO

Anexa-se à continuação o cálculo dos ganhos básicos por ação diluída que é coincidente com os ganhos diluídos por ação ao não existir nenhuma ação ordinária potencial:

CONCEITO	2019	2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade Controlante (milhões de euros)	609,24	528,86
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhões)	3.051,88	3.054,26
Lucros básicos por ação (centavos de euro)	19,96	17,32

4.2. DIVIDENDOS

O detalhe dos dividendos da Sociedade dominante dos últimos dois exercícios é o seguinte:

CONCEITO	Dividendo total (em milhões de euros)		Dividendo por ação (em centavos de euro)	
	2019	2018	2019	2018
Dividendo a receber	184,77	184,83	6,060	6,050
Dividendo complementar	261,76	261,64	8,585	8,570
TOTAL	446,53	446,47	14,645	14,620

Os dividendos por ação indicados no quadro anterior correspondem ao montante por cada ação em circulação na data de pagamento do dividendo.

O dividendo total do exercício 2019 foi proposto pelo Conselho de Administração e se encontra pendente de aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Essa distribuição de dividendos prevista cumpre com os requisitos e limitações estabelecidos na normativa legal e nos estatutos sociais.

Durante o exercício 2019, a Sociedade dominante distribuiu um dividendo a receber por montante total de 184.773.244,10 euros, que representa-se no patrimônio líquido dentro da seção "Dividendo a receber". Reproduz-se a seguir o estado de liquidez formulado pelo Conselho de Administração para a distribuição.

CONCEITO	Data do acordo 26-09-2019
Tesouraria disponível na data do acordo	6,19
Aumentos em tesouraria previstos em um ano	804,61
(+) Por operações de cobrança circulantes previstas	704,61
(+) Por operações financeiras	100,00
Diminuições em tesouraria previstas em um ano	(401,64)
(-) Por operações de pagamentos circulantes previstas	(94,94)
(-) Por operações financeiras previstas	(306,70)
Tesouraria disponível em um ano	409,16

Dados em milhões de euros.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS

Indicam-se à continuação as políticas contábeis aplicadas em relação às seguintes parcelas:

5.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

ÁGIO

Ágio de fusão

Representa o excesso do custo satisfeito em uma combinação de negócios sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de fusão.

Diferenças de consolidação

- Ágio de consolidação

Representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo da participação no líquido patrimonial da entidade dependente na data de aquisição, exceto para as aquisições realizadas antes

de 1º de janeiro de 2004, que corresponde ao ágio líquido de amortização registrado conforme a normativa espanhola de aplicação em tal data. No caso de aquisições de participações da entidade dependente a sócios minoritários posteriores à data inicial, a Sociedade dominante reconhece o mencionado excesso como menor montante de reservas.

- Diferença negativa de consolidação

Supondo que o valor dos ativos identificáveis adquiridos menos o dos passivos assumidos fosse superior ao custo da aquisição, tal diferença se contabiliza como uma receita na Demonstração de Resultados Consolidada.

Redução ao valor recuperável do ágio

Depois de seu reconhecimento inicial e atribuição a uma unidade geradora de caixa, avalia-se ao menos anualmente a possível perda de seu valor. Quando o valor recuperável de tal unidade geradora de caixa é inferior ao valor líquido contábil da mesma, reconhece a perda de valor correspondente de forma imediata na Demonstração de Resultados Consolidada.

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis procedentes de uma aquisição independente

Os ativos intangíveis adquiridos a terceiros em uma transação de mercado são avaliados pelo custo. Se sua vida útil é finita amortizam-se em função dela, e em caso de vida útil indefinida realizam-se ao menos anualmente provas de redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente

As despesas de pesquisa se reconhecem diretamente na Demonstração de Resultados Consolidada do exercício ao qual se sujeitam. As despesas de desenvolvimento se registram como ativo quando se pode assegurar justamente sua probabilidade,

confiança e futura recuperabilidade, e se avaliam pelos desembolsos efetuados.

As despesas de desenvolvimento ativadas são amortizadas durante o período no qual se espera obter receitas ou rendimentos, independentemente da avaliação que se poderia realizar se uma possível deterioração fosse produzida.

Amortização de ativos intangíveis de vida útil definida

- Despesas de aquisição de carteira

Amortizam-se durante a vida das carteiras, em um prazo máximo de 30 anos, e em função da sua manutenção.

- Outros ativos intangíveis

Amortizam-se em função de sua vida útil, seguindo um método linear. A amortização foi registrada na conta de despesas por natureza "Dotações à amortização".

5.2. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIO

A Sociedade dominante identifica uma combinação de negócio quando em uma transação os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio. As combinações são contabilizadas mediante aplicação do método de aquisição.

Na data de aquisição, que corresponde ao momento no qual o controle da entidade ou atividade adquirida é obtido, é reconhecido de forma separada, o ágio, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação não dominante na adquirida.

O ágio representa o excesso do custo, incluídos pagamentos adiados, sejam certos ou contingentes, sobre o montante líquido na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Em conformidade com o disposto na

IFRS-EU 3, o Grupo optou por não aumentar o ágio na parte correspondente a parceiros externos.

Inicialmente os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos se avaliam pelo seu valor justo na data de aquisição. Os custos relacionados com a aquisição nos quais incorre o adquirente registram-se como gasto do exercício no qual se produzem, exceto, se for o caso, os custos relativos à emissão de dívidas ou ações.

Posteriormente, a entidade adquirente avalia os ativos adquiridos, passivos assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos na combinação de negócios segundo as normas de avaliação aplicáveis a esses itens segundo sua natureza.

No caso de combinações de negócios realizadas por etapas, na data em que se obtém o controle da participação, a Sociedade dominante avalia novamente suas participações no patrimônio da adquirida, previamente mantidas por seu valor justo na data de aquisição, e qualquer lucro ou perda que surja neste momento se reconhece na Demonstração de Resultados Consolidada. Dessa forma, se existissem ajustes por mudança de valor pendentes de imputação ao resultado do exercício, transferem-se à Demonstração de Resultados Consolidada.

Quando na data de fechamento do exercício não se pode concluir o processo de avaliação necessário para aplicar o método de aquisição, as contas anuais são elaboradas utilizando dados provisórios. Esses valores são ajustados no período necessário para completar a contabilização inicial, não sendo esse período superior a um ano a contar da data de aquisição.

Uma vez completada a contabilização das combinações de negócios, as modificações dos pagamentos contingentes se registram, para aquelas combinações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2010, na Demonstração de Resultados Consolidada, e para as realizadas com anterioridade a tal data como variação do custo da combinação de negócios.

5.3. IMOBILIZADO MATERIAL E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

O imobilizado material e os investimentos imobiliários estão avaliados por seu custo de aquisição menos sua amortização acumulada e, sendo o caso, as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

São classificados como investimentos imobiliários os ativos imóveis não circulantes, cuja finalidade é obter rendas, mais-valias ou ambas.

Os custos posteriores à sua aquisição são reconhecidos como ativo somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados a eles revertam no Grupo e o custo do elemento possa ser determinado de forma confiável. O restante de despesas por reparação e manutenção é incluído na Demonstração de Resultados Consolidada durante o exercício no qual incorrem.

A amortização desses elementos se calcula linearmente sobre o valor de custo do ativo reduzido por seu valor residual e pelo valor dos terrenos segundo os seguintes períodos de vida:

Grupo de elementos	Anos	Coefficiente anual
Edifícios e outras construções	50-25	2%-4%
Elementos de transporte	6,25	16%
Mobiliário	10	10%
Instalações	20-10	5%-10%
Equipamentos para processos de informação	4	25%

O valor residual e a vida útil dos ativos se revisam e ajustam se necessário na data de fechamento de cada exercício.

Esses ativos são excluídos da contabilidade quando se alienam ou quando não se espera obter benefícios econômicos futuros derivados do uso contínuo dos mesmos. Os ganhos ou perdas procedentes da exclusão são incluídos na Demonstração de Resultados Consolidada.

5.4 LOCAÇÕES

A Sociedade considera que um contrato constitui, ou contém, uma locação se ele implica o direito de controlar o uso de um ativo identificado durante um determinado período de tempo em troca de uma consideração.

As locações nas quais se transferem substancialmente ao locatário todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem alugado classificam-se como alugueis financeiros.

As locações nas quais o locador conserva uma parte importante dos riscos e benefícios derivadas da titularidade de um ativo subjacente classificam-se como alugueis operacionais.

Na data de aplicação inicial da IFRS 16-UE "Locações" o Grupo adotou a solução prática de não avaliar se um contrato é ou contém uma locação.

Prazo de locação

O prazo de locação é determinado segundo o período não renovável levando em conta adicionalmente os períodos cobertos com a opção de prorrogar ou rescindir a locação quando se tem certeza razoável que a locação exercerá a opção.

Por outro lado, caso ocorra uma mudança no período não revogável de uma locação, seu prazo é revisado.

Reconhecimento e avaliação

Na qualidade de locatário, o Grupo reconhece na data do início da locação um ativo por direito de uso e um passivo por locação, conforme os pagamentos estabelecidos em contrato e no prazo estimado de sua duração. A avaliação inicial do ativo se realiza pelo custo, e a do passivo pelo valor atual dos pagamentos futuros, descontadas as taxas de juros incrementais do endividamento pela locação em questão.

Posteriormente, o ativo por direito de uso será avaliado pelo custo, deduzidas a amortização e as perdas por redução ao valor recuperável acumulado, e ajustado em seu caso por nova avaliação do passivo. Em caso de revisão dos contratos, o passivo será avaliado novamente descontando os pagamentos por locações modificadas.

No resultado do período, a despesa por amortização e os juros sobre o passivo são reconhecidos e, em seu caso, os pagamentos por locação variáveis não incluídos na avaliação inicial.

Como locador, o Grupo reconhece os ativos que mantém em virtude de locação financeira por um montante igual ao investimento líquido da locação avaliado utilizando a taxa de juros implícita da locação e são apresentados como uma parcela por receber. Posteriormente, são reconhecidas as receitas financeiras durante o prazo da locação refletindo um rendimento periódico constante sobre o investimento líquido. No caso de locações operacionais, são reconhecidas as receitas derivadas dos pagamentos por locação de forma linear ou de acordo com outra forma sistemática, se essa for mais representativa.

Isenções

O Grupo aplica em qualidade de locatário as isenções contempladas para não considerar locações aqueles contratos a curto prazo (por classes de ativos subjacentes) e para os quais o ativo subjacente é de escasso valor (contrato pelo contrato), reconhecendo nesses casos os pagamentos por locação como despesas de forma linear durante o prazo da locação ou aplicando outra base sistemática, se essa for mais representativa.

5.5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Reconhecimento

Os ativos financeiros negociados em mercados secundários de valores se reconhecem com caráter geral na data de liquidação.

Classificação

As aplicações financeiras se classificam nas seguintes carteiras:

- Carteira mantida até o vencimento

Inclui valores sobre os quais se tem a intenção e a capacidade financeira demonstrada de conservá-los até seu vencimento.

- Carteira disponível para venda

Reúne valores representativos de dívida não qualificados em outras carteiras e os instrumentos de capital de entidades que não sejam dependentes, associadas ou acordos conjuntos que não os incluídos na "Carteira de negociação".

- Carteira de negociação

Inclui ativos financeiros originados ou adquiridos com o objetivo de realizá-los a curto prazo, que formam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e gerenciados conjuntamente na qual há evidências de atuações recentes para obter ganhos a curto prazo.

Também são parte desta carteira os instrumentos derivados não atribuídos a uma operação de cobertura e aqueles ativos financeiros híbridos avaliados integralmente por seu valor justo.

Nos ativos financeiros híbridos, que incluem simultaneamente um contrato principal e um derivado financeiro, separam-se ambos componentes e tratam-se de maneira independente de efeitos de sua classificação e avaliação. Quando a segregação não é possível, são avaliados por seu valor justo.

Avaliação

Em seu reconhecimento inicial em balanço, todas as aplicações financeiras são reconhecidas pelo valor justo da retribuição entregue mais, no caso de aplicações financeiras que não se classifiquem na "Carteira de negociação", os custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo financeiro por meio de uma transação organizada entre participantes no mercado na data da avaliação.

Posteriormente, as aplicações financeiras são avaliadas por seu valor justo, sem deduzir nenhum custo de transação em que pudesse incorrer por sua venda ou qualquer forma de disposição, com as seguintes exceções:

- As aplicações financeiras incluídas na "Carteira mantida até o vencimento", que são avaliadas por seu custo de amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

b) Os ativos financeiros que são instrumentos de capital cujo valor justo não pode ser estimado de maneira confiável, assim como os derivativos que tem como ativo subjacente a esses instrumentos e se líquida, entregando os mesmos, que são avaliados pelo valor do custo.

As avaliações em valor justo das aplicações financeiras incluídas na carteira disponível para venda e na carteira de negociação foram classificadas de acordo com os níveis das variáveis empregadas em sua avaliação:

- Nível 1. Valor de cotação: preço cotado nos mercados ativos sem ajustes.
- Nível 2. Dados observáveis: preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares aos avaliados ou outras técnicas de avaliação em que todas as variáveis significativas baseiam-se em dados observáveis de mercado. A avaliação é feita por meio de um modelo no qual é realizado um desconto de fluxos financeiros futuros, incluindo o valor de reembolso, com base em uma curva de taxas com dois componentes principais:
 - Curva swap cupom zero da moeda na que esteja denominada a emissão, e que é considerada como melhor aproximação à taxa de juro sem risco.
 - Diferencial de risco adicional, que será o diferencial adicionado ou retirado da curva swap cupom zero, que reflete os riscos inerentes à emissão avaliada, tais como: risco de crédito, falta de liquidez e opcionalidade.
- Nível 3. Outras avaliações: variáveis específicas conforme o caso. Para isso, é possível diferenciar entre:
 - Ativos de renda variável, nos quais, geralmente, é feita a estimativa do valor de realização com base nas características individuais do ativo.

- Ativos de renda fixa com estruturas completas de fluxos futuros (taxas de juros referenciados por variáveis financeiras, com "caps" e/ou "floors") e com uma ou várias amortizações antecipadas, e nas quais o emissor não tem emissões semelhantes no mercado ou emissões não cotadas de um emissor sem emissões semelhantes. Nesses casos, normalmente a avaliação é feita solicitando uma avaliação de referência a um terceiro.

Redução ao valor recuperável

O valor contabilizado das aplicações financeiras é corrigido com recurso à Demonstração de Resultados Consolidada quando existe evidência objetiva de que ocorreu um evento que supõe um impacto negativo em seus fluxos de caixa futuros ou em qualquer outra circunstância que evidenciasse que o custo do investimento do instrumento financeiro não é recuperável. O montante das perdas por redução ao valor recuperável é igual à diferença entre seu valor contabilizado e o valor atual de seus fluxos de caixa futuros estimados.

No caso dos valores de renda fixa nos quais existe taxa de mora nos juros e/ou principal, procede-se à estimativa da perda potencial em função da situação do emissor. No restante de valores de renda fixa realiza-se uma análise baseada em sua qualificação creditícia e no grau de solvência das emissões, procedendo-se ao registro da redução ao valor recuperável se o risco de não pagamento for considerado.

No caso dos instrumentos de patrimônio realiza-se uma análise individual dos investimentos a efeito de determinar a existência ou não de sua redução ao valor recuperável. Além disso, considera-se que existe indício de redução ao valor recuperável quando o valor de mercado apresenta uma queda prolongada (18 meses) ou significativa (40%) em relação ao seu custo.

O montante das perdas estimadas por redução ao valor recuperável reconhece-se na Demonstração de Resultados

Consolidada, incluída além disso, qualquer dedução do valor justo dos investimentos reconhecida previamente em "Ajustes por mudanças de valor". A reversão é reconhecida na Demonstração de Resultados Consolidada, com exceção da correspondente aos instrumentos de patrimônio. Nesse caso, a correção de valor registrada nos exercícios anteriores não são reconhecidas na conta de resultados, atribuindo o aumento de valor diretamente no patrimônio líquido nesse caso.

No caso das permutas financeiras swaps de fluxos se reconhecem as quantidades aplicadas pelas operações principais, contabilizando o montante resultante dos fluxos nas seções "Outros passivos financeiros" ou "Créditos previdenciários e outros", segundo corresponda.

5.6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS A SEGUROS DE VIDA CUJO RISCO DO INVESTIMENTO É ASSUMIDO PELO SEGURADO

São concretizadas em valores de renda fixa, valores de renda variável e fundos de investimento que são avaliados no preço de aquisição à assinatura ou compra. O referido preço de aquisição ajusta-se como maior ou menor valor do investimento, segundo corresponda, em função do seu justo valor no fechamento do exercício, que é determinado da seguinte forma:

- Valores de renda variável: por seu valor de cotação (Nível 1).
- Valores de renda fixa: pelo valor de cotação, se esse for representativo (Nível 1) e, caso contrário, atualizando os fluxos futuros incluindo o valor de reembolso (Nível 2).
- Participações em fundos de investimento: são avaliados por seu valor de liquidação (Nível 1).

As reavaliações e depreciações desses ativos são contabilizadas como receita ou gasto na Demonstração de Resultados Consolidada correspondente ao segmento da Unidade de Seguros.

5.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Ao fechamento de cada exercício o Grupo avalia se existem indícios de que os elementos do ativo possam ter sofrido uma perda de valor. Se esses indícios existirem, é feita a estimativa do valor recuperável do ativo.

No caso dos ativos que não se encontram em condições de uso e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida a estimativa do valor recuperável é realizada independentemente da existência ou não de indícios de redução ao valor recuperável.

Se o valor contabilizado excede o montante recuperável reconhece-se uma perda por esse excesso, reduzindo o valor nos livros do ativo até seu montante recuperável.

Em caso de aumento produzido no valor recuperável de um ativo diferente do ágio, a perda por redução ao valor recuperável reconhecida previamente será revertida, aumentando o valor contabilizado do ativo até chegar ao seu valor recuperável. Esse incremento nunca excede o valor contabilizado líquido de amortização de não ter-se reconhecido a perda por redução ao valor recuperável em anos anteriores. A revisão é reconhecida na Demonstração de Resultados Consolidada, a menos que o ativo tenha sido reavaliado anteriormente contra "Ajustes por mudanças de valor", em cujo caso a revisão trata-se de um aumento da reavaliação. Depois dessa revisão, o gasto de amortização se ajusta nos seguintes períodos.

5.8 INVENTÁRIOS

Os inventários, que incluem principalmente solares, avaliam-se ao menor valor entre seu custo de aquisição e seu valor líquido de realização.

5.9 CRÉDITOS

A avaliação desses ativos se realiza com caráter geral ao custo de amortizado calculado conforme o método da taxa de juro efetiva, deduzindo-se em seu caso as provisões por perdas devidas a claras deteriorações do valor.

Quando se trata de créditos com vencimento superior a um ano sem que as partes tenham pactuado expressamente o juro aplicável, os créditos descontam-se tomando como juro financeiro implícito o vigente no mercado para títulos de Dívida Pública de vencimento igual ou similar aos vencimentos dos créditos, sem deixar de considerar o prêmio de risco correspondente.

Quando existe evidência objetiva de que se incorreu em uma perda por redução ao valor recuperável, constitui-se a correspondente provisão pelo montante que se estima que não será recuperável. Esse montante equivale à diferença entre o valor contabilizado e o valor atual dos fluxos de caixa futuros, descontada a taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, e a perda é reconhecida na Demonstração de Resultados Consolidada do exercício.

A perda por redução ao valor recuperável correspondente aos prêmios pendentes de cobrança calcula-se separadamente para cada ramo ou risco, apresenta-se na Demonstração de Resultados Consolidada como menor montante dos prêmios emitidos e está constituída pela parte do prêmio de tarifa aplicada no exercício que, previsivelmente e de acordo com a experiência de anos anteriores, não venha a ser cobrada, tendo em conta a incidência do resseguro.

A redução ao valor recuperável é reconhecida na Demonstração de Resultados Consolidada globalmente em função da antiguidade dos recibos pendentes de cobrança ou individualmente quando as circunstâncias e situação dos recibos assim os requerem.

Os créditos por cobranças de sinistros ativam-se somente quando sua realização é considerada garantida.

5.10. TESOURARIA

A tesouraria é composta pelo numerário (caixa e depósitos bancários à vista) e os equivalentes de numerário que correspondem àqueles investimentos a curto prazo (máximo três meses) de alta liquidez que são facilmente convertíveis em determinados montantes de caixa e estão sujeitos a um risco pouco significativo de mudanças de valor.

5.11. AJUSTES POR PERIODIZAÇÃO

Nessa seção do ativo incluem-se basicamente as comissões e outras despesas de aquisição correspondentes aos prêmios aplicados que são atribuíveis ao período compreendido entre a data de fechamento e o término de cobertura dos contratos, correspondendo os gastos imputáveis a resultados aos realmente suportados no período, com o limite estabelecido nas bases técnicas.

De forma paralela, nessa seção do passivo, são incluídos os montantes das comissões e outras despesas de aquisição do resseguro cedido que deva ser atribuído ao exercício ou exercícios seguintes de acordo com o período de cobertura das apólices.

5.12. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA SUA VENDA E PASSIVOS ASSOCIADOS

Avaliam-se, em seu caso, ao menor montante entre seu valor contabilizado e seu valor justo diminuído pelos custos de venda, entendendo como tais aqueles cortes marginais diretamente atribuíveis à alienação, excluídos, em seu caso, os custos financeiros e o gasto por imposto de renda.

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda não são amortizados e as perdas pela redução ao valor

recuperável contabilizado são reconhecidas na Demonstração de Resultados Consolidada. Da mesma forma, quando se produz uma recuperação do valor, esse é reconhecido na Demonstração de Resultados Consolidada até um montante igual ao das perdas por deterioração anteriormente reconhecidas.

5.13 AÇÕES PRÓPRIOS

As ações próprias são avaliadas pelo seu custo de aquisição e registradas no patrimônio líquido. As despesas derivadas da compra são registradas em relação ao patrimônio líquido como reservas menores.

Todas as transações realizadas com instrumentos próprios do patrimônio são registradas no patrimônio líquido como uma variação dos fundos próprios.

5.14. PASSIVOS FINANCEIROS E SUBORDINADOS

Passivos financeiros classificados como mantidos para negociar

No momento de seu reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor bruto recebido, atribuindo os custos da transação diretamente a resultados. Posteriormente são avaliados a valor justo, atribuindo as mudanças à conta de resultados.

Outros passivos financeiros

No momento de seu reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo, que é o montante líquido recebido, do qual são deduzidos os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro, como comissões, despesas de formalização, impostos, taxas, etc. Posteriormente são avaliados com custo de amortizado, cujo cálculo é feito aplicando a taxa de juros efetiva do passivo financeiro.

5.15. OPERAÇÕES DE SEGUROS

A) PRÊMIOS

Seguro direto

Os prêmios do negócio Não Vida e de contratos anuais renováveis de Vida são reconhecidos como receita ao longo do período de vigência dos contratos, em função do tempo transcorrido e a periodização é realizada mediante a verba da provisão para prêmios não consumidos.

Os prêmios do negócios de Vida a longo prazo, tanto o prêmio único como prêmio periódico, são reconhecidos quando surge o direito de cobrança por parte do emissor do contrato.

Resseguro cedido

São registrados em função dos contratos de resseguro subscritos e sob os mesmos critérios que se utilizam para o seguro direto.

Resseguro aceito e retrocedido

São contabilizados com base nas contas recebidas das companhias cedentes e, adicionalmente, nas operações de resseguro retrocedido, são levados em consideração os contratos de retrocessão subscritos.

Cosseguro

São registradas em função das contas recebidas da companhia líder e da participação nos contratos subscritos.

B) PROVISÕES TÉCNICAS

À continuação detalham-se as principais hipóteses e métodos utilizados na constituição das provisões.

a) Seguro direto de entidades pertencentes ao Espaço Econômico europeu

Provisão para prêmios não ganhos

Calcula-se apólice por apólice, e reflete o prêmio de tarifa aplicada no exercício imputável a exercícios futuros, deduzido a sobretaxa de segurança.

Provisão para riscos em andamento

Calcula-se ramo a ramo, e complementa a provisão para prêmios não consumidos no montante em que esse não seja suficiente para refletir a avaliação de riscos e gastos a cobrir que correspondam ao período de cobertura não transcorrido na data de fechamento.

Para o ramo de automóveis, o cálculo dessa provisão foi efetuado considerando o conjunto de garantias cobertas com os produtos comercializados pelas diferentes sociedades.

Provisão de seguros de vida

- Nos seguros de Vida cujo período de cobertura é igual ou inferior ao ano, a provisão para prêmios não consumidos calcula-se apólice por apólice, e reflete o prêmio de tarifa aplicada no exercício imputável a exercícios futuros.

Quando essa provisão for insuficiente, calcula-se a provisão para riscos em andamento de forma complementar para cobrir a avaliação de risco e despesas a cobrir que corresponda com o período de cobertura não transcorrido à data de fechamento do exercício.

- Nos seguros sobre a vida cujo período de cobertura é superior a um ano, foi calculado a provisão matemática apólice por apólice como diferença entre o valor atual atuarial das obrigações futuras das sociedades dependentes que operam neste ramo, e as do tomador ou assegurado. A base de cálculo é o prêmio de inventário aplicado no exercício, constituído pelo prêmio puro mais a sobretaxa para despesas administrativas, ambos determinados utilizando as melhores estimativas acerca de mortalidade, morbidade, rendimento de investimentos e despesas administrativas no momento de emissão dos contratos, detalhado nas bases técnicas dos produtos e modalidades correspondentes e permanecendo invariáveis ao longo da vida do contrato, salvo se sua insuficiência ficar clara, em cujo caso se modificaria o cálculo da provisão matemática.

As apólices subscritas que tem cláusula de participação em benefícios em vigor ao fechamento de cada exercício participam, proporcionalmente de suas provisões matemáticas ou resultados técnicos e em função do especificamente recolhido em cada contrato, nos rendimentos líquidos obtidos pelos investimentos afeitos à cobertura de tais provisões. O montante destas participações registra-se como maior montante das provisões técnicas.

- Dentro desta seção do balanço consolidado, reúne-se, igualmente, a provisão para participação em lucros e para estornos, que reúne o montante dos lucros atribuídos a favor dos tomadores, segurados ou beneficiários e dos prêmios que visem restituir aos tomadores ou segurados.

Provisão de sinistros

Representa as avaliações estimadas das obrigações pendentes derivadas dos sinistros ocorridos com anterioridade à data de fechamento do exercício, deduzidos os pagamentos por conta realizados. Inclui as avaliações dos sinistros pendentes de liquidação ou pagamento e pendentes de declaração, assim como dos gastos internos e externos de liquidação de sinistros,

no Seguro de Vida incluem-se adicionalmente os vencimentos e resgates pendentes de pagamento. Seu cálculo é efetuado incluindo, em seu caso, provisões adicionais para desvios nas avaliações de sinistros de longa tramitação.

Outras provisões técnicas

A provisão mais relevante incluída nesta seção é a "Provisão do Seguro Funerário", que se calcula apólice por apólice como diferença entre o valor atual atuarial das obrigações futuras das sociedades dependentes que operam neste ramo e as do tomador ou assegurado.

Para determinar carteiras, a provisão do Seguro Funerário calcula-se utilizando métodos baseados na capitalização coletiva, realizando-se uma atualização financeira -atuarial de fluxos de prêmios e sinistros esperados projetados até a extinção do coletivo.

Provisões técnicas relativas ao seguro de vida quando o risco do investimento são assumidos pelos tomadores de seguros

As provisões de seguros de Vida nas quais contratualmente foi estipulado que o risco do investimento será suportado integralmente pelo tomador, foram calculadas apólice por apólice e são avaliadas em função dos ativos especificamente afeitos para determinar o valor dos direitos.

b) Seguro direto de entidades não pertencentes ao Espaço Econômico Europeu

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os critérios locais de cada país, exceto aqueles casos nos quais sua utilização supunha a distorção da imagem fiel que devem mostrar as demonstrações financeiras, em cujo caso foram adaptadas aos critérios dos acionistas controladores.

As provisões de seguros de Vida foram calculados utilizando as hipóteses operacionais, quadros de mortalidade e taxa de juro técnica usual do setor nos respectivos países.

c) Resseguro cedido

As provisões técnicas pelas cessões a resseguradores são apresentadas no ativo do balanço e calculadas em função dos contratos de resseguro subscritos e sob os mesmos critérios que os utilizados para o seguro direto.

d) Resseguro aceito

Provisão para prêmios não ganhos

As operações de resseguro são contabilizadas com base nas contas recebidas das companhias cedentes e se estima a provisão para prêmios não consumidos, provisionando o prêmio contabilizado não gerado em função do período médio de cobertura de apólices.

As despesas de aquisição comunicadas pelas cedentes são objetos de periodização, incluindo-se na seção "Ajustes por periodização" do ativo do balanço consolidado, correspondendo essas despesas com as realmente suportadas no período. Quando as cedentes não comunicam os montantes de despesas de aquisição, periodizam-se risco a risco para o resseguro proporcional facultativo e de forma global para o resto proporcional do negócio.

Provisão para riscos em andamento

Calcula-se ramo a ramo, e complementa a provisão para prêmios não consumidos no montante em que esse não seja suficiente para refletir a avaliação de riscos e gastos a cobrir que correspondam ao período de cobertura não transcorrido na data de fechamento.

Provisão de sinistros

São provisionadas pelos montantes comunicados pelas cedentes ou, na sua ausência, pelos depósitos retidos, incluindo-se, nos casos necessários, com base nas informações históricas disponíveis, provisões complementares para sinistros ocorridos e não comunicados, bem como para desvios dos existentes em função da própria experiência, estimando e provisionando o último custo esperado com base na experiência e por meio do uso de métodos atuariais.

e) Resseguro retrocedido

As operações de resseguro retrocedido e suas correspondentes provisões técnicas registram-se com os mesmos critérios do resseguro aceito, e em função dos contratos de retrocessão subscritos.

f) Prova de adequação dos passivos

As provisões técnicas registradas são regularmente sujeitas a uma prova de razoabilidade sobre o objetivo de determinar sua eficiência, que é realizada utilizando as estimativas mais atuais dos fluxos futuros procedentes dos contratos de seguros em vigência, levando em conta o valor temporário do dinheiro e utilizando hipóteses (econômicas, biométricas etc.) em função da experiência de cada sociedade. Se como consequência desta prova fica claro que as provisões são insuficientes, são ajustadas de acordo com os resultados do exercício.

g) Contabilidade tácita

Com o fim de atenuar as assimetrias contábeis como consequência da aplicação de métodos de avaliação diferentes para ativos e passivos, assim como para abranger o efeito da participação em lucros dos segurados, as IFRS permitem a denominada "Contabilidade tácita", de tal forma que as perdas

ou ganhos nos ativos afeitos são reconhecidos na avaliação das provisões técnicas, até o limite dos montantes assumidos pelo tomador do seguro.

C) OUTROS ATIVOS E PASSIVOS DERIVADOS DOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

a) Componentes de depósito em contratos de seguro

Alguns contratos de seguro de Vida contém tanto um componente de seguro como um componente de depósito. Ambos componentes não se avaliam separadamente, dado que se reconhecem todos os direitos e obrigações derivados do componente de depósito.

b) Derivados implícitos em contratos de seguro

Alguns contratos de seguro de Vida contém derivados implícitos consistentes fundamentalmente em valores de resgate e valores garantidos ao vencimento. Os derivados implícitos não se avaliam separados do contrato de seguro principal dado que os mesmos cumprem com as condições para ser qualificados como contratos de seguro, sendo avaliado o valor intrínseco dos mesmo implicitamente de forma conjunta com o contrato principal de acordo com a IFRS-UE 4.

c) Contratos de seguro adquiridos em combinações de negócios ou cessões de carteira

Os contratos de seguro adquiridos em uma combinação de negócios ou em cessões de carteiras são reconhecidas no balanço da seguinte maneira:

- C.1) Contabilizam-se os passivos derivados dos contratos de seguro de acordo com a IFRS-UE 4,
- C.2) Contabiliza-se um ativo intangível, que representa a diferença entre:

- O valor justo dos direitos adquiridos e do resto das obrigações contratuais assumidas e,

O montante descrito na seção C.1) anterior

Esse ativo intangível amortiza-se em função da manutenção das apólices em vigor no momento da compra e da geração futura de seus benefícios.

D) SINISTRALIDADE

O custo estimado dos sinistros, tanto do negócio de Vida como de Não-Vida, é reconhecido em função da data de ocorrência dos mesmos, registrando-se todos os gastos necessários a incorrer até a liquidação do sinistro.

Por meio da provisão de sinistros pendentes de declaração se reconhece como despesa a melhor estimativa do custo dos sinistros ocorridos e não informados antes do fechamento, baseada na experiência histórica.

Os pagamentos dos sinistros realizam-se em acordo à provisão previamente reconhecida.

Os sinistros correspondentes ao resseguro aceito são contabilizados com base nas contas recebidas das companhias cedentes estimando-se o último custo esperado. No caso do resseguro cedido e retrocedido são registrados em função dos contratos subscritos e sob os mesmo critérios utilizados para o seguro direto e resseguro aceito, respectivamente.

E) HIPÓTESES MAIS SIGNIFICATIVAS E OUTRAS FONTES DE ESTIMATIVA DE INCERTEZAS

Para os ativos, passivos e receitas e gastos derivados de contratos de seguro, como norma geral, utilizam-se as hipóteses que serviram de base para a emissão desses contratos, e que se encontram especificadas nas bases técnicas.

As estimativas e hipóteses utilizadas são, geralmente, revisadas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores que possam ser considerados mais razoáveis. Se se produzisse uma mudança de estimativa em determinado período, seu efeito se aplicaria neste período e, sendo o caso, nos sucessivos.

A principal hipótese está baseada no comportamento e desenvolvimento dos sinistros, utilizando-se a frequência e custos dos mesmos dos últimos exercícios. Desta forma, tem-se em conta nas estimativas hipóteses sobre as taxas de juro e de câmbio de moedas, atrasos no pagamento de sinistros e qualquer outro fator externo que possa afetar as estimativas.

Para os passivos as hipóteses estão baseadas na melhor estimativa possível no momento da emissão dos contratos, constituindo, caso houvesse insuficiência comprovada, as provisões necessárias para cobri-la.

F) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Quando existe evidência objetiva de que ocorreu uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos derivados de contratos de seguro e resseguro, aplica-se o critério geral de avaliação indicado na Nota 5.9. Créditos.

5.16 PROVISÕES PARA RISCOS E DESPESAS

São reconhecidas quando tem-se uma obrigação presente (seja legal ou implícita) como resultado de um sucesso passado e pode-se fazer uma estimativa confiável do montante da obrigação.

Se espera-se com alta probabilidade que uma parte ou a totalidade de uma provisão seja reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado.

5.17. DÍVIDAS

A avaliação é realizada em caráter geral ao custo de amortizado utilizando o método da taxa de juro efetivo.

Para as dívidas com vencimento superior a um ano sem que as partes tenham pactuado expressamente o juro aplicável, descontam-se tomando como juro financeiro implícito o vigente no mercado para títulos de dívida pública de vencimento igual ou similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de considerar o prêmio de risco correspondente.

5.18. CRITÉRIO GERAL DE RECEITAS E GASTOS

O reconhecimento das receitas ordinárias diferentes das operações de seguros é realizado quando são cumpridas as obrigações de transmissão de bens ou realização de serviços aos clientes, de acordo com o contratualmente acordado, considerando que um bem ou serviço foi transferido quando o cliente obtém o seu controle (seja ao longo do tempo ou em um momento determinado). O montante reconhecido como receita corresponde ao da compensação a que se espera ter direito pelos bens ou serviços transferidos.

5.19 RETRIBUIÇÕES AOS FUNCIONÁRIOS

As retribuições aos funcionários podem ser a curto prazo, prestações depois do emprego, indenizações por cessação de funções, outras retribuições a médio e longo prazo, e pagamentos baseados em ações.

a) Retribuições a curto prazo

São contabilizadas de acordo com os serviços prestados pelos funcionários com base no valor acumulado.

b) Prestações pós-emprego

Estão integradas fundamentalmente pelos regimes de contribuição definida, assim como pelo seguro de vida com cobertura de falecimento entre 65 e 77 anos.

Regimes de contribuição definida

São aqueles nos quais a entidade afetada realiza contribuições de caráter predeterminado a uma entidade separada (seja uma entidade vinculada ou uma entidade externa ao Grupo), e não tem obrigação legal nem implícita de realizar contribuições adicionais no caso de existir uma insuficiência de ativos para atender aos benefícios. O montante dos benefícios a receber pelos funcionários está determinado pelas contribuições realizadas mais o rendimento obtido pelos investimentos em que materializou o fundo.

Regimes de prestação definida

São planos nos quais se estabelece a prestação a ser recebida pelos funcionários no momento de sua aposentadoria, normalmente em função de fatores como a remuneração.

O passivo reconhecido no balanço por planos de pensões da prestação definida é igual ao valor atual da obrigação por prestações definidas na data do balanço, subtraindo o valor razoável dos ativos respectivos do plano, se for o caso.

A obrigação por prestação definida é determinada separadamente para cada regime, utilizando o método de avaliação atuarial da unidade de crédito projetada.

As perdas e lucros atuariais foram registrados em contas de patrimônio líquido.

c) Indenizações por cessação

São reconhecidas como um passivo e como um gasto quando existe um compromisso demonstrável de rescisão do vínculo trabalhista antes da data normal de aposentadoria do funcionário, ou quando existe uma oferta para incentivar a rescisão voluntária dos contratos.

d) Outras retribuições a médio e longo prazo e pagamentos baseados em ações

O registro contábil de outras retribuições a longo prazo diferentes das descritas em parágrafos anteriores, em concreto o prêmio de antiguidade ou permanência na empresa, seguem os princípios descritos anteriormente, com exceção do custo dos serviços passados, que são reconhecidos de forma imediata, são registrados, igualmente, como contrapartida na seção "Provisões para riscos e gastos"; e as perdas e lucros atuariais, que são registradas na Demonstração de Resultados Consolidada.

Planos de incentivos

No exercício de 2019 foi aprovado um regime de incentivos a médio prazo para determinados membros da equipe executiva da MAPFRE, de caráter extraordinário, não consolidável e plurianual, que se estende de 1º de janeiro de 2019 até 31 de março de 2022, com diferimento no pagamento de parte dos incentivos no período 2023-2025. O pagamento de incentivos está sujeito ao cumprimento de determinados objetivos corporativos e específicos, bem como à permanência do diretor no Grupo. Será pago parcialmente em dinheiro (50%) e parcialmente pela entrega de ações da MAPFRE S.A. (50%) e está sujeito a cláusulas de redução ou recuperação.

No fechamento de cada exercício, é realizada uma avaliação do cumprimento dos objetivos, registrando o montante atribuído à Demonstração de Resultados Consolidada com pagamento a uma

conta de passivo pela parte de remuneração em dinheiro e uma conta de patrimônio por aquela correspondente a instrumentos de patrimônio. A avaliação da parte do incentivo a ser recebida em ações da MAPFRE S.A. é feita levando em consideração o valor justo dos instrumentos de patrimônio atribuídos na data em que são concedidos, observando os prazos e as condições do plano.

Todos os anos, até a data de irrevogabilidade da concessão, é feito o ajuste do número de instrumentos de patrimônio incluídos na determinação do montante da transação. Após essa data não são realizados ajustes adicionais.

Durante o exercício 2019, foi parcialmente liquidado o antigo plano de incentivos a médio prazo aprovado em 2016, ficando pendente de pagamento a parte diferida até o período 2020-2022.

5.20. RECEITAS E DESPESAS DOS INVESTIMENTOS

São classificadas em função da atribuição dos investimentos que as geram, operacionais se afetam a cobertura de provisões técnicas, e de patrimônio se diz respeito à materialização dos fundos próprios.

As mudanças de valor justo são registradas segundo a carteira na qual se encontram classificadas as aplicações financeiras:

a) Carteira de negociação

Registram-se diretamente na demonstração de resultados consolidada distinguindo entre a parte atribuível aos rendimentos, que se registra como juros ou em seu caso como dividendos, e a parte que se registra como resultados realizados e não realizados.

b) Carteira mantida até o vencimento

São reconhecidas quando aliena-se o instrumento financeiro e quando se produz sua redução ao valor recuperável.

c) Carteira disponível para venda

São reconhecidas no patrimônio líquido da entidade até que se produz a retirada do balanço ou se registra redução ao valor recuperável, situações nas quais se registram na demonstração de resultados consolidada.

Em todos os casos os juros dos instrumentos financeiros são registrados na Demonstração de Resultados Consolidada aplicando o método do taxa de juro efetiva.

5.21. RECLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS POR NATUREZA DE DESTINO E IMPUTAÇÃO DE SEGMENTOS DE ATIVIDADE

Os critérios seguidos para a reclassificação de gastos por destino estão baseados, principalmente, na função desempenhada por cada um dos funcionários, distribuindo seu custo direto e indireto de acordo com tal função.

Para os gastos não relacionados direta ou indiretamente com o pessoal efetuam-se estudos individuais, imputando-se ao destino de acordo com a função desempenhada por esses gastos.

Os destinos estabelecidos são os seguintes:

- Gastos imputáveis às prestações
- Despesas imputáveis aos investimentos
- Outras despesas técnicas
- Outras despesas não técnicas
- Despesas de aquisição
- Despesas administrativas
- Despesas operacionais de outras atividades

Os gastos foram imputados aos diferentes segmentos em função da Unidade de Negócio ou da Área Regional onde a atividade foi originada.

5.22. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

As transações em moeda estrangeira, com exceção das operações de resseguro, são convertidas à moeda funcional de cada sociedade do Grupo aplicando a taxa de câmbio existente na data de transação.

As operações de resseguro em moeda estrangeira registram-se à taxa de câmbio estabelecido no início de cada um dos trimestres do exercício. Posteriormente, ao fechamento de cada trimestre, tratam-se todas elas como se fossem uma só operação, convertendo-se à taxa de câmbio vigente neste momento e recolhendo-se a diferença que se produz na demonstração de resultados consolidada.

Ao fechamento do exercício os saldos existentes denominados em moeda estrangeira se convertem à taxa de câmbio da moeda funcional em tal data, imputando-se à demonstração de resultados consolidada todas as diferenças de câmbio, exceto as que se imputam diretamente em "Diferenças de conversão", que são as procedentes dos instrumentos monetários que formam parte do investimento líquido em um negócio estrangeiro e dos não monetários avaliados em valor justo cujas mudanças de avaliação sejam reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

5.23. IMPOSTO DE RENDA

O imposto de renda tem a consideração de despesa do exercício, figurando como tal na demonstração de resultados consolidada, e compreende tanto a carga fiscal pelo imposto corrente como o efeito correspondente ao movimento dos impostos diferidos.

Para sua determinação segue-se o método do balanço, segundo o qual registram-se os correspondentes ativos e passivos por imposto diferidos necessários para corrigir o efeito das diferenças temporárias, que são aquelas diferenças que existem entre o montante contábil de um ativo ou de um passivo e o que constitui sua avaliação fiscal.

As diferenças temporárias podem ser "Diferenças temporárias tributáveis", que são as que dão lugar a um maior pagamento de impostos no futuro e que, geralmente, supõem o reconhecimento de um passivo por impostos diferidos, ou bem "Diferenças temporárias dedutíveis", que são as que dão lugar a um menor pagamento de impostos no futuro, à medida que seja recuperável, ao registro de um ativo por impostos diferidos.

Por outra parte, o imposto de renda relacionado com parcelas cujas modificações em sua avaliação são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido imputa-se em patrimônio e não na demonstração de resultados consolidada, reunindo-se as mudanças de avaliação em tais parcelas líquidas do efeito fiscal.

a) Reconhecimento de passivos por imposto diferido

O Grupo reconhece os passivos por imposto direto em todos os casos, exceto se:

- Surgirem do reconhecimento inicial do ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e na data da transação não afeta nem o resultado contábil nem a capacidade econômica fiscal.
- Corresponderem a diferenças relacionadas com investimentos em sociedades dependentes, associadas e negócios conjuntos sobre as quais o Grupo tenha a capacidade de controlar o momento de sua reversão e se não for provável que sua reversão seja produzida em um futuro previsível.

b) Reconhecimento de ativos por imposto diferido

O Grupo reconhece os ativos por imposto diferido sempre que:

- For provável que existam lucros fiscais futuros suficientes para sua compensação. No entanto, os ativos que surgirem do reconhecimento inicial de ativos ou passivos em uma transação que não é uma combinação de negócios e na data da transação não afeta nem o resultado contábil nem a capacidade econômica fiscal não são objeto de reconhecimento.
- Corresponderem a diferenças temporárias relacionadas com investimentos em sociedades dependentes, associadas e negócios conjuntos à medida em que as diferenças temporárias forem reverter, em um futuro previsível e se esperar gerar lucros fiscais futuros positivos para compensar as diferenças.

c) Compensação e classificação

O Grupo só compensa os ativos e passivos por imposto sobre os lucros se houver um direito legal diante das autoridades fiscais e tem a intenção de quitar as dívidas oriundas de seu montante líquido ou realizar os ativos e quitar as dívidas de forma simultânea.

d) Avaliação de ativos e passivos por imposto diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos são avaliados pelos tipos de impostos que serão de aplicação nos exercícios nos quais se espera realizar os ativos ou pagar os passivos.

O Grupo revisa, na data de fechamento do exercício, o valor contábil dos ativos por impostos diferidos e avalia se são cumpridas as condições para reconhecer os ativos por impostos diferidos que previamente não tinham sido reconhecidos.

6. DETALHES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos quadros seguintes detalha-se o movimento desta seção nos dois últimos exercícios:

Exercício de 2019

CONCEITO	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou dotação	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final
CUSTO						
ÁGIO	1.951,37	20,53	132,32	--	(1,71)	2.102,51
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	1.346,33	(10,81)	71,42	--	--	1.406,94
Aplicativos de informática	1.141,81	(0,50)	--	123,30	(11,51)	1.253,10
Outros	134,64	(0,39)	6,80	123,41	(20,62)	243,84
TOTAL CUSTE	4.574,15	8,83	210,54	246,71	(33,84)	5.006,39
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(487,56)	4,29	--	(75,98)	--	(559,25)
Aplicativos de informática	(701,96)	5,44	--	(75,26)	6,28	(765,50)
Outros	(39,35)	(0,33)	--	(2,03)	0,05	(41,66)
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(1.228,87)	9,40	--	(153,27)	6,33	(1.366,41)
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL						
ÁGIO	(262,34)	(3,05)	--	(65,62)	1,71	(329,30)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(10,41)	--	--	--	--	(10,41)
Aplicativos de informática	(0,12)	--	--	--	--	(0,12)
Outros	(0,05)	--	--	--	--	(0,05)
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(272,92)	(3,05)	--	(65,62)	1,71	(339,88)
TOTAL ÁGIO	1.689,03	17,48	132,32	(65,62)	--	1.773,21
TOTAL OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	1.383,33	(2,30)	78,22	93,44	(25,80)	1.526,89
TOTAL ATIVOS INTANGÍVEIS	3.072,36	15,18	210,54	27,82	(25,80)	3.300,10

Dados em milhões de euros.

Os montantes refletidos como mudanças no perímetro no exercício 2019 procedem das aquisições de participação nas sociedades Caja Granada Vida, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A. (doravante CAJA GRANADA VIDA), Cajamurcia Vida y Pensiones de Seguros y Reaseguros, S.A. (doravante CAJAMURCIA VIDA) e Santander Global de Seguros y Reaseguros, S.A. (doravante SANTANDER GLOBAL) (Nota 6.24).

As principais entradas em Outros ativos intangíveis correspondem a:

- A comissão fixa satisfeita novação em janeiro de 2019 do contrato de agência, de duração indefinida, para a distribuição exclusiva de Seguros Não Vida em toda a rede bancária procedente de BMN integrada em Bankia, por montante de 51,40 milhões de euros.
- O pagamento pelo acordo de exclusividade, por tempo indefinido, de venda no canal da Actinver de todos os produtos de seguros da MAPFRE México, pelo montante de 24,84 milhões de euros.

Exercício de 2018

CONCEITO	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou dotação	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final
CUSTO						
ÁGIO	2.024,91	10,36	(22,02)	--	(61,88)	1.951,37
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	1.527,22	(107,61)	--	32,44	(105,72)	1.346,33
Aplicativos de informática	1.075,33	(11,78)	(5,18)	101,25	(17,81)	1.141,81
Outros	167,42	1,17	(37,24)	38,79	(35,50)	134,64
TOTAL CUSTE	4.794,88	(107,86)	(64,44)	172,48	(220,91)	4.574,15
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(506,38)	26,22	--	(70,10)	62,70	(487,56)
Aplicativos de informática	(614,82)	8,15	4,32	(102,79)	3,18	(701,96)
Outros	(50,92)	(0,59)	14,20	(2,06)	0,02	(39,35)
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(1.172,12)	33,78	18,52	(174,95)	65,90	(1.228,87)
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL						
ÁGIO	(141,95)	2,18	--	(173,45)	50,88	(262,34)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS						
Despesas de aquisição de carteira	(57,75)	3,28	--	--	44,06	(10,41)
Aplicativos de informática	(0,11)	(0,01)	--	--	--	(0,12)
Outros	(0,05)	--	--	--	--	(0,05)
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(199,86)	5,45	--	(173,45)	94,94	(272,92)
TOTAL ÁGIO	1.882,96	12,54	(22,02)	(173,45)	(11,00)	1.689,03
TOTAL OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	1.539,94	(81,17)	(23,90)	(2,47)	(49,07)	1.383,33
TOTAL ATIVOS INTANGÍVEIS	3.422,90	(68,63)	(45,92)	(175,92)	(60,07)	3.072,36

Dados em milhões de euros.

Os montantes refletidos como mudanças no perímetro no exercício 2018 procederam principalmente da reclassificação à parcela "Ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda" de ativos procedentes dos negócios de serviços funerários da Espanha (Nota 6.9).

As entradas em Despesas de aquisição de carteira no exercício 2018 procedem da atribuição final do preço de compra da combinação de negócios efetuada no exercício 2017.

As saídas do exercício 2018 procederam principalmente da baixa em balanço de ativos totalmente amortizados e/ou deteriorados.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida

A vida útil dos seguintes ativos intangíveis é considerada indefinida, já que se espera que esses ativos contribuirão para a obtenção de receitas futuras para o Grupo de forma ilimitada:

Elemento	Valor contabilizado	
	31/12/19	31/12/18
Ágio de consolidação	1.763,17	1.679,00
Ágio de fusão	10,04	10,03
Outros ativos intangíveis	76,24	--

Dados em milhões de euros.

Nos quadros seguintes são detalhadas informações sobre as unidades geradoras de caixa às quais os diferentes ágios e despesas de aquisição de carteira, assim como seu valor contabilizado se encontram atribuídos e, sendo o caso, o montante da deterioração e a amortização nos últimos exercícios.

Ágio

Unidade geradora de caixa	Atividade e Área geográfica	Valor bruto em origem		Saldo 31.12.2017	Exercício de 2018		Saldo 31.12.2018	Exercício de 2019		Saldo 31.12.2019
		Milhões em moeda original	Moeda		Altas/ (baixas)	Redução ao valor recuperável líquida do período		Altas/ (baixas)	Redução ao valor recuperável líquida do período	
Ágio de consolidação										
MAPFRE VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	258,40	EUR	212,57	--	--	212,57	--	--	212,57
GLOBAL RISKS	Seguros de Empresas	40,75	EUR	40,17	--	--	40,17	--	--	40,17
GRUPO CORPORATIVO LML	Seguros Não Vida (México)	407,93	MXN	17,29	0,83	--	18,12	1,11	--	19,23
BRIKELL FINANCIAL SERVICES	Assistência em Viagem (EUA)	19,58	USD	15,46	0,73	--	16,19	0,39	(16,58)	--
MAPFRE WARRANTY	Extensão de Garantia	11,40	EUR	11,08	--	--	11,08	--	--	11,08
BB MAPFRE	Seguros de Vida (Brasil)	350,29	BRL	88,10	(9,33)	--	78,77	(1,17)	--	77,60
ABRAXAS	Assistência em viagem (Reino Unido)	11,26	GBP	12,68	(0,15)	--	12,53	0,27	(12,80)	--
MAPFRE SIGORTA	Seguros (Turquia)	156,83	TRY	34,45	(8,62)	--	25,83	(2,33)	--	23,50
BANKINTER VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	160,45	EUR	160,45	--	--	160,45	--	--	160,45
CCM VIDA Y PENSIONES	Seguros de Vida e Aposentadorias (Espanha)	90,51	EUR	81,34	--	--	81,34	--	--	81,34
MAPFRE USA	Seguros Não Vida (EUA)	882,40	USD	735,23	31,32	(129,64)	636,91	13,74	--	650,65
MAPFRE AMÉRICA CENTRAL	Seguros (América Central)	8,98	PAB	7,50	0,34	--	7,84	0,17	--	8,01
INSURANCE AND GO	Seguros (Reino Unido)	30,72	GBP	35,37	(0,38)	--	34,99	0,63	(35,62)	--
CENTURY AUTOMOTIVE	Seguros e resseguros (EUA)	30,35	USD	20,72	0,97	--	21,69	0,47	--	22,16
BANKINTER SEGUROS GENERALES	Seguros Não Vida (Espanha)	12,72	EUR	12,46	--	--	12,46	--	--	12,46
BANKIA MAPFRE VIDA SOCIEDAD DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	Seguros de Vida (Espanha)	18,69	EUR	18,69	--	--	18,69	--	--	18,69
FUNESPAÑA	Serviços funerários (Espanha)	17,88	EUR	17,88	(0,68)	--	17,20	--	--	17,20
VERTI VERSICHERUNG AG	Seguros Não Vida (Alemanha)	125,47	EUR	125,47	--	--	125,47	--	--	125,47
VERTI ASSICURAZIONI S.P.A.	Seguros Não Vida (Itália)	101,30	EUR	68,27	--	(21,60)	46,67	--	--	46,67
ABDA	Seguros (Indonésia)	1.384.263,79	IDR	96,94	(13,49)	(22,21)	61,24	3,96	--	65,20
CAJA GRANADA VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	32,07	EUR	--	--	--	--	32,07	--	32,07
CAJAMURCIA VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	23,65	EUR	--	--	--	--	23,65	--	23,65
SANTANDER GLOBAL	Seguros Não Vida (Espanha)	76,60	EUR	--	--	--	--	76,60	--	76,60
Outros	--	--	--	38,33	0,46	--	38,79	0,23	(0,62)	38,40
TOTAL ÁGIO DE CONSOLIDAÇÃO				1.850,45	2,00	(173,45)	1.679,00	149,79	(65,62)	1.763,17

Unidade geradora de caixa	Atividade e Área geográfica	Valor bruto em origem		Saldo 31.12.2017	Exercício de 2018		Saldo 31.12.2018	Exercício de 2019		Saldo 31.12.2019
		Milhões em moeda original	Moeda		Altas/ (baixas)	Redução ao valor recuperável líquida do período		Altas/ (baixas)	Redução ao valor recuperável líquida do período	
Ágio de fusão e de filiais										
BANKINTER VIDA (filial de Portugal)	Seguros de Vida e Aposentadorias (Portugal)	5,34	EUR	5,34	--	--	5,34	--	--	5,34
GRUPO FUNESPAÑA	Serviços funerários (Espanha)	41,09	EUR	22,01	(22,01)	--	--	--	--	--
Outros	--	--	--	5,16	(0,47)	--	4,69	0,01	--	4,70
TOTAL ÁGIO DE FUSÃO				32,51	(22,48)	--	10,03	0,01	--	10,04
TOTAL ÁGIO				1.882,96	(20,48)	(173,45)	1.689,03	149,80	(65,62)	1.773,21
Ágio de entidades parceiras e multigrupo										
SALVADOR CAETANO AUTO (SGPS), S.A.	Serviços (Portugal)	11,31	EUR	11,31	--	--	11,31	--	--	11,31
PUY DU FOU ESPAÑA, S.A.	Atividades e parques temáticos (Espanha)	4,55	EUR	--	--	--	--	4,55	--	4,55
SOLUNION SEGUROS DE CRÉDITO, S.A.	Seguros (Espanha)	12,87	EUR	12,87	--	--	12,87	--	--	12,87
Outros	--	--	--	4,63	0,44	--	5,07	(0,31)	--	4,76
TOTAL DE ÁGIO DE ENTIDADES PARCEIRAS E MULTIGRUPO (MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL) (*)				28,81	0,44	--	29,25	4,24	--	33,49

Dados em milhões de euros.

(*) O ágio relacionado com aquisições de associadas e multigrupo é incluído como maior valor dos investimentos contabilizados sob o método da participação.

Despesas de aquisição de carteira

Unidade geradora de caixa	Atividade e Área geográfica	Valor bruto em origem		Saldo 31.12.2017	Exercício de 2018		Saldo 31.12.2018	Exercício de 2019		Saldo 31.12.2019
		Milhões em moeda original	Moeda		Altas/ (baixas)	Redução ao valor recuperável líquida do período		Altas/ (baixas)	Redução ao valor recuperável líquida do período	
BANKINTER VIDA	Seguros de Vida (Espanha e Portugal)	200,89	EUR	138,05	--	(10,12)	127,93	--	(10,13)	117,80
BANKIA MAPFRE VIDA SOCIEDAD DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	Seguros de Vida (Espanha)	89,59	EUR	63,10	--	(6,67)	56,43	--	(6,11)	50,32
CCM VIDA Y PENSIONES	Seguros de Vida e Aposentadorias (Espanha)	82,55	EUR	43,50	--	(4,03)	39,47	--	(3,99)	35,48
BB MAPFRE	Seguros de Vida (Brasil)	3.461,42	BRL	643,45	(67,30)	(31,81)	544,34	(7,33)	(32,44)	504,57
MAPFRE SIGORTA	Seguros (Turquia)	95,40	TRY	5,59	(1,32)	(0,82)	3,45	(0,28)	(0,59)	2,58
MAPFRE FINISTERRE	Seguros Não Vida (Espanha)	87,94	EUR	40,27	--	(2,53)	37,74	--	(2,47)	35,27
VERTI VERSICHERUNG AG	Seguros Não Vida (Alemanha)	23,52	EUR	18,74	--	(4,09)	14,65	--	(3,29)	11,36
ABDA	Seguros (Indonésia)	481.941,46	IDR	--	23,60	(7,82)	15,78	0,91	(6,60)	10,09
CAJA GRANADA VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	30,46	EUR	--	--	--	--	30,46	(3,75)	26,71
CAJAMURCIA VIDA	Seguros de Vida (Espanha)	40,96	EUR	--	--	--	--	40,96	(4,31)	36,65
Outros	--	--	--	10,39	0,39	(2,21)	8,57	0,18	(2,30)	6,45
TOTAL DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE CARTEIRA				963,09	(44,63)	(70,10)	848,36	64,90	(75,98)	837,28

Dados em milhões de euros.

O valor contabilizado, líquido da possível redução ao valor recuperável de cada um dos ágios e despesas de aquisição de carteira descritos nos quadros anteriores e dos ativos líquidos associados a cada unidade geradora de caixa, é igual ou inferior ao montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual se encontram atribuídos, que se determinou segundo valor de uso. No seguinte quadro é refletido o valor recuperável das principais unidades geradoras de caixa no fechamento dos dois últimos exercícios:

Unidade geradora de caixa	Valor de contraste		Valor recuperável	
	2019	2018	2019	2018
MAPFRE VIDA	1.875,12	1.781,21	6.118,15	4.424,07
BB MAPFRE	230,55	251,14	1.442,47	850,11
BANKINTER VIDA (Espanha)	260,42	270,84	754,85	584,39
CCM VIDA Y PENSIONES	147,90	143,81	254,27	193,74
MAPFRE USA	1.763,61	1.612,18	2.524,65	1.612,18
MAPFRE SIGORTA	143,26	149,80	145,03	158,07
VERTI ASSICURAZIONI S.P.A.	370,81	410,01	388,45	410,01
VERTI VERSICHERUNG AG	301,21	289,79	436,23	295,49
ABDA	119,19	117,52	120,00	117,52

Dados em milhões de euros.

Para o cálculo do valor recuperável das unidades geradoras de caixa leva-se em conta o grau de desenvolvimento econômico da economia em que elas são operadas, além do grau de desenvolvimento do setor de seguros, medido por seu peso no Produto Interno Bruto do país, e outras variáveis, como cota de mercado, provisões de evolução da rede comercial, experiência histórica da MAPFRE nos mercados em que as unidades geradoras de caixa têm presença, etc.

São também consideradas as variáveis de taxa de desconto (k_e) e taxa de crescimento à perpetuidade (g) que, em caráter geral, respondem às seguintes definições:

1) Taxa de desconto (k_e) = Taxa livre de risco do país + (β * Prêmio de risco do mercado de renda variável).

2) Taxa de crescimento à perpetuidade (g): considerando para seu cálculo a previsão de inflação no longo prazo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A taxa de risco do país, em caráter geral, se corresponde com a

rentabilidade efetiva dos Títulos do Governo a 10 anos em moeda e de emissão local do país no qual opera a unidade geradora de caixa, incrementada no prêmio de risco país, no prêmio de risco do mercado de ações estimada para o setor de seguros. O prêmio de risco do mercado do setor de seguros é calculando modulando-se o prêmio genérico do mercado de ações pelo coeficiente Beta de entidades seguradoras cotizadas comparáveis do âmbito regional em que opera a unidade geradora de caixa.

A taxa livre de risco aplicada oscila entre -0,19% e 12,00% em 2019 e entre 0,25% e 15,83% em 2018.

Como complemento para a estimativa das taxas de desconto (k_e) e crescimento à perpetuidade (g) aplicáveis às diferentes unidades geradoras de caixa objeto de análise, são utilizadas previsões externas de Organismos Internacionais e de outras entidades de referência no âmbito da avaliação de empresas.

As taxas de desconto aplicáveis aos fluxos de caixa descontados no cálculo de valor recuperável das principais unidades geradoras de caixa foram as seguintes:

Unidade geradora de caixa	LÍQUIDOS DO EFEITO FISCAL		ANTES DE IMPOSTOS	
	2019	2018	2019	2018
MAPFRE USA	6,52%	8,10%	7,70%	9,55%
MAPFRE VIDA, BANKINTER VIDA (Espanha) e CCM VIDA Y PENSIONES	5,44%	6,44%	6,89%	7,89%
BB MAPFRE	10,14%	13,60%	11,85%	15,86%
MAPFRE SIGORTA	16,90%	19,25%	18,97%	21,13%
VERTI ASSICURAZIONI S.P.A.	6,29%	6,95%	7,92%	8,33%
VERTI VERSICHERUNG AG	4,29%	5,05%	5,53%	5,69%
ABDA	10,74%	11,60%	12,97%	15,36%

As taxas utilizadas para o cálculo do valor recuperável das unidades geradoras de caixa são após impostos, por aplicar-se a fluxos de caixa também líquidos do efeito impositivo.

As estimativas de taxas de crescimento à perpetuidade (g) aplicáveis às diferentes unidades geradoras de caixa partem das previsões de inflação a longo prazo incluídas no “World Economic Outlook Database” do Fundo Monetário Internacional. Essas previsões de inflação a longo prazo e as taxas de crescimento à perpetuidade fixadas a partir delas para os mercados nos quais operam as principais unidades geradoras de caixa são as seguintes:

País	Previsão de inflação a longo prazo		Taxa de crescimento à perpetuidade (g)	
	2019	2018	2019	2018
Espanha	1,77%	1,94%	1,77%	1,94%
Estados Unidos	2,29%	2,12%	2,29%	2,12%
Turquia	11,00%	13,00%	11,50%	13,50%
Brasil	3,49%	3,97%	3,99%	4,47%
Itália	1,50%	1,71%	1,50%	1,71%
Alemanha	2,13%	2,56%	2,13%	2,56%
Indonésia	2,98%	2,99%	3,48%	3,49%

Por outro lado, cada entidade do Grupo analisa pelo menos anualmente as hipóteses utilizadas na estimativa dos fluxos de caixa futuros e os atualiza em função dos resultados reais e da experiência passada. Com caráter geral, as projeções de fluxos de caixa correspondentes aos cinco primeiros exercícios consideram taxas de crescimento baseadas na experiência histórica, enquanto que nos anos seguintes se calcula o valor residual, estabelecendo-se uma renda perpétua baseada nos fluxos de caixa do último período das estimativas, com uma taxa de crescimento à perpetuidade conforme ao descrito anteriormente. Excepcionalmente, no Brasil, Indonésia e Itália foi considerado um horizonte temporário de mais de cinco anos, atendendo à duração dos acordos com o Banco do Brasil, no primeiro caso, e pelo fato de serem negócios de recente aquisição ainda em desenvolvimento, no caso da Indonésia, ou em processo de reorganização derivado do plano de Filiais, no caso da Itália.

A seguir são detalhadas as hipóteses mais relevantes utilizadas para determinar os fluxos de caixa das principais unidades geradoras de caixa:

Unidade geradora de caixa	Média de crescimento de prêmios líquidos		Média de crescimento de resultado líquido		Taxa média de capital requerido para prêmios	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
MAPFRE USA	0,22%	0,31%	13,37%	21,89%	15,02%	12,84%
MAPFRE VIDA	1,78%	(2,97%)	1,15%	(0,65%)	45,73%	39,63%
BANKINTER VIDA	3,50%	7,04%	3,95%	3,64%	21,74%	7,46%
CCM VIDA Y PENSIONES	0,66%	2,41%	(0,27%)	0,23%	63,26%	28,06%
BB MAPFRE	10,82%	6,58%	11,18%	5,94%	10,81%	11,00%
MAPFRE SIGORTA	11,17%	15,58%	32,09%	17,07%	29,43%	27,07%
VERTI ASSICURAZIONI S.P.A.	2,56%	6,02%	20,45%	38,48%	45,71%	33,97%
VERTI VERSICHERUNG AG	6,07%	5,63%	8,12%	11,67%	31,28%	38,14%
ABDA	7,39%	12,69%	24,76%	20,19%	35,00%	22,06%

As taxas descritas anteriormente correspondem à média dos exercícios que constituem o horizonte temporário das projeções (5 anos com caráter geral, com as exceções indicadas da BB MAPFRE, VERTI ASSICURAZIONI y ABDA).

Diante de variações razoáveis de qualquer uma das hipóteses chave, não cabe esperar que o valor contabilizado seja superior ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa.

Na prática, os estudos realizados para as principais unidades geradoras de caixa analisadas apresentam as seguintes faixas de sensibilidade diante de variações desfavoráveis das hipóteses chave:

- O aumento de 1 ponto porcentual na taxa de desconto aplicável a cada unidade geradora de caixa implicaria redução dos valores recuperáveis entre 10,57% e 31,82% no exercício 2019, e entre 9,40% e 41,74% no exercício 2018; o que afetaria apenas as unidades geradoras de caixa com margem mais ajustada, sem que o efeito em nenhuma delas fosse significativo para o patrimônio e a situação financeira do Grupo.
- A redução de 0,25 pontos percentuais na taxa de crescimento à perpetuidade aplicável a cada unidade geradora de caixa implicaria reduções do valor recuperável entre 1,28% e 6,56% no exercício 2019, e entre 0,94% e 13,99% no exercício 2018, o que também em nenhum caso representa uma queda desta magnitude abaixo do valor atribuído contabilizado a cada uma das unidades pelas quais não foi identificada a redução.

Caso no processo de análise da possível redução ao valor recuperável do ágio fosse obtido um valor recuperável inferior ao valor contabilizado, realiza-se um estudo individualizado das hipóteses chave que deram lugar a tal situação, considerando também faixas de sensibilidade para o cálculo de seu efeito.

A perda por redução contabilizada no exercício 2019 pelos ágios da MAPFRE ABRAXAS, INSURANCE & GO e BRICKEL FINANCIAL SERVICES, por montante total de 65,00 milhões de euros, têm sua origem na redução das expectativas de lucros futuros nos negócios de assistência e seguros de viagem no Reino Unido, como consequência de um ambiente socioeconômico complexo e a previsível desaceleração de sua economia pelo Brexit; bem como na redução de negócios não rentáveis nos Estados Unidos e Canadá.

A perda por redução contabilizada no exercício 2018 pelos ágios da MAPFRE USA, VERTI ITALIA e ABDA, por montante total de 173,45 milhões de euros, têm sua origem na atualização efetuada pelo Grupo no final do exercício mencionado do ambiente macroeconômico e outros fatores de risco que podem afetar o negócio de seguro no futuro. Dessa forma, no ambiente de baixas taxas de juros em diferentes regiões que gera menores receitas financeiras, a pressão sobre as economias emergentes e suas moedas e a incomum frequência de sinistros catastróficos ocorridos nos últimos anos em diferentes geografias marcaram uma mudança nos modelos preditivos e foram fatores de risco que podem condicionar os padrões de crescimento futuro do resultado. Nesse contexto, o Grupo atualizou as projeções de resultados da área de negócio, com melhorias em países cujo modelo de negócio está bem fundamentado, e moderando um pouco as expectativas a médio e longo prazo do crescimento dos lucros em países mais expostos a esses riscos. Essa atualização de projeções representou a redução parcial mencionada, de caráter extraordinário, dos ágios das operações de seguro direto nos Estados Unidos, Itália e Indonésia.

6.2. IMOBILIZADO MATERIAL E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Imobilizado material

Nos quadros seguintes detalha-se o movimento desta seção nos dois últimos exercícios:

Exercício de 2019

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou dotação	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final	Valor de mercado
CUSTO							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	46,88	2,54	--	1,60	(16,79)	34,23	85,05
Edifícios e outras construções	1.035,52	0,14	--	17,56	(14,67)	1.038,55	1.144,99
Direitos de uso por locação	--	--	--	328,24	(0,01)	328,23	285,09
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES							
Elementos de transporte	31,44	(0,09)	--	3,95	(3,46)	31,84	10,86
Mobiliário e instalações	470,12	(4,02)	--	51,04	(20,65)	496,49	159,41
Outras imobilizações	262,76	1,41	--	16,56	(24,80)	255,93	87,21
Adiantamentos e imobilizações em andamento	9,82	(0,25)	--	10,30	(13,28)	6,59	6,59
Direitos de uso por locação	--	--	--	3,30	--	3,30	1,44
TOTAL CUSTO	1.856,54	(0,27)	--	432,55	(93,66)	2.195,16	1.780,64
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	(218,34)	(0,77)	--	(62,45)	2,17	(279,39)	--
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	(512,42)	3,13	--	(57,95)	40,64	(526,60)	--
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(730,76)	2,36	--	(120,40)	42,81	(805,99)	--

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou dotação	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final	Valor de mercado
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	--	--	--	--	--	--	--
Edifícios e outras construções	(11,40)	--	--	(2,11)	3,52	(9,99)	--
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES							
Elementos de transporte	--	--	--	--	--	--	--
Mobiliário e instalações	--	--	--	--	--	--	--
Outras imobilizações	(2,04)	--	--	--	--	(2,04)	--
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(13,44)	--	--	(2,11)	3,52	(12,03)	--
TOTAL IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	852,66	1,91	--	282,84	(25,78)	1.111,63	1.515,13
TOTAL OUTRO IMOBILIZADO MATERIAL	259,68	0,18	--	27,20	(21,55)	265,51	265,51
TOTAL IMOBILIZADO MATERIAL	1.112,34	2,09	--	310,04	(47,33)	1.377,14	1.780,64

Dados em milhões de euros.

As principais entradas do exercício 2019 têm sua origem da mudança de política contábil em relação com as locações, descrita em Notas 2.4, 5.4 e 6.3.

Exercício de 2018

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou dotação	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final	Valor de mercado
CUSTO							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	56,89	(10,57)	(0,23)	5,97	(5,18)	46,88	89,47
Edifícios e outras construções	1.095,17	(5,33)	(50,51)	18,89	(22,70)	1.035,52	1.143,52
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES							
Elementos de transporte	35,33	(1,22)	(5,36)	7,54	(4,85)	31,44	12,40
Mobiliário e instalações	469,94	(2,63)	(10,41)	40,63	(27,41)	470,12	169,97
Outras imobilizações	270,59	(8,21)	(0,19)	27,51	(26,94)	262,76	73,59
Adiantamentos e imobilizações em andamento	7,85	(0,09)	(0,26)	24,16	(21,84)	9,82	9,82
TOTAL CUSTO	1.935,77	(28,05)	(66,96)	124,70	(108,92)	1.856,54	1.498,77
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	(213,97)	2,76	8,64	(19,66)	3,89	(218,34)	--
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	(510,01)	7,70	13,25	(60,11)	36,75	(512,42)	--
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(723,98)	10,46	21,89	(79,77)	40,64	(730,76)	--
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL							
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
Terrenos e bens naturais	--	--	--	--	--	--	--
Edifícios e outras construções	(17,45)	--	0,18	(2,22)	8,09	(11,40)	--
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES							
Elementos de transporte	0,21	(0,21)	--	--	--	--	--
Mobiliário e instalações	0,28	(0,28)	--	--	--	--	--
Outras imobilizações	(3,10)	1,00	--	--	0,06	(2,04)	--
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(20,06)	0,51	0,18	(2,22)	8,15	(13,44)	--
TOTAL IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	920,64	(13,14)	(41,92)	2,98	(15,90)	852,66	1.232,99
TOTAL OUTRO IMOBILIZADO MATERIAL	271,09	(3,94)	(2,97)	39,73	(44,23)	259,68	265,78
TOTAL IMOBILIZADO MATERIAL	1.191,73	(17,08)	(44,89)	42,71	(60,13)	1.112,34	1.498,77

Dados em milhões de euros.

Os montantes refletidos como mudanças no perímetro no exercício 2018 procedem principalmente da reclassificação à parcela "Ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda" de ativos procedentes dos negócios de serviços funerários da Espanha (Nota 6.9).

Investimentos imobiliários

Nos quadros seguintes detalha-se o movimento desta seção nos dois últimos exercícios:

Exercício de 2019

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou dotação	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final	Valor de mercado
CUSTO							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA							
Terrenos e bens naturais	597,19	0,60	--	0,03	(79,62)	518,20	363,25
Edifícios e outras construções	1.176,65	4,75	--	182,34	(20,79)	1.342,95	1.424,14
TOTAL CUSTO	1.773,84	5,35	--	182,37	(100,41)	1.861,15	1.787,39
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA							
	(281,71)	(0,14)	--	(18,55)	5,30	(295,10)	--
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(281,71)	(0,14)	--	(18,55)	5,30	(295,10)	--
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA							
Terrenos e bens naturais	(203,17)	(0,01)	--	(1,81)	7,99	(197,00)	--
Edifícios e outras construções	(45,36)	(0,22)	--	(2,55)	2,43	(45,70)	--
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(248,53)	(0,23)	--	(4,36)	10,42	(242,70)	--
TOTAL IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA	1.243,60	4,98	--	159,46	(84,69)	1.323,35	1.787,39

Dados em milhões de euros.

As principais entradas do exercício 2019 correspondem com os imóveis adquiridos pelo fundo de investimento imobiliário Stable Income European Real Estate Fund no curso de sua atividade ordinária.

Exercício de 2018

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas ou dotação	Saídas, baixas ou reduções	Saldo final	Valor de mercado
CUSTO							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA							
Terrenos e bens naturais	616,57	(5,31)	--	0,39	(14,46)	597,19	442,16
Edifícios e outras construções	1.167,48	7,24	--	25,18	(23,25)	1.176,65	1.242,13
TOTAL CUSTO	1.784,05	1,93	--	25,57	(37,71)	1.773,84	1.684,29
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA	(266,08)	(0,15)	--	(19,47)	3,99	(281,71)	--
TOTAL AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(266,08)	(0,15)	--	(19,47)	3,99	(281,71)	--
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL							
IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA							
Terrenos e bens naturais	(218,76)	--	--	(6,80)	22,39	(203,17)	--
Edifícios e outras construções	(48,50)	(0,04)	--	(4,98)	8,16	(45,36)	--
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(267,26)	(0,04)	--	(11,78)	30,55	(248,53)	--
TOTAL IMÓVEIS DESTINADOS À RENDA	1.250,71	1,74	--	(5,68)	(3,17)	1.243,60	1.684,29

Dados em milhões de euros.

A principal saída do exercício de 2018 corresponde à venda de um edifício em Santiago do Chile, por um preço de venda 57,85 milhões de euros e um lucro após impostos de 24,70 milhões de euros.

utilizados correspondem ao método de custo, ao método de comparação, ao método de atualização de rendas e ao método residual abreviado, dependendo das características do ativo a ser avaliado.

A perda por redução do exercício encontra-se registrada na conta "Constituição de provisão para prever a deterioração dos ativos" e a reversão na "Reversão de perdas por redução ao valor recuperável" da demonstração de resultados consolidada.

Por outro lado, a maioria dos imóveis são ativos designados às provisões técnicas e as taxações se realizam com caráter periódico, conforme o estabelecido pelos organismos supervisores da atividade seguradora para revisão da avaliação.

O valor de mercado dos Investimentos imobiliários e dos imóveis de uso próprio corresponde basicamente com o avaliação determinada por uma entidade avaliadora independente que utiliza técnicas de avaliação em função de variáveis observáveis de mercado (Nível 2). Os métodos de avaliação geralmente

As receitas e despesas derivadas de Investimentos imobiliários do exercício 2019 e 2018 detalham-se no seguinte quadro:

Conceito	Investimentos							
	Operacionais		Patrimoniais		Outras atividades		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receitas de imóveis destinados à renda								
Por aluguéis	48,07	42,16	1,52	2,13	15,58	13,70	65,17	57,99
Outros	1,45	31,88	0,01	0,05	1,88	2,33	3,34	34,26
Lucros por realizações	9,27	25,64	0,40	0,36	2,67	6,32	12,34	32,32
Total ingresos de las inversiones inmobiliarias	58,79	99,68	1,93	2,54	20,13	22,35	80,85	124,57
Receitas de imóveis destinados à renda								
Despesas operacionais diretas	21,85	23,01	--	--	0,61	--	22,46	23,01
Outras despesas	2,75	4,69	0,15	0,04	8,52	8,45	11,42	13,18
Perdas por realizações	5,28	5,70	--	--	--	0,05	5,28	5,75
Total Receitas de imóveis destinados à renda	29,88	33,40	0,15	0,04	9,13	8,50	39,16	41,94

Dados em milhões de euros.

6.3 LOCAÇÕES

As informações relativas aos contratos de locação do exercício 2019 foram elaboradas segundo a IFRS-EU 16, norma vigente a partir de 1 de janeiro do mencionado exercício.

O Grupo é locatário de imóveis de uso próprio e outras imobilizações. Essas locações têm uma duração média de 5 a 18 anos, sem cláusulas de renovação estipuladas nos contratos. Para o locatário, não há nenhuma restrição com respeito à contratação dessas locações.

Os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019 derivados da aplicação da IFRS-EU 16 aos contratos de locação nos quais o Grupo é locatário atingem 312,44 milhões de euros de ativo por direito de uso e 328,30 milhões de euros de passivo por títulos de pagamento.

As demonstrações financeiras no fechamento do exercício 2019 reúnem os seguintes montantes:

Conceito	Imóveis de uso próprio	Outras imobilizações	Total
ATIVO			
Direito de uso (valor líquido contábil)	285,09	1,44	286,53
PASSIVO			
Outros passivos financeiros (Obrigações de pagamento)	309,67	5,72	315,39
CONTA DE RESULTADOS			
Amortização	(43,14)	(1,86)	(45,00)
Despesa com juros	(16,87)	(0,37)	(17,24)

Dados em milhões de euros.

As despesas com juros são registradas na demonstração de resultados consolidada como despesas dos investimentos operacionais do negócio segurador e gastos financeiros com outras atividades. O gasto por amortização registrado é reclassificado por destino segundo os critérios refletidos na nota 5.21.

As despesas com locações em curto prazo ou que contenham ativos subjacentes de baixo valor, não incluídas na tabela anterior, aumentaram em 35,14 milhões de euros.

Os pagamentos totais do período aumentaram em 59,75 milhões de euros.

Os pagamentos mínimos futuros a título de locações não canceláveis no fechamento do exercício 2019, sem levar em conta o desconto financeiro, são os seguintes:

Conceito	Inmuebles de uso propio	Otro inmovilizado material	Total
Menos de un año	55,98	3,20	59,18
Más de un año pero menos de cinco	166,38	3,15	169,53
Más de cinco años	200,09	--	200,09
TOTAL	422,45	6,35	428,80

Dados em milhões de euros.

A taxa aplicada para o cálculo do endividamento segue uma metodologia baseada em curvas de taxa de juros por país e moeda, aplicadas de forma individualizada.

A taxa média ponderada de imóveis e outro imobilizado chega a 5,18% e 8,83%, respectivamente.

O Grupo acolheu a isenção de não aplicar a IFRS-EU 16 aos contratos de locação de curto prazo e/ou que contenham um ativo subjacente de baixo valor.

No exercício 2018, as operações por locação operacional foram registradas segundo a IAS-EU 17 "Locações" vigente no fechamento do exercício mencionado, não tendo sido reexpressa a referida informação segundo permite a IFRS-EU 16.

Os pagamentos mínimos futuros a serem realizados a título de locações operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2018 segundo a NIC-UE 17 foram os seguintes:

Conceito	2018
Menos de um ano	42,09
Mais de um ano, mas menos de cinco	157,24
Mais de cinco anos	232,30
TOTAL	431,63

Dados em milhões de euros.

O Grupo é locador de locações operacionais sobre imóveis. Essas locações têm uma duração média de cinco a seis anos, sem cláusulas de renovação estipuladas nos contratos. Para o locatário, não há nenhuma restrição com respeito à contratação dessas locações.

No quadro a seguir, são refletidos os montantes correspondentes aos contratos de locação operacional na qualidade de locador ao fechamento dos dois últimos exercícios:

Tipo de activo	Valor líquido contábil	
	2019	2018
Investimentos imobiliários	1.002,15	849,58

Dados em milhões de euros

O vencimento das cobranças por locações operacionais dos dois últimos exercícios são os seguintes:

Conceito	2019	2018
Menos de um ano	55,60	53,18
Mais de um ano, mas menos de cinco	147,30	143,82
Mais de cinco anos	98,52	96,48
TOTAL	301,42	293,48

Dados em milhões de euros.

6.4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição das aplicações financeiras é a seguinte:

Conceito	Valor contábil	
	2019	2018
CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO		
Renda fixa	1.949,70	1.939,60
Outros investimentos	23,69	11,87
TOTAL CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO	1.973,39	1.951,47
CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA		
Ações	2.021,12	1.799,94
Renda fixa	34.312,36	31.487,88
Fundos de investimento	725,98	432,38
Outros	25,75	33,53
TOTAL CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA	37.085,21	33.753,73
CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO		
Derivativos (não cobertura):		
Permutas financeiras swaps	494,47	453,00
Opções	0,03	0,70
Outros investimentos:		
Ações	739,91	607,21
Renda fixa	3.181,59	3.090,04
Fundos de investimento	1.100,11	898,05
Híbridos	392,72	413,13
Depósitos	0,42	--
Outros	28,02	78,64
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	5.937,27	5.540,77

Dados em milhões de euros.

O processo de avaliação dos ativos financeiros compreende:

- No momento da aquisição toma-se a decisão da carteira à qual é alocado (vencimento, disponível para venda ou negociação), dependendo das características dos passivos aos quais será alocado e da legislação contábil e de seguros local e internacional.
- A avaliação é realizada em função da natureza contábil das carteiras. Apesar disso, é feita uma avaliação no mínimo mensal do mercado para todos os ativos, sendo os métodos de avaliação os descritos na Nota 5.5 "Aplicações Financeiras" (Nível 1, Nível 2 e Nível 3).
- As avaliações são realizadas diretamente pelas entidades do Grupo, embora, em alguns países, a avaliação seja realizada por uma entidade financeira independente, conforme as exigências das normas locais.

A política de avaliação é decidida nos Comitês de investimento e/ou Comitês de risco e revisada no mínimo uma vez a cada três meses.

Além disso, o Comitê Executivo da MAPFRE S.A. dominante realiza uma análise global do valor dos investimentos, mais-valias e menos-valias.

Com relação à sensibilidade da avaliação a um justo valor, mudanças nas variáveis não observáveis utilizadas nas avaliações individuais mencionadas não modificariam de forma significativa o justo valor obtido.

As transferências entre níveis podem ser decididas com base em processos periódicos de controle e verificação de cotações:

- Se a fonte de cotação de um ativo deixa de ser representativa, ela passa do Nível 1 para o Nível 2.
- Em caso de constatação de uma fonte de cotação justa, os ativos dos Níveis 2 e 3 serão transferidos para o Nível 1.
- Quando dados observáveis nos mercados não estão mais disponíveis, os ativos são transferidos para o Nível 3.

Teste SPPI

No fechamento dos exercícios 2019 e 2018, o Grupo realizou uma análise dos títulos de renda fixa classificados nas carteiras mantidas até o vencimento e disponíveis para venda, a fim de determinar quais títulos recebem fluxos de caixa contratuais unicamente de principais e de juros, isto é, são aprovados no teste "SPPI". No exercício 2018 foram analisados unicamente os títulos das Unidades e Áreas Regionais mais relevantes. São descritos a seguir os resultados dessa análise, detalhando-se os valores contábeis e justos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e a variação do valor justo durante os referidos exercícios:

Exercício de 2019

Resultado	Valor contábil	Valor justo	
		Montante	Varição
Aprovados no "teste SPPI"	35.317,45	35.521,03	1.897,80
Não aprovados no "teste SPPI"	944,61	945,25	46,75
TOTAL	36.262,06	36.466,28	1.944,55

Dados em milhões de euros.

Além disso, no quadro seguinte é detalhada a qualificação creditícia dos ativos financeiros que são aprovados no teste "SPPI":

Rating	Montante aprovado no "teste SPPI"	
	Valor contábil	Valor justo
AAA	2.076,86	2.176,27
AA	2.993,55	2.994,51
A	20.265,76	20.265,77
BBB	7.970,96	7.983,14
BB OU MENOR	1.427,90	1.520,00
SEM QUALIFICAÇÃO DE CRÉDITO	582,42	581,34
TOTAL	35.317,45	35.521,03

Dados em milhões de euros.

Exercício de 2018

Resultado	Valor contábil	Valor justo	
		Montante	Varição
Aprovados no "teste SPPI"	29.750,01	29.928,39	(178,38)
Não aprovados no "teste SPPI"	445,29	443,87	(19,20)
Análise não conclusiva	1.671,10	1.682,60	(19,05)
TOTAL ANALISADO	31.866,40	32.054,86	(216,63)

Dados em milhões de euros.

Dos títulos que são aprovados no teste SPPI, 99% correspondiam a instrumentos com baixo risco de crédito, classificados como "investment grade".

Carteira mantida até o vencimento

Detalham-se à continuação os investimentos relacionados à carteira mantida até o vencimento em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Conceito	Valor contábil		Valor justo						Receitas por juros		Redução ao valor recuperável			
			Nível 1. Valor de cotação		Nível 2. Dados observáveis		Nível 3. Outras avaliações				Perda registrada		Lucros por reversão	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Renda fixa	1.949,70	1.939,60	1.943,85	1.845,18	167,18	131,63	42,88	37,53	177,29	183,12	--	--	--	--
Outros investimentos	23,69	11,87	15,51	5,83	0,23	0,04	7,95	5,99	3,11	1,58	--	--	--	--
TOTAL	1.973,39	1.951,47	1.959,36	1.851,01	167,41	131,67	50,83	43,52	180,40	184,70	--	--	--	--

Dados em milhões de euros.

Em relação aos ativos financeiros da carteira mantida até o vencimento classificados no Nível 3, nos exercícios de 2019 e de 2018 não foram produzidas operações significativas.

Carteira disponível para venda

Detalham-se à continuação os investimentos relacionados à carteira disponível para venda em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Conceito	Valor contábil (Valor justo)								Redução ao valor recuperável			
	Nível 1. Valor de cotação		Nível 2. Dados observáveis		Nível 3. Outras avaliações		Total		Perda registrada		Lucros por reversão	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ações	1.956,11	1.745,91	62,55	49,50	2,46	4,53	2.021,12	1.799,94	(1,85)	(4,19)	--	0,12
Renda fixa	28.594,55	26.702,47	5.708,84	4.771,83	8,97	13,58	34.312,36	31.487,88	(11,45)	(10,53)	0,01	0,05
Fundos de investimento	381,85	322,73	37,27	0,52	306,86	109,13	725,98	432,38	(0,26)	--	--	--
Outros	25,75	29,16	--	4,35	--	0,02	25,75	33,53	--	--	--	--
TOTAL	30.958,26	28.800,27	5.808,66	4.826,20	318,29	127,26	37.085,21	33.753,73	(13,56)	(14,72)	0,01	0,17

Dados em milhões de euros.

Os ajustes de avaliação dos investimentos em carteira sobem para 5.495,36 e 3.415,59 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente, que foram registrados líquidos do efeito impositivo em patrimônio.

As transferências dos ajustes de avaliação dos investimentos em carteira de exercícios anteriores para a demonstração de resultados consolidada, realizados durante os exercícios 2019 e 2018, aumentam a um montante de 440,24 e 144,29 milhões de euros respectivamente.

Nos exercícios 2019 e 2018 foram produzidas transferências de ativos do Nível 1 ao Nível 2 por montante de 872,98 e 975,67 milhões de euros, respectivamente.

Não foram produzidas variações nas técnicas de avaliação dos Níveis 2 e 3.

A seguir é apresentada a conciliação dos saldos de abertura com os saldos de término do exercício para os ativos financeiros da carteira disponível para a venda classificados no Nível 3:

Carteira disponível para venda	Instrumentos de patrimônio e fundos de investimentos		Valores representativos de dívida		Outros ativos financeiros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	113,66	32,00	13,58	16,18	0,02	--	127,26	48,18
Compras	225,82	72,94	8,57	12,85	--	--	234,39	85,79
Vendas	(30,34)	(4,73)	(8,60)	(12,91)	--	--	(38,94)	(17,64)
Transferência de Nível 1 ou 2	--	24,66	--	0,49	--	--	--	25,15
Transferência ao Nível 1 ou 2	--	--	--	--	--	--	--	--
Amortizações	--	--	--	--	--	--	--	--
Perdas e lucros	2,41	(2,91)	(4,54)	(3,03)	--	--	(2,13)	(5,94)
Outros	(2,23)	(8,30)	(0,04)	--	(0,02)	0,02	(2,29)	(8,28)
Saldo final	309,32	113,66	8,97	13,58	--	0,02	318,29	127,26

Dados em milhões de euros.

No fechamento dos exercício de 2019 e 2018 as análises de redução ao valor recuperável realizadas para cada valor das carteiras de renda variável concluíram que não existia deterioração por montante significativa, nem indício de deterioração em nenhum dos investimentos avaliados de cotação na Bolsa, ao não concluir as situações objetivas que o determinam.

Em relação com os investimentos em ativos não cotados, nos exercícios de 2019 e de 2018, foram reconhecidas perdas pela participação acionária na SAREB pelo montante de 4,28 e 3,38 milhões de euros, respectivamente. Nos exercícios 2019 e 2018 não foram realizadas outras dotações por redução ao valor recuperável por montante significativo de investimentos em ativos não cotados analisados de forma individualizada.

No fechamento dos exercícios de 2019 e 2018, o Grupo tem ativos de renda fixa em garantia entregue por operações de permuta financeira cujo valor de mercado chega a 496,49 e 425,26 milhões de euros, respectivamente. Esses ativos financeiros encontram-se classificados na carteira disponível para venda. No fechamento de tais exercícios os ativos recebidos em garantia chegam a 516,90 e 465,16 milhões de euros, respectivamente. Em ambos os casos a garantia vence diariamente, momento em que constitui-se uma nova garantia, mantém-se a existente ou cancela-se a garantia definitivamente. A existência de tais garantias permite reduzir o risco de contraparte (CVA/DVA) em grande parte dos derivados do Grupo.

Carteira de negociação

Detalham-se à continuação os investimentos relacionados à carteira de negociação em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Conceito	Valor contábil (Valor justo)							
	Nível 1. Valor de Cotação		Nível 2. Dados observáveis		Nível 3. Outras avaliações		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Derivativos (não cobertura)								
Permutas financeiras swaps	--	--	494,47	453,00	--	--	494,47	453,00
Opções	--	--	0,03	0,70	--	--	0,03	0,70
TOTAL DERIVATIVOS (NÃO COBERTURA)	--	--	494,50	453,70	--	--	494,50	453,70
Outros investimentos								
Ações	738,56	605,86	0,05	0,05	1,30	1,30	739,91	607,21
Renda fixa	2.610,66	2.900,95	570,93	189,09	--	--	3.181,59	3.090,04
Fundos de investimento	1.058,91	895,16	41,20	2,89	--	--	1.100,11	898,05
Híbridos	93,79	10,59	298,93	402,54	--	--	392,72	413,13
Depósitos	0,42	--	--	--	--	--	0,42	--
Outros	0,01	0,41	1,07	78,23	26,94	--	28,02	78,64
TOTAL OUTROS INVESTIMENTOS	4.502,35	4.412,97	912,18	672,80	28,24	1,30	5.442,77	5.087,07
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	4.502,35	4.412,97	1.406,68	1.126,50	28,24	1,30	5.937,27	5.540,77

Dados em milhões de euros.

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram produzidas transações significativas com os ativos financeiros da carteira de negociação classificados no Nível 3, nem foram feitas transferências a/desde tal Nível.

A seguir, são detalhadas as mais-valias e as menos-valias imputadas a resultados nos exercícios de 2019 e 2018:

Conceito	Mais-valias (menos-valias) lançadas a resultados			
	NÃO REALIZADAS		REALIZADAS	
	2019	2018	2019	2018
Derivativos (não cobertura)				
Permutas financeiras swaps	(4,79)	(41,89)	14,79	(5,80)
Opções	--	--	(0,82)	(0,28)
TOTAL DERIVATIVOS (NÃO COBERTURA)	(4,79)	(41,89)	13,97	(6,08)
Outros investimentos				
Ações	64,11	(22,47)	18,31	(1,27)
Renda fixa	44,86	(12,17)	19,68	(6,16)
Fundos de investimento	76,64	(55,96)	20,60	(3,30)
Híbridos	17,44	(9,60)	--	--
Depósitos	--	--	--	--
Outros	0,42	(0,08)	(6,04)	0,10
TOTAL OUTROS INVESTIMENTOS	203,47	(100,28)	52,55	(10,63)
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	198,68	(142,17)	66,52	(16,71)

Dados em milhões de euros.

Os principais instrumentos derivados correspondem a permutas financeiras de fluxos certos ou predeterminados, em que uma entidade do Grupo assume a obrigação de pagar certos montantes fixos ou predeterminados que são denominados normalmente em euros. Por esse conceito consta como registrado na carteira de negociação o montante de 494,47 milhões de euros no fechamento do exercício 2019 (453,00 milhões de euros em 2018).

Na Nota 7 "Gestão de riscos" se detalha o vencimento dos valores de renda fixa.

6.5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS A SEGUROS DE VIDA CUJO RISCO DO INVESTIMENTO É ASSUMIDO PELO SEGURADO

No seguinte quadro é mostrada a composição da seção aplicações financeiras vinculadas a seguros de vida cujo risco do investimento é assumido pelo segurado em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Conceito	Valor contábil (Valor justo)								Resultados			
	Nível 1. Valor de cotação		Nível 2. Dados observáveis		Nível 3. Outras avaliações		Total		Dados observáveis		Realizados	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ações	670,61	414,99	--	--	--	--	670,61	414,99	11,39	(44,92)	--	0,05
Renda fixa	262,30	803,76	563,01	260,41	--	--	825,31	1.064,17	62,98	(47,52)	21,15	16,95
Participações em fundos de investimento	1.014,28	763,25	0,04	0,08	--	--	1.014,32	763,33	45,26	(16,12)	37,35	33,49
TOTAL	1.947,19	1.982,00	563,05	260,49	--	--	2.510,24	2.242,49	119,63	(108,56)	58,50	50,49

Dados em milhões de euros.

No saldo de “Participações em fundos de investimento” é incluído o montante das participações majoritárias de empresas do Grupo em fundos de investimentos afetadas por seguros de Vida cujos tomadores assumem o risco do investimento, pelos montantes de 295,44 e 134,43 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A descrição dos ativos nos quais são materializadas é a seguinte:

Conceito	2019	2018
Renda fixa	193,17	33,42
Fundos de investimento	83,86	88,19
Outros	18,41	12,82
TOTAL	295,44	134,43

Dados em milhões de euros.

6.6 CRÉDITOS

A composição da seção de créditos em 31 de dezembro de 2019 e 2018; assim como as perdas por redução ao valor recuperável e os lucros por reversões desses registradas nos últimos exercícios são as seguintes:

Conceito	Valor bruto		Redução ao valor recuperável		Saldo líquido no balanço		Redução ao valor recuperável			
							Perdas registradas		Lucros por reversão	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	4.002,28	3.709,38	(57,19)	(65,17)	3.945,09	3.644,21	(11,29)	(10,82)	6,97	9,93
Créditos por operações de resseguro	971,75	939,29	(37,42)	(36,21)	934,33	903,08	(16,44)	(21,95)	15,89	15,64
Créditos tributários	409,20	336,70	--	--	409,20	336,70	--	--	--	--
Créditos previdenciários e outros	798,38	895,11	(17,61)	(17,90)	780,77	877,21	(10,47)	(3,02)	2,43	2,28
TOTAL	6.181,61	5.880,48	(112,22)	(119,28)	6.069,39	5.761,20	(38,20)	(35,79)	25,29	27,85

Dados em milhões de euros.

Na partida "Créditos por operações de seguro direto e cosseguro" incluem-se prêmios pendentes de cobrança de segurados e intermediários, e na partida "Créditos por operações de resseguro" aqueles saldos pendentes derivados de operações de resseguro cedido, retrocedido e aceito. No exercício 2018, duas filiais brasileiras cancelaram saldos irrecuperáveis de "Créditos por operações de seguro direto e cosseguro" e de "Créditos por operações de resseguro", pelo montante de 35,11 e 38,83 milhões de euros, respectivamente. Como sua irrecuperabilidade procedia de exercícios anteriores, os montantes mencionados se reuniram, líquidos do efeito fiscal, em outras variações de Reservas e de Participações não dominantes da Demonstração das Mudanças do Patrimônio Líquido, por montante total, incluídos outros ajustes menores em Dívidas e Provisões técnicas, de 26,67 e 27,17 milhões de euros, respectivamente.

A discriminação da seção "Créditos previdenciários e outros" no fechamento dos dois últimos exercícios é a seguinte:

Conceito	Montante	
	2019	2018
Devedores por vendas ou prestação de serviços	95,55	236,38
Créditos por recuperação de sinistros (incluindo convênios de colaboração com outras seguradoras)	19,47	33,68
Antecipações sobre apólices (seguros de vida)	28,53	29,30
Depósitos judiciais	376,05	326,03
Atividades conjuntas com Organismos Públicos	2,99	0,55
Saldos a cobrar à equipe	25,37	27,70
Outros devedores	232,81	223,57
TOTAL	780,77	877,21

Dados em milhões de euros.

O cálculo e, conforme o caso, o reconhecimento da redução ao valor recuperável é realizado conforme detalhado na política contábil 5.9 "Créditos" do presente relatório.

Os saldos incluídos na seção de créditos não geram juros e em caráter geral sua liquidação se produz no exercício seguinte.

6.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Nos quadros seguintes detalha-se a redução ao valor recuperável de ativos nos dois últimos exercícios:

Exercício de 2019

Redução ao valor recuperável em:	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Lançamento em resultados		Baixa do ativo	Saldo final
				Verba	Redução		
Ativos intangíveis	272,92	3,05	--	65,62	--	(1,71)	339,88
Ágio	262,34	3,05	--	65,62	--	(1,71)	329,30
Outros ativos intangíveis	10,58	--	--	--	--	--	10,58
Imobilizado material	13,44	--	--	2,11	(3,52)	--	12,03
Imóveis de uso próprio	11,40	--	--	2,11	(3,52)	--	9,99
Outras imobilizações	2,04	--	--	--	--	--	2,04
Investimentos	395,05	(0,59)	--	24,17	(7,24)	(56,82)	354,57
Investimentos imobiliários	248,53	0,23	--	4,36	(7,23)	(3,19)	242,70
Aplicações financeiras	--	--	--	--	--	--	--
- Carteira mantida até o vencimento	--	--	--	--	--	--	--
- Carteira disponível para venda	108,94	(0,78)	--	13,56	(0,01)	(28,50)	93,21
- Carteira de negociação	--	--	--	--	--	--	--
Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	18,62	--	--	--	--	(8,53)	10,09
Depósitos constituídos por resseguro aceito	--	--	--	--	--	--	--
Outros investimentos	18,96	(0,04)	--	6,25	--	(16,60)	8,57
Inventários	80,77	--	--	1,22	(1,24)	--	80,75
Créditos	119,28	3,03	--	38,20	(25,29)	(23,00)	112,22
Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	65,17	(1,81)	--	11,29	(6,97)	(10,49)	57,19
Créditos por operações de resseguro	36,21	4,56	--	16,44	(15,89)	(3,90)	37,42
Créditos tributários	--	--	--	--	--	--	--
Créditos previdenciários e outros	17,90	0,28	--	10,47	(2,43)	(8,61)	17,61
Outros ativos	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	881,46	5,49	--	131,32	(37,29)	(81,53)	899,45

Dados em milhões de euros.

Exercício de 2018

Redução ao valor recuperável em:	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Lançamento em resultados		Baixa do ativo	Saldo final
				Verba	Redução		
Ativos intangíveis	199,86	(5,45)	--	173,45	--	(94,94)	272,92
Ágio	141,95	(2,18)	--	173,45	--	(50,88)	262,34
Outros ativos intangíveis	57,91	(3,27)	--	--	--	(44,06)	10,58
Imobilizado material	20,06	(0,51)	(0,18)	2,22	(8,09)	(0,06)	13,44
Imóveis de uso próprio	17,45	--	(0,18)	2,22	(8,09)	--	11,40
Outras imobilizações	2,61	(0,51)	--	--	--	(0,06)	2,04
Investimentos	450,82	(39,28)	--	28,81	(28,68)	(16,62)	395,05
Investimentos imobiliários	267,26	0,04	--	11,78	(28,51)	(2,04)	248,53
Aplicações financeiras	--	--	--	--	--	--	--
- Carteira mantida até o vencimento	--	--	--	--	--	--	--
- Carteira disponível para venda	155,94	(46,97)	--	14,72	(0,17)	(14,58)	108,94
- Carteira de negociação	--	--	--	--	--	--	--
Investimentos contabilizados por equivalência patrimonial	18,62	--	--	--	--	--	18,62
Depósitos constituídos por resseguro aceito	--	--	--	--	--	--	--
Outros investimentos	9,00	7,65	--	2,31	--	--	18,96
Inventários	78,59	--	--	4,08	(1,90)	--	80,77
Créditos	142,07	(11,03)	--	35,79	(27,85)	(19,70)	119,28
Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	78,35	(13,66)	--	10,82	(9,93)	(0,41)	65,17
Créditos por operações de resseguro	46,81	2,38	--	21,95	(15,64)	(19,29)	36,21
Créditos tributários	--	--	--	--	--	--	--
Créditos previdenciários e outros	16,91	0,25	--	3,02	(2,28)	--	17,90
Outros ativos	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	891,40	(56,27)	(0,18)	244,35	(66,52)	(131,32)	881,46

Dados em milhões de euros.

6.8. TESOURARIA

Desembolsos

Foram realizados ao longo dos exercícios de 2019 e 2018 desembolsos por investimentos em empresas do Grupo e por aquisição de negócios, correspondendo, as mais significativas, às aquisições seguintes:

Sociedade adquirente	Detalhes da aquisição				Montante
	Sociedade	Porcentagem	Atividade		
Exercício 2019					
MAPFRE VIDA S.A.	CAJA GRANADA VIDA S.A.	51,00%	Seguros		61,76
MAPFRE VIDA S.A.	CAJA MURCIA VIDA Y PENSIONES S.A.	51,00%	Seguros		48,55
MAPFRE ESPAÑA S.A.	SANTANDER MAPFRE S.A.	50,01%	Seguros		82,27
Exercício 2018					
MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.	MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A.	50,00%	Holding de entidades de Seguros		519,44

Os investimentos descritos foram financiados com fundos próprios e emissão de obrigações, empréstimos bancários e disposições da linha de crédito a longo prazo.

A aquisição do exercício 2018 enquadra-se na reestruturação dos negócios da parceria estratégica entre a MAPFRE e o Banco do Brasil, pela qual o Grupo passou a ser titular de 100% do negócio gerado pela rede de agências e do negócio de automóveis e grandes riscos do canal bancário. A aquisição gerou uma

diminuição das participações não dominantes e das reservas por montante de 331,62 e 196,34 milhões de euros, respectivamente.

Não existem transações não monetárias significativas relacionadas com atividades de investimento e financiamento excluídas do estado de fluxos de caixa.

Compromissos

Os acionistas minoritários da subsidiária MAPFRE RE têm uma opção de venda sobre as ações nessa entidade. Em caso de exercício, a MAPFRE S.A. ou uma entidade do Grupo, deverá adquirir as ações do acionista minoritário interessado em vender. O preço de compra das ações da MAPFRE RE será o resultante da aplicação da fórmula estabelecida previamente. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, levando em consideração as variáveis incluídas na fórmula citada, o compromisso assumido pelo Grupo, em caso de exercício dessa opção, aumentaria para um montante aproximado de 108,75 e 98,09 milhões de euros, respectivamente.

6.9. ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA A VENDA, PASSIVOS ASSOCIADOS E ATIVIDADES INTERROMPIDAS

As principais classes de ativos não circulantes classificados como mantidos para venda e de atividades interrompidas, assim como os passivos associados a eles em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

Conceito	Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda		Atividades interrompidas		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativos						
Ativos intangíveis	50,84	40,66	--	--	50,84	40,66
Imobilizado material	63,54	43,06	--	--	63,54	43,06
Investimentos	80,08	201,81	--	--	80,08	201,81
Créditos	7,68	16,44	--	--	7,68	16,44
Tesouraria	28,26	31,48	--	--	28,26	31,48
Outros ativos	33,84	8,03	--	--	33,84	8,03
Total activos	264,24	341,48	--	--	264,24	341,48
Passivos associados						
Provisões técnicas	69,02	63,28	--	--	69,02	63,28
Provisões para riscos e despesas	1,56	89,96	--	--	1,56	89,96
Passivos por impostos diferidos	1,18	1,08	--	--	1,18	1,08
Outras dívidas	64,08	39,64	--	--	64,08	39,64
Total passivos	135,84	193,96	--	--	135,84	193,96

Dados em milhões de euros.

Ativos não circulantes classificados como mantido para venda e passivos associados

São descritas a seguir as principais operações que geram os ativos e passivos reunidos no quadro anterior.

Exercício de 2019

- Negócios de serviços funerários na Espanha.

No último trimestre do exercício 2018, a MAPFRE Espanha e Santa Lucía S.A. firmaram um acordo de intenções de caráter não vinculante em virtude do qual ambas as partes refletiram os acordos preliminares alcançados com o fim de estabelecer uma parceria estratégica para o desenvolvimento conjunto de

seus respectivos negócios de serviços funerários na Espanha, parceria formalizada durante o exercício 2019. O resultado dessa aliança será um grupo líder no mercado funerário espanhol, com penetração direta e indireta em 100% do território.

Uma vez fixadas as avaliações, atualmente em andamento, foi acordado que a MAPFRE, por meio de sua filial FUNESPAÑA, controlará 25% do capital social e Santa Lucía, os 75% restantes.

À espera das autorizações pertinentes, os ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda e os passivos associados procedentes dos negócios contribuídos para a parceria atingem 193,13 e 65,88 milhões de euros, respectivamente, no fechamento do exercício 2019; e 135,74 e 39,04 milhões de euros, respectivamente, no fechamento do exercício 2018.

- Cessão da carteira de longo prazo do Seguro complementar de trabalho de risco do Peru.

Irá pressupor a transferência de um bloco patrimonial composto por ativos e passivos vinculados a esse seguro, pelo montante de 69,02 milhões de euros.

Exercício de 2018

- Reordenação da atividade nos Estados Unidos

No exercício de 2018, a MAPFRE reorganizou sua atividade nos Estados Unidos, com a venda da operação de Vida e a saída de cinco estados onde funcionava principalmente no ramo de Automóveis, uma vez que não constituíam negócios com dimensão suficiente para torná-los rentáveis.

Essa reorganização baseou-se nas três seguintes transações:

- a) A venda da MAPFRE Life Insurance Company para a resseguradora suíça Swiss Re durante o segundo trimestre de 2018. A transação de venda limitou-se aos ativos e passivos, assim como à licença que a MAPFRE detinha em todos os estados dos Estados Unidos para trabalhar no ramo de seguros de Vida.
- b) A venda para a seguradora norte-americana Plymouth Rock, dos negócios de Nova York e Nova Jersey. No caso de Nova York, a MAPFRE vendeu a sua filial, a MAPFRE Insurance Company, ao passo que, em Nova Jersey, a operação foi estruturada como uma transferência da carteira de negócio a diversas entidades do grupo Plymouth Rock. Ambas as operações, que forma concluídas simultaneamente, foram aprovadas pelos órgãos reguladores em 2 de janeiro de 2019.
- c) A transferência das carteiras de negócio de Não Vida dos estados de Tennessee, Kentucky e Indiana para a entidade Safeco Insurance, filial do grupo Liberty Mutual.

No fechamento do exercício 2018, o valor justo dos ativos derivados dessas duas últimas operações foi registrado na seção "Ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda", por montante de 112,76 milhões de euros, atingindo os passivos associados 90,91 milhões de euros.

A reorganização de todos esses negócios nos Estados Unidos implicou o registro de uma perda líquida de impostos de 8,60 milhões de dólares (7,20 milhões de euros) no fechamento de junho de 2018 e uma entrada de 68,9 milhões de dólares na tesouraria da MAPFRE USA.

6.10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social é registrado pelo valor nominal das ações desembolsadas ou cujo desembolso tenha sido exigido.

O capital social da Sociedade dominante em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado por 3.079.553.273 ações de 0,10 euros de valor nominal cada uma, totalmente subscritas e desembolsadas. Todas as ações conferem os mesmos direitos políticos e econômicos.

A Assembléia Geral de Acionistas autorizou, em 9 de março de 2018, os administradores da Sociedade dominante a realizarem uma ampliação de capital até no máximo 153.977.663,65 euros, equivalente a 50% do capital social neste momento. Essa autorização tem um período de duração de cinco anos. Da mesma forma, foi autorizada aos administradores a emissão de obrigações ou valores de renda fixa de natureza análoga, conversíveis ou não, por um montante máximo de 2 bilhões de euros.

A participação direta da CARTERA MAPFRE sobe para 67,60% do capital em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Todas as ações representativas do capital social da Sociedade controladora foram admitidas para negociação oficial nas Bolsas de Madri e de Barcelona.

Ações próprias

Durante o exercício de 2019, foram compradas no mercado 7.897.336 de ações próprias, e foram entregues a diretores de filiais como parte de suas retribuições variáveis 1.839.387 ações, resultando no aumento líquido de 6.057.949 ações, que representam 0,1967% do capital, pelo montante de 15,59 milhões de euros. No exercício anterior foram vendidas 2.079.216 ações próprias que representavam 0,0675% do capital, por montante de 4,11 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo total de ações próprias foi de 30.489.839 e 24.431.890, respectivamente, representando 0,9901% e 0,7934% do capital, no montante de 63,84 e 48,25 euros, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 nenhuma outra sociedade do Grupo possui ações da Sociedade dominante.

Ajustes por mudanças de valor

Recolhe aquelas reservas patrimoniais postas em claro como consequência das receitas e despesas reconhecidos em cada exercício que conforme estabelecido na normativa contábil internacional devem ter reflexo direto nas contas de patrimônio líquido do Grupo.

No seguinte quadro é apresentada a natureza dos "Ajustes por mudança de valor" refletidos nessa seção do Patrimônio líquido no fechamento dos dois últimos exercícios:

Conceito	Importe	
	2019	2018
Renda fixa		
Mais-valias	4.791,11	3.834,87
Menos-valias	(1.987,00)	(1.772,05)
Renda Variável e Fundos de Investimento		
Mais-valias	795,17	142,45
Menos-valias	(18,56)	(114,17)
Contabilidade tácita	(2.558,91)	(1.839,32)
Outros ajustes	(18,13)	41,34
TOTAL	1.003,68	293,12

Dados em milhões de euros.

Restrições sobre a disponibilidade de reservas

- Na seção "Reservas" é incluída a reserva legal da Sociedade dominante, por um montante de 61,59 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 2018, que não é distribuível aos acionistas salvo em caso de liquidação da mesma e que somente pode ser utilizada para compensar eventuais perdas.

A mesma restrição é aplicável às reservas legais constituídas pelas filiais e refletidas em seus balanços.

- Não existem outras restrições à disposição das reservas por montante significativo, salvo pelo descrito na seção de Incentivos Fiscais da Nota 6.20.

Gestão do capital

A gestão do capital está centrada em sua estabilidade e na manutenção de uma retribuição adequada, por meio de fortes níveis de solvência, flexibilidade financeira, geração de fluxos de caixa e criação de valor para o acionista.

O capital administrado corresponde aos fundos próprios admissíveis, de acordo com o exigido pela normativa vigente e outros modelos de gestão utilizados. A taxa de Solvência do Grupo oferece uma grande solidez e estabilidade, apoiada por uma alta diversificação e estritas políticas de investimento e gestão de ativos e passivos.

De acordo com o Apetite de Risco do Grupo que corresponde ao nível de risco que o Grupo está disposto a assumir para poder alcançar seus objetivos de negócio sem desvios relevantes (inclusive em situações adversas), cada Unidade de Negócio se ajusta a certos níveis de tolerância de risco em função do capital designado.

A MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de Negócio de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos.

A quantia de dividendos a ser distribuída é fixada sobre a base dos orçamentos de resultados e estimativas de fundos próprios. Caso a evolução real se afaste das estimativas realizadas, então o capital designado é revisado.

A remuneração para os acionistas está vinculada com o lucro, a solvência, a liquidez e os planos de investimento do Grupo, bem como com as expectativas dos seus acionistas.

Com caráter geral, o Conselho de Administração propõe à Assembléia Geral de Acionistas uma distribuição de dividendos entre 50% e 65% do resultado do exercício, atribuível aos acionistas controladores em suas contas anuais consolidadas.

Tanto a estimativa de riscos, como a atribuição de capital a cada uma das Unidades se detalha na Nota 7 do relatório contábil "GESTÃO DE RISCOS".

Por outro lado, os instrumentos integrantes do patrimônio disponível do Grupo se adequam aos exigidos pela norma vigente.

6.11. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo dessa conta reúne o custo de amortizado das obrigações subordinadas emitidas pela Sociedade dominante correspondentes às emissões de setembro 2018 e março 2017, cujos termos e condições mais relevantes estão descritas a seguir:

Termos e condições	Emissão	
	Setembro de 2018	Março de 2017
Montante nominal	500,00	600,00
Data de emissão	07.09.2018	31.03.2017
Vencimento	07.09.2048	31.03.2047
Primeira opção de amortização	07.09.2028	31.03.2027
Taxa de juros		
Até 1ª opção de amortização	4,125%	4,375%
Da 1ª opção de amortização	Euribor 3M + 4,30%	Euribor 3M + 4,543%
Mercado de cotação	AIAF	AIAF
Rating da emissão	BBB-	BBB
Juros acumulados pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018	6,50	19,78
Cotação no fechamento do exercício		
2019	117,91%	117,74%
2018	99,84%	102,49%

Importe nominal e intereses en millones de euros.

Ambas as emissões, emitidas sob direito espanhol, contemplam:

- Amortização em casos especiais: por reforma ou modificação das normas fiscais, por falta de aplicação como recursos próprios do emissor e por mudança de tratamento outorgado pelas Agências de Qualificação de Crédito.
- Diferimento de juros: o emissor é obrigado a diferir o pagamento de juros, caso exista não cumprimento do Capital de Solvência Obrigatório ou do Capital Mínimo Obrigatório, ou então proibição de realização de pagamento de juros, de parte do Regulador Relevante, ou falta de capacidade do emissor de cumprir com os passivos vencidos e exigíveis.

6.12 PASSIVOS FINANCEIROS

O quadro seguinte recolhe o detalhe do valor justo dos passivos financeiros:

Conceito	Valor contabilizado		Valor justo	
	2019	2018	2019	2018
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	1.004,82	1.004,05	1.087,20	997,32
Dívidas com entidades de crédito	847,81	545,69	847,81	545,69
Outros passivos financeiros	1.913,08	1.262,80	1.903,41	1.256,84
TOTAL	3.765,71	2.812,54	3.838,42	2.799,85

Dados em milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor justo da Emissão de obrigações e outros valores negociáveis corresponde ao valor de cotação no fechamento do exercício (Nível 1), incluindo o cupom de juros.

Emissão de obrigações e outros valores negociáveis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo dessa conta reúne o custo de amortizado das obrigações simples emitidas pela MAPFRE S.A. Os termos e condições mais relevantes da emissão estão descritos a seguir:

- Natureza da emissão: obrigações simples representadas mediante anotações em conta.
- Montante nominal: 1.000 milhões de euros.
- Data de emissão: 19 de maio de 2016.
- Prazo da emissão: 10 anos.
- Vencimento: 19 de maio de 2026.
- Amortização: única ao vencimento e ao mesmo tempo, livre de gastos para o detentor.
- Lista: Mercado AIAF de renda fixa.
- Cupom: 1,625% fixo anual, a pagar nos aniversários da data de emissão até a data de vencimento final, inclusive.
- Rating da emissão: A-

Os juros atribuídos pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 atingiram 10,060 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os títulos cotam 107,71% e 98,73% de seu valor nominal, respectivamente.

Dívidas com entidades de crédito

As dívidas com entidades de crédito apresentam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Tipo de débito	Valor contabilizado		Taxa de juros % média		Garantias outorgadas	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Aluguel financeiro	0,17	0,40	5,16	5,28	--	--
Créditos	639,80	502,82	0,52	0,50	--	--
Empréstimos	161,62	0,59	--	--	--	--
Outros	46,22	41,88	1,00	1,00	--	--
TOTAL	847,81	545,69	--	--	--	--

Dados em milhões de euros.

- Créditos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a principal linha de crédito existente é a seguinte:

Mutuária	Vencimento	Limite		Utilizado	
		2019	2018	2019	2018
MAPFRE S.A.	26.02.2024	1.000,00	1.000,00	610,00	490,00
TOTAL		1.000,00	1.000,00	610,00	490,00

Dados em milhões de euros.

A linha de crédito descrita é um crédito sindicalizado concedido por um grupo de dez entidades bancárias, acumula juros referenciados a variáveis de mercado e, no exercício 2018, foi novado, modificando suas condições e estendendo seu vencimento. Entre as condições modificadas cabe destacar que se converteu em um financiamento sustentável, vinculando os juros também a parâmetros de sustentabilidade do Grupo. Conforme o estipulado no contrato, no exercício de 2020 seu vencimento foi prorrogado de fevereiro de 2024 a fevereiro de 2025.

• Empréstimos

O detalhe dos principais empréstimos vigentes em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

Mutuária	Vencimento	Montante
MAPFRE VIDA	31.01.2026	110,00
MAPFRE ESPAÑA	21.02.2024	51,00
TOTAL		161,00

Dados em milhões de euros.

Ambos os empréstimos acumulam juros referenciados Euribor, amortizando-se por meio de cotas anuais e iguais, a primeira após 2 anos da formalização do empréstimo em 2019.

Outros passivos financeiros

Na seção "Outros passivos financeiros" inclui-se o montante de obrigações a pagar de natureza financeira não incluídas em outras parcelas. Sua discriminação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é apresentada no seguinte quadro:

Outros passivos financeiros	Montante	
	2019	2018
Passivos financeiros mantidos para negociar	471,05	322,36
Outros passivos financeiros a valor razoável com mudanças em PeG	498,94	469,60
Participações externas em fundos de investimento (Nota 3.2)	584,07	428,15
Passivos financeiros por locação (Nota 6.3)	315,39	--
Restante dos passivos financeiros	43,63	42,69
TOTAL	1.913,08	1.262,80

Dados em milhões de euros.

Existe ainda uma linha de crédito concedida pela CARTERA MAPFRE tem um limite de 400 milhões de euros, gera um juro variável referente ao Euribor trimestral e tem seu vencimento em 10 de setembro de 2020, sendo prorrogável por períodos anuais sucessivos. Durante os exercícios fiscais de 2019 e 2018, não ocorreu nenhuma disposição.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o valor justo dos anteriores passivos não difere significativamente do seu valor contábil.

O nível de hierarquia de valor justo no qual são classificadas as avaliações ao valor justo dos referidos passivos é o Nível 2, exceto o saldo de "Participações externas em fundos de investimento", avaliado em valor de liquidação (maioritariamente Nível 1).

Ao longo dos exercícios de 2019 e 2018, não ocorreu nenhuma transferência dos passivos financeiros entre os Níveis 1, 2 e 3 estabelecidos na normativa. As transferências entre níveis ocorrem quando os elementos deixam de cumprir as características de um nível e cumprem as de outro nível. Em relação aos passivos financeiros derivados de operações de permuta financeira, não foi realizado nenhum ajuste pelo risco de crédito próprio, por se tratar de operações de intercâmbio de fluxos cujo valor atual líquido lança um saldo a favor da contrapartida. Em todos os casos, a aplicação de ajustes pelo risco de crédito próprio nestas operações não teria efeito material na conta de resultados nem no montante patrimonial próprio.

6.13. PROVISÕES TÉCNICAS

1. Detalhe da composição do saldo de provisões técnicas

A composição do saldo de cada uma das provisões técnicas que figuram no balanço dos dois últimos exercícios é a seguinte:

Conceito	Seguro direto		Resseguro aceito		Resseguro cedido e retrocedido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados Não Vida						
1.1 Provisão de prêmios não ganhos	7.255,60	6.939,18	949,64	963,08	2.010,38	1.522,70
1.2 Provisão de riscos em andamento	38,09	48,06	--	1,08	--	--
Provisões de seguros de vida						
2.1 Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados						
2.1.1. Provisão para prêmios não ganhos	1.419,89	1.248,19	239,25	510,86	6,48	5,68
2.1.2. Provisão para riscos em andamento	24,85	25,76	--	--	--	--
2.2 Provisões matemáticas	24.826,18	22.973,80	73,91	79,86	50,52	50,27
Provisões de sinistros						
3.1 Pendentes de liquidação ou pagamento	8.691,10	8.884,91	2.440,95	2.298,95	3.890,94	3.762,77
3.2 Sinistros ocorridos, mas não declarados (IBNR)	1.206,80	1.183,15	106,10	160,98	400,79	526,03
3.3 Para despesas internas de liquidação de sinistros	176,81	181,93	2,29	4,23	22,13	14,26
Outras provisões técnicas						
4.1 Falecimentos	1.002,15	909,89	--	--	1,47	1,08
4.2 Restante	67,78	67,24	--	--	3,34	0,39
TOTAL	44.709,25	42.462,11	3.812,14	4.019,04	6.386,05	5.883,18

Dados em milhões de euros.

2. Movimento de cada uma das provisões técnicas

2.1. Provisões para prêmios não consumidos, para riscos em curso, para prestações, para participação nos lucros e outras provisões técnicas

A) SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITO

Exercício de 2019

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Dotações	Aplicações	Saldo final
Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados Não Vida						
1.1 Provisão de prêmios não ganhos	7.902,26	67,09	0,30	8.188,61	(7.953,02)	8.205,24
1.2 Provisão de riscos em andamento	49,14	2,73	--	11,88	(25,66)	38,09
Provisões de seguros de vida						
2.1 Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados						
2.1.1. Provisão para prêmios não ganhos	1.759,05	(7,13)	11,22	2.411,82	(2.515,82)	1.659,14
2.1.2. Provisão para riscos em andamento	25,76	(3,65)	--	7,65	(4,91)	24,85
2.2 Provisões matemáticas	23.053,66	(73,92)	265,15	3.963,15	(2.307,95)	24.900,09
Provisões de sinistros						
3.1 Seguro direto Vida	1.155,00	(6,95)	21,75	2.388,83	(2.266,04)	1.292,59
3.2 Seguro direto Não Vida	9.094,99	(49,46)	0,08	9.182,68	(9.446,17)	8.782,12
3.3 Resseguro aceito	2.464,16	95,28	--	4.567,74	(4.577,84)	2.549,34
Outras provisões técnicas	977,13	(0,03)	0,04	1.058,36	(965,57)	1.069,93
TOTAL	46.481,15	23,96	298,54	31.780,72	(30.062,98)	48.521,39

Dados em milhões de euros.

Exercício de 2018

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Dotações	Aplicações	Saldo final
Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados Não Vida						
1.1 Provisão de prêmios não ganhos	8.324,52	(236,25)	--	9.121,87	(9.307,88)	7.902,26
1.2 Provisão de riscos em andamento	50,58	3,93	--	27,25	(32,62)	49,14
Provisões de seguros de vida						
2.1 Provisões de prêmios não ganhos e de riscos não expirados						
2.1.1. Provisão para prêmios não ganhos	1.771,28	(123,26)	--	2.039,48	(1.928,45)	1.759,05
2.1.2. Provisão para riscos em andamento	158,21	(4,83)	--	8,26	(135,88)	25,76
2.2 Provisões matemáticas	23.063,43	(102,74)	--	2.182,55	(2.089,58)	23.053,66
Provisões de sinistros						
3.1 Seguro direto Vida	1.134,11	(52,52)	--	2.152,24	(2.078,83)	1.155,00
3.2 Seguro direto Não Vida	7.903,21	(127,43)	--	9.002,80	(7.683,59)	9.094,99
3.3 Resseguro aceito	2.185,77	(113,36)	--	4.517,05	(4.125,30)	2.464,16
Outras provisões técnicas	902,85	(3,69)	--	955,65	(877,68)	977,13
TOTAL	45.493,96	(760,15)	--	30.007,15	(28.259,81)	46.481,15

Dados em milhões de euros.

Os montantes das dotações e aplicações das provisões técnicas refletidos nos quadros anteriores são registrados nas seções “Variação das provisões para prêmios e riscos em curso”, “Prestações pagas e variação da provisão de sinistros, líquida” e “Variação de outras provisões técnicas” da demonstração de resultados consolidada.

B) RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO

Exercício de 2019

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Dotações	Aplicações	Saldo final
Provisão para prêmios não ganhos	1.522,70	100,72	0,06	3.834,74	(3.447,84)	2.010,38
Provisão para seguros de Vida	55,95	(0,10)	1,06	87,02	(86,93)	57,00
Provisão de sinistros	4.303,06	82,72	2,94	10.223,07	(10.297,93)	4.313,86
Outras provisões técnicas	1,47	2,81	0,04	0,48	0,01	4,81
TOTAL	5.883,18	186,15	4,10	14.145,31	(13.832,69)	6.386,05

Dados em milhões de euros.

Exercício de 2018

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Dotações	Aplicações	Saldo final
Provisão para prêmios não ganhos	1.747,58	(66,17)	--	2.596,42	(2.755,13)	1.522,70
Provisão para seguros de Vida	68,70	(7,81)	--	53,64	(58,58)	55,95
Provisão de sinistros	3.171,76	(201,33)	--	11.787,77	(10.455,14)	4.303,06
Outras provisões técnicas	1,58	(0,05)	--	0,42	(0,48)	1,47
TOTAL	4.989,62	(275,36)	--	14.438,25	(13.269,33)	5.883,18

Dados em milhões de euros.

2.2 Provisões matemáticas

Conceito	Seguro direto e resseguro aceito		Resseguro cedido e retrocedido	
	2019	2018	2019	2018
Ajustes ao saldo inicial	23.053,66	23.063,43	50,27	56,75
Combinações de negócio	(73,92)	(102,74)	0,76	(5,63)
Prêmios	265,15	--	0,50	1,27
Juros técnicos e rendimentos de investimentos afetados	1.689,17	2.014,35	0,12	0,13
Pagamentos/cobranças de sinistros	908,88	427,23	2,22	2,05
Teste de adequação de provisões	(2.307,95)	(2.089,58)	(3,04)	(4,74)
Ajustes por contabilidade tácita	--	(0,01)	--	--
Outros	1.353,06	(211,95)	--	--
Saída do perímetro (saldo de provisão na data de saída)	12,04	(47,07)	(0,31)	0,44
Salida del perímetro (saldo provisión a la fecha de salida)	--	--	--	--
Provisão matemática no fechamento do exercício	24.900,09	23.053,66	50,52	50,27

Dados em milhões de euros.

2.3. Provisão de falecimentos

Conceito	Seguro direto e resseguro aceito	
	2019	2018
Ajustes ao saldo inicial	(0,04)	(0,06)
Entrada no perímetro (saldo de provisão na data de incorporação)	--	--
Prêmios	97,08	87,20
Juros técnicos	9,47	16,07
Pagamentos de sinistros	(10,64)	(9,19)
Teste de adequação de provisões	--	--
Outros	(3,61)	(13,19)
Saída do perímetro (saldo de provisão na data de saída)	--	--
Provisão no fechamento do exercício	1.002,15	909,89

Dados em milhões de euros.

3. Outras informações

3.1. Provisões técnicas relativas ao seguro de Vida quando o risco do investimento é assumido pelos tomadores

Conceito	Seguro direto e resseguro aceito	
	2019	2018
Provisão no início do exercício	2.242,49	2.320,14
Ajustes ao saldo inicial	(7,23)	(85,80)
Entrada no perímetro (saldo de provisão na data de incorporação)	12,90	--
Prêmios	856,89	837,70
Pagamento de sinistros	(807,48)	(582,97)
Mudanças na avaliação dos ativos	211,00	(45,92)
Outros	1,67	(200,66)
Saída do perímetro (saldo de provisão na data de saída)	--	--
Provisão no fechamento do exercício	2.510,24	2.242,49

Dados em milhões de euros.

3.2. Provisão para riscos em andamento

A constituição da provisão para riscos em curso foi efetuada pelas entidades seguradoras do Grupo segundo os critérios expostos na Nota 5.15.

3.3. Informação relativa ao Seguro de Vida

Não foi necessária a constituição de uma provisão adicional aos seguros de vida derivado do teste de adequação de passivos.

A seguir são detalhadas as características das principais modalidades do Seguro de Vida comercializadas em 2019 e 2018 pelas sociedades do Grupo.

• Espanha

Modalidade	Cobertura	Tabelas biométricas		Juro técnico	Participação em lucros	
		Primeira ordem	Segunda ordem		Montante (milhões de euros)	Forma de distribuição
MAPFRE VIDA						
Contratos de seguros coletivos, com prêmio único sem participação em lucros:						
- Mod. 342. Coletivos de rendas	Sobrevivência	PERM/F-2000P	117,14% PER2012 COL ORDEM 2	2,28%	--	Rede própria
- Mod. 308. Seg.Col.Flexinvida com reembolso prêmios e juros	Sobrevivência / Falecimento	PASEM2010	PASEM2019 COL ORDEM 2 (97,60% HOMENS 85,26% MULHERES)	2,49%	2,66	Rede própria
- Mod. 517. Seg.Col.Flexinvida sem reembolso prêmio único	Sobrevivência	PER2012 COL ORDEM 1	PASEM2019 COL ORDEM 2 (97,60% HOMENS 85,26% MULHERES)	1,29%	0,06	Rede própria
Contratos de seguros individuais, com prêmio único ou periódico, nos quais o risco de investimento nos tomadores das apólices:						
- Mod. 447. Dividendo Vida II	Sobrevivência / Falecimento	PASEM2010 HOMENS	PASEM2019 IND ORDEM 2 (72,26% HOMENS, 82,02% MULHERES)	--	--	Rede própria
- Mod. 502. Seguro Ponte Garantia	Sobrevivência / Falecimento	PASEM2010 HOMENS	PASEM2019 IND ORDEM 2 (72,26% HOMENS, 82,02% MULHERES)	--	--	Rede própria
BANKIA MAPFRE VIDA						
Contratos individuais, com prêmio único sem participação em lucros:						
- Seguros combinados	Sobrevivência: renda cte. / Financiamento: 103% prêmio	GRM/F-95	M:109,37%PERP12-Ordem2-M / F:105,93%PERP12-Ordem2-F	3,62%	--	Canal bancário
- Seguros combinados	Sobrevivência: renda cte. / Falecimento: 105% ou 85% ou 75% prêmio	80% PERM200P / 70% PERF2000P	M:74,75%PASEM2019-Ordem2-M / F:70,29%PASEM2019-Ordem2-F	3,26%	--	Canal bancário
- Seguros combinados	Sobrevivência: renda vitalícia / Falecimento: 105% prêmio	GRM/F-95	M:109,37%PERP12-Ordem2-M / F:105,93%PERP12-Ordem2-F	5% - 3%	--	Canal bancário
Contratos coletivos, com prêmio único sem participação em lucros						
- Seguros de Rendas	Renda e Renda com reversão 102%	PER2012-COL-Ordem1-MF/85% PASEM 2010 HOMEM	M:100,37%PER2012-COL-Ordem2-M / F:97,19%PER2012-COL-Ordem2-F	3,27%/0,82%	--	Canal bancário

Modalidade	Cobertura	Tabelas biométricas		Juro técnico	Participação em lucros	
		Primeira ordem	Segunda ordem		Montante (milhões de euros)	Forma de distribuição
Contratos individuais, temporários anuais renováveis e riscos complementares sem participação em lucros:						
- Seguros de Risco	Falecimento IAP/Falec. acidente	Fall: 95%PASEM 2010 (V) IAP: 90% PEAIM / Fall. Ac. OM 77	M:91,44%PASEM2019-Ordem2-M / F:85,99%PASEM2019-Ordem2-F / 39,12%PEAIMF 7,37 por mil	0,00%	--	Canal bancário
- Seguros de Risco	Falecimento IAP/Falec. acidente	Fall: 95%PASEM 2010 (V) IAP: 90% PEAIM / Fall. Ac. OM 77	M:91,44%PASEM2019-Ordem2-M / F:85,99%PASEM2019-Ordem2-F / 39,12%PEAIMF 7,37 por mil	0,00%	--	Canal bancário
- Seguros de Risco	Falecimento	131,67% (60% PASEM 2010 homem + 40% PASEM 2010 mulher	M:109,38%PASEM2019-Ordem2-M / F:115,51%PASEM2019-Ordem2-F	0,00%	--	Canal bancário
Contratos coletivos, de tratamento individual, com prêmio único de seguros de amortização de empréstimos pessoais						
- Seguros de Risco	Falecimento IAP IPT	Fall: 95%PASEM 2010 (V) IAP: 90% PEAIM	M:91,44%PASEM2019-Orden2-M / F:85,99%PASEM2019-Orden2-F 39,12%PEAIMF	0,00%	--	Canal bancário
BANKINTER SEGUROS DE VIDA						
Contratos individuais, com prêmio único sem participação em lucros	Seguros de rendas com retorno do prêmio	PASEM2010	124,79% PERP12	1,38%	--	Canal bancário
Contratos individuais, com prêmio único sem participação em lucros	Seguro de vida risco	PASEM2010	62,94% PASEM19	0,00%	--	Canal bancário
Contratos individuais, com prêmio único ou periódico, com participação em lucros. Poupança 3649	Seguro poupança garantido	PASEF2010	Homens 67,81% / Mulheres 74% PASEM19	0,35%, 0,30%, 0,25%, 0,275%	1,07	Canal bancário
Contratos individuais, com prêmio único ou periódico, com participação em lucros. Poupança 3678	Seguro poupança garantido	PASEF2010	Homens 67,81% / Mulheres 74% PASEM19	0,30%	0,18	Canal bancário

As tabelas biométricas de primeira ordem utilizadas para a tarifação e para o cálculo das provisões contábeis são tabelas publicadas no mercado. As fontes de dados utilizadas em sua calibração, o período de referência e as sobrecargas técnicas aplicadas são detalhadas nos correspondentes relatórios publicados.

As tabelas biométricas de segunda ordem utilizadas para os cálculos de solvência baseiam-se na experiência da própria entidade de cada tipo de negócio. O período de referência depende em cada caso do volume de dados disponível, variando entre 5 e 10 anos. Recalcula-se anualmente e a última atualização foi em 30 de setembro de 2019. Estas tabelas são “melhor estimativa” e não incorporam sobretaxas por incerteza ou riscos.

Como consequência do processo de revisão das Tabelas Biométricas na Espanha que está sendo realizado pela Diretoria Geral de Seguros e Fundos de Pensões, o Grupo está realizando uma avaliação do impacto das novas tabelas biométricas publicadas no passado mês de dezembro de 2019, não obstante está sendo analisada a possibilidade de utilizar tabelas baseadas na experiência própria, que seriam aplicadas após a autorização da Diretoria Geral de Seguros e em função do período transitório estipulado.

• Outros países

Modalidade	Cobertura	Tabelas	Juro técnico	Participação em lucros	
				Montante (milhões de euros)	Forma de distribuição
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL					
Ouro vida / Ouro vida revisado / BB seguro vida	Falecimento/Invalidez	AT-49	--	--	Canal bancário
Ouro vida 2000 / Ouro vida especial /BB seguro vida /Ouro vida estilo/ Outros produtos de vida individual	Falecimento/Invalidez	AT-83	--	--	Canal bancário
Outros produtos de vida em grupo / Mutuante	Falecimento/Invalidez	AT-83 e AT-49	--	--	Canal bancário
MAPFRE MSV LIFE					
Sem participação em lucros	Falecimento	75% AMCOO	Variável	--	Canal bancário/ Corretor
Com participação em lucros	Sobrevivência / Falecimento	75% AMCOO	Variável	42,4	Canal bancário/ Corretor
Unit-linked	Sobrevivência / Falecimento	75% AMCOO	Variável	--	Canal bancário/ Corretor
MAPFRE COLÔMBIA VIDA					
Pensões Lei 100	Sobrevivência / Falecimento / Auxílio Funerário	Tabelas de Mortalidade de Pensionistas Masculinos/Femininos (RV08) - Tabela Colombiana de Mortalidade de Inválidos (MI85)	1,50% - 4,00%	--	Rede própria
Provisional de invalidez e sobrevivência	Falecimento, invalidez, Incapacidade temporária / auxílio funerário	Tabelas de Mortalidade de Pensionistas Masculinos/Femininos (RV08) - Tabela Colombiana de Mortalidade de Inválidos (MI85)	1,50% - 4,00%	--	Rede própria

3.4. Evolução da sinistralidade

À continuação informa-se sobre a evolução da sinistralidade do seguro direto Não Vida desde o ano de ocorrência dos sinistros até o fechamento dos exercícios 2019 e 2018, assim como o detalhe por ano de ocorrência da provisão de sinistros desse seguro no fechamento dos exercícios citados.

Exercício de 2019

Evolução do custo dos sinistros nos anos seguintes ao de ocorrência

Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	5 anos depois	6 anos depois	7 anos depois	8 anos depois	9 anos depois	Mais de 9 anos depois
2009 e anteriores	Provisão pendente		3.598,59	2.187,40	1.388,91	968,17	628,14	500,94	406,27	372,73	423,39	308,98
	Pagamentos acumulados	40.672,41	44.604,77	45.797,18	46.533,59	46.992,01	47.259,35	47.389,89	47.529,27	47.617,35	47.776,19	47.876,59
	TOTAL CUSTO	48.638,17	48.203,36	47.984,58	47.922,50	47.960,18	47.887,49	47.890,83	47.935,54	47.990,08	48.199,58	48.185,57
2010	Provisão pendente	2.491,85	905,49	515,26	291,36	194,66	147,98	117,92	87,44	79,63	62,67	
	Pagamentos acumulados	4.780,90	6.313,36	6.668,74	6.924,53	7.026,00	7.087,79	7.169,76	7.191,58	7.220,70	7.252,47	
	TOTAL CUSTO	7.272,75	7.218,85	7.184,00	7.215,89	7.220,66	7.235,77	7.287,68	7.279,02	7.300,33	7.315,14	
2011	Provisão pendente	2.137,16	745,69	474,72	301,70	225,56	163,13	127,89	115,43	82,61		
	Pagamentos acumulados	4.717,03	6.126,42	6.458,39	6.637,01	6.724,46	6.820,65	6.854,28	6.892,58	6.940,22		
	TOTAL CUSTO	6.854,19	6.872,11	6.933,11	6.938,71	6.950,02	6.983,78	6.982,17	7.008,01	7.022,83		
2012	Provisão pendente	2.311,02	792,28	460,38	312,86	243,54	182,96	157,49	107,57			
	Pagamentos acumulados	4.401,64	5.864,52	6.219,53	6.394,60	6.511,53	6.574,89	6.618,88	6.667,91			
	TOTAL CUSTO	6.712,66	6.656,80	6.679,91	6.707,46	6.755,07	6.757,85	6.776,37	6.775,48			
2013	Provisão pendente	2.404,31	859,99	522,35	338,18	234,28	191,48	151,73				
	Pagamentos acumulados	4.657,81	6.211,83	6.610,68	6.827,89	6.917,05	6.994,30	7.059,13				
	TOTAL CUSTO	7.062,12	7.071,82	7.133,03	7.166,07	7.151,33	7.185,78	7.210,86				
2014	Provisão pendente	2.539,48	961,13	546,88	357,19	276,92	228,23					
	Pagamentos acumulados	4.963,25	6.661,73	7.045,79	7.215,86	7.341,45	7.434,94					
	TOTAL CUSTO	7.502,73	7.622,86	7.592,67	7.573,05	7.618,37	7.663,17					
2015	Provisão pendente	2.688,74	1.043,61	729,46	472,90	326,02						
	Pagamentos acumulados	5.341,91	7.038,54	7.369,70	7.621,53	7.814,25						
	TOTAL CUSTO	8.030,65	8.082,15	8.099,16	8.094,43	8.140,27						
2016	Provisão pendente	2.862,17	1.309,55	821,96	531,60							
	Pagamentos acumulados	5.290,84	7.063,04	7.541,33	7.864,50							
	TOTAL CUSTO	8.153,01	8.372,59	8.363,29	8.396,10							
2017	Provisão pendente	3.908,57	2.167,50	1.376,86								
	Pagamentos acumulados	5.512,89	8.259,55	9.081,33								
	TOTAL CUSTO	9.421,46	10.427,05	10.458,19								
2018	Provisão pendente	4.211,65	2.351,21									
	Pagamentos acumulados	5.710,52	7.849,63									
	TOTAL CUSTO	9.922,17	10.200,84									
2019	Provisão pendente	3.254,64										
	Pagamentos acumulados	5.334,67										
	TOTAL CUSTO	8.589,31										

O aumento no exercício 2019 do custo total dos sinistros com ano de ocorrência 2018 vem fundamentalmente do sinistro em uma barragem hidroelétrica na Colômbia, integralmente a cargo do resseguro.

Dados em milhões de euros.

31 de dezembro de 2019 Conceito	Ano de ocorrência											Total
	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009 e anteriores	
Provisão de sinistros seguro direto Não Vida	3.254,64	2.351,21	1.376,86	531,60	326,02	228,23	151,73	107,57	82,61	62,67	308,98	8.782,12

Dados em milhões de euros.

Exercício de 2018

Evolução do custo dos sinistros nos anos seguintes ao de ocorrência

Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	5 anos depois	6 anos depois	7 anos depois	8 anos depois	9 anos depois	Mais de 9 anos depois
2008 e anteriores	Provisão pendente	7.951,29	4.027,97	2.462,04	1.604,43	1.114,25	798,05	569,51	478,31	426,18	391,41	332,35
	Pagamentos acumulados	37.281,45	40.830,56	42.209,14	42.910,85	43.365,28	43.627,02	43.795,79	43.874,02	43.939,02	44.054,19	44.119,00
	TOTAL CUSTO	45.232,74	44.858,53	44.671,18	44.515,28	44.479,53	44.425,07	44.365,30	44.352,33	44.365,20	44.445,60	44.451,35
2009	Provisão pendente	2.453,78	881,52	521,63	315,25	235,80	162,56	139,35	110,92	88,74	76,07	
	Pagamentos acumulados	3.730,83	5.072,51	5.386,61	5.565,71	5.651,36	5.716,35	5.759,44	5.813,41	5.835,58	5.857,98	
	TOTAL CUSTO	6.184,61	5.954,03	5.908,24	5.880,96	5.887,16	5.878,91	5.898,79	5.924,33	5.924,32	5.934,05	
2010	Provisão pendente	2.815,09	1.088,29	643,04	373,59	251,53	178,84	140,13	105,99	84,03		
	Pagamentos acumulados	4.555,28	6.227,04	6.635,03	6.931,56	7.058,66	7.138,26	7.224,63	7.250,37	7.277,20		
	TOTAL CUSTO	7.370,37	7.315,33	7.278,07	7.305,15	7.310,19	7.317,10	7.364,76	7.356,36	7.361,23		
2011	Provisão pendente	2.291,11	818,99	499,91	320,47	237,20	172,18	134,63	121,38			
	Pagamentos acumulados	4.424,89	5.888,57	6.253,68	6.435,69	6.525,02	6.621,85	6.659,08	6.696,20			
	TOTAL CUSTO	6.716,00	6.707,56	6.753,59	6.756,16	6.762,22	6.794,03	6.793,71	6.817,58			
2012	Provisão pendente	2.490,93	899,95	497,63	329,74	255,91	190,80	163,03				
	Pagamentos acumulados	4.154,45	5.712,68	6.114,25	6.317,49	6.437,35	6.504,73	6.547,92				
	TOTAL CUSTO	6.645,38	6.612,63	6.611,88	6.647,23	6.693,26	6.695,53	6.710,95				
2013	Provisão pendente	2.554,07	965,26	569,12	361,75	246,44	198,87					
	Pagamentos acumulados	4.351,47	5.950,93	6.398,03	6.626,42	6.722,14	6.796,34					
	TOTAL CUSTO	6.905,54	6.916,19	6.967,15	6.988,17	6.968,58	6.995,21					
2014	Provisão pendente	2.721,45	1.046,91	583,42	377,23	285,24						
	Pagamentos acumulados	4.696,27	6.515,00	6.934,10	7.117,39	7.243,29						
	TOTAL CUSTO	7.417,72	7.561,91	7.517,52	7.494,62	7.528,53						
2015	Provisão pendente	2.848,91	1.127,47	767,26	484,70							
	Pagamentos acumulados	5.058,99	6.818,06	7.187,10	7.433,70							
	TOTAL CUSTO	7.907,90	7.945,53	7.954,36	7.918,40							
2016	Provisão pendente	3.016,63	1.401,13	841,32								
	Pagamentos acumulados	5.004,52	6.837,32	7.295,03								
	TOTAL CUSTO	8.021,15	8.238,45	8.136,35								
2017	Provisão pendente	4.087,49	2.215,66									
	Pagamentos acumulados	5.216,68	7.881,00									
	TOTAL CUSTO	9.304,17	10.096,66									
2018	Provisão pendente	4.292,34										
	Pagamentos acumulados	5.363,51										
	TOTAL CUSTO	9.655,85										

O aumento no exercício 2018 do custo total dos sinistros com ano de ocorrência 2017 vem fundamentalmente dos sinistros catastróficos ocorridos naquele exercício (furacões do Caribe e terremotos do México), cujo custo estimado para o seguro direto aumentou ao longo de 2018 em aproximadamente 712 milhões de euros, um aumento inteiramente a cargo do resseguro, pois o custo líquido atribuível ao Grupo diminuiu em aproximadamente 2 milhões de euros entre 31 de dezembro de 2017 e 2018.

Dados em milhões de euros.

Ano de ocorrência

31 de dezembro de 2018 Conceito	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008 e anteriores	Total
Provisão de sinistros seguro direto Não Vida	4.292,34	2.215,66	841,32	484,70	285,24	198,87	163,03	121,38	84,03	76,07	332,35	9.094,99

Dados em milhões de euros.

A percentagem imputável ao resseguro cedido da sinistralidade recolhida nos quadros anteriores aumenta de forma global para 28,01% e 35,50% nos exercícios de 2019 e 2018, respectivamente.

Não inclui-se a informação relativa à evolução da sinistralidade por ano de ocorrência do resseguro aceito já que em caráter geral as companhias cedentes seguem métodos de contabilização distintos do método do ano de ocorrência. Conforme os estudos realizados para o resseguro aceito o grau de suficiência das provisões técnicas é adequado.

6.14 PROVISÕES PARA RISCOS E DESPESAS

Nos quadros seguintes detalham-se os movimentos das provisões para riscos e gastos nos dois últimos exercícios.

Exercício de 2019

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas		Saídas		Saldo final
				Provisões dotadas	Aumento de valor por desconto	Provisões aplicadas	Provisões revertidas	
Provisão para tributos	312,69	(4,81)	--	5,31	8,10	(5,01)	--	316,28
Provisão para pagamentos por convênios de liquidação	21,30	(0,10)	--	10,02	--	(15,14)	(1,88)	14,20
Provisões por reestruturação	3,65	--	--	10,51	--	(3,65)	--	10,51
Outras provisões por compromissos com o pessoal	200,91	1,54	--	114,31	0,38	(96,14)	(0,44)	220,56
Outras provisões	102,94	(6,13)	--	94,81	3,39	(42,26)	(5,02)	147,73
TOTAL	641,49	(9,50)	--	234,96	11,87	(162,20)	(7,34)	709,28

Dados em milhões de euros.

Exercício de 2018

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Entradas		Saídas		Saldo final
				Provisões dotadas	Aumento de valor por desconto	Provisões aplicadas	Provisões revertidas	
Provisão para tributos	332,49	(38,70)	(0,04)	22,69	11,24	(4,28)	(10,71)	312,69
Provisão para pagamentos por convênios de liquidação	16,49	(0,04)	--	17,02	--	(12,17)	--	21,30
Provisões por reestruturação	4,11	--	--	3,65	--	(4,11)	--	3,65
Outras provisões por compromissos com o pessoal	199,01	4,12	--	97,46	0,01	(99,00)	(0,69)	200,91
Outras provisões	109,66	(12,60)	(2,09)	63,08	--	(37,69)	(17,42)	102,94
TOTAL	661,76	(47,22)	(2,13)	203,90	11,25	(157,25)	(28,82)	641,49

Dados em milhões de euros.

Nas provisões para riscos e despesas são incluídos os montantes estimados de dívidas tributárias, pagamentos por convênio de liquidação, reestruturação, incentivos ao pessoal e outras derivadas das atividades e risco inerentes às mesmas das sociedades que integram o Grupo, cuja liquidação se realizará em próximos exercícios.

A estimativa do montante provisionado ou do momento temporário em que as provisões serão liquidadas se veem afetados por incertezas sobre a resolução de recursos interpostos e evolução de outros parâmetros. Não foi necessária a realização de hipóteses acerca de acontecimentos futuros para determinar o valor da provisão nem são esperados eventuais reembolsos de provisões.

Dessa forma, no caso de indícios de possíveis irregularidades cometidas em alguma entidade do Grupo, avalia-se a probabilidade de ocorrência e seu possível impacto, não sendo necessária a constituição de provisão por esses conceitos.

Provisão para tributos

Nessa seção estão incluídos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 passivos fiscais por montante de 310,76 e 307,42 milhões de euros, respectivamente, relativos às contingências fiscais que as entidades brasileiras mantêm com a administração tributária do referido país, que estão em discussão em âmbito judicial e administrativo. Essas contingências se referem aos tributos denominados COFINS (Contribuição fiscal destinada ao financiamento da seguridade social) por montante de 273,87 milhões de euros (270,84 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018) e o PIS (Programa de Integração Social) por montante de 6,09 milhões de euros (6,07 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018). A origem dessas contingências encontra-se na diferente interpretação da norma que mantém o Governo brasileiro e o setor empresarial em relação à procedência da aplicação de tais tributos sobre o faturamento das entidades.

Por outro lado, o Grupo mantém abertos no Brasil:

- Processos judiciais abertos com a administração tributária pela exigência dos tributos COFINS e PIS relacionados com as receitas financeiras e não operacionais, por montantes de 166,64 e 163,85 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Dada a incerteza atual na jurisprudência sobre a ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, assim como a existência de um parecer da "Procuradoria Geral da Fazenda", que é favorável às entidades seguradoras.
- Recurso impugnando a liquidação, por montante de 61,05 milhões de euros, em relação com a ata de inspeção iniciada pela administração tributária a BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, relativa ao imposto sobre sociedades do exercício 2014 questionando a isenção aplicada às receitas de operações de seguros agrícolas.
- Recurso da ata de inspeção iniciada pela administração tributária a BRASIL VEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS (absolvida em 2019 pela MAPFRE SEGUROS GERAIS), relativa ao imposto sobre sociedades correspondente aos exercícios 2015 a 2017, questionando a dedutibilidade de determinadas despesas e incentivos à rede comercial, bem como da amortização do ágio gerado em uma reestruturação societária anterior ao acordo da MAPFRE com o Banco do Brasil. A dívida tributária incluída na ata pelos conceitos citados atinge 100,53 milhões de euros, que caso seja resolvido de forma desfavorável seria de aplicação a cláusula de indenização prevista nos acordos firmados com o Banco do Brasil.

Tanto o Grupo quanto seus assessores classificam o risco de perda nos três casos como possível.

Outras provisões

Nessa seção, são reunidos nos exercícios de 2019 e 2018 os pagamentos contingentes derivados de combinações de negócio, que reúnem a parte variável do preço da combinação de negócios que depende diretamente da consecução de determinados objetivos ligados à evolução de cada um dos negócios adquiridos, chegando a 24,40 e 23,51 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Em cada fechamento das demonstrações financeiras atualiza-se o montante da prestação contingente com os juros fixados em contrato e analisa-se sua permanência em função do cumprimento do plano de negócio. A liquidação ocorrerá, em caso de cumprimento do plano de negócio, a partir da data de referência para o cálculo do Embedded Value sobre as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020, conforme os contratos assinados com os vendedores em cada combinação de negócio.

6.15. DEPÓSITOS RECEBIDOS POR RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO

Os depósitos por resseguro cedido e retrocedido constituem garantias entregues aos resseguradores em função dos contratos de cobertura de resseguro firmados dentro das práticas habituais do negócio, aplicam juros a pagar e o período médio de renovação é geralmente trimestral. A liquidação dos citados juros realiza-se de forma trimestral.

6.16. DÍVIDAS

Os saldos incluídos nas seções de dívidas por operações de seguro direto e cosseguro, por operações de resseguro, dívidas tributárias e outras dívidas não aplicam juros a pagar e em caráter geral sua liquidação se realizará no exercício seguinte.

6.17. RECEITAS E DESPESAS DOS INVESTIMENTOS

O detalhamento das receitas e despesas dos investimentos para os exercícios de 2019 e 2018 é mostrado a seguir:

Receitas dos investimentos

Conceito	Receitas dos investimentos de:				Receitas financeiras de Outras atividades		Total	
	Operacionais		Patrimoniais		2019	2018	2019	2018
	2019	2018	2019	2018				
RECEITAS POR JUROS, DIVIDENDOS E SIMILARES								
Investimentos imobiliários								
Aluguéis	48,07	42,16	1,52	2,13	15,58	13,70	65,17	57,99
Outros	1,45	31,88	0,01	0,05	1,88	2,33	3,34	34,26
Receitas provenientes da carteira mantida até o vencimento								
Renda fixa	173,51	180,32	1,93	0,86	1,85	1,94	177,29	183,12
Outros investimentos	2,91	1,48	0,20	0,10	--	--	3,11	1,58
Receitas provenientes da carteira disponível para venda	1.115,58	1.117,69	71,01	128,49	2,68	4,19	1.189,27	1.250,37
Receitas provenientes da carteira de negociação	342,01	315,39	1,04	1,11	6,67	28,26	349,72	344,76
Outros rendimentos financeiros	167,62	172,19	36,95	42,75	6,66	17,81	211,23	232,75
TOTAL DE RECEITAS	1.851,15	1.861,11	112,66	175,49	35,32	68,23	1.999,13	2.104,83
LUCROS REALIZADOS E NÃO REALIZADOS								
Lucros líquidos realizados:								
Investimentos imobiliários	9,27	25,64	0,40	0,36	2,67	6,32	12,34	32,32
Aplicações financeiras carteira disponível para venda	577,21	221,55	42,16	18,15	6,27	7,85	625,64	247,55
Aplicações financeiras carteira de negociação	107,22	21,04	10,56	4,03	0,29	0,07	118,07	25,14
Outras	0,39	0,69	6,44	15,98	0,01	0,06	6,84	16,73
Lucros não realizados:								
Aumento do valor justo da carteira de negociação e lucros em derivativos	208,94	39,57	58,90	0,02	0,14	0,02	267,98	39,61
Outras	9,02	6,49	--	--	2,95	0,03	11,97	6,52
TOTAL LUCROS	912,05	314,98	118,46	38,54	12,33	14,35	1.042,84	367,87
TOTAL RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	2.763,20	2.176,09	231,12	214,03	47,65	82,58	3.041,97	2.472,70

Dados em milhões de euros.

Despesas dos investimentos

Conceito	Despesas dos investimentos de:				Gastos financeiros de Outras atividades		Total	
	Operacionais		Patrimoniais		2019	2018	2019	2018
	2019	2018	2019	2018				
GASTOS FINANCEIROS								
Investimentos imobiliários								
Despesas operacionais diretas	21,85	23,01	--	--	0,61	--	22,46	23,01
Outras despesas	2,75	4,69	0,15	0,04	8,52	8,45	11,42	13,18
Despesas provenientes da carteira mantida até o vencimento								
Renda fixa	3,76	0,93	0,02	0,01	--	--	3,78	0,94
Outros investimentos	0,67	1,73	--	--	--	--	0,67	1,73
Despesas provenientes da carteira disponível para venda	145,36	110,79	48,11	29,71	0,36	1,22	193,83	141,72
Despesas provenientes da carteira de negociação	157,41	153,37	--	--	--	0,40	157,41	153,77
Outros gastos financeiros	165,74	148,81	3,00	2,97	77,46	74,48	246,20	226,26
TOTAL DESPESAS	497,54	443,33	51,28	32,73	86,95	84,55	635,77	560,61
PERDAS REALIZADAS E NÃO REALIZADAS								
Perdas líquidas realizadas								
Investimentos imobiliários	5,28	5,70	--	--	--	0,05	5,28	5,75
Aplicações financeiras carteira disponível para venda	108,39	72,51	5,63	5,88	0,25	0,58	114,27	78,97
Aplicações financeiras carteira de negociação	48,37	37,49	2,32	4,36	0,86	--	51,55	41,85
Outras	4,32	3,54	0,06	15,50	--	0,06	4,38	19,10
Perdas não realizadas								
Diminuição do valor justo da carteira de negociação e perdas em derivativos	47,43	147,34	21,87	34,44	--	--	69,30	181,78
Outras	0,08	0,91	--	--	0,13	0,05	0,21	0,96
TOTAL PERDAS	213,87	267,49	29,88	60,18	1,24	0,74	244,99	328,41
TOTAL DESPESAS DOS INVESTIMENTOS	711,41	710,82	81,16	92,91	88,19	85,29	880,76	889,02

Dados em milhões de euros.

Grande parte das perdas e lucros, tanto realizadas quanto não realizadas, correspondem a ativos relacionados a provisões matemáticas (ver Nota 6.13), de forma que na demonstração do resultado ambos os efeitos são compensados.

As despesas procedentes das carteiras de investimento têm sua origem principalmente nos contratos de permuta financeira relacionados com operações de seguro.

6.18. DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir são discriminadas as despesas operacionais líquidas por destino e natureza nos dois últimos exercícios.

Despesas operacionais por destino

Conceito	2019	2018
Gastos imputáveis às prestações	814,51	815,84
Despesas de aquisição	5.020,14	4.810,80
Despesas administrativas	723,89	745,58
Despesas dos investimentos	792,57	803,73
Outras despesas técnicas	155,11	139,12
Outras despesas não técnicas	165,24	149,69
Despesas operacionais de outras atividades	515,72	401,62
TOTAL	8.187,18	7.866,38

Dados em milhões de euros.

Despesas operacionais por natureza

Conceito	2019	2018
Comissões e outras despesas de carteira	3.957,07	3.812,37
Despesas com pessoal	1.761,37	1.729,03
Serviços exteriores		
- Locações (lojas e imóveis)	35,14	94,16
- Reparações e conservação (lojas e imóveis)	79,40	74,80
- Locações e consertos (equipamentos de informática)	33,76	64,11
- Locações e consertos (aplicativos de informática)	159,26	184,51
- Outros serviços (aplicativos de informática)	221,98	149,34
- Fornecimentos (comunicados)	30,67	21,11
- Publicidade e propaganda	172,36	170,98
- Relações públicas	48,24	45,25
- Serviços de profissionais independentes	180,55	146,19
- Outros serviços	361,27	365,99
Tributos	185,05	193,51
Dotações para amortizações	330,44	274,18
Gastos imputáveis diretamente ao destino	630,62	540,85
TOTAL	8.187,18	7.866,38

Dados em milhões de euros.

A conta de resultados apresenta as despesas por destino, ou seja, baseada na função que cumprem no ciclo de exploração da atividade seguradora (gastos imputáveis às prestações, à aquisição de contratos de seguro, à administração, aos investimentos ou a outros conceitos técnicos).

Os gastos são registrados inicialmente por sua natureza, e são reclassificados a destino nos casos em que não coincidirem com a natureza. A seguir, é indicada a reclassificação realizada nos seguintes títulos:

1) Gastos imputáveis às prestações. Reúnem os gastos dos funcionários dedicados à gestão de sinistros, à amortização do imobilizado afetado por essa atividade, aos honorários pagos por razão de gestão de sinistros e às despesas realizadas por outros serviços necessários para o seu trâmite.

2) Despesas de operacionais líquidas. Foram adicionados nesta seção:

- Despesas de aquisição. Coletam comissões, despesas de funcionários dedicados à produção, amortizações do imobilizado a essa atividade, despesas de estudo e trâmite de solicitações e de formalização de apólices, assim como despesas de publicidade, propaganda e da organização comercial diretamente vinculados à aquisição dos contratos de seguro.

- Despesas administrativas. Reúnem principalmente as despesas de funcionários dedicados a tais funções e às amortizações do imobilizado a essa atividade, assim como despesas derivadas de assuntos litigiosos vinculados aos prêmios e às despesas de trâmite de estornos e do resseguro cedido e aceito.

- Comissões e participações do resseguro. Reúnem a compensação dos resseguradores às entidades cedentes pelas despesas de aquisição e administração incorridos por estas, assim como a sua participação nos lucros do ressegurador.

3) Despesas dos investimentos. Reúnem os gastos dos funcionários dedicados à gestão dos investimentos, às dotações para a amortização do imobilizado afetado por essa atividade e outras despesas de gestão dos investimentos tanto internos quanto externos, compreendendo nesse último caso os honorários, as comissões e as correções de ganhos.

As despesas dos investimentos são agrupadas nas categorias operacionais e patrimoniais, de acordo com os investimentos nos quais se materializam as provisões técnicas (investimentos operacionais) ou dos investimentos nos quais o patrimônio da entidade (investimentos e patrimônio) se materializa.

6.19. RESULTADO DO RESSEGURO CEDIDO E RETROCEDIDO

O resultado das operações de resseguro cedido e retrocedido dos exercícios 2019 e 2018 é o seguinte:

Conceito	Não Vida		Vida		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Prêmios	(3.959,55)	(3.206,04)	(177,80)	(168,30)	(4.137,35)	(3.374,34)
Varição da provisão para prêmios não ganhos e de riscos não expirados	386,29	(155,90)	0,61	(2,81)	386,90	(158,71)
Prestações pagas e variação da provisão de sinistros	2.371,10	3.587,13	104,49	89,93	2.475,59	3.677,06
Varição da provisão matemática e de outras provisões técnicas	--	5,39	(2,16)	(15,63)	(2,16)	(10,24)
Participação no resseguro em comissões e despesas	600,68	531,57	35,11	36,09	635,79	567,66
Resultado del resseguro cedido y retrocedido	(601,48)	762,15	(39,75)	(60,72)	(641,23)	701,43

Dados em milhões de euros.

A diminuição em 2019 das “Prestações pagas e variação da Provisão de Sinistros” do resseguro cedido e retrocedido se deve ao aumento no exercício passado das provisões pelos eventos catastróficos ocorridos em 2018 e 2017 (ver Nota 6.13). Entre os ocorridos em 2018 cabe destacar o impacto do sinistro em uma barragem hidroelétrica na Colômbia, por um montante aproximado de 1.025 milhões de euros, cujo efeito no referido exercício sobre o “Resultado atribuível à Sociedade dominante” não foi relevante pela participação do resseguro.

6.20 SITUAÇÃO FISCAL

Regime de consolidação fiscal

- Imposto de renda

A partir do exercício 1985, uma parte das sociedades consolidadas com domicílio social na Espanha está incluída com relação ao Imposto sobre Sociedades no Grupo Fiscal número 9/85, integrado pela Sociedade dominante e por suas entidades filiais que cumprem os requisitos para o amparo neste regime de tributação. As principais entidades filiais que em 2019 fazem parte desse Grupo Fiscal estão detalhadas no Anexo 2 deste relatório.

- Imposto sobre valor agregado

A partir do exercício 2010, com relação ao Imposto sobre Valor Agregado, uma parte das sociedades consolidadas com domicílio social na Espanha está incluída no Grupo de entidades IVA 87/10, constituído pela MAPFRE S.A. como sociedade dominante e por aquelas de suas sociedades dominadas que na data concordaram em se integrar ao Grupo citado. As entidades filiais que em 2019 fazem parte desse Grupo estão detalhadas no Anexo 2 deste relatório.

Componentes da despesa por imposto sobre lucros e conciliação do resultado contábil com a despesa por imposto de operações continuadas

A seguir são detalhados, para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais componentes da despesa por imposto sobre lucros de operações continuadas e a conciliação entre a despesa por imposto sobre lucros e o produto da multiplicação do resultado contábil pela taxa de imposto aplicável. O Grupo efetuou a conciliação acrescentando as conciliações feitas em separado utilizando as taxas nacionais de cada um dos países.

Conceito	Montante	
	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Despesa por imposto		
Resultado antes de impostos de operações continuadas	1.279,29	1.330,46
25% do resultado antes de impostos de operações continuadas	319,82	332,62
Efeito fiscal das diferenças permanentes	(22,43)	(44,29)
Incentivo fiscal do exercício	(20,20)	(25,80)
Efeito fiscal por tipos impositivos diferentes a 25%	72,67	166,28
Total de despesa por imposto corrente com origem no exercício	349,86	428,81
Despesa por imposto corrente com origem em exercícios anteriores	(25,83)	24,13
Créditos de períodos anteriores previamente não reconhecidos por bases impositivas negativas, deduções pendentes de aplicação ou diferenças temporárias	--	--
TOTAL DE DESPESA POR IMPOSTO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	324,03	452,94
Imposto de renda a pagar		
Retenções e pagamentos a receber	(427,34)	(404,90)
Diferenças temporárias e diferenças de conversão	21,96	(29,32)
Créditos e incentivos fiscais registrados em exercícios anteriores e aplicados neste	(13,20)	(44,37)
Imposto de renda de operações interrompidas	--	--
TOTAL IMPOSTO DE RENDA A PAGAR (RECUPERAR) COM ORIGEM NO EXERCÍCIO	(94,55)	(25,65)
Imposto de renda a recuperar de exercícios anteriores	(49,79)	(36,26)
TOTAL IMPOSTO DE RENDA A PAGAR (RECUPERAR) LÍQUIDO	(144,34)	(61,91)

Dados em milhões de euros.

Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos e passivos por impostos diferidos se apresentam no balanço consolidado pelo montante líquido correspondente a cada um dos sujeitos fiscais do Grupo, aumentando para os montantes seguintes:

Conceito	2019	2018
Ativos por impostos diferidos	306,97	333,58
Passivos por impostos diferidos	(703,11)	(499,32)
Ativo (passivo) líquido	(396,14)	(165,74)

Dados em milhões de euros.

Além dos ativos por impostos diferidos contabilizados nos exercícios de 2019 e 2018 indicados no quadro anterior, existem outros precedentes de bases tributáveis negativas pendentes de compensar, pelo montante de 29,66 e 32,40 milhões de euros, respectivamente, que não foram contabilizados na aplicação dos critérios que as IFRS-EU estabelecem.

Nos quadros a seguir, discriminam-se os movimentos para os exercícios 2019 e 2018 da seção de saldo líquido por impostos diferidos, especificando-se o montante referente a parcelas debitadas ou pagas diretamente nas contas de patrimônio líquido em cada um dos dois exercícios.

Exercício de 2019

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Provenientes de		Baixas	Saldo final
				Resultados	Patrimônio		
Despesas de aquisição de carteira e outras despesas de aquisição	(264,35)	8,06	(17,85)	19,76	--	--	(254,38)
Diferença de valorização de aplicações financeiras	(1.016,13)	(8,45)	(1,85)	108,77	(609,18)	--	(1.526,84)
Outras receitas e despesas abrangentes	(17,44)	(0,06)	--	5,04	--	0,23	(12,23)
Diferença de valorização de provisões matemáticas por contabilidade tácita	867,76	(3,09)	--	(64,58)	333,30	--	1.133,39
Provisão de estabilização e catastrófica	(168,10)	4,74	--	(19,55)	--	8,27	(174,64)
Outras provisões técnicas	72,73	0,92	0,43	(10,15)	--	--	63,93
Créditos tributários para bases tributárias negativas	221,07	(13,87)	--	67,32	--	(13,20)	261,32
Créditos para incentivos fiscais	11,96	--	--	20,20	--	(20,62)	11,54
Complementos de pensões e outros compromissos com o pessoal	48,11	1,94	0,01	7,87	--	(2,24)	55,69
Provisões para prêmios pendentes de cobrança	19,04	0,36	--	7,17	--	(6,86)	19,71
Provisões para responsabilidades e outras	43,80	0,93	--	10,87	--	(4,05)	51,55
Aplicação IFRS 16	--	--	--	1,12	4,86	--	5,98
Outros conceitos	15,81	(4,75)	0,02	(39,63)	--	(2,61)	(31,16)
TOTAL	(165,74)	(13,27)	(19,24)	114,21	(271,02)	(41,08)	(396,14)

Dados em milhões de euros.

Exercício de 2018

Conceito	Saldo inicial	Ajustes ao saldo inicial	Mudanças no perímetro	Provenientes de		Baixas	Saldo final
				Resultados	Patrimônio		
Despesas de aquisição de carteira e outras despesas de aquisição	(315,10)	26,92	--	23,83	--	--	(264,35)
Diferença de valorização de aplicações financeiras	(1.196,78)	(25,73)	--	35,80	150,17	20,41	(1.016,13)
Outras receitas e despesas abrangentes	(16,30)	(0,36)	--	(1,56)	--	0,78	(17,44)
Diferença de valorização de provisões matemáticas por contabilidade tácita	931,29	10,24	--	(5,13)	(58,21)	(10,43)	867,76
Provisão de estabilização e catastrófica	(156,29)	(5,66)	--	(19,15)	--	13,00	(168,10)
Outras provisões técnicas	70,35	2,64	--	(0,26)	--	--	72,73
Créditos tributários para bases tributárias negativas	68,11	(7,96)	(2,03)	190,20	--	(27,25)	221,07
Créditos para incentivos fiscais	27,79	1,29	--	25,81	--	(42,93)	11,96
Complementos de pensões e outros compromissos com o pessoal	51,39	(5,37)	(0,52)	4,43	--	(1,82)	48,11
Provisões para prêmios pendentes de cobrança	19,01	(0,51)	--	6,76	--	(6,22)	19,04
Provisões para responsabilidades e outras	38,01	3,77	--	6,00	--	(3,98)	43,80
Aplicação IFRS 16	139,81	(14,78)	--	(149,23)	--	--	(24,20)
Outros conceitos	47,48	(19,23)	(0,11)	9,71	--	2,16	40,01
TOTAL	(291,23)	(34,74)	(2,66)	127,21	91,96	(56,28)	(165,74)

Dados em milhões de euros.

Na coluna de Resultados do exercício 2018 consta uma transferência de Créditos tributários derivados de PIS, COFINS e REFIS a Créditos tributários por bases tributáveis negativas por montante de 132,28 milhões de euros.

No fechamento do exercício de 2019, os ativos e passivos por impostos diferidos com vencimento inferior a 12 meses sobem para 54,35 e 50,34 milhões de euros, respectivamente (52,82 e 50,07 milhões de euros, respectivamente, no exercício de 2018).

Bases tributáveis negativas

A discriminação das bases tributáveis negativas pendentes de compensação nas sociedades consolidadas por integração global no fechamento dos dois últimos exercícios é a seguinte:

Exercício de geração	Montante bases impositivas negativas				Ativo por imposto diferido			
	Aplicadas no exercício		Pendentes de aplicação		Montante contabilizado		Montante não contabilizado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
2011 e anteriores	0,71	--	12,78	17,74	--	0,08	2,65	3,74
2012	--	--	8,42	8,28	--	--	1,72	1,70
2013	11,84	6,96	240,19	253,46	93,00	98,99	1,85	1,11
2014	5,82	10,03	12,29	10,13	0,13	0,02	2,64	2,14
2015	3,83	5,56	26,70	32,36	5,84	5,32	2,45	3,87
2016	5,05	35,57	162,51	165,97	47,69	47,78	4,25	5,56
2017	8,29	40,51	116,70	90,23	25,57	13,74	8,45	7,17
2018	14,75	--	252,83	158,03	77,85	55,14	3,91	7,11
2019	--	--	60,72	--	11,25	--	1,74	--
TOTAL	50,29	98,63	893,14	736,20	261,33	221,07	29,66	32,40

Dados em milhões de euros.

Os ativos contabilizados por impostos diferidos por bases tributáveis negativas pendentes de compensação nas sociedades consolidadas se correspondem com bases tributáveis negativas geradas como consequência de fatos não comuns na gestão, e é provável que haja lucros fiscais futuros contra os quais aplicá-las.

Os montantes contabilizados de ativos por imposto diferido gerados nos exercícios 2013 e 2016 reúnem a transferência de Créditos tributários derivados de PIS, COFINS e REFIS descritos anteriormente, por montante de 98,99 e 33,29 milhões de euros, respectivamente.

Incentivos fiscais

O detalhe dos incentivos fiscais das sociedades consolidadas por integração global para os exercícios 2019 e 2018 é o seguinte:

Modalidade	Montante aplicado no exercício		Montante pendente de aplicação		Montante não registrado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Dedução por dupla imposição	6,56	7,45	--	--	--	--
Criação de emprego	--	--	--	--	--	--
Outros	14,06	35,48	23,5	11,96	11,96	--
TOTAL	20,62	42,93	23,50	11,96	11,96	--

Dados em milhões de euros.

O Grupo de consolidação fiscal nº 9/85 foi acolhido nos exercícios passados à redução por reserva de capitalização prevista no artigo 25 da lei 27/2014, do Imposto sobre Sociedades, dando lugar a uma redução na parcela consolidada de cada exercício. Esse lucro fiscal está condicionado à existência de um aumento de fundos próprios no exercício que se mantiver um prazo de cinco anos, bem como à constituição de uma reserva pelo montante da redução, equivalente a pelo menos 10% de tal aumento, que será indisponível durante o mesmo prazo de cinco anos. O detalhe dos aumentos de fundos próprios e reservas dotadas nos últimos exercícios, sujeitos ao requisito de manutenção é o seguinte:

Exercício	Aumento de Fundos próprios	Redução / Reserva indisponível
2015	324,90	35,00
2016	94,70	12,00
2017	18,57	1,86

Dados em milhões de euros.

Comprovações tributárias

Na Espanha continuam sendo desenvolvidas as ações de comprovação, iniciadas em 2017, em relação com a MAPFRE, S.A., MAPFRE ESPAÑA, MAPFRE VIDA, MAPFRE INTERNACIONAL, MAPFRE RE, MAPFRE ASSISTÊNCIA, MAPFRE GLOBAL RISKS e outras sociedades filiais do Grupo pelo Imposto sobre Sociedades dos exercícios 2013 a 2016, e restante de impostos dos exercícios 2014 a 2016.

Durante 2019 e até a presente data nessas atuações foram iniciadas atas a título de retenções e receitas por conta do Imposto de Renda de Pessoas Físicas, parcialmente assinadas em conformidade e sem conformidade, com levantamento de dívida tributária por diversos conceitos de retribuição do trabalho pessoal (principalmente, em matéria de isenção de indenizações por demissão e de redução de rendimentos irregulares).

As atuações de comprovação em curso relativas a outros impostos se encontram em fase de finalização, tendo sido transferidas pela Inspeção a próxima ação de atas e os principais conceitos que previsivelmente serão objeto de regularização e gerarão a liquidação da correspondente dívida tributária (principalmente em matéria de dedutibilidade de provisões técnicas, dedutibilidade de despesas de pessoal, direitos de uso de marca, compensação de bases tributáveis negativas, dedução por atividades de inovação tecnológica e isenção de dividendos de filiais espanholas, essa última regularização favorável ao Grupo e aceita pela Inspeção no curso das atuações). Com base na informação disponível na data de formulação de contas, está prevista a assinatura das atas correspondentes também parcialmente em conformidade e sem conformidade.

Dessa forma, durante 2019 finalizaram as atuações inspetoras desenvolvidas relacionadas com a FUNESPAÑA e algumas de suas sociedades filiais com relação ao Imposto sobre Sociedades e outros impostos dos exercícios 2013 e 2014, com ação de atas assinadas em conformidade.

Com relação às dívidas tributárias sem conformidade resultantes de atuações de comprovação, a MAPFRE considera, com base no critério de seus assessores fiscais, que existem sólidos argumentos de defesa nos processos administrativos e judiciais, pelo qual não foi registrada, com caráter geral, nenhuma provisão.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações dos diversos impostos realizadas não podem ser consideradas definitivas enquanto não tiverem sido inspecionadas pelas autoridades tributárias ou passado o prazo de prescrição (quatro anos, no caso das sociedades espanholas).

Em algumas das sociedades consolidadas restantes existem comprovações tributárias em curso para as quais os montantes objeto de discussão não são significativos.

Na opinião dos Administradores e dos assessores das sociedades consolidadas, a possibilidade de que se possa produzir passivos fiscais que afetem de forma significativa a posição financeira das Sociedades consolidadas em 31 de dezembro de 2018 é remota.

6.21 RETRIBUIÇÕES A FUNCIONÁRIOS E PASSIVOS ASSOCIADOS

Despesas com pessoal

A discriminação da despesa com pessoal dos dois últimos exercícios é mostrada no quadro a seguir:

Conceito	Montante	
	2019	2018
Retribuições a curto prazo		
Pagamentos e salários	1.251,13	1.257,80
Previdência social	256,97	237,15
Outras retribuições	153,63	163,97
Prestações pós-emprego	38,16	36,90
Outras retribuições a médio prazo	8,81	(3,63)
Indenizações por demissão	52,67	36,84
TOTAL	1.761,37	1.729,03

Dados em milhões de euros.

Principais prestações e outros benefícios depois do emprego

Regimes de prestação definida

As obrigações por planos de prestação definida que permanecem em balanço correspondem exclusivamente a pessoal passivo, com os principais planos sendo instrumentados através de apólices de seguro, que são avaliadas conforme o detalhado na descrição das políticas contábeis.

Em relação com os montantes reconhecidos no balanço, existem obrigações por planos de prestação definida cujos montantes chegam, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a 43,47 e 44,63 milhões de euros respectivamente, exteriorizadas integralmente através de apólices subscritas com a MAPFRE VIDA, pelo qual não foram reconhecidos ativos desses planos e o passivo reconhecido

no balanço consolidado encontra-se registrado na seção “Provisão de seguros de vida”.

Adicionalmente, existem obrigações por compromissos com pensões exteriorizadas com apólices de seguros cujos montantes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 chegam a 12,11 e 12,40 milhões de euros respectivamente, montante coincidente com o valor do ativo referente ao plano.

As principais hipóteses atuariais usadas na data de fechamento dos dois últimos exercícios foram as seguintes: tabelas de sobrevivência PERM/F-2000, IPC anual de 3% em ambos os exercícios, sendo as taxas de desconto e o rendimento esperado dos ativos referentes idênticos ao se tratar de produtos com casamento de fluxos.

O efeito líquido em patrimônio e resultados das perdas e lucros atuariais, os custos por juros e o rendimento dos ativos relacionados ao plano são nulos por compensar os montantes correspondentes às obrigações e aos ativos relacionados ao plano ou aos direitos de reembolso.

Outros lucros depois do emprego

Nos exercícios de 2019 e 2018 se reúne como despesa de pessoal o correspondente ao seguro de vida com cobertura de falecimento entre os 65 e os 77 anos, pelo montante de 1,52 e 1,46 milhões de euros, respectivamente.

Outras retribuições a médio prazo e pagamentos baseados em ações

O Conselho de Administração aprovou, em 2019, um plano de incentivos a médio prazo avaliado e reconhecido na demonstração de resultados consolidada, conforme o indicado na Nota 5.19 “Retribuição aos funcionários”. Nenhum montante foi provisionado por esse conceito por não alcançar os objetivos estabelecidos no plano.

Durante o exercício 2019 foi liquidado parcialmente o antigo plano de incentivos a médio prazo aprovado em 2016, ficando pendente de pagamento até o período 2020-2022 1,06 milhões de euros a ser pago em dinheiro e 1,24 milhões de euros a liquidar mediante instrumentos de patrimônio, reunidos em 31 de dezembro de 2019 em passivo e patrimônio, respectivamente (4,92 e 4,49 milhões de euros, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018). Em 2018 foi registrada uma despesa menor por esse conceito por montante de 11,51 milhões de euros, chegando a 2.295.522 o número de ações de referência levadas em conta para fins de retribuição.

Número de funcionários

A seguir são detalhados o número médio e o número final de funcionários dos dois últimos exercícios classificados por categoria e sexo e sua distribuição por segmentos.

• Número médio de funcionários:

2019	Conselheiros e Diretores		Diretoria		Técnicos		Pessoal administrativo		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
IBÉRIA	6	--	1.154	535	2.763	2.617	665	1.873	4.588	5.025
LATAM NORTE	5	3	295	278	769	785	295	441	1.364	1.507
LATAM SUL	7	2	417	303	1.168	1.085	573	773	2.165	2.163
BRASIL	3	--	313	223	1.074	1.727	609	1.346	1.999	3.296
AMÉRICA DO NORTE	3	--	285	302	632	1.014	200	647	1.120	1.963
EURÁSIA	6	1	284	240	774	833	387	688	1.451	1.762
ASSISTÊNCIA	--	2	391	236	544	541	1.045	1.715	1.980	2.494
GLOBAL RISKS	1	--	35	21	69	74	4	19	109	114
RESSEGURO	2	--	65	34	144	148	8	37	219	219
ÁREAS CORPORATIVAS	21	4	212	99	384	282	21	84	638	469
Total número médio de funcionários	54	12	3.451	2.271	8.321	9.106	3.807	7.623	15.633	19.012

2018	Conselheiros e Diretores		Diretoria		Técnicos		Pessoal administrativo		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
IBÉRIA	5	--	1.146	564	2.742	2.494	677	1.837	4.570	4.895
LATAM NORTE	5	2	294	275	766	744	338	461	1.403	1.482
LATAM SUL	6	2	432	295	1.203	1.092	604	803	2.245	2.192
BRASIL	--	--	378	261	898	2.024	814	1.218	2.090	3.503
AMÉRICA DO NORTE	4	--	296	309	671	1.091	226	694	1.197	2.094
EURÁSIA	4	--	239	208	657	794	552	772	1.452	1.774
ASSISTÊNCIA	2	1	406	268	577	566	1.210	1.905	2.195	2.740
GLOBAL RISKS	2	--	46	20	95	93	4	26	147	139
RESSEGURO	2	--	56	32	119	127	12	37	189	196
ÁREAS CORPORATIVAS	19	2	215	98	416	289	23	93	673	482
Total número médio de funcionários	49	7	3.508	2.330	8.144	9.314	4.460	7.846	16.161	19.497

• Número de funcionários no fim do exercício:

2019	Conselheiros e Diretores		Diretoria		Técnicos		Pessoal administrativo		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
IBÉRIA	6	--	1.154	544	2.768	2.644	670	1.874	4.598	5.062
LATAM NORTE	5	3	311	286	746	781	291	431	1.353	1.501
LATAM SUL	7	2	435	343	1.107	1.019	556	746	2.105	2.110
BRASIL	3	--	317	235	1.017	1.680	687	1.435	2.024	3.350
AMÉRICA DO NORTE	4	--	281	289	623	962	192	639	1.100	1.890
EURÁSIA	6	1	274	237	764	857	365	599	1.409	1.694
ASSISTÊNCIA	--	2	422	279	510	482	1.002	1.652	1.934	2.415
GLOBAL RISKS	1	--	33	24	61	67	2	18	97	109
RESSEGURO	2	--	67	33	147	157	8	36	224	226
ÁREAS CORPORATIVAS	20	4	216	100	390	291	21	81	647	476
Total número médio de funcionários	54	12	3.510	2.370	8.133	8.940	3.794	7.511	15.491	18.833

2018	Conselheiros e Diretores		Diretoria		Técnicos		Pessoal administrativo		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
IBÉRIA	5	--	1.138	557	2.757	2.535	679	1.867	4.579	4.959
LATAM NORTE	5	2	326	302	756	750	318	454	1.405	1.508
LATAM SUL	7	2	462	360	1.148	1.029	598	802	2.215	2.193
BRASIL	--	--	413	312	842	1.933	787	1.265	2.042	3.510
AMÉRICA DO NORTE	4	--	302	337	648	1.067	219	678	1.173	2.082
EURÁSIA	4	--	258	224	648	786	549	761	1.459	1.771
ASSISTÊNCIA	1	1	497	336	457	459	1.121	1.830	2.076	2.626
GLOBAL RISKS	2	--	42	20	87	89	4	25	135	134
RESSEGURO	2	--	55	32	127	129	11	37	195	198
ÁREAS CORPORATIVAS	21	2	212	97	390	296	21	91	644	486
Total número médio de funcionários	51	7	3.705	2.577	7.860	9.073	4.307	7.810	15.923	19.467

A seguir é detalhado o número de pessoas empregadas na Espanha com deficiência maior ou igual a 33% no fechamento dos últimos exercícios e a média ao longo deles, indicando as categorias à qual pertencem:

Conceito	2019		2018	
	Fechamento de exercício	Média	Fechamento de exercício	Média
Diretoria	14	13	11	12
Técnicos	100	98	95	96
Pessoal administrativo	89	90	93	90
TOTAL	203	201	199	198

6.22. RESULTADOS LÍQUIDOS POR DIFERENÇAS DE CÂMBIO

As diferenças de câmbio positivas diferentes às procedentes dos instrumentos financeiros valorizados a justo valor imputadas à Demonstração de Resultados Consolidada sobem a 1.589,20 e 959,39 milhões de euros nos exercícios 2019 e 2018, respectivamente.

As diferenças de câmbio negativas diferentes das procedentes dos instrumentos financeiros valorizados a justo valor imputadas à Demonstração de Resultados Consolidada sobem a 1,589,46 e 946,70 milhões de euros nos exercícios 2019 e 2018, respectivamente.

A seguir se apresenta a conciliação das diferenças de conversão reconhecidas no patrimônio no início e no final do exercício em 2019 e 2018.

Descrição	Montante	
	2019	2018
SALDO AO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(737,90)	(730,70)
Diferença líquida de câmbio por valorização de parcelas não monetárias	0,38	1,59
Diferença líquida de câmbio por conversão de estados financeiros	35,31	(8,79)
SALDO AO FECHAMENTO DO EXERCÍCIO	(702,21)	(737,90)

Dados em milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 as diferenças de câmbio líquidas derivadas da conversão a euros das demonstrações financeiras daquelas entidades do Grupo cuja moeda funcional não é o euro são:

Sociedade/Subgrupo	Área geográfica	Diferenças de conversão					
		Positivas		Negativas		Líquido	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sociedades consolidadas por integração global:							
MAPFRE RE	Europa, América e resto do mundo	22,48	21,88	(29,49)	(26,67)	(7,01)	(4,79)
MAPFRE INTERNACIONAL	Europa, América e resto do mundo	488,30	439,20	(1.123,56)	(1.109,04)	(635,26)	(669,84)
OUTROS	--	28,98	27,54	(72,19)	(73,70)	(43,21)	(46,16)
TOTAL		539,76	488,62	(1.225,24)	(1.209,41)	(685,48)	(720,79)

Dados em milhões de euros.

6.23. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

No fechamento dos exercícios 2019 e 2018 e até a data de formulação das contas anuais consolidadas, não há evidência da existência de outros ativos e passivos contingentes diferentes dos detalhados no relatório contábil por montantes significativos.

6.24. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIO

Durante o exercício 2019, a MAPFRE e o Bankia firmaram um acordo para a reestruturação de sua parceria de bancasseguros, materializado mediante a aquisição de uma participação de 51% do capital social das entidades seguradoras CAJA GRANADA VIDACAJAMURCIA VIDA, por um montante total de 110,31 milhões de euros, que permitirá ampliar notavelmente a distribuição de seguros de vida da MAPFRE no sudeste da Espanha. Além disso, durante o primeiro semestre de 2019 foi adquirida uma participação de 50,01% da entidade SANTANDER GLOBAL por um montante de 82,27 milhões de euros, que permitirá a distribuição de seguros de automóveis, multirrisco comercial e de PMEs, e de responsabilidade civil exclusiva pela rede do Banco Santander na Espanha.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis das participações adquiridas nestes negócios são os seguintes:

Conceito	CAJA GRANADA VIDA	CAJAMURCIA VIDA	SANTANDER GLOBAL
ATIVO			
Despesas de aquisição de carteira e outros intangíveis	30,46	40,96	6,80
Investimentos	235,67	127,43	11,33
Ativos por impostos diferidos	5,17	1,01	--
Participação do resseguro nas provisões técnicas	2,06	2,04	--
Créditos	0,53	0,36	--
Tesouraria	4,47	12,32	--
Outros ativos	0,42	0,68	--
TOTAL ATIVO	278,78	184,80	18,13
PASSIVO			
Provisões técnicas	193,40	118,04	--
Passivos por impostos diferidos	13,78	11,64	--
Dívidas	12,47	5,80	6,80
Outros passivos	0,92	0,50	--
TOTAL PASSIVO	220,57	135,98	6,80
Valor justo dos ativos líquidos	58,21	48,82	11,33
Participação adquirida	51%	51%	50%
Valor justo da percentagem de ativos líquidos adquiridos	29,69	24,90	5,67
Diferença de primeira consolidação	32,07	23,65	76,60
Custo da combinação	61,76	48,55	82,27

Cifras en millones de euros.

Os valores justos relativos às combinações de negócios anteriores foram designados de forma provisória, pois sua identificação e a determinação adequadas ainda estão em estudo, baseadas em proteções que estão sendo revistas.

Os valores justos detalhados anteriormente diferem dos valores contabilizados das entidades antes da combinação, principalmente pelas despesas de aquisição de carteira e seus passivos correspondentes por impostos diferidos, não registrados nos livros.

O custo de aquisição de todas as combinações dos exercícios de 2019 foi satisfeito integralmente, não existindo em 31 de dezembro de 2019 nenhum montante pendente de pagamento.

As despesas diretamente atribuíveis às combinações descritas, em relação a honorários de profissionais independentes, advogados e assessoria financeira, não são significativos e foram contabilizados como despesas na demonstração de resultados consolidada.

A data de incorporação ao grupo consolidada das combinações mencionadas adquiridas no primeiro semestre do exercício de 2019 foi 1 de março de 2019 para as entidades CAJA GRANADA VIDA e CAJAMURCIA VIDA e 30 de junho de 2019 para SANTANDER GLOBAL. As combinações de negócios contribuíram com 28,24 milhões de euros aos prêmios do Grupo e com 3,60 milhões de euros no resultado líquido atribuível aos acionistas controladores. Se as combinações tivessem ocorrido no começo do exercício de 2019, teriam contribuído com 37,45 milhões de euros nos prêmios do Grupo e com 4,71 milhões de euros no resultado líquido atribuível aos acionistas controladores.

As combinações de negócio de custo não significativo realizadas durante os exercícios 2019 e 2018 se relacionam no Anexo 1.

6.25. TRANSAÇÕES COM PARTES VINCULADAS

A totalidade das transações com partes vinculadas foi realizada em condições de mercado.

Além das transações descritas no restante das Notas das Contas Anuais Consolidadas, à continuação são descritos os saldos e as transações entre entidades do Grupo.

Operações com empresas do Grupo

A seguir são detalhadas as operações efetuadas entre empresas do Grupo, cujo efeito em resultados é nulo por terem sido eliminadas no processo de consolidação:

Conceito	2019	2018
Serviços recebidos/prestados e outras despesas/receitas	499,73	547,50
Despesas/receitas de investimentos imobiliários	24,22	24,42
Despesas/receitas dos investimentos e contas financeiras	23,36	25,93
Dividendos distribuídos	1.668,71	1.826,36

Dados em milhões de euros.

Operações de resseguro e cosseguro

A seguir são detalhadas as operações de resseguro e cosseguro efetuadas entre empresas do Grupo eliminadas no processo de consolidação:

Conceito	2019	2018
Prêmios cedidos/aceitos	2.741,68	2.120,20
Prestações	1.536,20	1.955,02
Variação de provisões técnicas	319,23	(79,73)
Comissões	481,26	432,99

Dados em milhões de euros.

No quadro a seguir, são detalhados os saldos com resseguradoras e cedentes, depósitos constituídos e provisões técnicas por operações de resseguro com empresas do Grupo eliminados no processo de consolidação.

Conceito	2019	2018
Créditos e dívidas	320,14	464,20
Depósitos	56,69	81,25
Provisões técnicas	3.113,39	2.728,75

Dados em milhões de euros.

Informação relativa a entidades dependentes

A seguir estão refletidos os dividendos distribuídos por entidades dependentes com participações não dominantes relevantes e o resultado do exercício dessas sociedades individualmente consideradas (antes de eliminações de consolidação) atribuível às participações não dominantes:

Entidade dependente	Dividendos distribuídos				Resultado atribuível a participações não controladoras	
	Participação Controladora		Participação Não Controladora		2019	2018
	2019	2018	2019	2018		
BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	2019	2018	2019	2018	2019	2018
BANKIA MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS	54,63	97,51	52,49	93,86	47,47	39,05
MAPFRE RE COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	67,93	92,62	4,92	7,79	3,26	10,92
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	12,15	29,18	12,15	29,18	30,41	28,82
M.S.V. LIFE P.L.C.	17,65	6,15	17,65	6,15	8,68	8,96
MAPFRE PERÚ VIDA, COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	9,18	6,95	4,50	3,88	5,91	6,85
CAJA CASTILLA LA MANCHA VIDA Y PENSIONES, S.A.	11,99	4,80	11,99	4,80	8,68	8,91

Dados em milhões de euros.

Além disso, durante o exercício 2018, as participações não dominantes nas sociedades BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A., BANKIA MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS e BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A. receberam fundos pelos seguintes conceitos e montantes:

Entidade dependente	Conceito	Montante
BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	Redução de capital	71,39
BANKIA MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS	Distribuição prêmio de emissão	35,86
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	Distribuição prêmio de emissão	18,21

As distribuições de prêmio de emissão estão reunidas na Demonstração das Mudanças do Patrimônio Líquido como “Outras operações com acionistas dominantes e minoritários”

Além disso, durante os exercícios 2019 e 2018 foram realizadas as seguintes reestruturações:

No mês de março de 2019, foi obtida a autorização administrativa para realizar a operação de reestruturação empresarial da MAPFRE GLOBAL RISKS, mediante a qual:

- As atividades puramente seguradoras ou resseguradoras da MAPFRE GLOBAL RISKS, em conjunto com os ativos e passivos vinculados às mesmas, foram transmitidas para a MAPFRE ESPAÑA e para a MAPFRE RE, respectivamente.
- Criou-se uma entidade que continuará a operação da MAPFRE GLOBAL RISKS no que diz respeito à análise e à assinatura dos grandes riscos industriais e comerciais, e que exercerá a função de mandatária da MAPFRE ESPAÑA e da MAPFRE RE.

A execução dessa reestruturação não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 30 de novembro de 2018, foi feita a reestruturação dos negócios da parceria estratégica entre a MAPFRE e o Banco do Brasil, que foi formalizada com a referida entidade bancária em 2011 e que se articulava através das entidades holding BB MAPFRE SH1, orientada fundamentalmente ao negócio de Vida, e a MAPFRE BB SH2, titular das seguradoras que operam em outros ramos. A reestruturação foi instrumentada com base nos seguintes termos:

- Cisão parcial da BB MAPFRE SH1 mediante a segregação de sua participação acionária na MAPFRE VIDA (Brasil), incorporada à MAPFRE BB SH2.
- Cisão parcial da MAPFRE BB SH2 mediante a segregação de sua participação acionária na Aliança do Brasil Seguros (ABS), incorporada à BB MAPFRE SH1.
- Venda pelo BB Seguros à MAPFRE BRASIL de sua participação acionária na BB MAPFRE SH2.

A seguir são detalhadas as principais magnitudes correspondentes a entidades dependentes e negócios em conjunto relevantes relacionados à atividade seguradora:

• Balanço

Entidade	Investimentos		Créditos		Total ativo		Patrimônio líquido		Provisões técnicas	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Dependente										
MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	13.866,80	12.625,52	192,28	148,11	16.216,97	14.664,52	1.414,27	1.307,68	12.509,42	11.468,37
BANKIA MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS	7.501,13	7.374,07	12,99	12,49	7.667,17	7.551,49	334,05	312,05	6.712,04	6.752,66
MAPFRE ESPAÑA COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	6.192,24	5.668,82	851,48	937,18	9.560,06	8.027,50	2.486,60	2.216,15	5.783,39	4.983,15
MAPFRE RE COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	4.467,20	3.918,58	846,56	392,39	8.467,38	5.838,83	1.696,41	1.223,30	5.864,14	4.167,42
M.S.V. LIFE P.L.C.	2.244,40	1.982,78	2,23	2,48	2.497,08	2.213,36	147,34	159,98	2.202,00	1.927,91
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	1.820,29	1.608,24	32,93	26,68	2.110,80	1.837,73	169,67	130,15	1.371,62	1.177,64
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇADO BRASIL, S.A.	1.473,08	1.362,51	746,83	712,50	3.024,18	2.773,18	278,54	329,95	2.035,27	1.832,08
Subtotal Dependentes	37.565,14	34.540,52	2.685,30	2.231,83	49.543,64	42.906,61	6.526,88	5.679,26	36.477,88	32.309,23
Negócios Conjuntos										
SOLUNION SEGUROS DE CREDITO S.A.	79,77	73,08	80,70	78,10	439,05	407,82	121,04	111,29	204,03	179,95
Subtotal Negócios Conjuntos	79,77	73,08	80,70	78,10	439,05	407,82	121,04	111,29	204,03	179,95

Dados em milhões de euros.

• Conta de resultados

Entidade	Receitas				Resultados					
	Do negócio segurador		Totais		Do negócio segurador		Das operações		Da conta global	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Dependente										
MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	2.786,37	2.485,53	2.808,90	2.507,19	202,64	299,48	224,48	287,93	272,86	283,30
BANKIA MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS	779,38	898,60	784,27	903,36	128,81	105,88	96,80	79,63	129,14	59,66
MAPFRE ESPAÑA COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS S.A.	4.659,33	4.483,67	5.412,31	5.172,78	320,23	315,12	244,24	232,77	550,94	150,27
MAPFRE RE COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	4.999,83	3.950,61	6.829,68	4.676,61	70,18	181,81	52,35	140,87	131,65	57,89
M.S.V. LIFE P.L.C.	564,89	405,57	568,80	409,23	14,54	13,72	11,77	10,94	11,77	10,94
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	476,24	519,11	486,00	532,88	81,37	77,13	60,77	57,60	63,82	52,70
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇADO BRASIL, S.A.	1.539,15	1.537,98	2.035,61	1.805,49	446,07	550,53	314,21	354,26	312,50	357,10
Subtotal Dependentes	15.805,19	14.281,07	18.925,57	16.007,54	1.263,84	1.543,67	1.004,62	1.164,00	1.472,68	971,86
Negócios Conjuntos										
SOLUNION SEGUROS DE CREDITO S.A.	36,96	30,94	243,97	224,79	16,24	13,35	7,82	6,10	8,91	4,60
Subtotal Negócios Conjuntos	36,96	30,94	243,97	224,79	16,24	13,35	7,82	6,10	8,91	4,60

Dados em milhões de euros.

A seguir são detalhadas as principais magnitudes correspondentes a entidades dependentes e negócios em conjunto relevantes relacionados com a atividade não seguradora:

• Balanço

Entidade	Ativos não circulantes		Total ativos		Patrimônio líquido		Passivos circulantes	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Dependente								
FUNESPAÑA, S.A.	202,61	166,58	203,98	167,69	127,80	118,79	72,99	45,76
MAPFRE INVERSIÓN SOCIEDAD DE VALORES S.A.	64,37	71,28	222,29	209,87	169,82	165,85	45,80	37,38
MAPFRE TECH	37,06	48,34	73,12	64,54	18,08	20,85	45,77	35,35
CREDIMAPFRE	24,02	27,98	24,48	28,13	3,41	3,16	21,08	24,98
Subtotal Dependentes	328,06	314,18	523,87	470,23	319,11	308,65	185,64	143,47

Dados em milhões de euros.

• Conta de resultados

Entidade	Receitas		Resultados			
			Das operações		Da conta global	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Dependente						
FUNESPAÑA, S.A.	78,07	113,48	6,10	5,52	6,10	5,51
MAPFRE INVERSIÓN SOCIEDAD DE VALORES S.A.	83,39	104,26	37,24	57,35	40,88	51,60
MAPFRE TECH	193,14	180,88	(2,55)	0,73	(2,55)	0,73
CREDIMAPFRE	4,45	3,37	0,21	0,14	0,21	0,14
Subtotal Dependentes	359,05	401,99	41,00	63,74	44,64	57,98

Dados em milhões de euros.

Informação relativa a acordos conjuntos e entidades associadas

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a MAPFRE PARTICIPACIONES e a MAPFRE GLOBAL RISKS não receberam da SOLUNION montantes em conceito de dividendos.

O custo e o valor justo da participação no negócio conjunto SOLUNION no fechamento do exercício é de 37,12 e 60,52 milhões de euros, respectivamente (37,12 e 64,01 milhões de euros, respectivamente em 2018).

No quadro a seguir é refletida a informação complementar correspondente aos negócios em conjunto:

Negócios Conjuntos	Dinheiro e equivalentes em espécie		Passivos financeiros		Amortização		Juros				Despesas ou receitas por imposto sobre lucros	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	Receitas		Despesas		2019	2018
SOLUNION SEGUROS DE CREDITO S.A.	7,18	4,70	--	--	3,27	2,24	2,61	2,57	1,73	2,44	(2,83)	(2,49)
TOTAL	7,18	4,70	--	--	3,27	2,24	2,61	2,57	1,73	2,44	(2,83)	(2,49)

Dados em milhões de euros.

As informações correspondente às principais magnitudes das entidades associadas mais relevantes são refletidas no Anexo 2 do relatório.

Remunerações do pessoal chave da Direção

No quadro a seguir é detalhada a retribuição gerada nos dois últimos exercícios pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade dominante:

Conceito	Montante	
	2019	2018
Retribuições a curto prazo		
Salários	2,59	3,00
Retribuição variável a curto prazo	1,95	2,09
Designações fixas	2,75	2,75
Díárias	0,06	--
Outros conceitos	0,06	0,91
Retribuição variável a médio prazo	1,28	1,13
TOTAL RETRIBUIÇÕES	8,69	9,88
Outras retribuições		
Seguros de vida	0,08	0,09

Dados em milhões de euros.

A retribuição básica dos Conselheiros Externos consiste em uma renda fixa anual por pertencer ao Conselho de Administração, cujo montante foi de 110.000 euros em 2019 e 2018. A Vice-presidência - Conselheiro Coordenador tem uma renda fixa anual adicional de 110.000 euros. Os membros da Comissão Delegada recebem 10.000 euros em 2019 e, além disso, têm uma ajuda de custo de 3.000 euros, em 2018 recebiam 20.000 euros. Essa quantia, no caso da presidência do Comitê de Auditoria e Cumprimento, chega a 68.000 euros (65.000 euros em 2018) e para a presidência de outros Comitês Delegados chega a 60.000 euros (57.000 euros em 2018). A retribuição dos membros do Comitê de Auditoria e Conformidade chega a 48.000 euros (45.000 em 2018) e para os membros de outros Comitês Delegados chega a 39.000 euros (37.000 euros em 2018).

Aqueles que são membros dos Conselhos de Administração de entidades seguradoras da Espanha recebem uma renda fixa que chega a 48.000 euros (47.000 euros em 2018). A vice-presidência externa nos Conselhos de Administração de entidades na Espanha recebe adicionalmente 11.000 euros (10.000 euros em 2018) e os membros de Comissões Diretoras 11.000 euros (10.000 euros em 2018).

Além disso, está estabelecido um Seguro de Vida para caso de falecimento, com um capital segurado de 150.253 euros, com algumas vantagens reconhecidas ao pessoal, como o seguro por doença.

Os conselheiros executivos (entendendo-se como tais os executivos da própria Sociedade dominante e aqueles que desempenham funções executivas em outras entidades do Grupo MAPFRE) recebem as retribuições estabelecidas em seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de valor variável vinculados aos resultados, seguros de vida e invalidez e outras compensações estabelecidas com caráter geral para o pessoal do Grupo. Além disso, existem complementos de pensões para caso de aposentadoria, exteriorizados através de um seguro de vida, tudo isso dentro da política salarial estabelecida pelo Grupo para seus Diretores executivos, sejam eles conselheiros ou não. Como contribuição aos planos de contribuição definida foram registrados como despesas do exercício 4,57 milhões de euros em 2019 (5,12 milhões em 2018), chegando ao montante dos direitos acumulados de 26,81 e 21,37 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Os conselheiros executivos não recebem a renda fixa estabelecida para os conselheiros externos.

Tal e como se reflete no quadro dessa nota a respeito dos planos de incentivos a médio prazo, no presente exercício foram acumulados 1,28 milhões de euros (1,02 milhões em dinheiro e 0,26 milhões em instrumentos de patrimônio), dos quais se encontram pendentes de pagamento 0,14 milhões de euros em dinheiro e 0,16 milhões de euros em instrumentos de patrimônio. Esses montantes estavam integralmente provisionados. Em 2018 foram provisionados 0,10 milhões de euros correspondentes a retribuição em dinheiro e foram revertidos 0,92 milhões de euros correspondentes a retribuição a ser liquidada mediante instrumentos de patrimônio. No fechamento do exercício 2018, o montante da provisão por esses planos chegou a 1,55 milhões de euros.

A respeito das retribuições variáveis a curto prazo acumuladas no presente exercício e em anteriores, no fechamento do exercício 2019 se encontram pendentes de pagamento 3,05 milhões de euros, (3,25 milhões de euros em 2018).

A remuneração básica dos conselheiros externos é aprovada pela Assembléia Geral proposta pelo Conselho de Administração e prévio relatório do Comitê de Nomeações e Retribuições. O montante da retribuição contratual dos conselheiros executivos, a renda fixa por pertencer a Conselhos ou Comitês Delegados são aprovadas pelo Conselho de Administração, prévio relatório do Comitê citado.

O montante pago do prêmio de seguro de responsabilidade dos administradores por danos ocasionados foi de 0,79 milhões de euros (0,67 milhões de euros em 2018).

Em relação à diretoria executiva, são detalhadas a seguir, as remunerações dos dois últimos exercícios:

Conceito	Montante	
	2019	2018
Nº membros diretoria executiva	8	7
Retribuição fixa	2,21	2,12
Retribuição variável	1,26	1,19
Outros conceitos	0,18	0,08
TOTAL RETRIBUIÇÕES	3,65	3,39
Seguros de vida	0,03	0,03

Dados em milhões de euros.

A respeito dos planos de incentivos a médio prazo no presente exercício foram acumulados 0,23 milhões de euros (0,17 em dinheiro e 0,06 em instrumentos de patrimônio), dos quais se encontram pendentes de pagamento 0,05 milhões de euros em dinheiro e 0,02 milhões de euros em instrumentos de patrimônio. Esses montantes estavam integralmente provisionados. No ano 2018, foi revertida parte da provisão dotada por montante de 1,02 milhões de euros.

Adicionalmente, como adição aos planos de contribuição definida, foi registrado como despesa do exercício de 2019, 1,05 milhões de euros em (0,83 milhões em 2018).

6.26. FATOS POSTERIORES

Não se produziram fatos significativos posteriores ao fechamento do exercício.

7. GESTÃO DE RISCOS

O Conselho de Administração da MAPFRE S.A., estabelece o nível de risco que o Grupo está disposto a assumir para poder atingir seus objetivos comerciais sem desvios relevantes, inclusive em situações adversas. Esse nível, articulado em seus limites e sublimites por tipo de risco, configura o Apetite de Risco do Grupo MAPFRE.

A estrutura da MAPFRE baseia-se em Unidades e Sociedades com alto nível de autonomia em sua gestão. Os órgãos de governança e diretoria do Grupo aprovam as linhas de atuação das Unidades e Sociedades em termos de gestão de riscos e supervisionam sua exposição ao risco, de forma permanente, por meio de indicadores e taxas.

Para garantir a administração eficaz dos riscos o Grupo desenvolveu um conjunto de políticas. A Política de Gestão de Riscos estabelece o marco para a gestão de riscos e, por sua vez, para o desenvolvimento das políticas sobre riscos específicos. Todas elas:

- Estabelecem as pautas gerais, os princípios básicos e o âmbito geral de atuação para o tipo de risco, garantindo uma aplicação coerente no Grupo.
- Atribuem as responsabilidades e definem as estratégias, processos e procedimentos de informação necessários para a identificação, medição, vigilância, gestão e notificação dos riscos aos quais fazem referência.
- Estabelecem as linhas de relatório e os deveres de comunicação da área responsável pelo risco.

Da Área de Gestão de Riscos do Grupo são tratados todos os aspectos significativos relativos à gestão de riscos, correspondentes tanto ao Grupo como às diferentes entidades jurídicas pertencentes a ele, marcando diretrizes e critérios de referência que são assumidos pelas áreas de risco das entidades individuais como as de adaptações que forem necessárias.

Os Órgãos de Governança recebem informação relativa à quantificação dos principais riscos aos quais o Grupo está exposto e dos recursos de capital disponíveis para enfrentá-los, bem como informação relativa ao cumprimento dos limites estabelecidos no Apetite de Risco.

Geralmente, o capital atribuído é estabelecido como uma estimativa de acordo com os orçamentos do próximo exercício e submetido a uma revisão periódica durante o ano, dependendo da evolução dos riscos, para garantir a observância dos limites definidos no Apetite de Risco.

A exposição aos tipos de riscos procedentes dos instrumentos financeiros do Grupo e contratos de seguro, bem como os processos e os métodos utilizados para sua gestão e medição estão descritos nas seções A), B), C) e D) correspondentes a essa nota.

A) RISCOS DE SEGURO

1. Sensibilidade de risco de seguro

Essa análise de sensibilidade mede o efeito no capital das flutuações na alta e na baixa dos fatores condicionantes do risco de seguro (número de riscos segurados, valor do prêmio médio, frequência e custo do sinistro). Uma medida de sensibilidade do risco de seguro de Não Vida é o efeito que teria no resultado do exercício e, conseqüentemente no patrimônio líquido, a variação de um ponto percentual da taxa combinado. O quadro a seguir mostra esse efeito junto com o índice de volatilidade da citada taxa, calculado em função do seu desvio típico em um horizonte de tempo de cinco anos:

Unidades de Negócio	Efeito nos resultados de uma variação de 1% do índice combinado		Índice de volatilidade do índice combinado
	2019	2018	
Seguros			
IBÉRIA	34,65	34,10	1,24%
LATAM	24,70	22,81	1,23%
INTERNACIONAL	20,73	19,22	1,89%
Resseguro	18,24	19,07	1,93%
Assistência	6,02	4,78	1,12%
Global Risks	1,44	2,40	24,27%
CONSOLIDADO	100,05	90,62	0,44%

Dados em milhões de euros.

No caso do negócio de Vida, a MAPFRE realiza a medição e gestão dos fatores condicionantes do risco de seguro de acordo com a fórmula padrão, que considera os seguintes aspectos:

- Mortalidade
- Morbidade
- Revisão
- Despesas
- Queda
- Catastrófico

No quadro a seguir, mostra-se a análise de sensibilidade, das principais seguradoras de Vida do Grupo em seu conjunto, ao risco do seguro de Vida por variações das principais fontes de incerteza e seu impacto em Fundos Próprios de Solvência II do Grupo:

Conceito	Faixa de sensibilidade (desvio típico)	
	2019	2018
Taxa de mortalidade (aumento de 5%) (produtos sem risco de longevidade)	(1,6%) a (0,8%)	(1,5%) a (0,8%)
Taxa de mortalidade (queda de 5%) (apenas produtos com risco de longevidade)	(2,0%) a (1,1%)	(1,6%) a (0,9%)
Taxa de invalidez (aumento de 5%)	--	--
Despesas (aumento 10%)	(1,9%) a (1,3%)	(1,2%) a (0,9%)
Quedas (aumento 10%)	(1,0%) a (0,6%)	(1,3%) a (0,7%)

A dotação adequada das provisões técnicas é um dos princípios básicos da gestão seguradora do Grupo. As provisões técnicas são estimadas pelas equipes atuariais das diferentes entidades e seu montante é validado por uma parte independente que não participou do cálculo. A constituição de provisões técnicas é regulada por uma política específica.

As principais metodologias atuariais consideradas adequadas, aplicáveis e pertinentes para o cálculo das Provisões técnicas sob Solvência II pelo Grupo MAPFRE são:

- Para os seguros de Não Vida:
 - Combinações de métodos deterministas geralmente aceitos para o desenvolvimento da última sinistralidade a partir da seleção de fatores para o desenvolvimento de frequências e custos médios.
 - Métodos estocásticos para a determinação da sinistralidade assumindo uma função de distribuição da probabilidade.

• Para os seguros de Vida:

- Cálculo de apólice a apólice do valor atual esperado dos compromissos adquiridos com base nas informações estatísticas existentes sobre a mortalidade, longevidade, deficiência, etc.
- Projeções a partir de grupos de apólices homogêneas ou 'model points' nos casos nos quais os cálculos dos fluxos de caixa apólice a apólice são desproporcionais com relação à natureza e complexidade dos riscos da entidade, e sempre e quando a proteção não desvirtue os resultados obtidos.
- Cálculos estocásticos, conforme o caso, para reconhecer o valor temporário das opções e garantias.

2. Concentrações de risco de seguro

O Grupo conta com um elevado grau de diversificação de seu risco de seguro ao operar praticamente na totalidade dos ramos na Espanha e contar com uma ampla presença nos mercados internacionais.

O Grupo aplica um sistema de procedimentos e limites que lhe permite controlar o nível de concentração do risco de seguro.

É uma prática comum o uso de contratos de resseguro como elemento atenuador do risco de seguro derivado de concentrações ou acumulações de garantias superiores aos níveis máximos de aceitação.

2.a) Montante de prêmios por risco

Nos quadros a seguir é mostrada a discriminação dos prêmios emitidos pelo seguro direto e o resseguro aceitado classificados em função do tipo de negócio contratado para os dois últimos exercícios:

Exercício de 2019

Conceito	Resseguro aceito					Seguro direto			
	Vida	Não Vida		Total	Risco de catástrofe	Vida	Outros riscos		Total
		Risco de catástrofe	Outros riscos				Não Vida		
							Au-tomóveis	Outros	
Prêmios emitidos de seguro direto	--	--	--	--	351,64	4.877,67	6.565,61	7.743,84	19.538,76
Prêmios resseguro aceito	593,74	266,92	2.644,50	3.505,16	--	--	--	--	--

Dados em milhões de euros.

Exercício de 2018

Conceito	Resseguro aceito					Seguro direto			
	Vida	Não Vida		Total	Risco de catástrofe	Vida	Outros riscos		Total
		Risco de catástrofe	Outros riscos				Não Vida		
							Au-tomóveis	Outros	
Prêmios emitidos de seguro direto	--	--	--	--	382,95	4.870,58	6.812,94	7.035,76	19.102,23
Prêmios resseguro aceito	600,47	461,55	2.372,85	3.434,87	--	--	--	--	--

Dados em milhões de euros.

2.b) Montante de prêmios por produtos e segmentos

Nos quadros a seguir é mostrada a discriminação dos prêmios emitidos pelo seguro direto e o resseguro aceito por produtos e segmentos dos últimos exercícios:

Exercício de 2019

Produtos	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURÁSIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISK	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	Total
Vida	2.425,09	425,44	241,28	1.502,53	4,36	292,28	--	--	--	0,10	4.891,08
Automóveis	2.313,61	298,64	427,93	842,70	1.550,45	1.101,56	103,83	--	--	(103,42)	6.535,30
Lar e outros riscos simples	973,13	119,09	195,35	426,88	665,95	86,72	--	--	--	0,25	2.467,37
Saúde	580,33	230,32	75,84	0,93	54,31	126,15	--	--	--	1,67	1.069,55
Acidentes	111,86	18,14	95,29	--	2,02	7,99	--	--	--	0,05	235,35
Outros Não Vida	1.313,74	881,47	561,02	1.204,47	54,65	80,84	757,20	--	--	(375,79)	4.477,60
Resseguro	--	--	--	--	--	--	--	1.060,12	4.520,37	(2.212,83)	3.367,66
TOTAL	7.717,76	1.973,10	1.596,71	3.977,51	2.331,74	1.695,54	861,03	1.060,12	4.520,37	(2.689,96)	23.043,92

Dados em milhões de euros.

Exercício de 2018

Produtos	IBÉRIA	LATAM NORTE	LATAM SUL	BRASIL	AMÉRICA DO NORTE	EURÁSIA	ASSISTÊNCIA	GLOBAL RISK	RESSEGURO	ÁREAS CORPORATIVAS E AJUSTES DE CONSOLIDAÇÃO	Total
Vida	2.582,56	343,77	261,45	1.355,71	4,03	328,09	--	--	--	0,09	4.875,70
Automóveis	2.282,91	279,65	449,96	1.013,52	1.639,70	1.123,71	90,70	--	--	(89,25)	6.790,90
Lar e outros riscos simples	921,08	101,53	194,39	435,30	673,90	86,73	--	--	--	0,36	2.413,29
Saúde	554,65	211,03	72,02	1,52	63,96	125,75	--	--	--	3,49	1.032,42
Acidentes	109,36	15,21	95,83	--	1,95	10,00	--	--	--	0,06	232,41
Outros Não Vida	1.207,35	358,16	532,10	1.166,15	41,74	91,48	820,32	117,23	--	(930,85)	3.403,68
Resseguro	--	--	--	--	--	--	--	1.056,68	3.787,13	(1.055,11)	3.788,70
TOTAL	7.657,91	1.309,35	1.605,75	3.972,20	2.425,28	1.765,76	911,02	1.173,91	3.787,13	(2.071,21)	22.537,10

Dados em milhões de euros.

2.c) Montante de prêmios por moedas

No quadro a seguir é mostrada a discriminação por moedas dos prêmios emitidos pelo seguro direto para os dois últimos exercícios.

Moeda	Exercício	
	2019	2018
Euros	8.877,98	9.023,42
Dólar EUA	4.147,99	3.622,32
Real brasileiro	3.977,51	3.972,20
Peso mexicano	633,26	489,88
Peso argentino	128,43	168,90
Bolívar soberano	4,15	5,56
Lira turca	340,83	380,58
Peso colombiano	276,50	309,74
Peso chileno	134,74	154,05
Libra esterlina	249,65	226,91
Sol peruano	284,74	268,55
Rúpia Indonésia	48,90	61,89
Outras moedas	434,08	418,22
TOTAL	19.538,76	19.102,22

Dados em milhões de euros.

3. Sinistralidade

Na Nota 6.13 do relatório "Provisões Técnicas" na seção 3.4 é oferecida informação sobre a evolução do sinistro.

B) RISCO DE CRÉDITO

1. Risco de crédito derivado de contratos de resseguro

No quadro a seguir é mostrada a discriminação dos créditos perante resseguradores nos dois últimos exercícios:

	Valor contábil	
	2019	2018
Resseguro cedido e retrocedido		
Provisão para seguros de Vida	57,00	55,95
Provisão de sinistros	4.313,86	4.303,06
Outras provisões técnicas	4,82	1,46
Créditos por operações de resseguro cedido e retrocedido	390,51	484,16
Dívidas por operações de resseguro cedido e retrocedido	(868,87)	(423,21)
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	3.897,32	4.421,42

Dados em milhões de euros.

No quadro a seguir é mostrada a discriminação dos créditos perante resseguradores de acordo com o nível de solvência financeira:

NÍVEL	Valor contábil	
	2019	2018
AAA	1.244,10	1.040,09
AA	1.009,39	1.028,92
A	574,46	1.457,50
BBB	294,85	389,84
BB OU MENOR	125,48	10,35
SEM QUALIFICAÇÃO DE CRÉDITO	649,05	494,73
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	3.897,32	4.421,42

Dados em milhões de euros.

No quadro a seguir é detalhado o tipo e a quantia das garantias outorgadas pelos resseguradores nos dois últimos exercícios:

Tipo de garantia	Montante	
	2019	2018
Cartas de crédito	1,10	2,15
Garantias	--	--
Penhora de ativos	--	--
Outras garantias	16,56	476,79
TOTAL	17,66	478,94

Dados em milhões de euros.

Os saldos correspondentes aos créditos por operações de seguro direto e cosseguro chegam a 3.945,09 e 3.644,21 bilhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente. As perdas estimadas pela sua deterioração se refletem na conta de resultados de acordo com o referido na política contábil 5.9.

2. Risco de crédito derivado de outros instrumentos financeiros

A seguir é mostrada a discriminação da carteira de valores de taxa fixa, híbridos, depósitos e tesouraria com base na capacidade de pagamento dos emissores de valores de renda fixa e das entidades financeiras, respectivamente para os dois últimos exercícios:

Capacidade de pagamento dos emissores	Valor contábil							
	Carteira mantida até o vencimento		Carteira disponível para venda		Carteira de negociação		Tesouraria	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
AAA	1.462,92	1.437,93	2.322,65	1.941,84	1.896,58	1.082,78	142,71	151,86
AA	46,33	83,45	3.169,58	3.936,23	225,06	1.076,59	240,92	299,43
A	33,92	32,38	20.742,99	18.686,11	499,70	482,56	1.212,17	938,24
BBB	211,40	151,00	7.421,12	6.265,73	817,60	715,47	631,08	505,91
BB O MENOR	79,93	156,67	256,88	463,70	22,52	142,84	98,94	128,88
SEM QUALIFICAÇÃO DE CRÉDITO	115,20	78,17	399,14	194,27	113,27	2,93	211,68	177,09
TOTAL	1.949,70	1.939,60	34.312,36	31.487,88	3.574,73	3.503,17	2.537,50	2.201,41

Dados em milhões de euros.

3. Valores de renda fixa em caso de mora

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existem valores de renda fixa em caso de atraso por montantes significativos.

4. Créditos

O quadro a seguir mostra a composição da seção de créditos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as perdas por redução ao valor recuperável, os lucros por suas reversões registradas e o montante das garantias recebidas nos dois últimos exercícios:

Conceito	Saldo líquido no balanço		Redução ao valor recuperável				Garantias recebidas	
	2019	2018	Perdas registradas		Lucros por reversão		2019	2018
			2019	2018	2019	2018		
Créditos por operações de seguro direto e cosseguro	3.945,09	3.644,21	(11,29)	(10,82)	6,97	9,93	--	--
Crédito por operações de resseguro	934,33	903,08	(16,44)	(21,95)	15,89	15,64	--	--
Créditos tributários	409,20	336,70	--	--	--	--	--	--
Créditos previdenciários e outros	780,77	877,21	(10,47)	(3,02)	2,43	2,28	--	--
TOTAL	6.069,39	5.761,20	(38,20)	(35,79)	25,29	27,85	--	--

Dados em milhões de euros.

C) RISCO DE LIQUIDEZ

No que diz respeito ao risco de liquidez, a MAPFRE conta com a Política de Gestão do Risco de Liquidez e a Política de Gestão de Ativos e Passivos, que representam o marco de referência para a atuação em tal âmbito. Na MAPFRE, a atuação geral se baseou em manter saldos disponíveis por montantes suficientes para cobrir com folga os compromissos derivados das suas obrigações com os segurados e com os credores. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019 o saldo em dinheiro e em outros ativos líquidos chegava a 2.537,50 bilhões de euros (2.201,41 bilhões de euros no ano anterior) equivalente a 5,34% do total de aplicações financeiras e tesouraria (5,07% no fechamento do exercício 2018). Por outro lado, e no que se refere aos seguros de Vida e Poupança, a política de investimentos aplicada de casamento de vencimentos dos investimentos com as obrigações contraídas nos contratos de seguros reduz o risco de liquidez no longo prazo. Além disso, a maior parte dos investimentos em renda fixa

apresentam grau de investimento e são negociáveis em mercados organizados, o que outorga uma grande capacidade de atuação diante de potenciais tensões de liquidez.

Os ativos com vencimento superior a um ano são detalhados na seção "Risco de taxa de juro".

Por último, o baixo nível de endividamento da MAPFRE em relação com seus fundos próprios, junto com o montante não disposto do crédito sindicado, contratado pela Sociedade dominante, permite dispor de liquidez adicional através de operações de financiamento. Na Nota 6.12 Passivos financeiros é oferecida informação sobre as dívidas com entidades de crédito e outros passivos financeiros do Grupo.

1. Risco de liquidez derivado de contratos de seguros

A seguir é detalhado o calendário previsto dos desembolsos correspondentes aos passivos de seguro registrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, montantes sem desconto financeiro.

Exercício de 2019

Conceito	Saídas de dinheiro estimadas ao longo dos anos							Saldo final
	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2029	Posteriores	
Provisão de seguros de vida	2.934,93	2.143,36	2.040,86	1.708,99	1.583,40	6.447,15	10.085,30	26.943,99
Provisão de sinistros	5.762,93	2.519,01	1.361,65	769,26	523,53	1.071,47	616,20	12.624,05
Outras provisões técnicas	87,33	41,55	39,57	40,81	41,62	224,52	594,53	1.069,93
Dívidas por operações de seguro direto e cosseguro	879,89	14,74	11,21	6,04	4,16	7,42	4,60	928,06
Dívidas por operações de resseguro	1.501,41	11,07	8,44	4,61	3,10	5,53	6,92	1.541,08
TOTAL	11.166,49	4.729,73	3.461,73	2.529,71	2.155,81	7.756,09	11.307,55	43.107,11

Dados em milhões de euros.

Exercício de 2018

Conceito	Saídas de dinheiro estimadas ao longo dos anos							Saldo final
	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2028	Posteriores	
Provisão de seguros de vida	2.733,10	2.105,46	1.985,52	1.871,39	1.502,78	6.253,93	10.105,60	26.557,78
Provisão de sinistros	6.161,41	2.433,37	1.223,84	756,87	516,69	1.151,78	470,19	12.714,15
Outras provisões técnicas	87,57	36,65	38,35	40,36	42,45	245,84	485,91	977,13
Dívidas por operações de seguro direto e cosseguro	1.047,43	14,72	10,25	6,61	4,25	8,71	2,81	1.094,78
Dívidas por operações de resseguro	841,49	2,24	2,09	1,03	0,67	1,38	3,74	852,64
TOTAL	10.871,00	4.592,44	3.260,05	2.676,26	2.066,84	7.661,64	11.068,25	42.196,48

Dados em milhões de euros.

2. Risco de liquidez derivado de passivos subordinados e passivos financeiros

O detalhe nos dois últimos exercícios do vencimento dos desembolsos, sem levar em consideração o desconto financeiro, correspondentes aos passivos subordinados e financeiros é o seguinte:

Exercício de 2019

Conceito	Vencimento em:						Total
	2020	2021	2022	2023	2024	Posteriores	
Passivos subordinados	46,88	46,88	46,88	46,88	46,88	1.261,25	1.495,65
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	16,25	16,25	16,25	16,25	16,25	1.032,50	1.113,75
Dívidas com entidades de crédito	62,13	32,88	32,79	32,76	642,76	52,86	856,18
Outros passivos financeiros (excluídos para negociar, outros a valores justos e outros sem vencimento)	532,72	1,15	1,35	1,05	0,94	7,11	544,32
TOTAL	657,98	97,16	97,27	96,94	706,83	2.353,72	4.009,90

Dados em milhões de euros.

Exercício de 2018

Conceito	Vencimento em:						Total
	2019	2020	2021	2022	2023	Posteriores	
Passivos subordinados	46,88	46,88	46,88	46,88	46,88	1.308,13	1.542,53
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	16,25	16,25	16,25	16,25	16,25	1.048,75	1.130,00
Dívidas com entidades de crédito	55,59	0,11	0,06	0,04	490,00	0,01	545,81
Outros passivos financeiros (excluídos para negociar, outros a valores justos e outros sem vencimento)	503,75	3,42	0,34	0,30	0,25	625,38	1.133,44
TOTAL	622,47	66,66	63,53	63,47	553,38	2.982,27	4.351,78

Dados em milhões de euros.

D) RISCO DE MERCADO

A Área de Gestão de Riscos da MAPFRE realiza testes de resistência e sensibilidades do impacto de variáveis financeiras e de mercado sobre sua posição de solvência.

A Área de Investimentos do Grupo realiza periodicamente diferentes análises de sensibilidade do valor da carteira de investimentos ao risco de mercado. Entre outros, os indicadores que se utilizam habitualmente são a duração modificada para valores de renda fixa e o VaR, o valor em risco, para renda variável.

1. Risco de taxa de juros

Nos quadros a seguir é detalhada a informação importante dos dois últimos exercícios relativa ao nível de exposição ao risco de taxa de juro dos ativos e passivos financeiros:

Carteira	Montante do ativo exposto ao risco de taxa de juros em valor justo					
	Taxa de juros fixa		Não exposto ao risco		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
A vencimento	1.830,38	1.641,07	143,01	310,40	1.973,39	1.951,47
Disponível para venda	31.452,44	28.969,30	5.632,77	4.784,43	37.085,21	33.753,73
De negociação	4.748,66	4.413,85	1.188,61	1.126,92	5.937,27	5.540,77
TOTAL	38.031,48	35.024,22	6.964,39	6.221,75	44.995,87	41.245,97

Dados em milhões de euros.

Dentro dos ativos de taxa de juros fixa se incluem as carteiras imunizadas, por montante de 16.482,40 e 15.254,60 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, que reduzem o risco da taxa de juros.

Carteira	Montante do passivo exposto ao risco de taxa de juros em valor justo					
	Taxa de juros fixa		Não exposto ao risco		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Passivos subordinados	1.121,07	1.120,54	--	--	1.121,07	1.120,54
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	1.004,82	1.004,05	--	--	1.004,82	1.004,05
Dívidas com entidades de crédito	28,37	12,86	819,44	532,83	847,81	545,69
Outros passivos financeiros	735,19	468,52	1.177,89	794,28	1.913,08	1.262,80
TOTAL	2.889,45	2.605,97	1.997,33	1.327,11	4.886,78	3.933,08

Dados em milhões de euros.

Nos quadros a seguir é mostrada a discriminação, para os exercícios 2019 e 2018, das aplicações financeiras por vencimento.

31 de dezembro de 2019

Conceito	SALDO FINAL	Vencimento a:						Posteriores ou sem vencimento
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos		
CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO								
Renda fixa	1.949,70	343,56	163,92	295,44	178,97	93,43	874,38	
Outros investimentos	23,69	14,57	1,31	0,17	0,02	0,05	7,57	
TOTAL CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO	1.973,39	358,13	165,23	295,61	178,99	93,48	881,95	
CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA								
Renda fixa	34.312,36	2.335,57	2.157,33	2.933,44	2.781,74	3.649,88	20.454,40	
Outros investimentos	25,75	10,76	4,84	1,42	0,92	5,92	1,89	
TOTAL CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA	34.338,11	2.346,33	2.162,17	2.934,86	2.782,66	3.655,80	20.456,29	
CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO								
Permutas financeiras swaps	494,47	(128,85)	(72,34)	(145,02)	(77,52)	(106,95)	1.025,15	
Opções	0,03	0,03	--	--	--	--	--	
Renda fixa	3.181,59	1.425,61	282,37	288,58	122,75	232,12	830,16	
Híbridos	392,72	109,04	129,37	122,89	--	4,33	27,09	
Depósitos	0,42	--	--	--	--	--	0,42	
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	4.069,23	1.405,83	339,40	266,45	45,23	129,50	1.882,82	

Dados em milhões de euros.

31 de dezembro de 2018

Conceito	SALDO FINAL	Vencimento a:						Posteriores ou sem vencimento
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos		
CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO								
Renda fixa	1.939,60	257,49	198,63	110,19	265,12	231,06	877,11	
Outros investimentos	11,87	5,97	0,02	--	0,19	2,01	3,68	
TOTAL CARTEIRA MANTIDA ATÉ O VENCIMENTO	1.951,47	263,46	198,65	110,19	265,31	233,07	880,79	
CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA								
Renda fixa	31.487,88	2.308,96	1.934,73	2.287,65	2.863,52	2.764,01	19.329,01	
Outros investimentos	33,53	27,06	--	0,50	4,06	--	1,91	
TOTAL CARTEIRA DISPONÍVEL PARA VENDA	31.521,41	2.336,02	1.934,73	2.288,15	2.867,58	2.764,01	19.330,92	
CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO								
Permutas financeiras swaps	453,00	(104,23)	(122,18)	(60,31)	(111,15)	(97,92)	948,78	
Opções	0,70	--	0,70	--	--	--	--	
Renda fixa	3.090,04	1.556,55	176,29	353,52	188,82	139,78	675,08	
Híbridos	413,13	16,51	--	135,78	120,89	67,22	72,73	
Depósitos	--	--	--	--	--	--	--	
TOTAL CARTEIRA PARA NEGOCIAÇÃO	3.956,87	1.468,83	54,81	428,99	198,56	109,08	1.696,59	

Dados em milhões de euros.

O detalhe da taxa de juros média e a duração modificada dos investimentos em renda fixa dos exercícios de 2019 e 2018 é o seguinte:

Conceito	2019	2018
Taxa de juros média (%)	3,68	4,05
Duração modificada (%)	7,26	6,75

Os saldos incluídos na seção "Créditos" do ativo do balanço e nas contas de "Dívidas por operações de seguro direto e cosseguro", "Dívidas por operações de resseguro", "dívidas tributárias" e "Outros débitos" do passivo do balanço não aplicam juros, e com caráter geral sua liquidação se produz no exercício seguinte. Os passivos com vencimento superior a um ano são detalhados na seção "Risco de liquidez derivado de passivo subordinado e passivos financeiros".

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos nas taxas de juro e representa uma aproximação da variação percentual que experimentaria o valor dos ativos financeiros por cada ponto percentual (100 p.b.) de variação das taxas de juro.

2. Risco de taxa de câmbio

No seguinte quadro é detalhada a discriminação dos ativos e passivos atendendo às moedas em que estão denominados no fechamento dos dois últimos exercícios.

Moeda	Ativo		Passivo		Total líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Euros	42.783,68	39.127,49	39.072,47	36.278,29	3.711,21	2.849,20
Dólar EUA	14.068,98	13.100,62	10.705,40	10.088,00	3.363,58	3.012,62
Peso mexicano	1.307,20	1.000,87	980,42	739,42	326,78	261,45
Real brasileiro	8.196,13	8.068,41	6.618,67	6.413,87	1.577,46	1.654,54
Lira turca	815,26	845,15	709,25	719,28	106,01	125,87
Peso chileno	348,96	402,63	218,68	287,37	130,28	115,26
Bolívar soberano	14,65	4,42	5,05	2,71	9,60	1,71
Peso argentino	276,07	304,44	214,53	226,71	61,54	77,73
Peso colombiano	1.478,55	1.575,45	1.397,54	1.270,87	81,01	304,58
Libra esterlina	646,30	606,93	521,58	413,53	124,72	193,40
Dólar canadense	59,44	52,64	14,76	14,06	44,68	38,58
Peso filipino	105,10	109,66	77,45	87,24	27,65	22,42
Sol peruano	414,11	327,77	347,12	266,61	66,99	61,16
Rúpia Indonésia	242,78	272,10	89,24	97,73	153,54	174,37
Outras moedas	1.752,71	1.492,24	1.431,74	1.187,55	320,97	304,69
TOTAL	72.509,92	67.290,82	62.403,90	58.093,24	10.106,02	9.197,58

Dados em milhões de euros.

A sensibilidade do patrimônio do Grupo a variações nas taxas de câmbio com respeito ao euro das diferentes moedas em que estão nomeados os ativos, vem determinada pelo montante líquido descrito no quadro anterior, deduzindo o montante de itens não monetários. Da mesma forma, o efeito nos resultados futuros do Grupo de tais variações nas taxas de câmbio o determina o volume de resultados obtidos em cada moeda. Sendo assim, detalhe-se no Anexo 1 o país no qual se localizam as operações de cada sociedade do Grupo e, no Anexo 2, o resultado obtido pelas sociedades mais relevantes do Grupo.

3. Risco da bolsa

O VaR ou valor em risco (máxima variação esperada em um horizonte de tempo de um ano e para um nível de confiança de 99%) dos valores de renda variável e fundos de investimento expostos ao risco da bolsa chega em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a 720,99 e 638,52 milhões de euros respectivamente.

4. Risco imobiliário

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo dispõe de um patrimônio em imóveis que representa aproximadamente 4,55% do total de investimentos e tesouraria (4,25% em 31 de dezembro de 2018), do qual aproximadamente 45,65% está destinado a agências próprias (40,68% em 31 de dezembro de 2018). Esse patrimônio cumpre a dupla função de ser suporte administrativo e de vendas, bem como gerador de receitas por investimentos e elemento de diversificação dos investimentos. A discriminação deste patrimônio imobiliário é mostrada no quadro a seguir:

Conceito	Valor líquido contábil		Valor de mercado	
	2019	2018	2019	2018
Investimentos imobiliários	1.323,35	1.243,60	1.787,39	1.684,29
Imóveis de uso próprio	1.111,63	852,66	1.515,13	1.232,99
TOTAL	2.434,98	2.096,26	3.302,52	2.917,28

Dados em milhões de euros.

As mais-valias não realizadas compensariam uma queda de preço dos imóveis equivalente a aproximadamente por 26,27% do seu valor de mercado no fechamento do exercício 2019 (28,14% no fechamento do exercício de 2018).

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

8.1. INFORMAÇÃO RELACIONADA AO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante os dois últimos exercícios, não foram produzidas situações de conflito, direto ou indireto, dos administradores ou das pessoas vinculadas a eles com o interesse do Grupo.

Os administradores da Sociedade dominante não realizaram durante os dois últimos exercícios nenhuma operação com a própria Sociedade nem com qualquer outra empresa do Grupo alheia ao tráfico ordinário das sociedades nem fora das condições normais de mercado.

8.2. HONORÁRIOS APLICADOS POR AUDITORES

As contas anuais da Sociedade dominante e das principais entidades que integram o Grupo correspondentes ao exercício 2019 foram auditadas pela empresa KPMG, com exceção, principalmente, das filiais domiciliadas na Indonésia, cujo auditor é PKF. No exercício 2018, as filiais domiciliadas no Chile foram auditadas pelo EY.

As retribuições geradas a favor do auditor principal são mostradas no seguinte detalhe e considera-se que não comprometem a sua independência:

Conceito	Montante	
	2019	2018
Serviços de auditoria	7,71	7,53
Outros serviços de verificação	1,58	2,22
Serviços tributários	0,02	--
Outros serviços	0,01	0,02
Total de serviços auditor principal	9,32	9,77

Dados em milhões de euros.

Nos montantes anteriores estão incluídos os acumulados pela sociedade KPMG Auditores, S.L., que, no exercício 2019, chegam a 2,27 milhões de euros em conceito de serviços de auditoria (2,20 milhões de euros em 2018) e a 0,58 milhões de euros em conceito de Outros serviços de verificação (0,92 milhões de euros em 2018). Entre esses se destacam outras revisões requeridas (por normativa ou pedido de parceiros externos), bem como serviços sobre o cumprimento regulatório, sendo os mais significativos os correspondentes à revisão dos relatórios de Solvência (0,45 milhões de euros).

Os honorários referentes a serviços de auditoria de contas prestados por outros auditores diferentes do auditor principal, subiram para 0,06 milhões de euros no exercício 2019 (0,26 milhões de euros em 2018).

8.3. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

As entidades do Grupo não mantêm nos dois últimos exercícios nenhuma parcela de natureza ambiental que pudesse ser significativa e incluída sob menção específica nas presente contas anuais consolidadas.

8.4. INFORMAÇÃO SOBRE O PERÍODO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

As características dos pagamentos realizados pelas sociedades espanholas do Grupo, consolidadas pela integração mundial aos fornecedores nos exercícios 2019 e 2018, são:

Conceito	Dias	
	2019	2018
Período médio de pagamento a fornecedores	5,44	6,66
Taxa de operações pagas	5,24	6,49
Taxas de operações pendentes de pagamento	24,76	19,43

Conceito	Milhões de euros	
	2019	2018
Total pagamentos realizados	1.989,00	1.693,75
Total pagamentos pendentes que ultrapassam o prazo máximo legal	20,43	21,60

ANEXO 1: QUADRO DE SOCIEDADES DEPENDENTES, ASSOCIADAS E NEGÓCIOS CONJUNTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
IBÉRIA						
MAPFRE ESPAÑA COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE, S.A. • MAPFRE GLOBAL RISK, S.A. • MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A. 	83,5168	83,5168	(A)	(1)
CLUB MAPFRE, S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE AUTOMOCIÓN, S.A.U. 	99,9875	99,9875	(A)	(1)
CENTRO DE EXPERIMENTACIÓN Y SEGURIDAD VIAL MAPFRE, S.A.	Ctra. Valladolid, km 1 Ávila (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE, S.A. 	0,0125	0,0125	(A)	(1)
MAPFRE AUTOMOCIÓN, S.A.U.	Crta. De Pamplona a Zaragoza Polígono Ind. Cordovilla. Navarra (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. 	99,9982	99,9982	(A)	(1)
MAPFRE AUTOMOCIÓN, S.A.U.	Crta. De Pamplona a Zaragoza Polígono Ind. Cordovilla. Navarra (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. 	0,0018	0,0018	(A)	(1)
VERTI ASEGURADORA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • CLUB MAPFRE, S.A. 	100,0000	100,0000	(A)	(1)
RASTREATOR.COM LTD	Greyfriars House Greyfriars Road Cardiff Cardiff. South Wales CF10 3AL (Reino Unido)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. 	99,9991	99,9991	(A)	(1)
MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Paseo de Recoletos, 25 Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE, S.A. 	25,0000	25,0000	(C)	(3)
MULTISERVICIOS MAPFRE MULTIMAP, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • CENTROS MÉDICOS, S.A. 	50,0000	50,0000	(A)	(1)
FUNESPAÑA, S.A.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. 	97,5000	97,5000	(A)	(1)
POMPES FÚNEBRES DOMINGO, S.L.	C/ Mercaderes, 5 Bajo Tortosa. Tarragona (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • FUNESPAÑA, S.A. 	2,5000	2,5000	(A)	(1)
SERVICIOS FUNERARIOS FUNEMADRID, S.A.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • FUNESPAÑA, S.A. 	99,7711	99,5567	(A)	(1)
CEMENTERIO JARDÍN DE ALCALÁ DE HENARES, S.A.	Carretera de Pastrana, Km 3 Alcalá de Henares. Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • FUNESPAÑA, S.A. 	75,0000	75,0000	(A)	(1)
EMPRESA MIXTA SERVEIS MUNICIPALS DE TARRAGONA, S.L.	Carretera Villa de Valencia, 2 Tarragona (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • FUNESPAÑA, S.A. 	100,0000	100,0000	(A)	(1)
CEMENTERIO PARQUE ANDÚJAR, S.L.	C/ Cementerio, 4 Andujar. Jaén (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • FUNESPAÑA, S.A. 	49,0000	49,0000	(C)	(3)
SERVICIOS FUNERARIOS DE ZARAGOZA, S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Plta Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • FUNESPAÑA, S.A. 	49,0000	49,0000	(C)	(3)
GAB MANAGEMENT & CONSULTING, S.R.L.	C/ Coso, 66 2ºC Zaragoza (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • FUNESPAÑA, S.A. 	72,8200	68,6200	(A)	(1)
TANATORIUM ZRT	Joseph Krt, 49 Budapeste (Hungria)	<ul style="list-style-type: none"> • FUNESPAÑA, S.A. 	70,0000	70,0000	(A)	(1)
TANATORI DAMA D'ELX, S.L. (Saída em 2019 por venda)	C/ Apareguda, 2 El Campello. Alicante (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • FUNESPAÑA, S.A. 	77,6000	77,6000	(A)	(1)
			100,0000	100,0000	(A)	(1)
			---	97,1400	(H)	(H)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
ZACARÍAS NUÑO, S.L. (Saída em 2019 por venda)	Avenida de los mártires, 3 Sta. Cruz de Mudela. C.Real (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	---	50,0000	(H)	(H)
INICIATIVAS ALCAÉSAR, S.L.	C/ Viena, 2 1º A Cáceres (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	40,0000	40,0000	(C)	(3)
SALZILLO SERVIÇOS FUNERÁRIOS S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Pta Madrid (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	45,0000	45,0000	(C)	(1)
DE MENA SERVIÇOS FUNERÁRIOS S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Pta Madrid (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	70,0000	70,0000	(A)	(1)
ISABELO ÁLVAREZ MAYORGA, S.A.	Carretera Ávila - Valladiolid Km. 08 Ávila (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000	(C)	(3)
SERVIÇOS FUNERÁRIOS DEL NERVIÓN S.L.	Alameda de Recalde 10 Bilbao (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000	(C)	(3)
NOVO TANATORIO S.L.	Avenida Hermanos Bou, 251 Castellón (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000	(C)	(3)
SERVIÇOS FUNERÁRIOS LA CARIDAD S.L.	Carretera Sanlúcar - Trebujena Km 1,5 Sanlúcar de Barrameda. Cádiz (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000	(C)	(3)
TANATORIO DE ÉCIJA, S.L.	C/ Camino del Valle Écija. Sevilla (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	33,3300	33,3300	(C)	(3)
TANATORIO SE-30 SEVILLA, S.L.	C/ San Juan Bosco, 58 Zaragoza (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	10,0000	10,0000	(C)	(3)
ALL FUNERAL SERVICES, S.L.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Pta Madrid (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
FUNESPAÑA CHILE, S.A.	Santiago de Chile (Chile)	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000	(B)	(9)
FUNEUROPEA CHILE, S.A.	Santiago de Chile (Chile)	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000	(B)	(9)
FUNERÁRIAS REUNIDAS EL BIERZO S.A.	C/ Doctor Esquerdo, 138 5º Pta Madrid (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	85,8200	85,8200	(A)	(1)
SERVICIOS FUNERARIOS LUCEM, S.L.	C/ La Costera número 20, Polígono Industrial Bovalar 46970 Alaquás. (Valência) Espanha	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000	(F)(C)	(F)(3)
FUNERARIA SAN VICENTE, S.L.	C/ Restauración, número 2-bajo, Polígono Industrial y de Servicios "Matallana" 41440-Lora del Río. Sevilla (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	50,0000	50,0000	(F)(C)	(F)(3)
INVERSIONES FUNERARIAS ANDALUZAS, S.L.	C/Torredonjimeno s/n Martos. Jaén (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	33,3300	---	(G)(C)	(G)(3)
FUNERARIA ALIANZA CANARIA, S.L.	C/ León y Castillo nº167 35004 Las Palmas de Gran Canaria (Espanha)	• FUNESPAÑA, S.A.	100,0000	---	(G)(A)	(G)(1)
MEDISEMAP, AGENCIA DE SEGUROS, S.L.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE VIDA, S.A.	66,6667 33,3333	66,6667 33,3333	(A)	(1)
CENTROS MÉDICOS MAPFRE, S.A.	C/ Castelló, 56 Madrid (Espanha)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
MAPFRE VÍDEO E COMUNICAÇÃO S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE VIDA, S.A.	75,0000 25,0000	75,0000 25,0000	(A)	(1)
BANKINTER SEGUROS GENERALES, CÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A. AUDATEX ESPAÑA, S.A.	Paseo de la Castellana, 29 Madrid (Espanha) Av de Barajas, 34 Parque Empresarial Omega 28108 Alcobendas. Madrid (Espanha)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A.	50,1000	50,1000	(A)	(1)
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E REDES PARA AS ENTIDADES SEGURADORAS (TIREA)	C/ GARCÍA PAREDES, 55 Madrid (Espanha)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A.	22,9506	22,9506	(C)	(3)
MAPFRE QINGDAO ENTERPRISE MANAGEMENT CONSULTING LIMITED COMPANY	Qingdao (China)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
AGROSEGURO	C/ Gobelias, 23 Madrid (Espanha)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A.	19,8900	20,1700	(C)	(3)
SALVADOR CAETANO AUTO (SGPS), S.A.	Avenida Vasco da Gama 14-10 4430-247 Vila Nova de Gaia (Portugal)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A.	24,6100	24,6100	(C)	(3)
SALUD DIGITAL MAPFRE, S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A. • CENTROS MÉDICOS MAPFRE, S.A.	97,5000 2,5000	97,5000 2,5000	(F)(A)	(F)(1)
PUY DU FOU ESPAÑA, S.A.	C/ Cuesta de Carlos V, 9 45001 Toledo (Espanha)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A.	19,3810	19,3810	(F)(C)	(F)(3)
SANTANDER MAPFRE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A.	50,0100	---	(G)(A)	(G)(1)
MAPFRE INMUEBLES, S.G.A.	Ctra. Pozuelo, 52 Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE, S.A. • MAPFRE VIDA, S.A. • MAPFRE GLOBAL RISK, S.A.	82,9732 9,9979 7,0279 ---	76,8430 9,9977 7,0279 6,1302	(A)	(1)
DESARROLLOS URBANOS CIC. S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE INMUEBLES, S.G.A. • MAPFRE, S.A.	99,9216 0,0784	99,9216 0,0784	(A)	(1)
SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS MAPFRE S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE INMUEBLES, S.G.A. • DESARROLLOS URBANOS CIC. S.A.	99,9000 0,1000	99,9000 0,1000	(A)	(1)
INMO ALEMANIA GESTIÓN DE ACTIVOS INMOBILIARIOS, S.L.	Pso. de la Castellana, 24 (Madrid) España	• MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE GLOBAL RISK, S.A.	20,0000 ---	10,0000 10,0000	(C)	(3)
MAPFRE TECH, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52 Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE GLOBAL RISK, S.A. • MAPFRE VIDA, S.A. • MAPFRE RE, S.A. • MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. • MAPFRE INVERSIÓN, S.A. • MAPFRE, S.A.	65,1574 --- 11,6834 0,8002 1,5684 20,0000 0,0160 0,7746	63,4693 1,6881 11,6834 0,8002 1,5684 20,0000 0,0160 0,7746	(A)	(1)
MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.	Rua Castilho, 52 Lisboa (Portugal)	• MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE GLOBAL RISK, S.A.	100,0000 ---	99,9994 0,0006	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
MAPFRE PORTUGAL SEGUROS DE VIDA, S.A.	Rua Castilho, 52 Lisboa (Portugal)	• MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	Carretera de Pozuelo, 50 (28222) Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE, S.A.	99,9199	99,9121	(A)	(1)
CONSULTORA ACTUARIAL Y DE PENSIONES MAPFRE VIDA, S.A.	Carretera de Pozuelo, 50 (28222) Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A. • MAPFRE, S.A.	99,9339 0,0661	99,9339 0,0661	(A)	(1)
GESTIÓN MODA SHOPPING, S.A.	Avda. General Perón, 40 Madrid (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A. • MAPFRE, S.A.	99,8215 0,1785	99,8215 0,1785	(A)	(1)
MAPFRE INVERSIÓN SOCIEDAD DE VALORES, S.A.	Carretera de Pozuelo, 50-1, M-4. 2º Planta Módulo Sur. (28222) Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A. • MAPFRE, S.A.	99,9991 0,0009	99,9991 0,0009	(A)	(4)
MAPFRE ASSET MANAGEMENT, S.G.I.I.C., S.A.	Carretera de Pozuelo, 50-1, M-4. 2º Planta Módulo Norte. (28222) Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE INVERSIÓN, S.A. • MAPFRE, S.A.	99,9853 0,0147	99,9853 0,0147	(A)	(4)
MAPFRE VIDA PENSIONES, ENTIDAD GESTORA FONDOS DE PENSIONES S. A.	Carretera de Pozuelo, 50-1, M-4. 2º Planta Módulo Norte. (28222) Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE INVERSIÓN, S.A. • MAPFRE, S.A.	99,9971 0,0029	99,9971 0,0029	(A)	(4)
BANKIA MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS	Ctra. Pozuelo, 50 28222 (Majadahonda) Madrid (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A.	51,0000	51,0000	(A)	(1)
MIRACETI, S.A.	Carretera de Pozuelo, 50 28222 (Majadahonda) Madrid (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A. • MAPFRE, S.A.	99,9991 0,0009	99,9991 0,0009	(A)	(1)
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	Avda. Bruselas, 12 Alcobendas. Madrid (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A.	50,0000	50,0000	(A)	(1)
CAJA CASTILLA LA MANCHA VIDA Y PENSIONES, S.A.	C/ Carretería, 5 Cuenca (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A.	50,0000	50,0000	(A)	(1)
CAJA GRANADA VIDA	Avenida Fernando de los Ríos, 6, 2ª planta Granada (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A.	51,0000	---	(G)(A)	(G)(1)
CAJAMURCIA VIDA	Plaza Fuensanta, 2. Edificio Hispania Murcia (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A.	51,0000	---	(G)(A)	(G)(1)
MAPFRE AM - GOOD GOVERNANCE	Ctra. Pozuelo, 50 Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO	39,4976 32,7567	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE AM - IBERIAN EQUITIES	Ctra. Pozuelo, 50 Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO	62,0743 21,1911	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE AM - EUROPEAN EQUITIES	Ctra. Pozuelo, 50 Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE VIDA, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO	59,2353 30,0941	100,0000	(A)	(9)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
MAPFRE AM-MULTI ASSET STRATEGY	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE RE, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	41,6139 43,5891 14,7970	100,0000	(A)	(9)
FONDMAPFRE ELECCIÓN DECIDIDA	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	39,9917 14,1711	40,0701 13,8699	(A)	(9)
FONDMAPFRE ELECCIÓN MODERADA	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	47,1962 3,8513	47,5247 4,0512	(A)	(9)
FONDMAPFRE ELECCIÓN PRUDENTE	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	53,2904 2,5858	61,6890 3,2958	(A)	(9)
FONDMAPFRE BOLSA AMÉRICA	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA, S.A. • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	25,2414 21,7388 23,1283	28,5234 23,4213 23,0218	(A)	(9)
FONDMAPFRE RENTA DÓLAR	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE RE, S.A. • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	19,7353 19,6538 28,4332	16,2513 21,7469 28,9505	(A)	(9)
FONDMAPFRE GLOBAL, F.I.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	36,9426 8,2548	35,6864 9,8342	(A)	(9)
FONDMAPFRE BOLSA, F.I.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	54,9320 5,6224	49,3213 8,0557	(A)	(9)
FONDMAPFRE BOLSA EUROPA, F.I.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA, S.A. • MAPFRE RE, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	16,2085 21,5721 34,2339	26,8234 --- 20,0225	(F)(A)	(F)(9)
FONDMAPFRE BLUE CHIPS, F.I.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA, S.A. 	100,0000	100,0000	(F)(A)	(F)(9)
MAPFRE AM- SHORT TERM EURO I	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE RE, S.A. • MAPFRE VIDA, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	39,5452 27,9984 --- 5,5979	100,0000	(F)(A)	(F)(9)
FONDMAPFRE GARANTÍA, F.I.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA, S.A. 	99,9990	---	(G)(A)	(G)(9)
FONDMAPFRE GARANTÍA II, F.I.	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE VIDA, S.A. 	99,9971	---	(G)(A)	(G)(9)
STABLE INCOME EUROPEAN REAL ESTATE FUND	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE RE, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	25,8097 21,8305 19,8153	---	(G)(A)	(G)(9)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
MAPFRE AM-BEHAVORIAL FUND I	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE RE, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	23,0369 22,2789	---	(G)(A)	(G)(9)
MAPFRE AM-INCLUSIÓN RESPONSABLE	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE RE, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	42,4496 34,4592 22,9728	---	(G)(A)	(G)(9)
MAPFRE AM-US FORGOTTEN VALUE	Ctra. Pozuelo, 50. Majadahonda Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE ESPAÑA, S.A. • MAPFRE RE, S.A. • OTRAS SOCIEDADES DEL GRUPO 	44,9995 20,9997 19,1664	---	(G)(A)	(G)(9)
BRASIL						
MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	• MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE VERA CRUZ CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	• MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	---	(A)	(1)
BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A. (En 2018 BB MAPFRE SH1 PARTICIPAÇÕES, S.A.)	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA • MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A. 	---	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE CAPITALIZAÇÃO, S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A. • MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A. 	100,0000	---	(A)	(1)
MAPFRE SERVIÇOS, S.A. (En 2018 MAPFRE ASSISTENCIA, S.A.)	Avd.Mamoré 989, 3º Andar Allphaville Centro Industrial e Empresarial Barueri, São Paulo (Brasil)	• MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.	---	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A. (En 2018 MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES, S.A.)	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	• MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. • MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA • FANCY INVESTMENT, S.A. 	99,1700 ---	93,3797 5,7651	(A)	(1)
MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA (Absorbida em 2019 por MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.)	Avda. dos Autonomistas, 701 Vila-Yara-Osasco SP CEP 06020-000 (Brasil)	<ul style="list-style-type: none"> • MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. • MAPFRE, S.A. • FANCY INVESTMENT, S.A. 	0,8300 ---	0,8552 0,3314	(H)	(H)
MAPFRE VIDA, S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	• MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	---	0,8693	(A)	(7)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
MAPFRE INVESTIMENTOS LTDA. (En 2018 MAPFRE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS, S.A.) MAPFRE PREVIDENCIA, S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 16. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	• MAPFRE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.A. • MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA • MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000 --- 0,1000	99,9000 0,1000 ---	(A)	(9)
	Avda.Mª Coelho Aguiar 215 Jardim São Luis Bloco F - 2º andar, São Paulo (Brasil)	• MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A. • MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000 ---	--- 100,0000	(A)	(7)
MAPFRE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.A.	Avd.Nações Unidas, 11711 17. Andar Brooklin São Paulo (Brasil)	• MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A. • MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA	100,0000 ---	--- 100,0000	(A)	(1)
ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS, S.A.	R.Manuel da Nobrega, 12809. Andar, Rio de Janeiro Sao Paulo (Brasil)	• BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)
BRASIL VEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (Absorbida em 2019 por MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.)	R.Senador Dantas, 105 29 parte, 30 e 31. Andares São Paulo-SP (Brasil)	• MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	---	100,0000	(H)	(H)
BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (En 2018 COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL, S.A.)	R.Senador Dantas, 105 29 parte, 30 e 31 Andares São Paulo-SP (Brasil)	• BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAC INVESTIMENTOS, S.A. (En 2019 MAPFRE ADMINISTRAÇÕES DE CONSORCIO, S.A.)	Avenida das Nações Unidas, 12.495 11º Andar Brooklin São Paulo-SP (Brasil)	• MAPFRE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE SAUDE LTDA	Avenida das Nações Unidas, 12.495 11º Andar Brooklin São Paulo-SP (Brasil)	• MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A. • MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA	99,9900 ---	--- 99,9900	(A)	(1)
PROTENSEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA	Avenida das Nações Unidas, 12.495 11º Andar Brooklin São Paulo-SP (Brasil)	• MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A. • MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA	100,0000 ---	--- 100,0000	(A)	(1)
LATAM NORTE						
MAPFRE TENEDORA DE ACC, S.A.	Costa del Este, diagonal al Business Park Panamá (Panamá)	• MAPFRE AMÉRICA CENTRAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE AMÉRICA CENTRAL, S.A.	Costa del Este, diagonal al Business Park Panamá (Panamá)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,9000	99,9000	(A)	(1)
MAPFRE SEGUROS HONDURAS, S.A.	Avenida Berlín y Calle Viena, piso 7 Lomas del Guijarro Sur. Edificio Plaza Azul Tegucigalpa, M.D.C. (Honduras)	• MAPFRE TENEDORA DE ACC, S.A. • MAPFRE AMÉRICA CENTRAL, S.A.	73,2569 25,1031	73,2569 25,1031	(A)	(9)
MAPFRE PANAMÁ, S.A.	Costa del Este, diagonal al Business Park Panamá (Panamá)	• MAPFRE AMÉRICA CENTRAL, S.A.	99,3772	99,3772	(A)	(1)
MAPFRE SEGUROS EL SALVADOR, S.A.	Alameda Roosevelt, 3107 Nivel 7 San Salvador (El Salvador)	• MAPFRE AMÉRICA CENTRAL, S.A.	78,1065	78,1065	(A)	(9)
INMOBILIARIA AMERICANA, S.A.	Alameda Roosevelt, 31-07 San Salvador (El Salvador)	• MAPFRE AMÉRICA CENTRAL, S.A.	78,9000	78,9000	(A)	(9)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
MAPFRE SEGUROS COSTA RICA, S.A.	Barrio Tournón, Edificio Alvaca, 2do. Piso Diagonal al Periódico La República en intersección con Ctra de Guapiles (Ruta 32) San José (Costa Rica)	• MAPFRE TENEDORA DE ACC, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE SEGUROS GUATEMALA, S.A.	5a Avenida 5-55 Zona 14 Europlaza Europlaza Torre 4 Nivel 16 y PH. Ciudad de Guatemala (Guatemala)	• MAPFRE TENEDORA DE ACC, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE SEGUROS NICARAGUA, S.A.	Edificio Invercasa, 1er. Piso Managua (Nicaragua)	• MAPFRE TENEDORA DE ACC, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE DOMINICANA, S.A.	Av. Abraham Lincoln, 952 esq. José Amado Soler Ensanche Piantini, Santo Domingo (República Dominicana)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. • CREDIPRIMAS, S.A.	99,9999 0,0001	99,9999 0,0001	(A)	(9)
MAPFRE BHD COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	Av. Abraham Lincoln, 952 esq. José Amado Soler Ensanche Piantini, Santo Domingo (República Dominicana)	• MAPFRE DOMINICANA, S.A.	51,0000	51,0000	(A)	(9)
CREDIPRIMAS, S.A.	Av. Abraham Lincoln, 952 esq. José Amado Soler Ensanche Piantini, Santo Domingo (República Dominicana)	• MAPFRE BHD COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE MÉXICO, S.A. (en 2018 MAPFRE TEPEYAC, S.A.)	Avenida Paseo de la Reforma 243 Colonia Cuauhtémoc Delegación Cuauhtémoc Distrito Federal C.P. 06500 (México)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. • GRUPO CORPORATIVO LML, S.A.	55,6602 44,3398	55,6602 44,3398	(A)	(7)
GRUPO CORPORATIVO LML S.A. DE C.V.	Avenida Paseo de la Reforma 243 Colonia Cuauhtémoc Delegación Cuauhtémoc. Distrito Federal C.P. 06500 (México)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE UNIDAD DE SERVICIOS S.A. DE C.V.	Avenida Paseo de la Reforma 243. Colonia Cuauhtémoc Delegación Cuauhtémoc Distrito Federal C.P. 06500 (México)	• MAPFRE MÉXICO, S.A.	99,9982	99,9982	(A)	(7)
MAPFRE DEFENSA LEGAL S.A. DE C.V. (En 2018 MAPFRE ASSET DEFENSA LEGAL MEXICANA S.A. DE C.V.)	Avenida Paseo de la Reforma 243 Colonia Cuauhtémoc Delegación Cuauhtémoc. Distrito Federal C.P. 06500 (México)	• MAPFRE MÉXICO, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	
MAPFRE TEPEYAC INC.	109 Este San Ysidro Blvd No. 65 San Isidro California, EEUU	• MAPFRE MÉXICO, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE SERVICIOS MEXICANOS, S.A.	Avenida Paseo de la Reforma 243 Colonia Cuauhtémoc Delegación Cuauhtémoc. Distrito Federal C.P. 06500 (México)	• MAPFRE MÉXICO, S.A.	99,9900	99,9900	(A)	(7)
CESVI MÉXICO, S.A.	Calle 1 Sur No. 101 Parque Industrial Toluca 2000 Toluca. Estado de México (Mexico)	• MAPFRE MÉXICO, S.A.	16,6700	16,6700	(D)	(9)
MAPFRE FIANZAS, S.A.	Avenida Paseo de la Reforma 243 Colonia Cuauhtémoc Delegación Cuauhtémoc. Distrito Federal C.P. 06500 (México)	• MAPFRE MÉXICO, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(7)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
LATAM SUL						
MAPFRE ARGENTINA HOLDING, S.A.	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. • APOINT, S.A.	99,9997 0.0003	99,9997 0.0003	(A)	(1)
MAPFRE ARGENTINA SEGUROS, S.A.	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	• MAPFRE ARGENTINA HOLDING, S.A.	99,9988	99,9988	(A)	(1)
CLUB MAPFRE ARGENTINA, S.A.	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	• MAPFRE ARGENTINA HOLDING, S.A.	97,0000 3,0000	97,0000 3,0000	(A)	(1)
MAPFRE ARGENTINA SEGUROS DE VIDA, S.A.	Avda. Juana Manso, 205 C 1107CBE Puerto Madero Buenos Aires (Argentina)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. • MAPFRE ARGENTINA HOLDING, S.A.	64,0000 36,0000	64,0000 36,0000	(A)	(9)
CESVI ARGENTINA, S.A.	Calle 9 y 17. Parque Ind.Pilar Buenos Aires (Argentina)	• MAPFRE ARGENTINA SEGUROS, S.A.	60,6400	60,6400	(A)	(1)
MAPFRE CHILE SEGUROS, S.A.	Isidora Goyenechea 3520 p 16 Las Condes Santiago de Chile (Chile)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE CHILE ASESORÍAS, S.A	Isidora Goyenechea 3520 p 16 Las Condes Santiago de Chile (Chile)	• MAPFRE CHILE SEGUROS, S.A. • MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,9999 0,0001	99,9999 0,0001	(A)	(1)
MAPFRE COMPAÑÍA DE SEGUROS GENERALES DE CHILE, S.A.	Isidora Goyenechea 3520 p 16 Las Condes Santiago de Chile (Chile)	• MAPFRE CHILE SEGUROS, S.A. • MAPFRE CHILE ASESORÍAS, S.A	87,2900 12,7100	87,2900 12,7100	(A)	(1)
MAPFRE CHILE VIDA, S.A.	Isidora Goyenechea 3520 p 16 Las Condes Santiago de Chile (Chile)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE COMPAÑÍA DE SEGUROS DE VIDA DE CHILE, S.A.	Isidora Goyenechea 3520 p 16 Las Condes Santiago de Chile (Chile)	• MAPFRE CHILE VIDA, S.A. • MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,9968 0,0032	99,9968 0,0032	(A)	(9)
MAPFRE SEGUROS GENERALES DE COLOMBIA, S.A.	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. • APOINT, S.A. • MAPFRE COLOMBIA VIDA SEGUROS, S.A.	93,7178 6,2768 0,0021	93,7178 6,2768 0,0021	(A)	(1)
CREDIMAPFRE, S.A.	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	• MAPFRE SEGUROS GENERALES DE COLOMBIA	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE COLOMBIA VIDA SEGUROS, S.A. (En 2018 MAPFRE COLOMBIA VIDA S.A.)	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. • APOINT, S.A.	94,3541 5,6459	94,3541 5,6459	(A)	(1)
CESVI COLOMBIA, S.A.	Carrera 87, Num.15-87 Santa Fé de Bogotá(Colômbia)	• MAPFRE SEGUROS GENERALES DE COLOMBIA, S.A.	5,4434	5,4434	(A)	(1)
		• MAPFRE COLOMBIA VIDA SEGUROS, S.A.	62,3309	62,3309		

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
MAPFRE SERVICIOS EXEQUIALES SAS	Carrera, 14, nº 96-34 Santa Fé de Bogotá (Colômbia)	• CREDIMAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE ATLAS COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	Kennedy e Norte, Justino Cornejo y Avda, Luis Orrantia. Edificio Torres Atlas Guayaquil (Ecuador)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	60,0000	60,0000	(A)	(9)
MAPFRE PARAGUAY COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	Av. Mariscal López, 910 Asunción (Paraguay)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	89,5400	89,5400	(A)	(9)
MAPFRE PERÚ COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Av. Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,2900	99,2900	(A)	(1)
MAPFRE PERÚ ENTIDAD PRESTADORA DE SALUD	Av. Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	98,5900	98,5900	(A)	(9)
MAPFRE PERÚ VIDA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Av. Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	• MAPFRE PERÚ CIA. SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	1,4100	1,4100	(A)	(1)
MAPFRE PERÚ VIDA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Av. Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	67,4071	67,4071	(A)	(1)
CORPORACIÓN FUNERARIA, S.A. (En 2018 CORPORACIÓN FINISTERRE, S.A.)	Av. Veintiocho de Julio, 873 Miraflores- Lima 18 (Peru)	• MAPFRE PERÚ VIDA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
APOINT, S.A.	Col. 993 Piso 3 Montevideo (Uruguay)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE URUGUAY SEGUROS, S.A. (En 2018 MAPFRE LA URUGUAYA, S.A.)	Juncal 1385 piso 2 Montevideo (Uruguay)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(9)
MAPFRE LA SEGURIDAD C.A. DE SEGUROS (En 2018 MAPFRE LA SEGURIDAD, S.A.)	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,5159	99,5159	(A)	(9)
CENTRO DE FORMACIÓN PROFESIONAL SEGUROS LA SEGURIDAD, C.A. (En 2018 CEFOPROSEG, C.A)	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	• MAPFRE LA SEGURIDAD, C.A. DE SEGUROS	100,0000	100,0000	(A)	(9)
INVERSORA SEGURIDAD-FINANCIADORA DE PRIMAS, C.A. (En 2018 INVERSORA SEGURIDAD, C.A.)	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	• MAPFRE LA SEGURIDAD, C.A. DE SEGUROS	100,0000	100,0000	(A)	(9)
CLUB MAPFRE S.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	• MAPFRE LA SEGURIDAD, C.A. DE SEGUROS	100,0000	100,0000	(A)	(9)
AUTOMOTRIZ MULTISERVICAR-VENEZUELA, C.A. (En 2018 AUTOMOTRIZ MULTISERVICAR, C.A.)	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	• MAPFRE LA SEGURIDAD, C.A. DE SEGUROS	97,0000	97,0000	(A)	(9)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
AMA-ASISTENCIA MÉDICA ADMINISTRADA, C.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,7000	99,7000	(A)	(9)
UNIDAD EDUCATIVA D.R FERNANDO BRAVO PEREZ, C.A.	Avenida Francisco de Miranda, Torre Financiera Caracas, piso 14, Urbanización La Castellana. Chacao, Estado Miranda (Venezuela)	• MAPFRE LA SEGURIDAD, C.A. DE SEGUROS	99,7000	99,7000	(A)	(9)
AMÉRICA DO NORTE						
MAPFRE INSURANCE COMPANY OF FLORIDA	5959 Blue Lagoon Drive, Suite 400, Miami (EUA)	• COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE INSURANCE COMPANY	100 Campus Drive New Jersey 07932-2007 (EUA)	• COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE INTERMEDIARIES	5959 Blue Lagoon Drive, Suite 400, Miami (EUA)	• COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE USA CORPORATION, INC.	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
THE COMMERCE INSURANCE COMPANY	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	• MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(7)
THE CITATION INSURANCE COMPANY	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	• MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE TECH USA CORPORATION	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	• MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(7)
ACIC HOLDINGS COMPANY, INC.	215 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	• MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
AMERICAN COMMERCE INSURANCE COMPANY	3590 Twin Creeks Drive, Columbus, OH 43204 (EUA)	• ACIC HOLDINGS	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MM REAL ESTATE, LLC	Blue Lagoon, Drive Suite, 200 Miami (EUA)	• COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000	(A)	(7)
THE COMMERCE WEST INSURANCE COMPANY	4301 Hacienda Drive, Suite 200, Pleasanton, CA 94588 (EUA)	• ACIC HOLDINGS	100,0000	100,0000	(A)	(7)
MAPFRE INSURANCE COMPANY OF NEW YORK (Saída em 2019 por venda)	20 Main Street Hempstead, NY 11550 (EUA)	• ACIC HOLDINGS	---	100,0000	(H)	(H)
BIGELOW & OLD WORCESTER, LLC	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	• COMMERCE INSURANCE	100,0000	100,0000	(A)	(1)
BFC HOLDING CORPORATION	211 Main Street, Webster, MA 01570 (EUA)	• MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
VERTI INSURANCE COMPANY	211 Main St, Webster, MA 01570 (EUA)	• MAPFRE USA CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(7)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
MAPFRE PRAICO CORPORATION	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Porto Rico)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE PRAICO INSURANCE COMPANY	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Porto Rico)	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE PAN AMERICAN INSURANCE COMPANY	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Porto Rico)	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE INSURANCE AGENCY OF PUERTO RICO, INC.	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Porto Rico)	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE FINANCE OF PUERTO RICO CORP.	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Porto Rico)	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE LIFE INSURANCE COMPANY OF PUERTO RICO (En 2018 MAPFRE LIFE INSURANCE COMPANY)	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Porto Rico)	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE SOLUTIONS, INC.	Urb. Tres Monjitas Industrial 297 Avda.Carlos Chardón Hato Rey San Juan (Porto Rico)	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MULTISERVICAR, INC.	Calle Celestial Esq. Joaquina Bo. Cangrejo Arriba Carolina (Porto Rico)	• MAPFRE PRAICO CORPORATION	100,0000	100,0000	(A)	(1)
EURÁSIA						
VERTI VERSICHERUNG AG	Rheinstraße 7a 14513 Teltow (Alemanha)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
VERTI ASSICURIZIONI, S.P.A.	Via Alessandro Volta, 16 20093 Cologno Monzese MI (Italia)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE MIDDLESEA P.L.C.	Middle Sea House Floriana JTL, 16 (Malta)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	54,5627	54,5627	(A)	(1)
MAPFRE M.S.V. LIFE P.L.C.	Middle Sea House Floriana FRN 9010 (Malta)	• MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	50,0000	50,0000	(A)	(1)
BEE INSURANCE MANAGEMENT, LTD.	4th Floor Development House st.Anne Street Floriana FRN 9010 (Malta)	• MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
GROWTH INVESTMENTS LIMITED	Pjazza Papa Giovanni XXIII, Floriana, FRN 1420,(Malta)	• MAPFRE M.S.V. LIFE P.L.C.	100,0000	100,0000	(A)	(4)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
CHURCH WARF PROPERTIES	Middle Sea House, St Publius Street Floriana FRN 1442 (Malta)	•MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	50,0000	50,0000	(B)	(9)
EURO GLOBE HOLDINGS LIMITED	Middle Sea House, St Publius Street Floriana FRN 1442 (Malta)	• MAPFRE M.S.V. LIFE P.L.C. •MAPFRE MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	50,0000 100,0000	50,0000 100,0000	(B)	(9)
EUROMED RISKS SOLUTIONS LIMITED	4th Floor Development House st.Anne Street Floriana FRN 9010 (Malta)	• BEE INSURANCE MANAGEMENT, LTD.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE SIGORTA, A.S.	Yenişehir Mah. Irmak Cad. No:11. 34435 Salipazari Istanbul (Turquia)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	99,7450	99,7450	(A)	(1)
MAPFRE YASAM SIGORTA, A.S.	Yenişehir Mah. Irmak Cad. No:11. 34435 Salipazari Estambul (Turquia)	• MAPFRE SIGORTA, A.S.	99,5000	99,5000	(A)	(1)
GENEL SERVIS YEDEK PARCA DAGITIM TICARET, A.S. (En 2018 GENEL SERVIS, A.S.)	Çevreyolu Caddesi No.2 34020 Bayrampaşa Estambul (Turquia)	• MAPFRE SIGORTA, A.S.	51,0000	51,0000	(A)	(1)
MAPFRE INSULAR INSURANCE CORPORATION	Acacia Ave Mandrigal Business Park Ayala Alabarg MuntinlupaCity (Filipinas)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	74,9384	74,9384	(A)	(9)
PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK	Plaza ABDA 27 Th floor Jl. Jend. Sudirman Kav. 59 JAKARTA 12190 (Indonesia)	• MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	62,3264	62,3267	(A)	(9)
ASSISTÊNCIA						
MAPFRE ASISTENCIA COMPAÑÍA INTERNACIONAL. DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52 Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE, S.A. • MAPFRE ESPAÑA, S.A.	99,9970 0,0030	99,9970 0,0030	(A)	(1)
IBERO ASISTENCIA, S.A.	Edificio Europa, Av. José Malhoa, 16 F, 7º, 1070-159 Lisboa, (Portugal)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE ASISTENCIA LTDA	Alameda Ásia, 42. Tamboré Santana de Parnaíba São Paulo (Brasil)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • MAPFRE HOLDING DO BRASIL LTDA • MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES, S.A.	99,9990 --- 0,0010	99,9990 0,0010 ---	(A)	(1)
MAPFRE SOLUTIONS DO BRASIL LTDA	Alameda Mamore 989. Alphaville Barueri São Paulo (Brasil)	• MAPFRE ASISTENCIA LTDA •IBEROASISTENCIA, S.A.	99,9990 0,0010	99,9990 0,0010	(A)	(1)
AFRIQUE ASSISTANCE, S.A.	Immeuble Tamayouz, 4ème Etage, 1082 Centre Urbain Nord Tunis 1002 (Tunísia)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	49,0000	49,0000	(A)	(1)
SERVICIOS GENERALES VENEASISTENCIA, S.A.	4ta transversal de Motecristo, Edificio Axxa, Planta Baja, Los Dos Caminos, Caracas, (Venezuela)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • MAPFRE RE, S.A.	99,9980 0,0020	99,9980 0,0020	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
ANDIASISTENCIA COMPAÑÍA DE ASISTENCIA DE LOS ANDES, S.A.	Carrera 14 N 96 -34 Piso 2 Bogotá (Colômbia)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. IBEROASISTENCIA, S.A. 	98,0900 1,9100	98,0900 1,9100	(A)	(1)
FEDERAL ASSIST COMPANY	7300 Corporate Center Drive, Suite 601 Miami Florida 33126 (USA)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASSISTANCE USA INC. 	100,0000	100,0000	(A)	(1)
IBEROASISTENCIA, ARGENTINA, S.A.	Lavalle 344/346/348, PB y 3º Ciudad de Buenos Aires (Argentina)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. IBEROASISTENCIA, S.A. 	98,4200 1,5800	98,4200 1,5800	(A)	(1)
SUR ASISTENCIA, S.A.	Av.Apoquindo 4499 Santiago de Chile (Chile)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. IBEROASISTENCIA, S.A. 	99,0000 1,0000	99,0000 1,0000	(A)	(1)
IBEROASISTENCIA, S.A.	Ctra, Pozuelo, 52 Majadahonda. Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. MAPFRE ESPAÑA, S.A. 	99,9300 0,0700	99,9300 0,0700	(A)	(1)
IRELAND ASSIST, LTD.	22-26 Prospect Hill Galway (Irlanda)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. 	100,0000	100,0000	(A)	(1)
GULF ASSIST, B.S.C.	Manama Centre Building Manama (Barhain)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. 	74,6250	74,6250	(A)	(1)
INSURE AND GO	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. 	100,0000	100,0000	(A)	(1)
INSURE AND GO AUSTRALIA	Suite4 Level 1, 19 Harris Street, Pyrmont NSW 2009 Sydney, NSW 2000 (Australia)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. 	100,0000	100,0000	(A)	(1)
TRAVEL CLAIMS SERVICES LIMITED	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	<ul style="list-style-type: none"> INSURANCE AND GO 	100,0000	100,0000	(A)	(1)
EUROSOS ASSISTANCE, S.A.	473 Messogíon Avenue 15343 Agia Paraskevi. Atenas (Grécia)	<ul style="list-style-type: none"> IBEROASISTENCIA, S.A. MAPFRE ASISTENCIA, S.A. 	0,5000 99,5000	0,5000 99,5000	(A)	(1)
CARIBE ASISTENCIA, S.A.	Avda. Tiradentes Esq. Pres. González. Edif.La Cumbre. Ens. Naco.Domingo (República Dominicana)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. 	83,5823	83,5823	(A)	(1)
ECUASISTENCIA, S.A.	Avda.Doce de Octubre, N42 -562 N42 -562 y Luis Cordero Quito (Ecuador)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. ANDIASISTENCIA, S.A. 	99,2600 0,7399	99,2600 0,7399	(A)	(1)
CONSULTING DE SOLUCIONES Y TECNOLOGÍAS SIAM, S.A.	Ctra, Pozuelo, 52 Majadahonda. Madrid (Espanha)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. IBEROASISTENCIA S.A. 	99,9259 0,0741	99,9259 0,0741	(A)	(1)
PERÚ ASISTENCIA, S.A.	Av. 28 de Julio No. 873 URB. Leuro Lima Miraflores Lima (Peru)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. IBEROASISTENCIA S.A. 	99,9856 0,0144	99,9856 0,0144	(A)	(1)
MÉXICO ASISTENCIA, S.A.	Av. Insurgentes Sur no.2453 Piso 15, Col. Tizapán San Angel Deleg. Alvaro Obregón. C.P. 01090 México D.F. (México)	<ul style="list-style-type: none"> MAPFRE ASISTENCIA, S.A. 	99,9998	99,9998	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
ALLMAP ASSIST GESELLSCHAFT FUR BEISTANDSLEISTUNGEN MBH	Im Rosengarten, 256 61118 Bal Vilbel (Alemanha)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • IBEROASISTENCIA, S.A.	99,9500 0,0500	99,9500 0,0500	(A)	(1)
PANAMÁ ASISTENCIA, S.A.	Costa del Este – Avenida la Rotonda, Torre GMT, Piso 1 – Edificio Mapfre Ciudad de Panamá (Panamá)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	84,0000	82,0700	(A)	(1)
TUR ASSIST, LTD.	19 Mayıs Cd.İsmet Öztürk Sk.Şişli Plaza Ofis Blokları E Blok B-2 Şişli Estambul (Turquia)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • IBEROASISTENCIA, S.A.	99,6500 0,3500	99,6500 0,3500	(A)	(1)
URUGUAY ASISTENCIA, S.A.	Plaza Cagancha 1335, oficina 901 Montevideo (Uruguay)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • IBEROASISTENCIA, S.A.	97,9000 2,1000	97,9000 2,1000	(A)	(1)
QUETZAL ASISTENCIA, S.A.	8a. Av.. 3-80 Zona 14 Edificio La Rambla II nivel 5 Of. 5-2 (Guatemala)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	99,9920	99,9920	(A)	(1)
EL SALVADOR ASISTENCIA, S.A.	Alameda Roosevelt No. 3107 Edificio La Centro Americana, Nivel 7. San Salvador (El Salvador)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • IBEROASISTENCIA, S.A.	99,9900 0,0100	99,9900 0,0100	(A)	(1)
LLC MAPFRE WARRANTY	Denisovskiy Pereulok 26 105005, Moscú (Rússia)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
NICASSIT, S.A.	Edificio Invercasa, Torre II, 5to. piso, modulo # 501 Managua, (Nicaragua)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
BENELUX ASSIST, S.A.	Rue de Treves, 45 Bruselas, (Bélgica)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE WARRANTY, S.P.A.	Strada Trossi 66 13971 Verone (Itália)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE WARRANTIES	Route des Trois Cantons 11 18399 Windhoj (Luxemburgo)	• MAPFRE WARRANTY, S.P.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
NORASSIST, INC D/B/A ROAD CANADA	2445 Eagle Steet North Cambridge. ON N3H 4R7, (Canadá)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
D/B/A ROAD AMERICA MOTOR CLUB	7300 Corporate Center Drive, Suite 601 Miami Florida 33126 (EUA)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
ROAD CHINA ASSISTANCE Co, LTD.	RM 603, Zhongyu Plaza, A6 North Gongti Road, Chaoyang District, Beijing, PR (China)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE ABRAXAS SOFTWARE, LTD.	9, Blenheim Court Beaufort Park Almondsbury, Bristol BS32 4NE (Reino Unido)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
ABRAXAS INSURANCE	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	• MAPFRE ABRAXAS SOFTWARE, LTD.	100,0000	100,0000	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
MAPFRE WARRANTY UK LIMITED	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	• MAPFRE ABRAXAS SOFTWARE, LTD.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
HOME 3	1 Victoria Street, Bristol Bridge Bristol BS1 6AA (Reino Unido)	• MAPFRE ABRAXAS SOFTWARE, LTD.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
INDIA ROADSIDE ASSISTANCE PRIVATE LIMITED	205,Hyde Park, Sakivihar road Andheri East Mumbai 400072-Maharashtra (India)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • IBEROASISTENCIA, S.A.	99,6300 0,3700	99,6300 0,3700	(A)	(1)
ARABA ASSIST FOR LOGISTIC SERVICES	Abdel Hamid Sharaf Street, The plenary Center, Bldg. No. 74, 2nd floor P.O. Box 5906 Amman 11953 - (Jordânia)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
ROADSIDE ASSIST ALGERIE SPA	45, Rue des Freres Adessalami 5eme étage. Vieux Kouba. Alger 16050 (Argélia)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • IBEROASISTENCIA, S.A. • CONSULTING SOLY TEC. SIAM, S.A.	60,3000 0,4000 0,3000	60,3000 0,4000 0,3000	(A)	(1)
NILE ASSIST	18th Floor, Apartment No. 1804 of Holiday Inn Maadi Hotel building Comeish Maadi Cairo - (Egipto)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • IBEROASISTENCIA, S.A. • CONSULTING SOLY TEC. SIAM, S.A.	98,0000 1,0000 1,0000	98,0000 1,0000 1,0000	(A)	(1)
MAPFRE ASISTENCIA LIMITED	RM 1101-02 8 Jordan Road Yaumatei, Kowloon (Hong Kong)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE ASISTENCIA COMPANY LIMITED	10F., No.73, Zhouzi St., Neihu Dist., Taipei City 114 - (Taiwan)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MIDDLESEA ASSIST LIMITED	18ª, Europa Centre, John Lopez Str Floriana, FRN 1400, (Malta)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • MIDDLESEA INSURANCE P.L.C.	51,0000 49,0000	51,0000 49,0000	(A)	(1)
INSURE & GO INSURANCE SERVICES USA CORP.	7300 Corporate Center Drive, Suite 601 Miami, FL 33126 (EUA)	• MAPFRE ASSISTANCE USA INC.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE ASSISTANCE USA INC.	7300 Corporate Center Drive, Suite 601 Miami, FL 33126 (EUA)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE WARRANTY CORPORATION OF FLORIDA	5959 Blue Lagoon Drive, Suite 400 Miami, FL 33126 (EUA)	• MAPFRE ASSISTANCE USA INC.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
CENTURY AUTOMOTIVE SERVICES COMPANY	6565 Americas Parkway NE, Suite 1000. Albuquerque NM 87110 (EUA)	• MAPFRE ASSISTANCE USA INC.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
PT MAPFRE ABDA ASSISTANCE	Plaza Kelapa Gading (Ruko Inkopal) Blok A, nº 9 Jalan. Raya Boulevard Barat Kelapa Gading 14240 Jakarta Utara (Indonésia)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK	51,0000 49,0000	51,0000 49,0000	(A)	(1)
PARAGUAY ASISTENCIA CIA. DE SERVICIOS, S.A.	Av.Mariscal López, 930 Asunción (Paraguay)	• MAPFRE ASISTENCIA, S.A. • IBEROASISTENCIA S.A.	98,9500 1,0500	98,9500 1,0500	(A)	(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
RESSEGURO						
MAPFRE RE COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	Paseo de Recoletos, 25 Madrid (Espanha)	• MAPFRE, S.A. • MAPFRE ESPAÑA, S.A.	93,7719 0,0003	92,2454 0,0003	(A)	(1)
CIAR INVESTMENT (Saída em 2019 por venda)	45, Rue de Trèves Bruselas (Bélgica)	• MAPFRE RE, S.A. • MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	---	99,9900 0,0100	(H)	(H)
MAPFRE CHILE REASEGUROS, S.A.	Avda. Apoquindo, 4499 Santiago de Chile (Chile)	• MAPFRE RE, S.A.	99,9900	100,0000	(A)	(1)
CAJA REASEGURADORA DE CHILE, S.A.	Avda. Apoquindo, 4499 Santiago de Chile (Chile)	• MAPFRE CHILE REASEGUROS, S.A.	99,8467	99,8467	(A)	(1)
INMOBILIARIA COSTA DE MONTEMAR, S.A. (Saída em 2019 por liquidación)	Avda. Apoquindo, 4499 Santiago de Chile (Chile)	• MAPFRE CHILE REASEGUROS, S.A.	---	31,4400	(H)	(H)
C R ARGENTINA, S.A.	Bouchar 547 piso 14 Buenos Aires (Argentina)	• MAPFRE CHILE REASEGUROS, S.A.	99,9960	99,9960	(A)	(1)
MAPFRE RE DO BRASIL COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	Rua Olimpíadas, 242,5º andar conjunto 52 Vila Olímpia; São Paulo (Brasil)	• MAPFRE RE, S.A. • MAPFRE ASSISTENCIA LTDA	99,9999 0,0001	99,9999 0,0001	(A)	(1)
MAPFRE RE ESCRITORIO DE REPRESENTACION COMPAÑÍA DE REASEGUROS	Rua Olimpíadas, 242,5º andar conjunto 52 Vila Olímpia; São Paulo (Brasil)	• MAPFRE RE, S.A. • MAPFRE RE DO BRASIL, S.A.	99,9999 0,0001	99,9999 0,0001	(B)	(9)
INMOBILIARIA PRESIDENTE FIGUEROA ALCORTA, S.A.	Bouchar 547 piso 14 B. Aires (Argentina)	• MAPFRE RE, S.A.	99,9985	99,9985	(B)	(9)
MAPFRE MANDATOS Y SERVICIOS, S.A.	Bouchar 547 piso 14 B. Aires (Argentina)	• MAPFRE RE, S.A. • MAPFRE ARGENTINA HOLDING	95,0000 5,0000	95,0000 5,0000	(B)	(9)
REINSURANCE MANAGAMENT INC.	100 Campus Drive 07932 New Jersey (EUA)	• MAPFRE RE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE EURO BONDS FUND	Ctra. Pozuelo, 50 Majadahonda (Madrid)	• MAPFRE RE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE RE VERMONT CORPORATION	122 Cherry Tree Hill Road 05651 East Montpelier Vermont (EUA)	• MAPFRE RE, S.A.	100,0000	100,0000	(F)(A)	(F)(1)
RISK MED SOLUTIONS, S.L.	Paseo de Recoletos, 25 Madrid (Espanha)	• MAPFRE RE, S.A.	100,0000	---	(G)(A)	(G)(1)

Denominação	Domicílio	Titular	Participação no capital		Método de consolidação	Método integração solvência
			Porcentagem			
			2019	2018		
OUTRAS						
MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAQUAVIT INMUEBLES, S.L.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
PROVITAE CENTROS ASISTENCIALES, S.L.	C/ Fuencarral, 123 Madrid (Espanha)	• MAQUAVIT INMUEBLES, S.L.	50,0000	50,0000	(C)	(3)
BIOINGENIERIA ARAGONESA, S.L. (Saída em 2019 por disolución)	C/ Monasterio de las Huelgas, nº 2 Nave 6 P.I. Alcalde Caballero 50014 Zaragoza (Espanha)	• MAQUAVIT INMUEBLES, S.L.	---	100,0000	(H)	(H)
FANCY INVESTMENT, S.A.	Avda. 18 de Julio, 841 Montevideo (Uruguay)	• MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
PREMINEN PRICE COMPARISON HOLDINGS LIMITED	Ty Admiral, David Street, Cardiff, CF10 2EH (Reino Unido)	• MAPFRE, S.A.	50,0000	50,0000	(E)	(9)
MAPFRE AM INVESTMENT HOLDING, S.A.	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
LA FINANCIERE RESPONSABLE	52, rue dePonthieu 75008 Paris (Francia)	• MAPFRE AM INVESTMENT HOLDING, S.A.	24,9500	24,9500	(C)	(4)
STABLE INCOME REAL STATE FUN GP S.A.R.I.	15, rue Bender L-1229 (Luxemburgo)	• MAPFRE AM INVESTMENT HOLDING, S.A.	100,0000	100,0000	(F)(A)	(F)(1)
MAPFRE GLOBAL RISK AGENCIA DE SUSCRIPCIÓN	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(F)(A)	(F)(1)
MAPFRE PARTICIPACIONES, S.A. (En 2018 SERVIFINANZAS, S.A. SOCIEDAD UNIPERSONAL)	Ctra. Pozuelo, 52 Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE, S.A.	100,0000	100,0000	(A)	(1)
MAPFRE GLOBAL RISKS (Saída em 2019 por escisión) - (Nota 6.25)	Ctra. Pozuelo, 52. Majadahonda Madrid (Espanha)	• MAPFRE, S.A.	---	100,0000	(H)	(H)
INDUSTRIAL RE S.A.	23, Avenue Monterey L-2163 (Luxemburgo)	• MAPFRE PARTICIPACIONES, S.A. • MAPFRE GLOBAL RISKS, S.A.	100,0000 ---	--- 100,0000	(A)	(1)
SOLUNION SEGUROS DE CRÉDITO, S.A.	Avda.General Perón, 40 Madrid (Espanha)	• MAPFRE PARTICIPACIONES, S.A. • MAPFRE GLOBAL RISKS, S.A.	50,0000 ---	--- 50,0000	(E)	(3)

MÉTODO OU PROCEDIMENTO DE CONSOLIDAÇÃO

- (A) Sociedades dependentes consolidadas por integração global.
 (B) Sociedades dependentes excluídas da consolidação.
 (C) Sociedades associadas e participantes postas em equivalência.
 (D) Sociedades associadas e participantes excluídas da consolidação.
 (E) Negócios conjuntos consolidados por equivalência.
 (F) Sociedades incorporadas no exercício de 2018 ao perímetro da consolidação.
 (G) Sociedades incorporadas no exercício de 2019 ao perímetro da consolidação.
 (H) Sociedades que saem do perímetro da consolidação no exercício de 2019.

MÉTODO DE INTEGRAÇÃO PARA CÁLCULO DE SOLVÊNCIA

- (1) Consolidação plena.
 (3) Método da participação ajustada.
 (4) Normas setoriais.
 (7) Programas locais.
 (9) Não incluído no âmbito da supervisão do grupo, conforme a definição contida no art. 2014 da Diretiva 2009/138/CE.

(*) A MAPFRE possui a maioria dos direitos de voto da Assembleia Geral.

ANEXO 2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA DAS SOCIEDADES PRINCIPAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Denominação	Taxa fiscal efetiva	Atividade	Dados do fechamento do exercício (milhares de euros)			
			Ativos	Patrimônio líquido	Receitas	Resultado do exercício
IBÉRIA						
MAPFRE ESPAÑA COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	25% (1)(2)	Seguros e resseguros	9.560.060	2.486.604	5.412.307	244.240
VERTI ASEGURADORA, COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A	25% (1)(2)	Seguros e resseguros	177.721	72.190	86.674	(1.638)
FUNESPAÑA, S.A.	25% (1)	Serviços funerários	108.041	71.533	2.148	2.859
MAPFRE VÍDEO Y COMUNICACIÓN, S.A.	25% (1)	Gestão de ativos	94.553	73.854	8.967	1.340
PUY DU FOU ESPAÑA, S.A.	25%	Atividades de parques temáticos e espetáculos	72.187	72.187	---	---
MAPFRE INMUEBLES, S.G.A.	25% (1)	Imobiliária	650.389	501.370	25.034	5.440
MAPFRE TECH, S.A.	25% (1)(2)	Informática	73.125	18.082	193.136	(2.552)
MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.	25%	Seguros e resseguros	259.500	95.460	104.321	5.550
MAPFRE PORTUGAL SEGUROS DE VIDA, S.A.	25%	Seguros	341.673	48.562	53.775	3.555
MAPFRE VIDA SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	25% (1)(2)	Seguros e resseguros	16.216.965	1.414.266	2.808.896	224.478
MAPFRE INVERSIÓN SOCIEDAD DE VALORES, S.A.	25% (1)(2)	Sociedade de Valores	222.289	169.822	83.387	37.235
BANKIA MAPFRE VIDA, S.A. DE SEGUROS Y REASEGUROS	25% (1)(2)	Seguros e resseguros	7.667.170	334.045	784.267	96.797
BANKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.	25%(2)	Seguros	2.110.801	169.666	486.004	60.767
CAJA CASTILLA LA MANCHA VIDA Y PENSIONES, S.A.	25%(2)	Seguros	932.344	74.406	105.527	17.341
CAJA GRANADA VIDA	25%(2)	Seguros	231.868	40.191	23.386	2.882
CAJAMURCIA VIDA	25%(2)	Seguros	130.616	24.936	24.011	4.174
BRASIL						
MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.	45,00%	Seguros	2.797.356	533.049	1.698.021	20.054
MAPFRE VIDA, S.A.	45,00%	Seguros	280.010	99.374	214.827	14.240
MAPFRE PREVIDENCIA, S.A.	45,00%	Seguros	739.961	18.326	175.216	(3.625)
ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS, S.A.	45,00%	Seguros	191.031	42.234	137.562	12.938
BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	45,00%	Seguros	3.024.177	278.542	2.035.614	314.213
LATAM NORTE						
MAPFRE SEGUROS HONDURAS, S.A.	30,00%	Seguros	104.809	27.427	82.841	6.263
MAPFRE PANAMÁ, S.A.	25,00%	Seguros	338.320	91.409	234.025	7.839
MAPFRE SEGUROS EL SALVADOR, S.A.	25,00%	Seguros	82.936	24.220	75.069	3.968
MAPFRE SEGUROS GUATEMALA, S.A.	25,00%	Seguros	72.635	23.574	78.155	6.311
MAPFRE BHD COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	27,00%	Seguros	223.997	66.703	163.625	23.181
MAPFRE MÉXICO S.A.	30,00%	Seguros	2.062.345	209.703	1.383.448	23.940
LATAM SUL						
MAPFRE ARGENTINA SEGUROS, S.A.	35,00%	Seguros	219.035	36.887	244.401	3.753
MAPFRE COMPAÑÍA DE SEGUROS GENERALES DE CHILE, S.A.	27,00%	Seguros	624.771	67.744	274.578	3.729
MAPFRE SEGUROS GENERALES DE COLOMBIA, S.A.	33,00%	Seguros	1.717.025	132.210	303.678	14.411
MAPFRE COLOMBIA VIDA SEGUROS, S.A.	33,00%	Seguros	936.634	35.258	175.251	(10.758)
MAPFRE PARAGUAY COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	10,00%	Seguros	97.242	41.471	78.423	7.731

Denominação	Taxa fiscal efetiva	Atividade	Dados do fechamento do exercício (milhares de euros)			
			Ativos	Patrimônio líquido	Receitas	Resultado do exercício
MAPFRE PERÚ COMPAÑÍA DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	30,00%	Seguros e resseguros	650.633	114.603	345.960	16.586
MAPFRE PERÚ VIDA, COMPAÑÍA DE SEGUROS, S.A.	30,00%	Seguros	487.537	95.035	228.271	18.127
MAPFRE URUGUAY SEGUROS, S.A.	25,00%	Seguros	151.176	28.893	101.454	3.692
AMÉRICA DO NORTE						
MAPFRE INSURANCE COMPANY OF FLORIDA	21,00%	Seguros	92.821	33.003	53.310	915
THE COMMERCE INSURANCE COMPANY	21,00%	Seguros	2.570.552	765.563	1.579.385	36.168
THE CITATION INSURANCE COMPANY	21,00%	Seguros	206.450	71.866	125.082	872
AMERICAN COMMERCE INSURANCE COMPANY	21,00%	Seguros	311.750	121.523	163.312	3.751
MAPFRE TECH USA CORPORATION	21,00%	Informática	76.204	61.564	6.849	(6.399)
THE COMMERCE WEST INSURANCE COMPANY	21,00%	Seguros	167.725	61.077	102.117	5.703
MAPFRE PRAICO INSURANCE COMPANY	20,00%	Seguros	980.791	173.573	312.716	13.390
EURÁSIA						
VERTI VERSICHERUNG AG	20,00%	Seguros	632.790	169.646	355.989	9.637
VERTI ASSICURIZIONI S.P.A.	27,50%	Seguros	1.488.154	323.824	499.567	2.139
MAPFRE MIDDLESEA P.L.C.	35,00%	Seguros	131.765	28.935	93.675	20.698
MAPFRE M.S.V. LIFE P.L.C.	35,00%	Seguros	2.497.078	147.337	568.795	11.773
MAPFRE SIGORTA, A.S.	22,00%	Seguros	721.638	120.261	507.126	7.166
MAPFRE INSULAR INSURANCE CORPORATION	30,00%	Seguros	83.961	27.107	30.085	(1.011)
PT ASURANSI BINA DANA ARTA TBK	25,00%	Seguros	163.412	78.212	60.442	5.304
ASSISTÊNCIA						
MAPFRE ASISTENCIA COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.	25% (1)(2)	Seguros e resseguros	812.122	177.538	497.764	(112.771)
CENTURY AUTOMOTIVE SERVICES COMPANY	21,00%	Riscos especiais	301.340	13.605	159.429	672
RESSEGURO						
MAPFRE RE COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	25% (1)(2)	Reaseguros	8.467.376	1.696.414	6.829.683	52.352
CAJA REASEGURADORA DE CHILE, S.A.	27,00%	Reaseguros	106.890	13.083	10.502	(377)
MAPFRE RE DO BRASIL COMPAÑÍA DE REASEGUROS, S.A.	45,00%	Seguros e resseguros	212.461	41.930	83.178	2.632
MAPFRE RE VERMONT CORPORATION	21,00%	Seguros e resseguros	336.322	53.390	400.837	3.400
OTRAS						
SOLUNION SEGUROS DE CRÉDITO, S.A.	25,00%	Seguros e resseguros	381.382	111.080	205.549	4.516

GRUPO FISCAL

(1) Sociedade que faz parte do Grupo Fiscal número 9/85

(2) Sociedade que faz parte do Grupo de entidades IVA 87/10

3

Relatório de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas 2019





KPMG Auditores, S.L.
Paseo de la Castellana, 259 C
28046 Madrid

Tradução do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas originalmente emitido no idioma espanhol. Em caso de discordância, o relatório de auditoria original no idioma espanhol prevalece.

Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas emitido por um Auditor Independente

Aos acionistas da MAPFRE, S.A.

RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas anuais da MAPFRE, S.A. (Controladora) e suas sociedades dependentes (Grupo), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mudanças do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas, todos consolidados, relativos ao exercício terminado naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anuais em anexas apresentam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do patrimônio e da posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2019, bem como seus resultados e fluxos de caixa, todos consolidados, correspondentes ao exercício terminado naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros adotadas pela União Europeia (IFRS-EU) e outras disposições do marco normativo de informação financeira aplicáveis na Espanha.

Fundamento da opinião

Realizamos a nossa auditoria em conformidade com a regulamentação para a atividade de auditoria de demonstrações financeiras vigente na Espanha. As nossas responsabilidades de acordo com as referidas normas estão descritas abaixo na seção *Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas* do nosso relatório.

Somos independentes do Grupo em conformidade com os requisitos éticos, incluindo os de independência, aplicáveis à auditoria de demonstrações financeiras consolidadas na Espanha, de acordo com o exigido pela norma reguladora da atividade de auditoria de demonstrações financeiras. Neste sentido, não prestamos serviços que não os de auditoria de demonstrações financeiras, nem ocorreram situações ou circunstâncias que, de acordo com as disposições da referida norma reguladora, tenham afetado a independência necessária de modo a que a mesma tenha sido comprometida.

Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Questões-chave da auditoria

As questões-chave da auditoria são questões que, de acordo com o nosso julgamento profissional, foram de maior relevância na nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual. Estas questões foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, em seu conjunto, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, e não expressamos uma opinião sobre estas questões separadamente.

Mensuração das provisões matemáticas (24.900,09 milhões de euros) Ver notas 5.15 e 6.13 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	
<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>O Grupo calcula as provisões matemáticas para compromissos assumidos com seus segurados, incluindo alguns a muito longo prazo. A estimativa das provisões matemáticas requer a utilização de métodos e cálculos atuariais nos quais são usadas hipóteses chave com um elevado grau de julgamento e incerteza, entre os quais se incluem a evolução futura da mortalidade, morbidade, despesas administrativas, taxas de juros, etc.</p> <p>Além disso, as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE exigem a realização de testes de adequação dos passivos de contratos de seguros, incluindo os correspondentes a seguros de vida, que visam determinar a adequação das provisões constituídas com base em projeções dos fluxos de caixa futuros associados aos contratos em vigor, tendo em conta as hipóteses mais atualizadas disponíveis. Para realização destes testes são usados igualmente métodos atuariais, nos quais há um impacto significativo das hipóteses utilizadas.</p> <p>A utilização de hipóteses inadequadas nos métodos atuariais pode resultar em impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas, por isso, foi considerado uma questão-chave de auditoria.</p>	<p>No âmbito da nossa abordagem de auditoria, realizamos testes sobre o desenho e implementação dos controlos-chaves estabelecidos pelo Grupo nos processos de estimativa das provisões matemáticas, incluindo os controlos sobre a definição das hipóteses chave, bem como sobre a integridade e precisão das bases de dados utilizadas na estimativa destas provisões.</p> <p>Os nossos procedimentos substantivos relativos às provisões matemáticas, que foram realizados com a colaboração dos nossos especialistas atuariais e para amostras representativas dos contratos selecionadas com base em nossa avaliação de riscos e relevância dos mesmos, consistiram, basicamente, nos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realização de testes à integridade e precisão das bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais. Com base em nosso conhecimento e experiência no setor, avaliamos a razoabilidade dos modelos atuariais e as principais premissas utilizadas no cálculo de provisões matemáticas, comparando-as com as melhores práticas atuariais, requisitos regulatórios e tendências de mercado. Da mesma forma, realizamos recálculos e análises de razoabilidade dos valores contabilizados, considerando as condições técnicas e económicas contidas nos contratos de seguros e as estabelecidas pela regulamentação em vigor. <p>Além disso, avaliamos a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas a provisões matemáticas, considerando os requisitos das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.</p>



Mensuração da provisão de sinistros de seguros de ramos não-vida (11.331,46 milhões de euros) Ver notas 5.15 e 6.13 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	
<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>O Grupo reconhece a provisão de sinistros de seguros de ramos não-vida para cobrir o custo estimado dos sinistros ocorridos até à data de encerramento do exercício. A estimativa da referida provisão é complexa e requer métodos e cálculos atuariais que se baseiam em julgamentos e hipóteses significativas, especialmente para as linhas de negócios nas quais o período de liquidação dos sinistros pode ser muito longo, como em automóvel, responsabilidade civil, incêndios, aviação e transportes.</p> <p>Na mensuração da provisão de sinistros são utilizadas estimativas caso a caso, bem como métodos de projeção atuarial baseados, tanto em informações históricas, quanto em hipóteses sobre a sua evolução futura. Estas estimativas incluem hipóteses relacionados com o montante de liquidação previsto e com os padrões de pagamentos dos sinistros, existindo, pela sua natureza, um grau de incerteza significativo, sendo que uma alteração das hipóteses pode ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, por isso, foi considerado uma questão-chave de auditoria.</p>	<p>Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre o desenho e implementação dos controlos-chave estabelecidos nos processos de estimativa da provisão de sinistros incluindo os controlos sobre a definição dos hipóteses chave, bem como da integridade e precisão das bases de dados utilizadas na estimativa destas provisões.</p> <p>Os nossos procedimentos substantivos relativos à provisão de sinistros, que foram realizados com a colaboração dos nossos especialistas atuariais e para uma amostra representativa das linhas de negócio selecionada com base na nossa avaliação de riscos e relevância das mesmas, consistiram, basicamente, nos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realização de testes à integridade e precisão das bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais. Com base no nosso conhecimento e experiência no setor, avaliamos a razoabilidade dos modelos atuariais e das hipóteses utilizados no cálculo da provisão de sinistros, em comparação com as melhores práticas atuariais, requisitos regulamentares, hipóteses de mercado e tendências históricas. Efetuamos uma estimativa da provisão de sinistros e, com base na nossa experiência, determinamos um intervalo de valores para avaliar a sua razoabilidade. <p>Além disso, avaliamos a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas à provisão de sinistros de seguros de ramos não-vida, considerando os requisitos das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.</p>



4

Mensuração de ágios e gastos de aquisição de carteira (2.610,49 milhões de euros)

Ver notas 5.1 e 6.1 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>O Grupo mantém registrado ágios e gastos de aquisição de carteira por montantes relevantes procedentes da aquisição de entidades ou negócios. A mensuração destes ativos requer a determinação de unidades geradoras de caixa (UGC), o cálculo da quantia escriturada de cada uma delas, a estimativa do montante recuperável das UGC e a identificação de fatos que possam determinar a existência de indícios de redução do valor recuperável destes ativos. A determinação do valor recuperável de cada UGC contempla, entre outras questões, projeções financeiras que consideram suposições sobre evoluções macroeconómicas, circunstâncias internas da entidade e de concorrentes, taxas de desconto ou a evolução futura do negócio. Dada a complexidade da estimativa e o uso de premissas que, em geral, que pressupõem incerteza e julgamento, consideramos que a mensuração do valor recuperável dos ágios e gastos de aquisição de carteira contém um risco inerente significativo associado, por isso, foi considerado uma questão-chave de auditoria.</p> <p>O Grupo realiza anualmente, ou quando se identificam indícios de redução do valor recuperável, uma avaliação para determinar se existe a redução do valor recuperável dos ágios e dos gastos de aquisição de carteira registrados. Neste sentido, a nossa avaliação centrou-se, principalmente, nos ágios e gastos de aquisição de carteiras de valores relevantes e naqueles e cujo valor recuperável estimado é mais próximo do valor contábil dos ativos líquidos.</p>	<p>Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre o desenho e implementação dos controlos-chave estabelecidos pelo Grupo relativamente ao processo seguido pelo Grupo para a identificação das unidades geradoras de caixa, avaliação de indícios de redução do valor recuperável, aprovação das projeções financeiras pelo Conselho de Administração e para a definição das suposições e métodos de cálculo utilizados na estimativa do valor recuperável das UGC.</p> <p>Com base no nosso conhecimento e experiência, avaliamos a razoabilidade dos métodos utilizados pelo Grupo para a estimativa dos valores recuperáveis das UGC, considerando o que está estabelecido nas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE e as melhores práticas de mercado.</p> <p>Os nossos procedimentos substantivos que foram realizados para uma amostra de UGC, incluindo os mais relevantes, consistiram, basicamente, nos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da existência de indícios de redução do valor recuperável dos ágios e dos gastos de aquisição de carteira considerando fatores externos e internos, tais como indicadores macroeconómicos, expectativas do setor, histórico financeiro das UGC e expectativas da Administração. • Com a colaboração dos nossos especialistas em valoração, análise das taxas de desconto e crescimento utilizadas pelo Grupo na estimativa do valor recuperável das UGC. • Avaliação da razoabilidade das projeções financeiras elaboradas pela Administração, em comparação com as informações financeiras históricas das UGC, com os planos de negócio aprovados pelo Grupo e com as expectativas de mercado nos setores em que operam. • Análise de sensibilidade das principais hipóteses e projeções financeiras utilizadas na estimativa do valor recuperável das UGC.



5

Mensuração de ágios e gastos de aquisição de carteira (2.610,49 milhões de euros)

Ver notas 5.1 e 6.1 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
	<p>Além disso, avaliamos a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao ágio e aos gastos de aquisição de carteira, considerando os requisitos das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.</p>

Mensuração de instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos e reconhecidos pelo valor justo (8.124,92 milhões de euros)

Ver notas 5.5 e 6.4 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>A classificação dos instrumentos financeiros, para efeitos de mensuração, nas diferentes carteiras existentes na norma contábil aplicável determina os critérios a aplicar na sua mensuração posterior.</p> <p>A maior parte dos instrumentos financeiros do Grupo MAPFRE são mensurados com base em preços de mercado em mercados ativos. Contudo, naqueles casos nos que não existe um preço cotado num mercado ativo, a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros realiza-se mediante técnicas de mensuração que podem considerar, entre outros aspectos, dados de mercado não observáveis ou métodos de mensuração complexos que requerem um elevado grau de julgamento. Além disso, quaisquer alterações nas hipóteses consideradas, eventos de mercado ou novas regulamentações podem ter um impacto significativo na mensuração.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu, tanto a avaliação dos controlos-chave vinculados aos processos de mensuração das carteiras de instrumentos financeiros, quanto a realização de procedimentos substantivos sobre as mesmas.</p> <p>Com a colaboração dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, foram selecionadas amostras representativas da população de ativos financeiros do Grupo, cuja adequada mensuração foi avaliada mediante a realização de diversos procedimentos substantivos, que incluíram um recálculo do valor justo e a avaliação da razoabilidade dos dados de mercado utilizados nos modelos de mensuração.</p> <p>Além disso, avaliamos se as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos instrumentos financeiros refletem adequadamente a exposição do Grupo ao risco de mensuração dos instrumentos financeiros e se cumprem com os requisitos de divulgação estabelecidos nas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros da UE.</p>



6

Mensuração de instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos e reconhecidos pelo valor justo (8.124,92 milhões de euros)
Ver notas 5.5 e 6.4 das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Questão-chave da auditoria	Como a questão foi abordada na nossa auditoria
Consideramos que existe um risco inerente significativo associado à mensuração dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo e que se encontram classificados hierarquicamente para efeitos de mensuração pelo Grupo como instrumentos financeiros de nível 3 (utilização de alguma informação de entrada significativa que não está baseada em dados de mercado observáveis) e para certas carteiras classificadas como nível 2 (informação de entrada significativa baseada em dados de mercado observáveis direta ou indiretamente), em ambos os casos, mediante a utilização de métodos de mensuração complexos, por isso, foi considerado uma questão-chave de auditoria.	

Outras informações: Relatório de Gestão Consolidado

As outras informações compreendem exclusivamente o relatório consolidado de gestão do exercício de 2019, cuja elaboração é da responsabilidade dos administradores da Controladora, não sendo parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

A nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas não cobre o relatório consolidado de gestão. A nossa responsabilidade pelas informações contidas no relatório consolidado de gestão está definida na regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras, que estabelece dois níveis diferentes de responsabilidade:

- a) Um nível específico aplicável aos demonstrativos de informações não financeiras, assim como a determinadas informações incluídas no Relatório Anual de Governo Corporativo (RAGC), de acordo com o estabelecido na alínea b) do número 2 do artigo 35º da Lei 22/2015, relativa à Auditoria de Demonstrações Financeiras, que consiste em verificar unicamente que a referida informação foi apresentada no relatório de gestão ou, se for o caso, que a referência correspondente ao relatório separado sobre informações não financeiras foi incorporada na forma prevista na regulamentação e, caso contrário, informar o fato.



7

- b) Um nível geral aplicável ao resto das informações incluídas no relatório consolidado de gestão, que consiste em avaliar e informar sobre a concordância das referidas informações com as demonstrações financeiras consolidadas, a partir do conhecimento do Grupo obtido através da realização da auditoria das referidas demonstrações, excluindo informações que não são as obtidas como evidência durante a mesma, bem como em avaliar e informar se o conteúdo e apresentação desta parte do relatório consolidado de gestão estão em conformidade com a regulamentação aplicável. Se, com base no trabalho que realizamos, concluirmos que existem distorções materiais, somos obrigados a reportar esse fato.

Com base no trabalho realizado, de acordo com o descrito anteriormente, comprovamos que a informação específica mencionada na alínea a) anterior foi apresentada num relatório separado, "Relatório Integrado MAPFRE, S.A. 2019", na qual se inclui uma referência expressa ao relatório consolidado de gestão, que as informações do RAGC, mencionadas na referida alínea, estão incluídas no relatório consolidado de gestão e que o resto das informações contidas no relatório consolidado de gestão são coerentes com os das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 2019 e que o seu conteúdo e apresentação estão em conformidade com a regulamentação aplicável.

Responsabilidade dos administradores e do comité de auditoria e compliance em relação às demonstrações financeiras consolidadas

Os administradores da Controladora são responsáveis por elaborar as demonstrações financeiras consolidadas em anexo, de forma que expressem a imagem fiel do património, da posição financeira e dos resultados consolidados do Grupo, em conformidade com as IFRS-EU e outras disposições do marco regulatório de informações financeiras aplicáveis ao Grupo na Espanha, e pelo controle interno que considerem necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devidas a fraudes ou erros.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os administradores da Controladora são responsáveis por avaliar a capacidade do Grupo para continuar como empresa em funcionamento, divulgando, caso necessário, questões relacionadas com empresa em funcionamento e utilizando o princípio contábil de continuidade das operações, salvo se os referidos administradores tiverem a intenção de liquidar o Grupo ou de cessar as suas operações, ou caso não exista outra alternativa realista.

O Comité de Auditoria e Compliance do Grupo é responsável pela supervisão do processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Os nossos objetivos consistem em obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas em seu conjunto estão isentas de distorções materiais devidas a fraudes ou erros e emitir um relatório de auditoria que contém nossa opinião.



8

Segurança razoável é um elevado grau de segurança, mas não garante que uma auditoria realizada em conformidade com a regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras em vigor na Espanha detecte sempre quaisquer distorções materiais que possam existir. As distorções podem dever-se a fraudes ou erros e, caso sejam consideradas materiais, individualmente ou de forma agregada, pode prever-se razoavelmente que influenciem as decisões económicas que os usuários tomam com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

No âmbito de uma auditoria em conformidade com a regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras em vigor na Espanha, aplicamos o nosso julgamento profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional durante toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas, devidas a fraudes ou erros, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devida a fraude é mais elevado do que no caso de uma distorção material devida a erro, já que a fraude pode implicar conspiração, falsificação, omissões deliberadas, manifestações intencionalmente errôneas ou a de burlar os controles internos.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Controladora.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração da Sociedade Dominante, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório de auditoria. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos subjacentes de maneira que expressem a imagem fiel.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo. Nós somos os únicos responsáveis pela nossa opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com o comité de auditoria e compliance da Sociedade controladora em relação com, entre outras questões, ao alcance e ao momento planejados para a realização da auditoria e a resultados significativos da auditoria, bem como a qualquer deficiência significativa de controle interno que identificamos durante a auditoria.



9

Também proporcionamos ao comité de auditoria e compliance do grupo uma declaração de que cumprimos os requisitos de éticas aplicáveis, incluindo os de independência, e que nos comunicamos com o mesmo para informar sobre questões que possam razoavelmente supor uma ameaça para a nossa independência e, conforme o caso, sobre as respectivas salvaguardas.

Entre questões que foram objeto de comunicação ao comité de auditoria e compliance, determinamos as que assumiram maior relevância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, conseqüentemente, as questões-chave da auditoria.

Descrevemos essas questões no nosso relatório de auditoria, exceto aquelas cuja divulgação pública seja proibida por disposições legais ou regulamentares.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Relatório Adicional para o comité de auditoria e compliance da controladora

A opinião expressa no presente relatório é coerente com as afirmações constantes no relatório adicional para o comité de auditoria e compliance da Sociedade controladora datado de 12 de fevereiro de 2020.

Período de contratação

Na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de MAPFRE, S.A. celebrada a 9 de março de 2018 fomos nomeados como auditores da Sociedade por um período de 3 anos, contados a partir do exercício finalizado em 31 de dezembro de 2018.

Anteriormente, fomos nomeados por acordo da Assembléa Geral de Acionistas para o período de 3 anos e temos realizado o trabalho de auditoria continuamente desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

KPMG Auditores, S.L.
Inscrito no R.O.A.C nº S0702

(Assinado no relatório de auditoria original emitido no idioma espanhol)

Jorge Segovia Delgado

Inscrito no R.O.A.C: 21903

12 de fevereiro de 2020



MAPFRE